



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)

Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA)

GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO DE CASTRO

**LEVANDO A HOMOFOBIA E A HETERONORMATIVIDADE NA ESPORTIVA:
DISCURSOS DE RESISTÊNCIA EM CLUBES BRASILEIROS DE FUTEBOL GAY**

Brasília – Distrito Federal

2020

GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO DE CASTRO

**LEVANDO A HOMOFOBIA E A HETERONORMATIVIDADE NA ESPORTIVA:
DISCURSOS DE RESISTÊNCIA EM CLUBES BRASILEIROS DE FUTEBOL GAY**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB), como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração.

Linha: Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas

Orientador: Dr. Marcus Vinicius Soares Siqueira

Brasília – Distrito Federal

2020

GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO DE CASTRO

**LEVANDO A HOMOFOBIA E A HETERONORMATIVIDADE NA ESPORTIVA:
DISCURSOS DE RESISTÊNCIA EM CLUBES BRASILEIROS DE FUTEBOL GAY**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB), como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração.

Linha: Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas

Aprovada em: ___/___/___

Comissão julgadora:

Professor Dr. Marcus Vinicius Soares Siqueira, PPGA/UnB

Orientador

Professora Dra. Tatiana Lionço, COMORG/FAC/UnB

Examinadora Interna

Professor Dr. Eloísio Moulin de Souza, PPGAdm/UFES

Examinador Externo

Professor Dr. Ricardo Corrêa Gomes, PPGA/UnB

Examinador Suplente

Brasília – Distrito Federal

18 de Fevereiro de 2020

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por proporcionarem toda a base para a consecução deste trabalho. Obrigado por todo o zelo e por toda forma de incentivo e amor que encontrei em vocês. Vocês são meus alicerces. Em especial, à minha mãe. Você tem testemunhado cada acerto e cada erro meu, meus tropeços, meus levantes. Suas palavras de conforto, sua sabedoria perante as circunstâncias, desde os momentos mais difíceis até a celebração das mais ínfimas conquistas, são fontes de aprendizado constante.

Ao meu irmão, Guilherme (uma enciclopédia sobre futebol), que me proporcionou o discernimento que eu não tinha até então sobre algumas singularidades do futebol. Obrigado por me ajudar a aprender e apreender mais a fundo o que a superfície desse esporte insiste em demonstrar. Sua paciência e atitude tranquila são para mim utopia.

Ao Pedro Henrique, sou grato por todo o companheirismo, carinho e compreensão dispensado nesses dois anos. Sou grato por toda a parceria e cumplicidade que temos e por tudo o que estamos nos tornando. Obrigado por ser calmária quando meu coração encontra-se em tempestade. (Aproveito para me desculpar e agradecer também pelas infinitas revisões que você fez dos meus trabalhos, quando eu já me encontrava cego e exausto).

Aos meus amigos, que, neste percurso, e junto comigo, têm lidado com a distância. Vocês, não serão todos nomeados aqui, muito embora muitos de vocês reconheçam esse mesmo sentimento tal como eu. Saudade. É confortante reencontrá-los e sentir o valor dessa palavra.

Ao professor Marcus Vinicius, pela atitude impecável em relação ao trabalho, enquanto orientador. Mais do que isso: por receber alguém que muito pouco tinha a contribuir de braços abertos; por me proporcionar autonomia, com a devida responsabilidade; criatividade, sem negligenciar o papel crítico e reflexivo; e, principalmente, por, muitas vezes, acreditar nos meus anseios mais do que até eu mesmo. Tanta confiança foi depositada que tenho uma dívida eterna.

Nesse processo, é oportuno agradecer também aos meus professores orientadores da graduação, Bruno Tavares e Fernanda Silva, que, por me encorajarem a tentativa de mestrado, puderam sedimentar o meu desejo em aprender a pensar. Vocês estão na gênese dos meus primeiros impulsos a esse mar de possibilidades que é a pesquisa científica.

Aos colegas do Centro de Cultura e Estudos LGBT no Ambiente de Trabalho e do Núcleo de Diversidade e Crítica Organizacional (NUDICO), ambos recém-estabelecidos na UnB, mas que já se perfazem espaços de alteridade, compartilhamento de prazeres e vivências; espaços de voz, onde a dinâmica ainda é silêncio frente aos tabus do poder e da sexualidade. É

neste mesmo espaço onde brotaram laços afetivos especialmente importantes, nas figuras das queridas e dos queridos colegas Andréia, Bárbara, Cledinaldo e Danúzio, aos quais sou grato pelo apoio ofertado.

Aos colegas da turma 2018, pela amizade, pelos debates celebrados e a oportunidade de tomar contato com diferentes posicionamentos de mundo, contribuindo assim para a percepção plural e diversa, que é o que fundamenta a Administração, nosso interesse comum.

A todos os professores com quem tive contato durante esta etapa, nas devidas disciplinas e ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/UnB), pela celeridade e prontidão para que cada etapa desse momento se concretizasse. Em especial, sou grato pela assistência indispensável e cuidadosa das servidoras Edvânia e Selma.

Aos servidores e demais membros do Comitê de Ética em Pesquisa e Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade de Brasília, pela disponibilidade em tornar a operacionalização desta pesquisa a mais instruída tecnicamente, sem desconsiderar o fator humano.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos (código de financiamento: 001).

Aos professores membros das bancas, seja de qualificação (Profs. Berenice Bento, Eloísio Souza e Gisela Demo), seja de defesa final (Profs. Tatiana Lionço, Eloísio Souza e Ricardo Gomes), por aceitarem o convite em integrar a avaliação deste escrito e pelas considerações, que, sem dúvida, aprimoram este trabalho.

Enfim, a todos que colaboraram direta e indiretamente para a edificação desta pesquisa e deste pesquisador, mas que por ora não puderam ter a devida menção aqui, muito obrigado!

Por fim, não um agradecimento, mas uma dedicatória: é a vocês, participantes de clubes de futebol declaradamente *gays*, que se dispuseram a contribuir com este estudo que o escrito é dedicado. É de se destacar que embora vocês estejam anônimos aqui, estudar tal tema não seria possível sem vocês. Obrigado por me possibilitarem a abertura não apenas teórica em relação ao tema, mas possibilitarem também a reelaboração de muitas das minhas vivências outrora incompreendidas. Espero, com essas páginas, deixar os rastros e as pistas de uma história que ainda se desembainha sob a égide da resistência.

*Não existe imparcialidade.
Todos são orientados por uma base ideológica.
A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?*

(Paulo Freire)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi o de analisar práticas discursivas que permeiam clubes brasileiros de futebol *gay*, no sentido de resistir à homofobia e à heteronormatividade vigentes nas instâncias sociocultural e institucional/desportiva. Com base em amplo arcabouço teórico, este estudo qualitativo entrevistou 22 jogadores homossexuais participantes de clubes de futebol *gay* de diferentes capitais brasileiras. A entrevista realizada adotou roteiro semiestruturado de investigação. Os dados, após coletados e tratados, foram submetidos à análise foucaultiana do discurso, especificamente, no que tange ao eixo de transição da constituição de enunciados e práticas discursivas (arqueologia discursiva) para a constatação de práticas sociais e o dispositivo de sexualidade (genealogia do poder). Tomando como unidade de análise os enunciados dos entrevistados, quatro práticas discursivas, recorrentes, foram assim interpretadas: i) **pedagogia da homofobia**: a discriminação contra homossexuais no futebol, não se perfaz absoluta, mas como um dispositivo pedagógico, ensinado, aprendido e apreendido, sobre o que consiste ser masculino; ii) **objetivações e subjetivações gays no futebol convencional e nos clubes de futebol gay**: a constituição de clubes de futebol *gay* é o que tem permitido, desvencilhar-se, em certa medida, dos mecanismos de assujeitamentos presentes outrora nas demais instâncias sociocultural e desportiva; iii) **enfrentamento e resistência no contexto do futebol gay**: elaborações de discursos de enfrentamento e resistência em tais clubes são pautados na subversão da injúria homofóbica, ressignificando linguagens e adotando, principalmente, o humor e a comicidade; iv) **silenciamento e invisibilidade**: a orientação sexual, em contextos considerados hostis, encontra lastro no silenciamento e na invisibilização; como estratégia alternativa de resistência, porém, os enunciados sugerem o retrocesso aos tabus e à fragmentação identitária. Discute-se se as práticas discursivamente engendradas por meio do futebol *gay* são autênticos meios de resistir à dinâmica homofóbica e heteronormativa ou se operam dentro das armadilhas dos discursos hegemônicos, os quais preconizam mecanismos de reprodução da sujeição. Conclui-se que o futebol, para além da sua dimensão desportiva, é um fenômeno da linguagem, interseccionando práticas discursivas a práticas sociais – ordens dos discursos e dispositivos. Por fim, o estudo incentiva, em âmbito de estudos organizacionais, análises pautadas na resistência como fenômeno de natureza organizacional, tomando como relevante a faceta discursiva existente no mundo do futebol.

Palavras-chave: Resistência. Homofobia. Heteronormatividade. Inclusão. Clubes Brasileiros de Futebol *Gay*.

ABSTRACT

The main objective of this study was to analyze discursive practices that permeate Brazilian gay football clubs, in order to resist the homophobia and heteronormativity prevailing in the sociocultural and institutional/sports bodies. Based on a broad theoretical framework, the qualitative study interviewed 22 gay players participating in gay football clubs from different Brazilian capitals. The interview was conducted with support of a semi-structured research script. The data, after treaties, were submitted to foucaultian analysis of discourse, in a specific sense, with regard to the transition axis of their thinking: the constitution of statements and discursive practices (archaeology of knowledge) for the finding of the device of sexuality (genealogy of power). Thus, it was successful to analyze the statements of the players interviewed, so that four discursive practices were in the context of Brazilian gay football were identified: i) pedagogy of homophobia: discrimination against homosexuals in football, not it is absolutely part of, but as a pedagogical device, taught, learned and seized, about what it consists of being masculine; ii) gay objectifications and subjectivations in conventional football and gay football clubs: the constitution of gay football clubs is what has allowed, at first analysis, to overcome the mechanisms of subjecting present once in the other sociocultural and sports bodies; iii) confrontation and resistance in the context of gay football, mainly, the speech of confrontation and resistance in such clubs, which is via subversion of the same modalities of insulting language, having as a guiding motto the mood; iv) silencing and invisibility: in relation to sexual orientation, in contexts considered hostile, silencing and invisibility were also taken as another resistance strategy, but which leads to the setback to taboos and fragmentation identity. It is discussed whether the practices discursively engendered through gay football are authentic means of resisting homophobic and heteronormative dynamics, or if they operate within the pitfalls of hegemonic discourses, which advocate mechanisms for reproduction of subjection. It is concluded that it is possible to recognize football beyond its sporting dimension; as a phenomenon of language, it intersects discourses (sets of utterances and discursive practices) and social practices (discourse orders and devices). Finally, the study encourages, in the context of critical organizational studies, analyses based on resistance as an organizational phenomenon, taking as relevant the discursive facet in the world of football.

Keywords: Resistance. Homophobia. Heteronormativity. Inclusion. Brazilian Gay soccer clubs.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação entre os movimentos <i>queer</i> e homossexual.....	64
Tabela 2: Relação de equipes de futebol da 4ª Champions Ligay em Brasília – 2019.....	92
Tabela 3: Caracterização dos entrevistados	94
Tabela 4: Relação dos clubes participantes do estudo.....	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise do Discurso

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

CDG – Comitê Desportivo *Gay*

CEP/CHS – Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Humanas da Universidade de Brasília

COI – Comitê Olímpico Internacional das Olimpíadas

FA – Plano de Ação da Federação Inglesa de Futebol

FGG – *Federation of Gay Games*

FIFA – Federação Internacional de Futebol

GFSN – *Gay Football Supporters Network*

GG – *Gay Games*

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

GLISA – *Gay and Lesbian International Sports Association*

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LGBTQ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e *queer*

LGBTQ+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e outras dissidências de gênero e sexualidade.

LGNF – Liga Nacional de Futebol *Gay*

NBA – *National Basketball Association*

NFL – *National Football League*

STJD – Superior Tribunal de Justiça Desportiva

TCLE – Termo de Compromisso Livre e Esclarecido

USOC – *United States Olympic Committee*

WOG – *World Out Games*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. HOMOFOBIA, HETERONORMATIVIDADE, RESISTÊNCIA E DISCURSOS	26
2.1 A construção social da categoria homossexual e os discursos homofóbicos	28
2.2 Homofobia, gênero e masculinidades.....	38
2.3 Heteronormatividade e “teoria <i>queer</i> ”	48
2.4 Movimento <i>gay</i> , subversão da injúria e política de resistência “ <i>queer</i> ”	58
3. DISCRIMINAÇÃO E RESISTÊNCIA GAY NAS INSTITUIÇÕES ESPORTIVAS..	67
3.1 Práticas discursivas de inclusão do homossexual nos esportes convencionais	69
3.2 Práticas discursivas em competições LGBTs internacionais	74
3.3 Formação de clubes de futebol <i>gay</i>	79
3.4 Homofobia, heteronormatividade e formas de resistência no futebol brasileiro.....	81
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	86
4.1 Caracterização geral da pesquisa	86
4.2 Pesquisa bibliográfica.....	89
4.3 Pesquisa de campo.....	90
4.4 Análise do discurso.....	95
4.4.1 Considerações teórico-metodológicas sobre a análise foucaultiana do discurso	96
5. DISCURSOS DE RESISTÊNCIA NO FUTEBOL GAY BRASILEIRO: RESULTADOS E DISCUSSÃO	102
5.1 “O preconceito se aprende”: Homofobia como prática pedagógica de masculinidades	104
5.2 “Sempre joguei futebol, mas nunca podendo ser eu mesmo”: modos de objetivação e subjetivação no futebol.....	116
5.3 “Vão achar que é uma piada, mas para nós é motivo de orgulho”: estratégias de contestação da injúria	130
5.4 “Ele está indo jogar bola contra um time”: silenciamento e invisibilidade de clubes <i>gays</i> de futebol.....	143
6. REFLEXÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	161
Anexo: Parecer consubstanciado do CEP.....	177
Apêndice I: Instrumento semiestruturado para entrevistas.....	181
Apêndice II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	182
Apêndice III: Termo de Uso de Voz e Dados	185
Apêndice IV: Aceite Institucional	186

1. INTRODUÇÃO

O futebol brasileiro é um objeto de estudo que tem suscitado análises a partir de múltiplas perspectivas e, embora algumas delas não necessariamente sejam congruentes entre si¹ (DaMatta, 1982; Machado, 2000; Souza, 1996; Souza, 2018), revelam um tema de considerável amplitude, que admite um enfoque pluridimensional. Neste aspecto, a presente introdução contextualiza a homofobia e a heteronormatividade no futebol pautando-se não somente por uma dimensão histórica, mas também levando em consideração a dimensão simbólica – de implicações e significados próprios – que o esporte traz da (e para a) sociedade brasileira.

No Brasil, a narrativa histórica predominante configurou o futebol como uma prática desportiva dotada de singularidade quando comparada a “futebóis” de outros países (Souza, 1996; Souza, 2018; Toledo, 2000). Mesmo assim, não se pode fugir muito da caracterização mais sintética do futebol, qual seja: um jogo realizado entre duas equipes adversárias que se enfrentam conduzindo uma bola com os pés visando ao maior número de gols (Bellos, 2014; Oliven & Damo, 2001; Toledo, 2000). Por outro lado, é também um esporte notadamente masculino, de larga popularidade e economicamente expressivo² (Oliven & Damo, 2001).

A (re)invenção de regras, de locais para se jogar e de práticas corporais envolvidas (Bellos, 2014; Oliven & Damo, 2001), aliada à hipótese de que o esporte, em nível sociocultural, angaria valores nacionalistas (DaMatta, 1982; Machado, 2000), dá conta de uma das pretensões acerca do futebol vigente no imaginário nacional: “Brasil: o país do futebol”. E se atualmente o Brasil ainda é assim essencializado, até pouco mais de um século atrás, tal metáfora, sozinha, não se auto explicaria.

Surgido no contexto da Europa Pós-Industrial (Damo, 2002; Oliven & Damo, 2001) e inserido nos campos brasileiros no ano de 1894 – quando se registra a primeira partida³ (Bellos,

¹ Os estudos envolvendo o futebol tiveram a sua gênese na publicação *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933 (Bellos, 2014; DaMatta, 1982). Nela, os determinismos raciais vigentes à época, sobretudo no campo dos estudos culturais, foram fortemente contestados pelo autor, que defendeu no futebol a expressão máxima de uma “democracia racial” brasileira capaz de gerar uma identidade nacionalista. Apesar de contribuir para desmistificar o racismo, a crítica julga que a tese freyreana, pelo caráter essencialista e romantizado (Souza, 2018), negligenciou aspectos como gênero, sexualidade, além de reificar estereótipos raciais (Souza, 1996).

² O futebol é um dos esportes mais rentáveis: as cifras movimentadas pelas quadrienais copas do mundo superam às das Olimpíadas, assim como também é maior o número de afiliados à Federação Internacional de Futebol (FIFA) quando comparado ao do Comitê Olímpico Internacional das Olimpíadas (COI) (Oliven & Damo, 2001).

³ Credita-se ao jogador Charles Miller o mérito de progenitor do futebol, não só por ter organizado a primeira partida ocorrida em solo brasileiro em 1894, mas também por contribuir na sua disseminação como prática de lazer (Bellos, 2014; Miskolci, 2013; Oliven & Damo, 2001; Toledo, 2000). Acrescenta-se que tal inserção se deu após Miller, retornando ao Brasil, ter concluído os estudos na cidade de Southampton, Inglaterra – país onde o futebol se difundiu primeiro –, lugar no qual também atuou enquanto jogador em um clube de *football* (Bellos, 2014).

2014; Miskolci, 2013; Oliven & Damo, 2001; Toledo, 2000) –, o futebol, primeiro, foi introduzido nos estratos mais abastados da sociedade brasileira⁴. Só depois, pouco a pouco, se disseminaria entre as camadas mais baixas da sociedade.

Por ser preconcebido inicialmente como prática desportiva de lazer das elites, a participação dos indivíduos negros e pobres, menos favorecidos socialmente, era de menor vulto; primeiro, devido ao contexto social pautado na “ideologia do branqueamento” – acentuada sobretudo no momento pós-escravagista da política recém-republicana que vivia o Brasil em fins do século XIX (Bellos, 2014; Miskolci, 2013) –, e, segundo, pelo próprio preconceito de classe (Bellos, 2014; Machado, 2000; Oliven & Damo, 2001; Toledo, 2000). Ademais, o dispêndio financeiro e os artefatos que o futebol de elite requeria distavam do padrão econômico médio do brasileiro para a época (Bellos, 2014).

Assim, o futebol incorporou, logo cedo, em sua trajetória, o preconceito da sociedade brasileira, sendo, nesse primeiro momento, uma trajetória marcada pela resistência à exclusão. Como enfrentamento, se tem que a inclusão no futebol só adveio da capacidade dos mesmos indivíduos socialmente menos valorizados, em praticá-lo de maneira improvisada nas ruas e bairros, com outros significados, estilos, técnicas e percepção de sentidos adaptados, e com desempenho superior ao dos “filhos da elite”. Paulatinamente, a gradativa inserção de negros e da massa trabalhadora, outrora apenas tolerados nos clubes de futebol, proporcionou uma alta performance aos jogos, elevando o futebol de patamar: de amador passou a ser profissional (Bellos, 2014; Machado, 2000; Oliven & Damo, 2001; Toledo, 2000).

O destaque do futebol brasileiro, sobretudo pelo apelo profissional incutido, possivelmente, fez com que se tornasse referência mundo afora (Bellos, 2014; Machado, 2000) – ainda que essa dimensão seja problematizada por alguns autores devido à sua semantização sob uma base racializadora (e.g: Souza, 1996; Souza, 2018). No contexto sociocultural nacional, o futebol não se estabeleceu como expressão significativa repentinamente, mas dependeu de inúmeros fatores⁵, donde se elenca: a emergência da indústria do entretenimento (Oliven & Damo, 2001); a sua disseminação nos meios de comunicação (Oliven & Damo, 2001; Souza, 1996; Toledo, 2000); a participação da seleção nacional em todas as quadrienais copas

⁴ Vale salientar que este tipo de importação/disseminação do futebol dependia diretamente de um primeiro contato dos “filhos das elites”, já que eram eles os primeiros a tomarem contato com o esporte nas escolas europeias onde eram educados (Toledo, 2000).

⁵ Toledo (2000) provoca que reconhecer os fatores que promoveram o futebol como uma expressão popular de suma relevância, não remete a algo homogêneo e sim como algo constituído de desencontros culturais e com base na diferença, em que percepções e significados foram sendo atribuídos tanto por quem está por “dentro do jogo” como por quem “está do lado de fora”.

mundiais (Machado, 2000); a conquista do título de pentacampeã mundial nas competições mundiais (Bellos, 2014) e; a proliferação dos clubes de futebol em âmbito regional, que provocou, de forma espelhada, o fenômeno das torcidas organizadas (Oliven & Damo, 2001; Toledo, 2000).

Tomadas como as principais “práticas futebolísticas”, o “jogar” e o “torcer” (Damo, 2008), se materializam, respectivamente, na atuação de jogadores em clubes de futebol e em torcidas organizadas devotadas a estes clubes. Ambos, têm seus significados não apenas inscritos em aspectos institucionais isolados, mas também produzidos em uma dinâmica simbólica: estabelecidos como elos que medeiam atletas e torcedores, os clubes são mais do que entidades político-administrativas que organizam times; em realidade, para o torcedor, se perfazem como uma comunidade única de representação compartilhada (Damo, 2002; 2008).

Cabe recuperar que, em sua gênese, por volta da década de 40, as torcidas organizadas eram lideradas pelos próprios dirigentes dos clubes desportivos, que buscavam regular a conduta torcedora. Contudo, após pressões exercidas por diversos torcedores, não oficializados e oriundos das camadas sociais mais inferiores, a partir da década de 60 se rompeu em definitivo com o modelo de liderança imposto pelos clubes, o que proporcionou àquelas torcidas organizadas mais popularizadas a multiplicação de maneira significativa, passando a gozar de maior autonomia e abarcando uma ampla gama de sujeitos outrora excluídos (Toledo, 2000).

Assim, com base nesse quadro sócio-histórico, institucional e simbólico, depreende-se que o futebol se manifesta como componente de expressão popular. Tomando como pressuposto que ele se encontra na esfera da linguagem – em que há um interesse geral em se falar dele (Damo, 2002; 2008; Oliven & Damo, 2001) –, assim como, uma reconhecida capacidade de produção de representações coletivas, entende-se que o futebol encontra-se em um amplo domínio de compreensão, o qual atravessa e constitui – guardadas as exceções – subjetivamente aos indivíduos de variados segmentos sociais (Machado, 2000; Toledo, 2000).

Porém, dada a relevância social do futebol em cimentar laços solidários, sobretudo entre homens – já que é notoriamente masculino –, reconhece-se que é também em função desse tipo de associação com a modalidade que emerge uma problemática imanente ao futebol. Há a perpetuação e a reificação de um modelo de masculinidade dominante construída pelos atores ligados ao futebol, que preconiza, no seu cerne, violências físicas e simbólicas (Elias & Dunning, 1992; Salvini, Souza, & Marchi Júnior, 2012; Souza, 1996).

Uma destas violências é a homofobia, que, sob uma acepção acadêmica clássica, pode ser compreendida como a percepção negativa baseada no estigma social (Goffman, 2012) da

homossexualidade como indesejável (Weinberg, 1972). Esta acepção, quando revisitada por diferentes estudiosos, tem tomado por referência, em nível cultural, o heterossexismo⁶, e, em nível subjetivo, o preconceito sexual (Costa & Nardi, 2015; Herek, 1984; 2004).

Em linhas gerais, o termo heterossexismo designa a ideologia cultural responsável por promover e reproduzir estigmas sexuais, prescrevendo estruturas, instituições e relações de poder que reforçam a hostilidade perante a homossexualidade. O preconceito, por sua vez, estaria circunscrito no âmbito das atitudes negativas na interação social entre indivíduos, pautadas na orientação sexual, como, por exemplo, a discriminação, o isolamento e o ostracismo em relação aos indivíduos *gays* (Costa & Nardi, 2015; Herek, 2004). Contudo, conforme abordar-se-á no segundo capítulo deste estudo, a homofobia é um conceito de definição inconclusa e polissêmica (Borrillo, 2010; Pochay, 2007).

Assim, uma vez que tanto os clubes como os estádios de futebol podem ser consideradas legítimas formas de identificação masculina (Bandeira, 2010), consistem, portanto, nas principais esferas em que se exerce o culto exacerbado à masculinidade (Bandeira & Seffner, 2013; Franzini, 2005; Salvini *et al.*, 2012). O futebol, principalmente o profissional e regulado, é um elemento da masculinidade para milhões de fãs do sexo masculino no mundo inteiro (Cleland, 2018). A constante busca pela afirmação de si – corolário da dominação masculina (Bourdieu, 2002) –, no futebol, é o que colabora para que simpatizantes ao esporte se espelhem na mesma lógica combativa do que ocorre em campo – onde certo nível de agressividade é até desejável (Souza, 1996) –, chegando ao auge nos confrontos deliberados com agrupamentos adversários⁷ (Elias & Dunning, 1992).

Cabe salientar que, se o futebol engendra violência como elemento de masculinidade, muito se deve ao respaldo encontrado no contexto sociocultural (Bandeira, 2010; Toledo, 2000). No ocidente, as masculinidades buscam refletir determinados valores – em detrimento a outros, considerados inferiores – para os homens, através das instituições (Connell, 1987a; 1995), e o esporte é uma delas, na medida em que “a validação da masculinidade, em muitos momentos, é proporcionada pelo esporte – em especial esportes de contato – onde elementos de virilidade frequentemente são trazidos à tona e reafirmados” (Salvini *et al.*, 2012, p. 405).

⁶ Uma questão controversa é sobre o uso do heterossexismo no lugar de heteronormatividade (discussão que vem a ser apresentado no capítulo subsequente) (Herek, 2004); sendo que este último é um conceito bastante presente nos estudos *queer* (Miskolci, 2009).

⁷ O *hooliganismo*, um neologismo que designa o extremo das violências decorrentes da associação clubística em relação a esportes praticados coletivamente, é o que motiva torcedores a se confrontarem com torcedores adversários tão somente pelo reconhecimento da sua capacidade de luta; combatendo ao outro simplesmente pelo prazer em combater, e, subvertendo, em certa medida, a “lógica de ser torcedor” (Elias & Dunning, 1992).

Pode-se advogar que a masculinidade não está em uma relação de determinismo para com o futebol; é antes uma função dos valores socioculturais, em que jogadores e torcedores constroem um “currículo de masculinidades”, isto é, uma pedagogia do que é ser homem nestes espaços (Bandeira, 2010). Por outro lado, a demanda sociocultural não somente se retroalimenta sozinha pelo futebol, mas busca forjar a todo tempo um referencial de homem forte, agressivo, viril e competitivo (Damo, 2008; Oliven & Damo, 2001).

Contudo, afirma-se também que no futebol ocorre uma violência mais sutil do que física propriamente dita, uma vez que a manifestação agressiva ao nível da palavra já se encontra naturalizada (Almeida & Soares, 2012; Bandeira & Seffner, 2013; Bellos, 2014; Damo, 2008; Oliven & Damo, 2001; Souza, 1996). Esta forma de violência, simbólica (Bourdieu, 2002), está na esfera da linguagem ofensiva, injuriosa e irônica – presente há muito nos estádios de futebol e agora também nas redes sociais (Bandeira & Seffner, 2013). Estes discursos dependem ainda, opostamente, do silêncio dos insultados para se tornarem “parte do jogo” (Salvini *et al.*, 2012).

No contexto das masculinidades hegemônicas (Connell, 1987a, 1987b, 1995), a violência visa confirmar quais atributos socioculturais são desejáveis e quais são indesejáveis para o que é da esfera masculina. Neste último caso figura a homossexualidade, considerada socialmente como uma espécie de masculinidade insuficiente, subdesenvolvida e, portanto, afeminada (Kimmel, 1994; 1998). Por esse princípio, a violência simbólica, fruto da dominação masculina no âmbito do futebol, influi negativamente não só em homossexuais, mas também nas mulheres (Salvini *et al.*, 2012; Souza, 1996), já que “dois dos elementos constitutivos na construção social de masculinidades são o sexismo e a homofobia” (Kimmel, 1998, p. 105).

Contudo, no terreno do futebol, a violência simbólica perpetrada contra os *gays* difere-se daquela vivenciada pelas mulheres. A mulher apresenta-se como corpo que proporciona certa inteligibilidade social⁸ (Butler, 1990; 1993; 2006), no espaço do futebol, passando pela compreensão que ora a discrimina simplesmente tomando como inadequado ser do gênero feminino para quaisquer práticas (jogar/torcer) de futebol (Bandeira & Seffner, 2013; Franzini, 2005), ora pela suposição de que tal mulher seja alguém homossexual, baseando-se em estereótipos de gênero e, portanto, estigmatizando (Salvini *et al.*, 2012). No caso do indivíduo *gay*, a lógica é a de que “a imagem do homossexual é incongruente aos olhos dos espectadores que entendem o futebol como reduto da força física, como se a liberdade sexual estivesse ligada a ter ou não força, ter ou não virilidade” (Almeida & Soares, 2012, p. 314).

⁸ A inteligibilidade (de gênero ou sexualidade) pode ser designada como “aquilo que se produz como consequência do reconhecimento de acordo com as normas sociais vigentes” (Butler, 2006, p. 15).

Mas, no futebol, a categoria homossexual se encontra em uma situação ambivalente. Representaria a antítese perfeita da crença “futebol, o lugar da masculinidade” – em que a extensão deste pensamento é a de que *gay*, assim como mulher, nada tem a ver com futebol (Franzini, 2005; Souza, 1996) –, não fosse pelo fato de que a homossexualidade não sai do discurso dos próprios torcedores, que ofendem a todo tempo: como forma de provocação, aos adversários, são atribuídos palavrões que os associam à homossexualidade, condição, portanto, de masculinidade inferior (Bandeira, 2010; Damo, 2008); como forma de protesto, os goleiros são rotulados de afeminados quando permitem ao time adversário fazer gols (Souza, 1996) e; como forma de punição, até mesmo aos jogadores, que sejam supostamente considerados homossexuais, são dispensados insultos (Almeida & Soares, 2012; Bandeira & Seffner, 2013; Camargo, 2018). Nesse último caso, algumas manifestações de ódio têm ultrapassado os estádios de futebol e promovem a degradação moral dos atletas ante à sociedade (Cassidy, 2017; Cleland, 2014; Cleland, Magrath, & Rian, 2018; Schallhorn & Hempel, 2017).

Nesse sentido, a simples presença de jogadores declaradamente *gays* no futebol é tanto mais problemática por, não somente passar pelo crivo dos próprios torcedores, mas de outros agentes ligados ao futebol – técnicos e imprensa, por exemplo (Bandeira & Seffner, 2013; Cassidy, 2017; Cleland, 2014; Cleland, Magrath, & Rian, 2018; Schallhorn & Hempel, 2017). No futebol, além do que não seja homem e heterossexual não gozar de prestígio (Souza, 1996), a máxima por trás de tal lógica é que: “é importante ser corajoso e masculino, destemido e masculino, ousado e masculino, honrado e masculino” (Bandeira & Seffner, 2013, p. 251).

Desta forma, “a masculinidade se constrói e se afirma publicamente contra a homossexualidade, o que engendra um potencial de violência sempre prestes a se liberar, sobretudo quando os homens estão em grupo” (Eribon, 2008, p. 127). Por outro lado, é em função da mesma associação que visa repelir os homossexuais destas arenas esportivas, que se estabelece entre homens um forte vínculo homosocial (Eribon, 2008). A homosocialidade é o termo que serve para fazer menção à solidariedade masculina, que promove o afeto e a estima entre homens, em situações de extrema convivência masculina como é, por exemplo, o caso do exército e das instituições esportivas. Em linha tênue, paradoxalmente, é o que também regula as relações masculinas reprimindo possíveis desejos homoeróticos através da projeção reiterada de um estigma: o homossexual (Sedgwick, 1985). Assim, a ofensa se faz, além de uma violência, como forma de socialização masculina nos estádios (Bandeira, 2010).

Portanto, existe a necessidade em se subalternizar a figura do homossexual, visto no futebol como menos masculino. É pela via da injúria (Eribon, 2008) que se afasta, de inúmeras

maneiras – cânticos homofóbicos, piadas, gestos obscenos, enfim, um *continuum* de ofensas –, expressões de gênero e sexualidade do futebol consideradas ininteligíveis (Camargo & Kessler, 2017) e “perigosas” para a construção dos laços masculinos neste âmbito (Bandeira & Seffner, 2013). Ademais, a afeminação, como estigma agravante, é mal vista no futebol, já que é a condição desestabilizadora do paradigma masculino, que se edifica sob a lógica do culto excessivo à virilidade (Bandeira, 2010).

A homofobia emerge como uma das mais expressivas violências simbólicas no contexto do futebol, de modo tão arraigado na cultura ao ponto de não se tratar, não se conscientizar e não se falar acerca deste problema (Bandeira, 2010; Bandeira & Seffner, 2013; Oliven & Damo, 2001). Pode-se afirmar que a homofobia é significativa de tal modo neste contexto, que: “não se dá somente pela agressão física diretamente direcionada contra o homossexual, mas pode se firmar de maneira sutil e até imperceptível” (Almeida & Soares, 2012, p. 305), bem como, em sentido mais amplo, “é compreendida como um instrumental de dominação, por meio do qual os sujeitos e grupos sociais disputam espaços de legitimidade e de reconhecimento e, portanto, de poder” (Almeida & Soares, 2012, p. 303).

Nesse sentido, reconhece-se, ao lado da homofobia, a dimensão que a heteronormatividade adquire para a (re)produção da homofobia no contexto do futebol pelos ideais de masculinidade. Segundo Miskolci (2009), a heteronormatividade é designada como o dispositivo vigente em uma ordem social – e que, em alguma medida, é uma ordem sexual (Rubin, 1993; Sedgwick, 1985) –, que preconiza a heterossexualidade como a norma. *A priori*, a heteronormatividade é uma pretensão de coerência entre sexo/gênero/sexualidade (Souza, 2017). Cabe reconhecer, antes de tudo, que o termo heteronormatividade porta sobreposições⁹ com outros termos como a própria homofobia (Costa & Nardi, 2015), mas principalmente com heterossexualidade compulsória e heterossexismo (Miskolci, 2012).

Segundo Warner (1993), a heteronormatividade foi desenvolvida a partir da constatação de um dispositivo anterior – o da sexualidade –, fruto das reflexões de Michel Foucault (1985). Como dispositivo, consiste no conjunto de medidas, regulamentos e discursos e saberes que produzem uma verdade sobre sexo, o que possibilita às instituições a interpelação moral dos sujeitos que não se inscrevem nessa verdade, sendo exemplar os efeitos da construção social do homossexual como anormal e patológico (Foucault, 1985; 1998; 2001).

Assim, o esporte, uma reconhecida instituição normativa, alcança eficácia por meio da violência discursiva, que visa “instaurar e reproduzir a distância intransponível não só entre a

⁹ Tal discussão é retomada no capítulo segundo.

norma e a homossexualidade, mas também, por via de consequência, entre o homossexual e si mesmo” (Eribon, 2008, p. 144). Nos termos de Eribon (2008), é o contexto onde a identidade do homossexual se torna “irrealizável”. Assim, salvo no caso de expressões e performances mais afeminadas, a homossexualidade, no futebol, tem seu estatuto instituído sob o silêncio.

Conforme já considerado, uma das particularidades da violência simbólica é a de que “o dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista do dominante” (Bourdieu, 2002, p. 71). Assim, a estigmatização social (Goffman, 2012), seja pela rotulação enquanto homossexual, seja pelo constrangimento do insulto, real ou potencial, é o que leva tal indivíduo a acatar os mesmos esquemas de percepção de quem o violenta, vivendo envergonhadamente a própria experiência sexual, manifesta em tentativas de invisibilização perante a sociedade que o recrimina (Bourdieu, 2002; Eribon, 2008; Goffman, 2012).

A ampla estigmatização social ocorrida no decurso da história contribuiu sobejamente para a automática concepção da figura homossexual como estereotipada (Goffman, 2012), afeminada e patológica (Foucault, 1985; 2001). Nesse quadro, problematiza-se a injúria, uma categoria discursiva constitutiva da experiência homossexual na sociedade – salvo exceções –, que chega desde muito cedo para oprimir e impõe, caso não esteja disposto a abdicar da verdade sobre si, nenhuma outra alternativa a não ser conviver com a experiência ultrajante de uma subjetividade *gay* (Eribon, 2008).

O insulto desta natureza predestina-se a inaugurar na esfera da linguagem as relações de dominação às quais os homossexuais estão subordinados e têm que lidar, os posicionando socialmente na escala dos indivíduos moralmente inferiores (Eribon, 2008). Todavia, é também no entendimento de Eribon (2008), esse, o mesmo discurso que, em sua lógica subvertida, se perfaz potencial para ressignificar violências vivenciadas (Butler, 1997), a começar pela declaração de si, sobre ser homossexual, rompendo com o regime do dispositivo do armário (Sedgwick, 2007).

A proposição do autor é a de que a solidariedade entre os indivíduos estigmatizados socialmente torna-se estratégia de enfrentamento contra a violência, seja ela física ou simbólica, proporcionando o sentimento que vem a gestar o movimento social de coletividade *gay*. Inclusive, historicamente, os guetos¹⁰ entre homossexuais surgiram como formas de

¹⁰ “Guetos são espaços ou estreitos territórios circunscritos e demarcados, geralmente periféricos e marginais, em que foram encapsuladas e segregadas dadas minorias (étnico-raciais, sexuais, religiosas e/ou sociais)” (Camargo & Rial, 2011, p. 978). A perspectiva de guetos é consideravelmente empregada pela Escola de Chicago, uma abordagem sociológica que se concentra em fenômenos urbanos, centrando sua análise sob as interações sociais ocorridas entre os grupos no contexto da cidade e do território – uma microssociologia (Camargo & Rial, 2011).

estrategicamente sobreviver a um mundo que os marginalizou, não por injúrias cotidianas, mas também por um aparato médico-legal (Foucault, 1985; 2001).

Neste sentido, a premissa da injúria, se assemelha à proposição *queer* – uma vertente de estudos sobre gênero e sexualidade, de cunho principalmente pós-estruturalista, que tem se tornado mais proeminente a partir do final do último século. *Queer*, uma injúria derivada do contexto norte-americano, que serve para designar no caso brasileiro o rótulo da “*bicha*”, surgiu como forma de ressignificação não somente do movimento *gay*/lésbico e feminista, mas também dos estudos que a este movimento se seguiram (Miskolci, 2009; 2012), apropriando-se da heteronormatividade como uma de suas principais categorias de análise (Miskolci, 2009).

No caso brasileiro, é possível traçar como um dos reflexos desse giro de perspectiva, a mudança de concepção do antigo movimento homossexual (Fry & McRae, 1985; Simões & Facchini, 2009) e predominantemente “movimento *gay*” –, para o atual movimento denominado de LGBT, no qual a sigla, respectivamente, representa amplas dissidências de gênero e sexualidade: lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis; empregando a ideia de uma comunidade maior, estabelecida sob a premissa da diferença e relutante às tentativas de homogeneização (Miskolci, 2009; 2012; Simões & Facchini, 2009).

Transpondo para o contexto local,

O Brasil, como vários outros países, passa por um processo de importantes redefinições que têm como foco a sexualidade. Discute-se o que deve ou não ser tolerado ou criminalizado¹¹, o que deve ou não receber o amparo legal e a atenção de políticas públicas. À primeira vista, tais discussões podem parecer afeitas à moralidade privada, ou dizer respeito apenas a minorias muito específicas. No entanto, têm um alcance seguramente maior. [...] a sexualidade, longe de ser matéria confinada à intimidade e à privacidade de cada qual, é um terreno político por excelência (Simões & Facchini, 2009, p. 12).

Diante deste quadro, advoga-se pela investigação das modalidades discursivas que residem em clubes de futebol formados exclusivamente por indivíduos homossexuais assim abertamente declarados e como estes clubes constituem-se em formas de combate à heteronormatividade e homofobia. Ou seja, enquanto questão de pesquisa o que se pretende responder é o seguinte: “*considerando a organização de indivíduos gays em agrupamentos eminentemente masculinizados, tais como os clubes gays de futebol, quais são as práticas*

¹¹ No ano de 2019, há um avanço na esfera jurídica brasileira, no sentido de criminalização da LGBT-fobia, isto é, a punição ante às constantes investidas e a ação violenta, pela via injuriosa ou mesmo de agressão física, destinada a aniquilar dissidências de gênero e sexualidade. Entretanto, tal proposição ainda encontra, no desfecho dessa pesquisa, resistência no parlamento brasileiro, que entende a pauta como ilegítima, por supostamente ferir liberdades de expressão, um outro preceito constitucional.

discursivas de resistência frente à homofobia e à heteronormatividade, vigentes no âmbito sociocultural e desportivo brasileiro, que perpassam a tais contextos?”.

Logo, a presente dissertação de mestrado tem por objetivo **“analisar práticas discursivas que permeiam clubes brasileiros de futebol gay, no sentido de resistir à homofobia e à heteronormatividade vigentes nas instâncias sociocultural e institucional/desportiva”**. Três objetivos específicos auxiliaram no alcance do objetivo geral. Foram eles: i) identificar as peculiaridades dos clubes de futebol *gay* em relação ao contexto institucional/desportivo; ii) explicitar a coocorrência de modalidades discursivas hegemônicas e subversivas nos referidos clubes, em termos de homofobia e heteronormatividade; iii) refletir sobre as estratégias que a resistência tem adquirido no contexto do futebol *gay* brasileiro.

Para além das reflexões iniciais, o estudo emerge da necessidade de buscar-se compreender o fenômeno dos clubes de futebol *gay*, contribuindo aos estudos organizacionais críticos alinhados ao paradigma humanista-radical¹² (Burrell & Morgan, 1979). A fim de justificar escolhas teórico-metodológicas que auxiliem na compreensão do fenômeno supracitado, primeiro foi realizado um estudo exploratório, ainda dentro do campo organizacional, debruçado sob a temática nos campos correlatos que subsistem à temática. Foram acessadas pesquisas que se lançaram a compreender os campos de estudo das masculinidades, da homossexualidade e dos estudos *queer* dentro dos estudos organizacionais.

Os estudos envolvendo gênero e masculinidades, mesmo internacionalmente, são recém-introduzidos no campo dos estudos organizacionais, de modo que no Brasil o predomínio de publicações dá-se entre 2008 e 2010 (Souza, Moraes, Duarte, & Higashi, 2012). Embora haja uma expansão nos interesses de pesquisa envolvendo a temática do gênero em estudos organizacionais brasileiros, retratado por meio do aumento de grupos de pesquisa institucionalizados, a partir do ano de 2008 (Andrade, Macedo, & Oliveira, 2014), é sugerido que a masculinidade ainda é um assunto que desperta pouco interesse da comunidade acadêmica. Há, de fato, pouca produção sobre o assunto masculinidades na academia brasileira de administração e o tópico é latente (Andrade *et al.*, 2014; Souza *et al.*, 2012).

Nesse aspecto, pode-se resgatar o artigo de Souza *et al.* (2012), que, ao realizarem uma revisão de literatura tendo por base o decênio 2001-2010, concluíram que o masculino é um tema que carece de novas reflexões. Uma das principais propostas dos autores é a de que se pesquise inclusive o masculino em homossexuais, de forma a apreender como se processa a discriminação em função de um ideal hegemônico e identitário de masculinidade. Na ótica de

¹² Tipologias de pesquisa, e em qual(is) este estudo se aproxima, são tratadas no capítulo quarto do presente escrito.

Souza *et al.* (2012), ainda, a produção científica que se tem é marcada pela incongruência conceitual, retroalimentando o equívoco de estudos sobre masculinidades como sinônimo de sexo masculino ou apenas homens e desconsiderando que o termo é inclusive heterogêneo.

Em relação à dissipação de tais equívocos, não pode-se deixar de mencionar o estudo de Souza e Pereira (2013), que desvelaram os implícitos do preconceito exercido mutuamente entre homossexuais, no qual, muitos dos sujeitos fundamentavam-se, no campo das relações de trabalho, em preceitos de gênero. Além disso, a homossexualidade propriamente dita, no campo das análises organizacionais, é destacada pelo estudo de Pompeu e Souza (2018), os quais, por meio de levantamento bibliográfico do período de 2005 a 2014, identificaram uma profusão de abordagens a respeito da sexualidade em estudos organizacionais, dentre elas a dos estudos *queer* – corrente recém introduzida no campo dos fenômenos organizacionais (Parker, 2001).

No que tange à discussão dos estudos *queer* na área de estudos organizacionais, pôde-se recuperar mais de um estudo dissertando, pelo menos, sobre a relevância da temática. Dado que a teoria *queer*, do ponto de vista epistemológico, está fundamentada no pós-estruturalismo – onde se acrescenta uma visão pós-identitária, assim como uma perspectiva de engajamento frente às práticas opressivas direcionadas à sexualidade – tem-se nela própria a possibilidade de análise dos dispositivos de poder que regem a sexualidade (Souza & Carrieri, 2010). No limite, o *queer* insere-se academicamente como um projeto de ação política (Souza, 2017).

Ademais, a teoria *queer* não deve ser pensada apenas como o estudo de minorias ou uma identidade específica, mas um verbo, um projeto de ação política. Apropriando-se do termo *queer* para ressignificar o movimento de liberação sexual e de gênero, a analítica *queer* (Souza, 2017) propõe desestabilizar uma série de discursos vigentes na sociedade e combater um dos seus pressupostos, que é a heteronormatividade (Miskolci, 2009; 2012).

Para Souza e Carrieri (2010), os postulados de Foucault (1985), por trás da teoria *queer*, ajudam não apenas a acessar uma teoria mas uma analítica sobre o poder, de modo a fugir da construção das metanarrativas presentes nos estudos estruturalistas. Cabe definir que, diferindo do estruturalismo, o pós-estruturalismo visa a “compreensão teórica geral da linguagem e da cultura, que são concebidas em termos de sistemas linguísticos e simbólicos nos quais as inter-relações entre elementos que os constituem são vistas como mais importantes do que os elementos considerados isoladamente” (Peters, 2000, p. 36).

Nesse sentido, conforme os estudos *queer* têm se expandido, os estudos organizacionais têm também se apropriado dos seus pressupostos para estudar fenômenos organizacionais, como: amizade no ambiente de trabalho, liderança, subjetividade e identidade, beleza e

embodiment, políticas de orientação sexual, gênero e performatividade, humor, temporalidade e espaço (Souza, 2017). Contudo, constata-se que os pressupostos dessa abordagem não têm sido incorporados ao âmbito das formas organizacionais desportivas. Assim, a contribuição, em parte, é vislumbrada pela possibilidade de suprir tal carência teórico-empírica.

Apesar disso, em perspectivas pós-estruturalistas como a *queer*, se reconhece que a resistência ao poder nunca se manifesta absolutamente; antes é contextual (Peters, 2000). Nesse contexto das relações de poder e heteronormatividade no futebol, mas principalmente linguagem, pode-se pressupor que “a ação sempre é tomada numa configuração estratégica na qual pode se deslocar seguindo as transformações pelas quais em parte é responsável, mas nunca pode escapar a esse jogo móvel e flutuante, e sempre relacional, das relações de força” (Eribon, 2008, p. 379).

Assim, a importância em se estudar a resistência por meio do discurso produzido, na presente dissertação de mestrado, apoia-se no pressuposto fundamental de que enunciados e discursos homofóbicos e heteronormativos podem ser subvertidos (Butler, 1997; Eribon, 2008). Conforme preconizado por Butler (1997), o contradiscurso visa reverter o poder, se manifesta como resignificação de discurso e, portanto, de poder. Todavia, se compreende que “o “discurso reverso” (ou contra-discurso), não é necessariamente um outro discurso, um discurso contrário. Pode ser o mesmo discurso, que procede de acordo com as mesmas categorias, mas que inverte ou transforma o que elas significam” (Eribon, 2008, p. 378).

Outro aspecto que converge para a relevância deste estudo é a inserção de jogadores declaradamente *gays* nos campos de futebol. Tem-se que tal assunto ainda é sub explorado, a considerar-se a incidência geral da temática tanto em publicações acadêmicas e científicas brasileiras como internacionais (e.g.: Bury, 2015; Jarvis, 2015; Jones & McCarthy, 2010; Stasi & Evans, 2013), o que consiste, portanto, em uma instigante lacuna de pesquisa.

A partir dos pressupostos dos estudos *queer*, observa-se nos estudos do esporte maior intersecção nos últimos anos com as áreas de gênero e sexualidade, despontando assim como um profícuo campo de pesquisa, capaz de problematizar concepções homofóbicas e heteronormativas nas instituições esportivas. Nesse sentido, são representativos os estudos de Bandeira e Seffner (2013), Camargo (2018), Camargo e Kessler (2017), Camargo e Rial (2011), Caudwell (2008), Kian, Clavio, Vincent e Shaw (2011) e Piedra (2015).

Contudo, grande parte dos estudos sobre o futebol que versam sobre a questão homossexual – em nível internacional, principalmente – dos últimos dez anos (Cashmore & Cleland, 2011; 2012; Caudwell, 2011; Cleland, 2014; 2015; 2018; Cleland, Magrath, & Rian,

2018; Magrath, Anderson, & Roberts, 2015; Murray & White, 2017; Roberts, Anderson, & Magrath, 2017) encontram-se estabelecidos sob a premissa das masculinidades inclusivas¹³ (Anderson, 2009), uma extensão conceitual da ideia de masculinidades hegemônicas (Connell, 1987a; 1995; Connell & Messerschmidt, 2013), que preconiza múltiplos modelos de masculinidade em uma sociedade, mas também considera, dentro de uma tipologia, uma delas como sendo a dominante. De tal modo, a inserção do homossexual no terreno esportivo, no debate acadêmico, tem sido uma função marcada pela tolerância e não da plena inclusão (Camargo, 2018).

No estudo das práticas esportivas, tal suposto da inclusão e tolerância ao homossexual reifica uma concepção de desvio e ininteligibilidade do *gay* nestes espaços. Também, a grande maioria das pesquisas tem estudado percepções de heterossexuais sobre homossexuais, fazendo notar a ausência de pesquisas especificamente **com** homens *gays*. Em paralelo, começam a emergir estudos sob a ótica *queer* versando sobre a inserção de homossexuais nos esportes por meio da constituição dos seus próprios agrupamentos, visando à contestação radical da heteronormatividade e homofobia, sendo que, no bojo destas expressões encontram-se os clubes de futebol *gay*.

Internacionalmente, estas iniciativas – clubes de futebol formados exclusivamente por jogadores *gays* –, emergem de maneira relevante, de modo que podem ser destacados os estudos de: Bury (2015), que investigou e teceu críticas acerca dos planos de combate à homofobia no Reino Unido, elencando ações no que remete aos clubes desportivos, dentre eles os de futebol, formados por atletas *gays*; Stasi e Evans (2013), que demonstraram como jogadores de um time *gay* islandês incorporam e negociam o gênero masculino em seus discursos; Jones e McCarthy (2010), que discorreram sobre as representações hegemônicas em clubes de futebol *gay* no Reino Unido e; Jarvis (2015), que apresentou, ainda sob a lógica da masculinidade inclusiva (Anderson, 2009), a gradativa inserção de heterossexuais em clubes de futebol formados majoritariamente por indivíduos *gays*.

Em relação à coletividade *gay* nos esportes, nas suas mais variadas formas de associação, destacam-se nacionalmente os estudos sobre a formação das “torcidas organizadas *queer*”, surgidas mais expressivamente no contexto das redes sociais e que têm buscado abordar e reverter o discurso ofensivo e a homofobia no futebol (Bandeira & Seffner, 2013). Também, já existem registros a respeito dos *Jogos da Diversidade* (Camargo, 2016; Camargo & Rial,

¹³ “Teoria da masculinidade inclusiva serve como uma teoria social-construcionista que incorpora simultaneamente (durante os períodos de alta homofobia) e desafia (durante o diminuir e períodos de diminuição da homofobia cultural) a teorização de Connell (1987)” (Anderson, 2002, pp. 08-09).

2011), o qual consiste em um evento anual no qual, dentre outras modalidades esportivas, há participação de clubes de futebol *Society* formados exclusivamente por atletas *gays*. Porém, estes registros, além de escassos, se resumem a apenas reconhecer a existência da iniciativa.

Considera-se, assim, que encontra-se em franca emergência uma diferente forma de resistência à homofobia e à heteronormatividade no futebol. Todavia, o clube de futebol *gay* brasileiro, uma instância que privilegiaria a subversão da homofobia no futebol, ainda se apresenta como uma longínqua perspectiva de estudo, mais desenvolvida internacionalmente (Bury, 2015; Jarvis, 2015; Jones & McCarthy, 2010; Stasi & Evans, 2013).

Além disso, os achados empíricos brasileiros ainda se encontram em torno da problematização da heteronormatividade presente dos grandes torneios de futebol (Almeida & Soares, 2013; Bandeira & Seffner, 2013; Camargo, 2014; 2016; 2018; Camargo & Kessler, 2017; Camargo & Rial, 2011; Pereira *et al.*, 2014), enquanto fenômenos e iniciativas mais localizadas, como é o caso dos clubes *gays* de futebol *Society*, tendem, portanto, a se manterem fora do eixo de pesquisa. É em função deste panorama que se originou a presente pesquisa.

Os fundamentos teóricos da pesquisa são múltiplos. Encontra-se especialmente assentada no pensamento do filósofo Michel Foucault (1985; 1998; 2001), resgatando discussões sobre sujeito, sexualidade, controle social, dispositivos de poder e resistência, bem como, inclui os debates que se sucederam, de teóricos contemporâneos interessados na hegemonia e ideologia da masculinidade heterossexual nas instituições sociais (e.g.: Bento, 2015a; Butler, 1990; Bourdieu, 2002; Connell, 1987a; 1995; Kimmel, 1994; Miskolci, 2013; Sedgwick, 1985; 2007), capturando a dinâmica da homofobia e heteronormatividade. Nesse sentido, o capítulo segundo, intitulado “**Homofobia, Heteronormatividade, Resistência e Discursos**” traz reflexões teóricas que embasaram a dissertação em tela.

Em termos de referencial teórico-empírico – debruçado no que tange ao problema da discriminação do homossexual no esporte e no futebol –, o estudo vale-se das contribuições anteriores de autores da pesquisa correlata à presença da homossexualidade no esporte (e.g.: Anderson, 2009; Bandeira, 2010; Bandeira & Seffner, 2013; Camargo, 2018), os quais têm buscado desvelar o fenômeno da dominação masculina heterossexual, e, por conseguinte, a subalternização do *gay* e do feminino, que escapam à ideologia de masculinidade vigente nas instituições de esporte. O capítulo terceiro – “**Discriminação e resistência *gay* nas instituições esportivas**” – da presente obra discorre, aos moldes de um levantamento bibliográfico, acerca das problemáticas envolvendo práticas discursivas de homofobia, heteronormatividade, inclusão e resistência nas referidas instituições.

O quarto capítulo, denominado “**Procedimentos Metodológicos**”, ilustra o processo de condução e construção da pesquisa. Está organizado por meio das seguintes seções: caracterização geral da pesquisa; pesquisa bibliográfica; pesquisa de campo (que compreende acesso ao campo, observação não-participante, seleção dos participantes, entrevistas semiestruturadas, coleta e tratamento dos dados) e; a análise do discurso, sublinhando a relevância da analítica foucaultiana do discurso e da questão do poder como apropriada para o problema em questão, uma vez que foi o que possibilitou capturar práticas discursivas de resistência (e hegemônicas) referentes à homossexualidade que têm perpassado do nível das práticas sociais à instância micropolítica que compreende os clubes *gays* de futebol.

Cada conjunto de práticas discursivas permitiu acessar uma série de enunciados, sendo que o capítulo de análise e discussão de dados leva o nome de “**Discursos de Resistência no Futebol Gay Brasileiro: Resultados e Discussão**” e apresenta-se organizado em conformidade às quatro categorias analíticas identificadas: i) “O preconceito se aprende”: homofobia como prática pedagógica de masculinidades; ii) “Sempre joguei futebol, mas nunca podendo ser eu mesmo”: modos de objetivação e subjetivação no futebol; iii) “Vão achar que é uma piada, mas para nós é motivo de orgulho”: ferramentas de contestação da injúria e; iv) “O importante é saber jogar futebol”: silenciamento e invisibilidade de clubes *gays* de futebol. Tais práticas discursivas atuam em conformidade a uma ordem social superior, uma ordem discursiva, tendo nos enunciados a sua menor partícula, dotada de materialidade (Foucault, 2003).

Por fim, “**Reflexões finais**” é o último capítulo deste estudo e que o encerra destacando as principais conclusões obtidas. São debatidas implicações dos principais achados bem como novas proposições de investigação a partir das referidas implicações. São indicadas e discutidas também neste momento as limitações desta pesquisa, no que concerne às escolhas teórico-metodológicas e aos aspectos operacionais e de análise constatadas no decorrer da realização do estudo. Aborda-se, ao fim, como o estudo propicia contribuição para o campo dos estudos organizacionais críticos, ao sublinhar a necessidade de práticas políticas e práticas organizativas em contextos institucionais permeados por práticas discursivas que são elas mesmas, concomitantemente, indícios de poder e de agência/resistência.

2. HOMOFOBIA, HETERONORMATIVIDADE, RESISTÊNCIA E DISCURSOS

O presente capítulo versa no seu primeiro momento, na subseção “**A construção social da categoria homossexual os discursos homofóbicos**”, sobre a existência do dispositivo

histórico da sexualidade, que entendido como um mecanismo de biopoder, alçou a homossexualidade a uma categoria de sexualidade desviante nas sociedades ocidentais modernas, por meio de práticas discursivas médico-psiquiátricas e médico-legais (Foucault, 1985; 1998; 2001). Alinhada a esta discussão, incorpora-se o emprego da prática discursiva denominada “injúria” (Eribon, 2008), uma constante da construção social do homossexual que, precedida de interpelação e estigmatização, o inaugura na linguagem insultante, engendrando a sua subjetivação enquanto indivíduo considerado socialmente inferior.

A seção “**Homofobia, gênero e masculinidades**” desloca as reflexões para um quadro teórico que entende a homofobia como um subproduto das masculinidades hegemônicas, estratificadas (Kimmel, 1994; 1998) e da associação masculina (Sedgwick, 1985). Também, nesta seção não se deixa de considerar a leitura sobre a dominação masculina como violência simbólica, visto a preponderância da díade de dominação masculino *versus* feminino, constituída socialmente (Bourdieu, 2002). Articula-se esta seção principalmente na concepção relacional das masculinidades (Bento, 2015a; Connell, 1987a; 1987b).

A terceira seção deste capítulo – “**Heteronormatividade e “teoria *queer*”**” – retrocede às contribuições do pós-estruturalismo *foucaultiano* na promoção de um giro nos estudos de cunho feminista, *gay* e lésbico, ou seja, a chamada “teoria *queer*” – ou “analítica *queer*”, ou ainda “estudos *queer*”, para se falar em várias vertentes de estudo, já que não se trata de uma só teoria, conforme querem Souza e Carrieri (2010) e Miskolci (2009). Destas contribuições, se acrescem as questões que inserem a homossexualidade no dispositivo do armário (Sedgwick, 2007) e da regulação das relações homossociais (Sedgwick, 1985). Também, neste momento é de central importância o conceito de performatividade de gênero (Butler, 1990), na medida em que se entende a mesma como outra analítica para descrever o próprio sistema heteronormativo (Warner, 1993). Assim, pela amplitude analítica que o termo heteronormatividade proporciona, aqui é tomado como uma meta-categoria analítica, ao lado de homofobia, resistência e discurso.

Por último, na seção “**Movimento *gay*, subversão da injúria e política de resistência “*queer*”**”, apresenta-se a ressignificação do movimento homossexual a partir das contribuições acadêmicas dos estudos *queer*, identificando os deslocamentos de concepções, em terreno político, rumo a um movimento radical em favor das diferenças sexuais e de gênero. É apresentado no bojo desta seção o marco histórico que colaborou para a multiplicidade de movimentos que têm buscado levar adiante as pautas das dissidências de gênero e sexualidade – os LGBTs –, sem deixar de problematizar a hegemonia *gay* neste quadro. A principal contribuição desta seção é a de encontrar elementos para pensar resistências coletivas.

2.1 A construção social da categoria homossexual e os discursos homofóbicos

Michel Foucault (1985)¹⁴, no estudo da história da sexualidade, interessou-se por contestar a hipótese repressiva, apontando que tal hipótese consiste, em realidade, em um dispositivo¹⁵ que não é uma proibição, mas se inaugura e se produz por meio de discursos interseccionados e conjuntos de saberes (medicina, direito, psiquiatria, psicanálise e educação por exemplo). É a partir de tal consideração que Foucault vem demonstrar que, na verdade, em vez de apenas repressão e controle pelas instituições, há, no século XIX, um surto discursivo sobre o sexo, capaz de impor determinados conceitos, em uma série de construtos discursivos que inauguram uma mudança histórica específica (Salih, 2015).

A *História da Sexualidade*, esboçada em um escrito anterior (Miskolci, 2009) – *Os Anormais*¹⁶ – é sobre “o poder de normalização aplicado à sexualidade, às técnicas de normalização da sexualidade desde o século XVII” (Foucault, 2001, p. 53). Nas palavras do filósofo,

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (Foucault, 1985, p. 99).

Quanto ao dispositivo da sexualidade (*scientia sexualis*¹⁷), Foucault asseverou que,

Parece-me enfim que o século XVIII instituiu, com as disciplinas e a normalização, um tipo de poder que não é ligado ao desconhecimento, mas que, ao contrário, só pode funcionar graças à formação de um saber, que é para ele tanto um efeito quanto uma condição de exercício. Assim, e a essa concepção positiva dos mecanismos do poder e dos efeitos desse poder que procurarei me referir, analisando de que maneira, do século XVII até o fim do século XIX, tentou-se praticar a normalização no domínio da sexualidade (Foucault, 2001, p. 65).

¹⁴ Publicado em sua primeira versão no ano de 1976, sob o título original *Histoire de la Sexualité I: La Volonté de savoir*.

¹⁵ Foucault (1998) irá reconhecer a ação dos dispositivos, em parte biopolíticos, nas estatísticas epidemiológicas, nas tecnologias médicas, nas formas de higiene urbana – com aporte da física e da química –, e a imposição de modelos de famílias, como meio de contornar classes e categorias de indivíduos consideradas “perigosas”.

¹⁶ Conforme Miskolci (2009, p. 153, grifos do autor) complementa: “A analítica foucaultiana do poder foi esboçada no curso oferecido em 1975 com o título de “**Os Anormais**”. Nele, o dispositivo de sexualidade e o regime disciplinar surgem entrelaçados”.

¹⁷ Segundo Temple (2013), a *scientia sexualis*, no contexto ocidental moderno, se impõe como meio de produzir uma verdade comum, via discursos ora médico-legais, ora médico-psiquiátricos, engendra, no limite, mecanismos, não exatamente de interdição do sexo, mas da sua intensificação, incitação e multiplicação do desejo. Como a verdade do sexo, os procedimentos e como se ordenam, e daí a relação poder-saber; há um disciplinamento dos corpos de acordo com a matriz moral/sexual.

Em outras palavras, na analítica foucaultiana sobre a sexualidade, um dispositivo é aquilo que se predestina a ser uma verdade sobre o sexo, interditando determinadas formas de existência na vida pública e agenciando processos de subjetivação (Nardi, 2007). Nesse aspecto, cabe distinguir o dispositivo de sexualidade face ao dispositivo de controle/punição – outro campo de estudo cuja abordagem do filósofo foi extensiva (Foucault, 1998) –, na medida em que o dispositivo da sexualidade tem sua especificidade por ser

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (Foucault, 1998, p. 244).

Assim, o dispositivo da sexualidade é abrangente: é o nome que se pode dar ao conjunto não só discursivo, mas ao conjunto de medidas, regulamentos e instituições. Os discursos interseccionados (psiquiátricos, jurídicos, políticos, etc.), permitem ao dispositivo da sexualidade inscrever-se em um regime de poder-saber, um regime de produção da “verdade”, que não tem sua atuação pontual, vertical, ou mesmo explícita, mas que se encontra “capilarizado” socialmente (Foucault, 1998).

A implicação desta noção de poder para Foucault (1985) é compreendê-la relacionalmente, microfísica e estabelecida de modo discursivo, sem a ideia de se expandir somente a partir de um polo superior irradiador de dominação. O poder é uma prática social, e assim o sendo, está circunscrito em relações de instituições e aparelhos estatais, tal como a lei. Cabe recuperar que o pensamento do filósofo acerca do poder, em sentido literal, é:

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes do domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização: jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam, entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação de lei, nas hegemonias sociais (Foucault, 1985, pp. 88-89).

Segundo Louro (1997), a analítica do poder é uma das abordagens mais significativas do pensamento foucaultiano, perpassando vários de seus objetos de estudo. A visão do filósofo é a de que o poder não seria algo centralizado, tampouco o privilégio ou mesmo a propriedade de alguém que o exerce de maneira imanente. O poder, em vez disso, requer o olhar para a sua atuação horizontal e ascendente, isto é, em rede e de modo “capilarizado” – termo caro às suas obras. O seu exercício, complementa Louro (1997), seria mais como estratégia e o enfoque de Foucault (1985) seria nos efeitos do poder.

Outro aspecto a ser salientado sobre a analítica do poder é que ele não é tomado como estável. Deve-se supor que tal poder é exercido pelos sujeitos e tem reflexos sobre suas ações. Assim, ao se pensar em exercício de poder, o que Foucault (1985) coloca é que ele se dê entre os sujeitos, mas que, em alguma medida até são capazes de resistir (Louro, 1997). É daí que surge a polaridade do poder, concebida como algo sem fixidez, mas que concede pistas para o que se avizinha neste trabalho e que constará múltiplas vezes na obra do autor: “lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 1985, p. 90).

A partir dos insumos acima trazidos, podem ser recuperadas as pistas para a análise da construção social do homossexual. A homossexualidade é, primeiro, uma categoria discursiva inventada (Foucault, 1985; 2001). Até 1860 não haviam homossexuais (havia pederastas e sodomitas – em um contexto do direito) e a partir do interesse da medicina em investigar a “espécie” homossexual é que esse “personagem” se difundiu. O que se quer dizer é que a homossexualidade nem sempre foi posta como está hoje, mas já adquiriu diversos significados ao longo do tempo (Borrillo, 2010; Simões & Facchini, 2009). Em determinadas sociedades, como a Grécia Antiga, por exemplo, permitia-se sexo oral apenas com escravos e o *status* de sujeito, se perfazia à medida que o homem mantinha relações homossexuais, na sua juventude, com outros homens mais velhos (Borrillo, 2010).

Como a sexualidade se propôs um objeto social dos discursos de regulação e normalização, a homossexualidade logo que é inventada passa a fazer parte das modalidades discursivas das sociedades ocidentais modernas, sendo enquadrada como algo inaceitável e pervertido (Foucault, 1985; 2001). A homossexualidade decorre da forma como o conhecimento e os saberes dominantes se organizam, estando automaticamente inscrita, de maneira subordinada, em outro dispositivo histórico de poder, o biopoder (Foucault, 1985).

O biopoder, no quadro foucaultiano, pode ser definido como o poder capaz de controlar as populações, de controlar a vida, de controlar os corpos – entendidos como espécies –, sendo que tal mecanismo engloba o “conjunto de disposições e práticas que foram, historicamente, criadas e acionadas para controlar homens e mulheres” (Louro, 1997, p. 41). De tal forma, é o biopoder que preconiza a reprodução dos moldes da família nuclear heterossexual, tendo como implicação o desenvolvimento de uma racionalidade, que proporciona instaurar uma verdade sobre sexualidade, em um quadro que inclui poder-saber, ciência-lei (Foucault, 1998).

Segundo Miskolci (2013) complementa,

o termo biopolítica se refere à emergência e expansão histórica de um conjunto de saberes e práticas que atuam sobre a vida dos corpos e das populações. Na sociedade

contemporânea, o controle social sobre os indivíduos, como bem observa Foucault, não se dá apenas a partir das ideologias, mas principalmente a partir do corpo. Em uma perspectiva foucaultiana, os corpos estão inseridos no campo político e as relações de poder têm alcance imediato sobre eles (Miskolci, 2013, p. 21).

Nesse sentido, para se regular o homossexual, se precisou primeiro que ele fosse criado como uma criatura por dispositivo regulado por saberes. Esse dispositivo, estando inscrito em uma relação poder-saber, consiste mais em uma “ironia do dispositivo da sexualidade”, e diferente do que se acredita na hipótese da repressão, há uma organização sobre como dizer e como não dizer a sexualidade (Foucault, 1985).

A homossexualidade emergiu na história como uma categoria em “desrazão” (Eribon, 2008), na qual a principal medida a ser tomada era a sua correção ante ao aparente desvio (Foucault, 1985; 2001). Recupera-se que é no contexto da anormalidade (Foucault, 2001) que o homossexual faz sua primeira aparição, e, uma vez definido, se ocupa dele a psiquiatria como um objeto de investigação (Eribon, 2008).

A homossexualidade inscreve-se depois no rol das categorias sexuais recorrentes do discurso da normalização pelo dispositivo da sexualidade, como assim elenca Foucault (1985, p. 101): “o corpo feminino, a precocidade infantil, a regulação dos nascimentos e, em menor proporção, sem dúvida, a especificação dos perversos”. Tática discursiva do campo acadêmico-científico, isso permite dizer que

a divisão das pessoas em homens e mulheres, homossexuais e heterossexuais, era algo teoricamente impossível e, em termos sociais, algo impraticável anteriormente à diferenciação dos sexos. Assim, ocorre a invenção dos homossexuais e heterossexuais como uma consequência político-teórica das normas feitas à mulher e ao homem no *two-sex-model*¹⁸ (Souza & Carrieri, 2010, p. 53).

O homossexual, antes considerado um sodomita (aos moldes das instituições de direito), torna-se um ato proibido. A questão da sexualidade passa a ser sobreposta a tudo que ele é, e se torna algo como um segredo a sempre ser mascarado (Foucault, 1985). O homossexual, como um personagem, logo se torna uma espécie que se torna objeto primeiro do olhar médico, depois da psiquiatria e, posteriormente, da psicanálise (Eribon, 2008).

No contexto ocidental moderno, a psiquiatria denomina a homossexualidade clinicamente em 1869 na Alemanha (Trevisan, 1986). Como no contexto europeu, no quadro brasileiro, a antropologia demonstra que o homossexual deslocou-se do discurso de alguém considerado criminoso para a esfera do que é patológico, necessitando inclusive ser curado sob

¹⁸ Modelo de sexualidade difundido no contexto ocidental, de modo que a própria sexualidade fora binária e dividida entre os polos masculino e feminino (Costa, 1995).

o aspecto religioso e moral (Green, 2000; Trevisan, 1986). Difunde-se no contexto nacional do século XIX abordagens científicas sobre as “perversões sexuais”, o que permitiu à medicina e jurisprudência brasileiras considerarem o que antes era enquadrado como pecado, vício ou crime, como fatores de doença ou anormalidade, sendo alvo de tratamento, assim como se fazia com os ‘loucos’ ou com os detidos; não mais castigo. Há, pois, um interesse científico no homossexual (Trevisan, 1986).

Neste aspecto, os discursos interseccionados (psiquiátricos, jurídicos, políticos, etc.) compõem uma grande malha de poder estudada no projeto genealógico¹⁹ de Michel Foucault, no qual a homossexualidade é uma categoria que, antes de ser reprimida, precisa ser inteligível ao ponto de engendrar a correção ante uma condição desviante que a psiquiatrização médica a põe (Foucault, 1985).

Ao resgatar os discursos ontológicos da homossexualidade, Foucault (1985) indica que:

A sodomia – a dos antigos direitos civil e canônico – era um tipo de ato proibido; o autor era só o sujeito jurídico. O homossexual do século XIX tornou-se um personagem: um passado, uma história e uma infância, um caráter, uma forma de vida; uma morfologia também, com uma anatomia indiscreta e talvez uma fisiologia misteriosa. Nada do que é no total escapa à sua sexualidade. Ela por toda parte nele está presente: subjacente a todas as suas condutas por ser dele o princípio insidioso e indefinidamente ativo; inscrita sem pudor em seu rosto e em seu corpo por ser um segredo que sempre se trai. A ele é consubstancial, menos como um pecado de hábito do que como uma natureza singular (Foucault, 1985, p. 42).

Podem, portanto, serem considerados como efeitos históricos da categorização da homossexualidade como uma categoria anormal e patológica tanto a sua estigmatização, dada em estereótipos (como é o caso da afeminação), como a própria homofobia, que emerge no contexto de estudos psicanalíticos compreendida como manifestação de aversão tendo lastro nos estigmas socialmente construídos (Weinberg, 1972), e que se tornam portanto um estigma sexual. Assim, a homofobia também pode ser considerada uma construção social, o que converge com Rubin (1993), ao reconhecer a sexualidade como uma seara que envolve convenções, as quais são socialmente estabelecidas e codificadas.

O homossexual também foi constituído como uma categoria negativa, em função de um projeto de hegemonia política que visava instaurar um controle das relações sociais e

¹⁹ A genealogia emerge “no seu sentido especificamente foucaultiano, para descrever uma investigação sobre o modo como os discursos funcionam e os propósitos políticos que eles cumprem” (Salih, 2015, p. 70). Em matéria de poder e resistência, “a genealogia é um empreendimento que liberta o sujeito dos saberes históricos, retilíneos, tornando-os capazes de lutar contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. A dimensão da luta, resistência, contra os saberes produzidos como verdade, que se institui como um conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso é o grande resgate da genealogia”, assinala Bento (2015a, p. 140). A genealogia do poder assim como a arqueologia do discurso são discutidas no capítulo quarto deste escrito.

agenciamento do desejo (Miskolci, 2013). Assim, homossexuais, “eram vistos como “ameaças” à ordem, daí começarem a ser associados à anormalidade, ao desvio e até mesmo à doença mental. Nos Estados Unidos, no século passado eram vistos inclusive como comunistas perigosos, salienta Rubin (1993). Como seres “sob suspeita” justificavam demandas estatais, sobretudo médico-legais, de controle e disciplinamento” (Miskolci, 2013, p. 40).

Mas, o homossexual também foi uma personagem construída de maneira subordinada por diferentes discursos, o que compreende estigmatização e estereotipia nas interações sociais (Goffman, 2012). Um dos efeitos da patologização do homossexual é o de que a homossexualidade se estabelece como uma condição estigmatizada socialmente, e o estereótipo do homossexual se torna um arquétipo: caricato, afeminado e sem masculinidade. “Confinado no papel do marginal ou excêntrico, o homossexual é apontado pela norma social como bizarro, estranho ou extravagante” (Borrillo, 2010, pp. 13-14). Assim, dado que o estigma social é uma marca ou atributo considerada por uma dada sociedade como desviante, a homossexualidade torna-se uma condição absolutamente inferiorizada (Goffman, 2012).

Na perspectiva de Goffman (2012), o homossexual, dentre outras categorias estigmatizadas, categorizar-se-á sob duas identidades, respectivamente, reais e virtuais: uma é “desacreditada”, a outra “desacreditável”. A diferença, menos sutil do que os termos sugerem, está em, conquanto o primeiro tem que lidar a todo momento com a evidência do seu estigma, o segundo, apesar de ter um estigma mais “oculto”, que depende que ele fale acerca dele, tem frequentemente que lidar com o gerenciamento das informações pessoais de modo a não torná-la pública. Ou seja, o homossexual “desacreditado” é aquele que se sujeita à tensão, ao passo que o “desacreditável” está em constante busca pela manipulação da informação acerca da sua situação – sempre prestes a tornar-se tanto mais estigmatizante (Goffman, 2012).

Além disso, a categorização da homossexualidade como uma categoria estigmatizada, dada em função de estereótipos, é o arcabouço que permite a manifestação da própria homofobia. Uma categoria de violência simbólica que, partindo dos contextos dos estudos psicanalíticos (Weinberg, 1972), compreende, na sua acepção clássica, a aversão ao homossexual com base no suposto de uma hostilidade irracional, uma autêntica “fobia”, e em desdobramentos conceituais posteriores, como o resultado dos estigmas socialmente impostos sob tais indivíduos, os quais desencadeiam, portanto, preconceito sexual (Herek, 1984; 2004).

O termo homofobia, como modalidade de preconceito e discriminação direcionada contra homossexuais, emerge nos estudos do psicólogo estadunidense George Weinberg (1972), que procura identificar traços da personalidade masculina homofóbica; e daí proliferam

depois outros termos para categorias específicas, como a transfobia e a lesbofobia. Porém, estas definições salientam a dinâmica subjetiva desencadeadora da homofobia (medo, aversão e ódio resultam em desprezo pelos homossexuais) (Pocahy, 2007).

Mas, segundo Borrillo (2010, p. 13), “fobia” não é o termo que melhor caracteriza tal preconceito, pois “mesmo que seu componente primordial seja, efetivamente, a rejeição irracional e, até mesmo, o ódio em relação a *gays* e *lésbicas*, a homofobia não pode ser reduzida a esse aspecto”. Em análise expandida, a homofobia é o medo, por parte da heterossexualidade, majoritária, de “que a valorização dessa identidade seja reconhecida; ela se manifesta, entre outros aspectos, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual” (Borrillo, 2010, p. 17).

O quadro que associa homofobia como uma fobia (Weinberg, 1972) ou mesmo como um produto da masculinidade (Welzer-Lang, 2001) é de natureza limitada (Borrillo, 2010), o que promove a necessidade de entender a homofobia, colocada em perspectiva a outro conceito – o de heteronormatividade (Costa & Nardi, 2015). A razão por defender tal rompimento conflui para o reconhecimento sobre como até mesmo a concepção de poder entre os próprios indivíduos dissidentes de gênero e sexualidade, por vezes, têm por referência o mesmo ideal de uma sociedade baseada no pressuposto do heterossexismo (Colling & Nogueira, 2014; Miskolci, 2009). Tal discussão é retomada na terceira seção do presente capítulo.

Na proposição de Herek (2004) – na qual se amplia o entendimento sobre a homofobia, a partir do pressuposto interacionista dos estigmas sociais (Goffman, 2012), e se eleva a sua noção como equivalente a um estigma sexual, a homofobia dependeria diretamente de pressupostos socialmente compartilhados sobre a homossexualidade – heterossexismo (em nível cultural) e preconceito sexual (em nível subjetivo) – tornando-se assim algo indesejável (Herek, 2004).

Mas, para Borrillo (2010), a homofobia seria a guardiã fronteira da reprodução biológica da espécie atrelada a uma ordem maior, uma ordem social, que é dada em função de sexualidade e gênero; visto que a homofobia abarca não somente aqueles homossexuais, mas até homens heterossexuais ou mulheres que se afastam dos papéis exigidos. O corolário da homofobia, dimensionada em termos cognitivos e afetivos, é a sua possibilidade de externalização na vida cotidiana mediante o emprego de injúrias (Borrillo, 2010).

Clarificando a abordagem conceitual de Borrillo (2010, p. 22),

o termo “homofobia” designa, assim, dois aspectos diferentes da mesma realidade: a dimensão pessoal, de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição dos homossexuais; e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, em que o objeto da

rejeição não é o homossexual enquanto indivíduo, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social (Borrillo, 2010, p. 22).

Assim, no que concerne às injúrias, elas podem ser lidas, pois, como uma injunção das duas modalidades de homofobia – a afetiva e a cognitiva (Borrillo, 2010). Conquanto os discursos psiquiátrico/médico, jurídico, e até mesmo político acerca da homossexualidade sejam relevantes nesta análise, as palavras da vida cotidiana, de forma injuriosa também o são. São essas palavras que atribuem aos homossexuais um lugar – inferiorizado – na ordem social. Eribon (2008, p. 75) assim expõe: “essa linguagem os precedeu: o mundo de injúrias está ali antes deles, e deles se apodera antes mesmo que possam saber quem são”.

Para Miskolci (2012), a primeira experiência da sexualidade de todo mundo,

tanto de quem acatou à norma e se inseriu de forma mais fácil, como daquele que foi rejeitado e aprendeu que não era normal, se constitui a partir da experiência da injúria: As pessoas aprendem sobre sexualidade ouvindo injúrias com relação a si próprias ou com relação aos outros (Miskolci, 2012, p. 33).

A injúria, pois, representa outra modalidade discursiva, uma categoria analítica relevante por ser constitutiva da experiência homossexual de modo negativo desde muito cedo. Na forma de “um enunciado performativo: ela tem por função produzir efeitos e principalmente instituir, ou perpetuar, o corte entre os “normais” e aqueles que Goffman chama de estigmatizados, fazendo esse corte entrar na cabeça dos indivíduos” (Eribon, 2008, p. 29). Assim, a fala que insulta aduz ao processo de subjetivação e constituição da identidade pessoal no homossexual e à consciência de que ele é inferior à norma pré-estabelecida (Eribon, 2008).

Em outras palavras, “a injúria é um ato de linguagem – ou uma série repetida de atos de linguagem – pelo qual um lugar particular é atribuído no mundo àquele que dela é o destinatário”; “a injúria produz efeitos profundos na consciência de um indivíduo pelo que ela diz a ele: “Eu te assimilo a”, “Eu te reduzo a...” (Eribon, 2008, p. 29). Por outro lado, a injúria se dá também por meio de mecanismos menos explícitos de fala, sendo uma abrangente forma de ofensa; “deve-se notar que a injúria é apenas a forma derradeira de um *continuum* linguístico que engloba tanto a fofoca, a alusão, a insinuação, as palavras maldosas ou o boato quanto a brincadeira mais ou menos explícita, mais ou menos venenosa” (Eribon, 2008, p. 64). Na avaliação de Borrillo (2010, pp. 15-16), “essa desproporção no plano da linguagem revela uma operação ideológica que consiste em nomear, super abundantemente, aquilo que aparece como problemático e deixar implícito o que, supostamente, é evidente e natural.”

Assim, nessa opressão sistemática, o homossexual, muitas vezes, passou a contar com uma ou “várias identidades”, levando vidas duplas e com frequência experimentando a tensão

de ser um aos fins de semana, e outro no decorrer da semana, por exemplo, implicando no silêncio quase absoluto sobre si mesmo (Eribon, 2008). O regime de ficar em silêncio sobre si mesmo preconiza, para determinados lugares, como é o caso do exército, que até é possível “ser homossexual” desde que não se fale acerca disso – há até uma expressão para isso: “*don’t ask, don’t tell*²⁰” –, algo que se estende também às instituições esportivas, de modo que “o que coloca problema não é tanto ser homossexual, mas dizê-lo...” (Eribon, 2008, pp. 69-70).

A leitura de Eribon (2008) acerca do esporte o reflete como uma instituição social normativa e homofóbica, que procura por meio da interdição “instaurar e reproduzir a distância intransponível não só entre a norma e a homossexualidade, mas também, por via de consequência, entre o homossexual e si mesmo” (Eribon, 2008, p. 144). Neste sentido, a identidade do homossexual se torna irrealizável neste contexto pois “o esporte é evidentemente um dos lugares da homossexualidade proibida (indizível)” (Eribon, 2008, p. 144).

Um dos principais achados da pesquisa de Anderson (2002) – cujo desenvolvimento envolveu atletas universitários e do ensino médio declaradamente *gays*, de times majoritariamente heterossexuais – foi o de que atletas *gays* entenderam como surpreendente o fato de serem bem tratados após o *coming-out*. Todavia, essa expectativa se frustra, já que a esperança era a de que fossem vítimas ou de assédio verbal ou de agressão física.

Nesse quadro, em realidade, a homofobia não deixou de se apresentar por meio de outras facetas: vide a política do “*don’t ask, don’t tell*”. O silêncio dos *gays* acerca da sua sexualidade, após a abertura da identidade, continua como imperativo existencial. Isso traduz como implicação a de que os *gays* entendam que a sua sexualidade não deve ser discutida no esporte, ao passo que a própria heterossexualidade se comporta quase como compulsória, transbordando por meio de diferentes enunciações e abordagens discursivas. A forma que a heterossexualidade encontra de resistir à inserção da homossexualidade no esporte é, portanto, por meio da disseminação, reprodução e controle do próprio discurso – sobre a heterossexualidade, ele prolifera; sobre a homossexualidade, é regulado, silenciado (Anderson, 2002).

Portanto, a principal implicação deste tipo de experiência negativa é a de que categorias em dominação como é a homossexualidade dependem de um silêncio absoluto, que se manifesta mais diretamente ao nível individual pela conformação dos indivíduos inscritos como inferiores na ordem sexual, se perfazendo em uma autêntica violência simbólica. As relações de dominação encontram-se em uma matriz de pensamento androcêntrica formada tanto de

²⁰ Expressão inglesa, que em tradução literal significa “*não pergunte, não conte*”, como meio para fazer menção a uma política de restrição e sigilo sobre identidades homossexuais nas instituições militares norte-americanas.

maneira objetiva como subjetiva, na qual esquemas cognitivos subjetivos organizam as percepções objetivas sobre os sujeitos e o social. Neste cenário, a violência, enquanto produto direto das relações de dominação, expande-se do nível físico ao simbólico, sendo que este não deixa de enfatizar a possibilidade de violência física, mas traz o imperativo de também existirem meios mais sutis de percepção e avaliação pelos quais a violência se fundamenta e age (Bourdieu, 2002).

Segundo Alcadipani (2010), as categorias da dominação masculina e da violência simbólica se entrecruzam, na medida em que

A dominação masculina se exerce, portanto, em estruturas sociais, no exercício do *habitus*, em microatividades, na linguagem, de modo sutil, tanto nas atividades de trabalho como nas relações de reprodução. Tal dominação estaria calcada na ameaça da possibilidade do exercício da violência. (...) Ou seja, a dominação está calcada na presença de uma violência sutil, quase imperceptível, que se manifesta, assim, como constante ameaça. A matriz androcêntrica está presente na forma de perceber, de pensar e de agir das práticas cotidianas, vistas como senso comum, pois já incorporaram as relações de poder e de dominação (Alcadipani, 2010, p. 96).

A particularidade da violência simbólica na questão da dominação masculina para Pierre Bourdieu²¹ (2002, p. 71), teórico-chave no assunto, está em reconhecer que consiste na modalidade de violência em que “o dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista do dominante”. A estigmatização, seja pela rotulação do indivíduo homossexual, seja pelo constrangimento do insulto, real ou potencial, é o que engendra no dominado o aceite dos mesmos esquemas de percepção atribuídos pelos dominantes, de modo que, muitas vezes, se vive envergonhadamente a própria experiência sexual, demonstrada nas tentativas de invisibilização do atributo da sexualidade perante a sociedade que o recrimina e, ainda pior, pela reprodução de tais esquemas com outros homossexuais, percebidos como amplamente estigmatizados (Bourdieu, 2002; Eribon, 2008; Goffman, 2012).

Pautado na ideia de estigmas sociais visíveis e invisíveis, especificamente pela díade desacreditado/desacreditável (Goffman, 2012), outrora aqui apresentada, Eribon (2008, p. 85) defende que “homossexuais costumam ser levados a desenvolver repertórios de comportamentos que serão utilizados alternativamente em função dos diferentes públicos diante dos quais se encontram, passando de um tipo de gestualidade ou de atitude a outro, conforme as exigências da situação”. A identidade *gay* desacreditável, assim, procura de todo modo

²¹ O autor faz uma relação entre a dominação masculina e a violência simbólica, pautando-se em como ela se concretiza nos sistemas sociais a partir do “paradoxo da dóxa” (casos em que o dominado consente a dominação, se traduzindo em uma dominação muito mais silenciosa do que pela coerção). Seu foco são as “relações sociais de sexo” a partir da divisão masculino (homens/vida pública/superior) e feminino (mulheres/vida doméstica/inferior). No entanto, como reconhece Miskolci (2009), a obra, considerada uma das mais influentes na questão de gênero e sexualidade, peca por tentar fazer uma regressão estruturalista à sociologia da sexualidade.

guardar aquilo de que não se possa falar (Eribon, 2008; Goffman, 2012). Portanto, a questão do dizer ou não dizer ser homossexual pode ser atribuída a uma função do contexto de interação social em que o sujeito se encontra inserido (Eribon, 2008).

Outra implicação da adesão a este regime é a homofobia interiorizada (Weinberg, 1972; Herek, 1984; 2004). Quando se toma de empréstimo tal termo, se compreende que ela por si só constitui na forma defensiva perante a vergonha experienciada que engendra a vontade de se permanecer em segredo sobre si mesmo nas variadas interações sociais, denotando uma espécie de manto de invisibilidade, capaz (ou não) de proporcionar a segurança (Eribon, 2008; Goffman, 2012). Nesse aspecto, adquire relevância o segredo sobre si mesmo – que todo homossexual se defronta com a sua possibilidade de rompimento, tornando-se uma questão de gerenciamento da própria verdade de si (Eribon, 2008). Assim sendo, a díade segredo/revelação é constitutiva da experiência homossexual adulta (Sedgwick, 2007).

Para além da experiência da homofobia, a interpelação²², constantemente engendrada pelo discurso da injúria e do ódio (Butler, 1997), contribui ainda para a marca da homofobia interiorizada, um ódio de si, no qual o próprio homossexual teme ser assim reconhecido socialmente (Weinberg, 1972). Aqui, o que se rejeita é a identificação consigo mesmo enquanto *gay* e com outros potencialmente vistos assim (Eribon, 2008).

Neste problema da vergonha de si em específico, Weinberg (1972) foi o primeiro a pensar um conceito para isso: “homofobia interiorizada”, qual seja: o medo de ser reconhecido socialmente enquanto homossexual, uma espécie de ego-dissintonia, que pode até mesmo se estender à relação com outros indivíduos homossexuais. Sob uma análise calcada na dominação simbólica (Bourdieu, 2002) pode se sopesar a questão da violência homofóbica conformada pelos próprios homossexuais como um legítimo drama orquestrado pela performatividade das masculinidades hegemônicas (Welzer-Lang, 2001). Nesse sentido, por essa auto estigmatização, a própria população LGBT assimila a cultura homofóbica e constrói na sua subjetividade pensamentos e posturas homofóbicas (Borrillo, 2010).

2.2 Homofobia, gênero e masculinidades

²² A interpelação, tal como um conceito presente na obra *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado* (Althusser, 1980), descreve um ato no qual uma pessoa chamada por uma autoridade é, assim convocada, a externalizar quem ela é e assumir sua posição ideológica. Assim, a interpelação consistem em “chamar alguém, uma convocação, citação ou intimação”, além de ser o conceito utilizado, nas análises de gênero e sexualidade (e.g.: Butler, 1990; 1993) para “descrever como as posições do sujeito são conferidas e assumidas através do ato pelo qual a pessoa é chamada (no sentido de “atrair a atenção”)” (Salih, 2015, p. 111).

Historicamente concebidos como estudos feministas, os estudos de gênero podem ser agrupados, “grosso modo”, a partir da década de 90, segundo três vertentes ou perspectivas teóricas: a primeira vertente faz uma incursão às origens do patriarcado, na tentativa de explicação da dominação sob a mulher; a segunda, atravessada pela tradição marxista de pesquisa busca construir uma crítica à razão feminista e; a última, inserida no contexto do pós-estruturalismo francês, bem como, das teorias da relação-objeto inscreve-se no problema da produção e reprodução das identidades de gênero dos sujeitos (Scott, 1995).

Destarte, no limiar dos convencionais estudos feministas para os estudos de gênero, Scott (1995) recupera em seu escrito que gênero, quando apreendido sob concepções pós-estruturalistas, permite compreender o papel da linguagem (comunicação, interpretação, sistemas de palavras e significados, em suma, ordens simbólicas); sublinhando a importância do mesmo como campo de estudo. Na concepção mais detalhada de Scott (1995, pp. 86-87) gênero pode ser compreendido, em realidade, sob quatro elementos que operam simultânea e interligadamente, de forma complexa: i) “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas”; ii) “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas”; iii) “antecedentes históricos” e; iv) “formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente construídas”.

Na leitura de Dantas (2012),

partiu-se de uma diferença básica entre os sexos – o macho e a fêmea da espécie humana, que continuam a interessar ao mundo da biologia e ciências afins – para um mundo mais complexo que é o do gênero – o masculino e o feminino, e os papéis sociais historicamente desempenhados por eles –, e somente com a grande obra de Simone de Beauvoir²³, *O segundo sexo*, as ciências sociais deram um passo definitivo na investigação desse tema, considerando-o de importância capital (Dantas, 2012, p. 02)

Depreende-se, pois, que, em primeira análise, as principais abordagens da teoria social feminista construíram suas lógicas a partir de analogias entre masculino/feminino, reconhecendo a questão feminina como importante, ou seja, preocupando-se mais com a formulação de uma identidade sexual subjetiva, em detrimento do próprio gênero enquanto episteme (Scott, 1995). Buscando romper tal limitação, emergem novas formas de pensar o

²³ Simone de Beauvoir (1970) é quem enuncia a célebre frase que permeia diferentes tradições dos estudos feministas: “*não se nasce mulher, torna-se*”. Para a autora, a condição existencial da mulher é dada em função da primazia do homem como universal, enquanto a mulher tem a existência do “outro”. A mulher é, pois, o outro do homem. Salih (2015, pp. 66-67) recupera que tal premissa, a de um sujeito mulher sempre em construção, em constante devir, é o que incita ao pensamento sobre como “o gênero é um processo que não tem origem nem fim, de modo que é algo que “fazemos”, e não algo que “somos”.

gênero, de modo a não compreendê-lo em termos políticos e sociais tão somente com referências biológicas, mas sim condizente com formas locais e específicas de relações sociais e, particularmente, de desigualdade social (Eccel & Grisci, 2011; Scott, 1995).

No que se segue, gênero se estabelece como uma categoria ligada à produção cultural, social e histórica, na qual se encontra determinada a sua construção social e cultural e não mais pelo biológico (Scott, 1995). Esse, portanto, foi o primeiro movimento que tornou a categoria gênero útil para análise, já que rompeu com a ideia de que gênero remete ao sujeito universal mulher, e traz a questão para o âmbito das relações entre homens e mulheres (Bourdieu, 2002), entre homens (Bento, 2015a; Connell, 1987a; 1987b; 1995) e entre mulheres (Scott, 1995).

Scott (1995), ao propor o gênero como forma primária de dar significado às relações de poder, clarifica e especifica como se deve pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais, uma vez que essa reflexão, nem sempre tenha sido feita de maneira sistemática e precisa, de tal modo que, a compreensão de como gênero se perfaz um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado, é inescapável. Como implicação desse modo de pensamento e reflexão sobre gênero, o entendimento volta-se para os processos de formação de sujeitos masculinos e femininos, isto é, masculinidades e feminilidades, que terminam por se articular com outras categorias sociais como classe, etnia, religião – modo pelos quais se constrói (Eccel & Grisci, 2011).

É notável que os estudos feministas centralmente preocupam-se com as relações de poder. E, embora a concepção “homem dominante *versus* mulher dominada” tenha atravessado a tradição destes estudos, repercutindo inclusive na análises contemporâneas da resistência feminina, alguns estudiosos têm problematizado o outro lado, no qual “são observadas as perdas ou os custos dos homens no exercício de sua ‘superioridade social’” (Louro, 1997, p. 37).

Portanto, os desafios na inserção e pertinência ao mundo social, tomados anteriormente como custos ou perdas, não são impostos apenas às mulheres. Aos homens são também depositadas expectativas e parâmetros comportamentais. Os ideais, implicitamente, são retroalimentados pelas crenças e representações do que é valorizado para o universo masculino em cada contexto, assinalam Eccel & Grisci (2011).

Adentrando no universo dos estudos sobre masculinidade, Bento (2015a) recupera sua historicidade:

Embora os primeiros estudos sobre masculinidade datem da década de 1970, só na segunda metade da década de 80 estes começam a se constituir de forma mais sistemática e consistente. Coincidentemente, é o momento em que há uma “revisão” na abordagem dos estudos sobre mulher, consubstanciado na mudança do nome do campo de estudos de “estudos sobre a mulher” para “estudos das relações de gênero”. Possivelmente o fato das mulheres, sejam cientistas e/ou militantes feministas,

passarem a adotar de forma analítica uma perspectiva relacional possibilitou aos homens, cientistas e/ou militantes masculinistas sentirem-se mais “livres” da pecha de dominadores naturais e a produzirem textos que apontam a não existência do homem universalmente dominador e nem da mulher universalmente dominada, mas que diferenças também existem entre os homens de uma mesma cultura (Bento, 2015a, p. 82).

Assim, os estudos sobre a masculinidade, que deslancham em meados dos anos 80 – momento que coincide com a revisão nas abordagens de estudos sobre a mulher para estudos de relações de gênero (Bento, 2015a) –, trazem como nova proposição o rompimento com a concepção de homem universalmente dominador, de modo que se passa à busca pelas diferenças existentes entre homens em uma cultura (Connell, 1987a; 1987b; 1995; Kimmel, 1994; 1998). Relações de gênero passam, pois, a ser mais do que só relações entre homens e mulheres (Scott, 1995).

No estudo das masculinidades, a ênfase tem se dado na proposta da masculinidade hegemônica, que toma por objeto de estudo a própria ideologia do que é “ser homem” em dado contexto. No seu bojo, coexistem, dentro de um esquema tipológico, várias masculinidades concorrentes nas culturas ocidentais, mas uma delas se impõe como prevalente e referencial (Connell, 1987a). No que concerne ao conceito de hegemonia – uma forma particular de dominação, na qual uma classe dominante legitima sua posição e assegura a aceitação, e até o apoio total das classes de estratos inferiores (Gramsci, 1971)²⁴ –, sua contribuição é a de proporcionar a inteligibilidade aos homens, acerca de como suas masculinidades – e por extensão sexualidades – encontram-se estratificadas na sociedade. Para a autora, a masculinidade hegemônica também muda conforme as pretensões socioculturais (Connell, 1987a; 1995), de modo que as masculinidades, *strictu sensu*, podem ser consideradas construções sociais cambiantes que permeiam, e assim variam, cultura a cultura. A produção de outras formas de masculinidades é simultânea e subalterna, por assim dizer (Kimmel, 1998).

O conceito de masculinidade hegemônica fala, portanto, sobre a capacidade de, em uma cultura ou sociedade, se impor uma definição específica de masculinidade sobre outros tipos de masculinidade. Necessariamente é, antes de se falar sobre uma dada configuração prática em torno das relações de gênero, sobre em uma dada sociedade coexistirem, ao menos, mais de uma configuração de masculinidades (Connell, 1987a; 1987b; 1995).

²⁴ A hegemonia, aponta Salih (2015), é o que torna uma classe dominante, dominante. Isto é, como sua posição é tomada como legítima, principalmente por parte das classes inferiores, mesmo que haja ameaça às regras ou crenças engendradas pelo grupo hegemônico, o fator que mantém a hegemonia como tal não é a coerção física, é antes, uma função da apreensão pelos estratos inferiores como seres naturalmente subordinados. Sendo assim, o elemento-chave da hegemonia é a cumplicidade, conforme defendido por Gramsci (1971).

De forma geral, esse conceito se refere à forma de masculinidade mais valorizada e que submete outras. Masculinidade hegemônica tende a se tornar um termo reificador quando não localizado social e historicamente, pois como um atributo cultural e relacional os gêneros sempre variam e se intersectam com outras categorias (Miskolci, 2013, p. 82).

A extensão conceitual da ideia de masculinidade hegemônica é tal que o sociólogo Eric Anderson (2005; 2009) tem inserido este debate no contexto desportivo norte-americano para problematizar o grau de aceitabilidade e inclusão do homossexual em diferentes arenas esportivas, sobretudo nos contextos universitários e de educação secundária. Para tal, o autor tem lançado mão de categorias de análise que dão conta especificamente tanto da reprodução da hegemonia masculina no esporte quanto da discriminação homossexual.

Em um dos estudos, Anderson (2005) identificou que os próprios *gays* demandam um capital masculino nos moldes heterossexuais: hipertrofiado, branco, hábil, atlético e atrativo. Além disso, a homofobia no contexto esportivo se estrutura nos parâmetros de uma *locker room culture*²⁵ – que é quando não se fala sobre a homossexualidade, mesmo que constatada, impondo assim um “tabu”, sob o risco de ofertar prejuízo às suas respectivas equipes²⁶.

Bento (2015a), por sua vez, a partir de entrevistas com homens e mulheres da classe média urbana brasileira, teceu reflexões acerca da identidade de gênero de homens à luz das transformações sociais ocorridas nas últimas décadas. Indicou um tipo de específico de masculinidade, a masculinidade crítica, suscitando assim uma nova proposição de abordagem do masculino estabelecida sob referenciais relacionais na questão de gênero, em que múltiplos modelos de subjetividade podem ser apreendidos em um mesmo segmento cultural. Apoiada no referencial foucaultiano, a obra, traz em suas bases que o poder vem confirmar a masculinidade como algo constituído relacional e discursivamente (Bento, 2015a).

Segundo Bento (2015a), abordar a masculinidade hegemônica implica a convergência com a ideia de que ela coexiste junto a outros tipos de masculinidade. Uma tipologia das masculinidades, baseada na sociedade norte-americana, é exemplificada: a) *masculinidade subordinada*, aborda uma relação de subordinação e opressão de homens heterossexuais para com os homens *gays*; b) *masculinidade cúmplice*, inclui homens que ignoram questões sociais, como as desigualdades econômicas, para se concentrarem em problemas psicológicos,

²⁵ A expressão é traduzida como “cultura de vestiário”, que preconiza a auto estigmatização dos prazeres homossexuais entre homens atletas em decorrência de intensivo convívio homosocial nas instituições esportivas.

²⁶ Debates que associam a homofobia, heteronormatividade e resistência e a categoria *locker room culture*, por parte de heterossexuais e *gays* nas instituições esportivas, são retomados no terceiro capítulo da presente pesquisa.

aceitando a hierarquia das relações de gênero e; c) *masculinidade marginalizada*, exemplificada pelos caso dos homens negros, no qual sua raça é excluída e tida como inferior (Connell, 1987a).

Um ponto de ressalva é o de que a masculinidade não é um simples significante para homens (Connell, 1995; Kimmel, 1998), e, como gênero é uma ideia socialmente construída, intersectada a aspectos culturais e temporais, logo, “o significado de ser homem em cada contexto depende também da classe, etnia, geração, sexualidade, etc.” (Eccel & Grisci, 2011, p. 58). É compreendendo que masculinidade não admite leitura simplória, que se avança em entender até mesmo os processos de feminilidade, já que, de modo análogo, não simboliza simplesmente mulheres (Connell, 1995; Eccel & Grisci, 2011).

Portanto, passa-se a admitir o gênero enquanto uma estrutura contraditória, inscrita em uma dinâmica histórica, que por assim o ser, “impede que gênero seja um eterno e repetitivo ciclo das mesmas e imutáveis categorias” (Connell, 1995, p. 189). Ademais, isto também implica reconhecer que masculinidades são estruturadas relacionalmente, não desconsiderando a referência a atributos biológicos para um conjunto de comportamentos, atitudes e práticas, mas que, nessa simples tradução do que é ser homem, a implicação subsequente seria uma visão incompleta acerca de (Bento, 2015a). Em Connell (1995), se vai além, propondo, inclusive, um esquema ainda maior, no qual as relações entre homens, na medida em que são entendidas como relações de gênero, consistem em uma ampla estrutura – para além da dicotomia biológica do sexo –, englobando estado, economia, família e sexualidade.

Na dinâmica social e política, Connell (1995) apreende que a masculinidade hegemônica, como ordem de gênero, se fundamenta no sentido de perpetuar o privilégio dos homens que fazem parte do modelo referência. Como as relações são estruturadas desigualmente, disso resultam: maiores dividendos patriarcais, controle do poder público e da riqueza, de modo que, em tal hierarquia, as mulheres e os homossexuais encontram-se subjugados – vide: a dificuldade das mulheres em ascender ao mercado de trabalho (Carrieri, Diniz, Souza, & Menezes, 2013; Eccel & Grisci, 2011) e, para o caso do homossexual, a submissão de pautas como a transmissão de heranças aos seus companheiros (Connell, 1995) ou o próprio casamento *gay* como objeto de negociação, resistência coletiva e pânico social (Miskolci, 2007).

No que tange à homofobia, ela necessita ser retomada em virtude dos elos que possui com a perspectiva das masculinidades. Primeiro, ela consiste em um *mix* de sexismo e machismo, que dá força motriz à masculinidade hegemônica. A masculinidade, que depende da aprovação social masculina, fundamenta-se na concepção de não ser considerado

suficientemente masculino (Kimmel, 1994; 1998). A homofobia seria um princípio lógico estruturante da masculinidade, tendo a sua manifestação mais específica no medo de ser considerado *gay*, e portanto, feminino, e não ser homem de verdade (Bento, 2015a; Kimmel, 1994; 1998). Em síntese, a expressão do sexismo conjugada ao machismo emerge como forma de não deixar a suspeita de atração por alguém do mesmo sexo pairar sobre o homem, enquanto também se necessita da negação de traços femininos, para, assim, afirmar-se como portador de uma masculinidade hegemônica (Bento, 2015a).

Com salienta Bento (2015a),

A homofobia é mais do que o medo irracional de *gays*, mais do que o medo de ser considerado *gay*. A homofobia é o medo de que outros homens desmascarem, emasquem, revelem aos próprios homens como ao mundo, que aqueles que se dizem homens não são dignos, não são homens de verdade. Medo de deixar outros homens verem este medo (Bento, 2015a, p. 99).

Diante disso, no que concerne ao contexto esportivo/escolar, Anderson (2009) examinou a construção da masculinidade heterossexual e como processos hegemônicos de dominação e opressão são usados. Analisou a relação entre homossexualidade e masculinidade e como a homossexualidade representa uma ameaça à manutenção do patriarcado e esclareceu que diferentes formas de masculinidade podem atuar na cultura masculinizada dos esportes coletivos. O autor entende que a relação que atletas *gays* mantêm com o esporte colaboram para a manutenção da masculinidade assim como para a instituição esportiva em geral.

Seguindo a discussão, o autor entende a masculinidade (vislumbrando a arena esportiva) como interligada a outros dois elementos: masculinidade ortodoxa e capital masculino. O capital masculino se constrói em “ser durão”, não ser feminino, sensível ou homossexual; a masculinidade hegemônica, como já abordada, inclui além deste capital masculino, os quesitos ser branco, homem heterossexual, hábil, atlético e atrativo. Já a masculinidade ortodoxa tem a ver com o capital masculino, mas não necessariamente abarca a masculinidade hegemônica, como é o caso do negro (Anderson, 2009).

Em decorrência disso,

Como o capital masculino é alcançado através do atletismo, e porque a masculinidade é considerada incompatível com a homossexualidade, segue-se que os atletas não devem ser homossexuais [...]. Enquanto a hierarquia masculina é construída principalmente por meio do atletismo, a associação consistente com a feminilidade ou coisas consideradas consistentes com homens *gays* são importantes determinantes na degradação do capital masculino, seja a associação real ou percebida (Anderson, 2009, p. 27).

Também, no caso dos atletas, quanto mais ele dispõe de masculinidade e quanto mais masculino o esporte que ele pratica, menor é a desconfiança da homossexualidade pairada sobre

ele. De acordo com o autor, os homens estão sempre vigilantes quanto à manutenção da masculinidade individual, realizando um verdadeiro patrulhamento homossocial, já que estão sob uma constante denominada “outros homens”. Assim, o espaço social em que se encontra é o meio no que cria e reivindica comportamentos dos homens como um todo, coletivamente. Isso resulta em uma construção da masculinidade através da reprodução no espaço social coletivo (como é o caso do esporte) por vias de um policiamento da masculinidade, onde uma transgressão mina a coesão masculina na manutenção do patriarcado (Anderson, 2009).

Em discussão acerca do processo de construção da masculinidade, por meio da assimilação de códigos de gênero por meninos em âmbito escolar, Anderson (2009) aponta que, no processo de tornar-se homem, o discurso utilizando termos como “*fag*”²⁷ são adotados para desvalorizar um possível comportamento considerado como feminino (“de mocinha”), fazendo com que ele retorne, sempre de maneira reiterada, àqueles comportamentos masculinizados convencionais, revelando um aspecto também de misoginia nesses atos, da parte daqueles que reforçam a masculinidade.

Pode-se considerar ainda que o atletismo, nesse mesmo contexto escolar, em geral, consiste em um sistema da estratificação masculina, sendo que os garotos mais atléticos ocupam um *status* maior na hierarquia masculina, enquanto que aqueles considerados menos atléticos, são inferiores. Tal hierarquia se mantém também nas culturas do ensino médio e universitário (Anderson, 2009).

Nesse quadro, a heterossexualidade é uma norma implícita, de modo que qualquer alusão à homossexualidade pode ser vista como ameaçadora e humilhante, independentemente de o indivíduo ser ou não homossexual (Kimmel, 1998). Há uma regulação no meio que impõe o que é adequado para o homem e o que é coisa de *gay* e a especificidade é a de que tal estatuto, todavia, não se manifesta para o caso das mulheres (Connell, 1987a; 1987b). “Assim, nas sociedades profundamente marcadas pela dominação masculina, a homofobia organiza uma espécie de “vigilância do gênero”: porque a virilidade deve estruturar-se em função de dois aspectos: negação do feminino e rejeição da homossexualidade” (Borrillo, 2010, p. 26).

Ao longo dos séculos, a relação entre *gays* e masculinidade foi a de um antagonismo, em que homossexuais estariam automaticamente circunscritos em estereótipos afeminados. Partindo de uma estrutura heterossexual biologizante, o homem concebido como masculino define-se e deseja em relação a aquilo que ele não é: fêmea. Todavia, mesmo em contextos homossexuais esta relação é mais complexa, dado que muitos continuarão a identificar-se tão

²⁷ Injúria que, no inglês, equivale ao termo pejorativo na cultura brasileira “veado/viado”

somente com o masculino, ao mesmo tempo em que serão entrecruzados por estigmas e desejando o próprio masculino (Edwards, 2004). Portanto, “embora os *gays* subvertam de forma fundamental a heterossexualidade, os corpos de homens *gays* incorporam fortemente a masculinidade, ou seja, em seus desejos os *gays* ainda permanecem bastante héteros” (Souza *et al.*, 2012, p. 205).

Em âmbito de hegemonia masculina, as masculinidades homossexuais, via de regra, quando comparadas às dos heterossexuais (e especialmente quando possui performance afeminada), incitam ao sofrimento de violências homofóbicas, que orquestram tal capital como masculinamente subordinado, e o humor, chancelado por meio de piadas e expressões pejorativas, termina por ratificar o estigma social (Bourdieu, 2002; Eribon, 2008; Kimmel, 1998; Welzer-Lang, 2001).

Eribon (2008, p. 127) compreende que, no contexto das instituições esportivas, “a masculinidade se constrói e se afirma publicamente contra a homossexualidade, o que engendra um potencial de violência sempre prestes a se liberar, sobretudo quando os homens estão em grupo”. Por outro lado, é em função da mesma associação que visa a repelir os homossexuais destas arenas esportivas, que se estabelece entre homens um forte vínculo homosocial (Eribon, 2008).

É necessário sublinhar que

o conceito de homossociabilidade²⁸ foi definido e disseminado a partir de *Between Men* (1985), obra de Eve Kosofsky Sedgwick. A criadora da Teoria Queer o define como a “liga” das relações masculinas assentada no reforço mútuo da masculinidade por meio do controle das mulheres e da recusa dos desejos homoeróticos (Miskolci, 2013, p. 57).

No que se refere à representação social da masculinidade em âmbito brasileiro, os apontamentos de Miskolci (2013) demonstram que a masculinidade foi construída pela nação a partir de múltiplos dispositivos e instituições, que se pautaram na busca pela construção de uma nação alinhada ao preceito de estado moderno (branco, produtivo e heterossexual)²⁹, um desejo em vigor no imaginário, calcada na ideia de progresso, como assim o autor expressa:

A criação da masculinidade brasileira entre a virada do XIX e início do século XX, está associada não apenas à educação física escolar ou militarizada, mas também à crescente popularidade dos esportes. Em nosso país, além do mencionado controle das relações entre os homens no espaço público, a ascensão dos esportes tem relação direta com o fim da escravidão e a necessidade de valorizar o trabalho. Uma sociedade

²⁸ A literatura contempla homossocialidade e homossociabilidade como vocábulos equivalentes entre si.

²⁹ Na obra *O desejo da nação: masculinidade e Branquitude no Brasil de fins do XIX* (2013), Miskolci desenvolveu uma análise sobre como a sociedade brasileira possui um duplo desejo que é o seu estruturante: o ideal de raça superior atrelado ao desenvolvimento de um modelo masculino, inspirado em padrão anglo-saxônico. A análise do autor dá-se a partir de interpretação de 3 obras literárias (Dom Casmurro, Bom Crioulo e Raul Pompeia).

fincada no trabalho tem como um de seus maiores inimigos o sedentarismo e o ócio, por isso o tempo fora das atividades produtivas passa a ser disciplinado e regido por valores utilitários que o transformam em lazer (Miskolci, 2013, p. 40).

Esses postulados encontram eco no que Messner (1992) afirmou acerca da masculinidade hegemônica em quadro norte-americano, na esfera escolar como fator de engendramento de subjetividade de garotos. Louro (1997, p. 75) observa que esta parece ser uma “observação pertinente em relação à nossa sociedade: gostar de futebol é considerado quase uma “obrigação” para qualquer garoto “normal” e “sadio””. Louro (1997, *ibid*) também não desconsidera que faz parte desta dinâmica a incitação à competição e individualização, tal como expressa: “Não se pode negar que ser o melhor, no esporte, pode representar, especialmente para um menino ou um jovem, um valorizado símbolo de masculinidade”.

No que tange às particularidades da homosocialidade se tem que ela engendra algo descrito culturalmente como “camaradagem masculina”, de tal maneira que laços masculinos se consolidam sem a ameaça do feminino. Homosocialidade é, pois, relações masculinas que recorrem e são afeitas à cumplicidade. É a manifestação das masculinidades em nível coletivo, podendo empregar meios para a reprodução da homofobia (Sedgwick, 1985).

As análises de Sedgwick (1985) permitiram chegar à compreensão que a dominação homosocial depende do repúdio a laços eróticos entre homens e na projeção de um estigma: o homossexual. Indo um pouco mais além, a autora demonstra que a dominação masculina sobre as mulheres é associada à rejeição das relações amorosas entre homens (Miskolci, 2009).

Em uma perspectiva mais radical, a intensa sociabilidade masculina pode ser dita como uma espécie de erotismo homossexual generalizado que reside na exclusão abrupta de qualquer sexualidade entre homens que participam da vida comum, como é o caso do esporte (Sedgwick, 1985). A implicação direta disto é a de que aqueles que possuem desejos homossexuais devem fazer toda forma a não suspeitarem disto (Eribon, 2008). Elias e Dunning (1992) apontam como reflexo disto nos clubes de *rugby* inglês os cânticos contra mulheres, mas principalmente homossexuais, que não são considerados como “homens de verdade”.

Caudwell (2011) interessou-se pela associação entre espacialidade e homofobia no meio esportivo. Na prática, mediada pela intensificação das relações de masculinidades hegemônicas nos estádios em específico. Conduzido por meio de entrevistas semiestruturadas, o estudo indicou meios para contestar a homofobia, tendo em conta as espacialidades no futebol masculino. A autora demonstra que a normalização de cantos e gestos homofóbicos nos estádios envolve componentes de erotização e submissão de homens considerados menos masculinos, e inscritos em um esquema paradoxal do que é ser masculino nestes espaços.

Alinhada a essa perspectiva, entende-se que, muito embora a arena esportiva seja uma das mais segregadoras instituições de gênero nas culturas ocidentais, corpos torneados, jovens, sexualizados e altamente masculinizados podem provocar estímulos homoeróticos em esportistas que, independente das suas orientações sexuais, podem sentir-se atraídos. Assim, a homofobia no esporte emerge para anular o homoerotismo e, quando se torna extrema, previne o “ataque homossexual” sobre seus prazeres auto-estigmatizados (Anderson, 2005). Porém, o homoerotismo existente na atmosfera dos vestiários masculinos pode fazer emergir desejos e prazeres latentes, seja homossexual, seja heterossexual, argumenta Pronger (1992).

Por fim, a homosocialidade serve para fazer menção à solidariedade masculina, que promove o afeto e a estima entre homens, em situações de extrema convivência masculina como é, por exemplo, o caso do exército e das instituições esportivas (Eribon, 2008). Em linha tênue, paradoxalmente, é o que também regula as relações masculinas reprimindo possíveis desejos homoeróticos através da projeção reiterada de um estigma sobre o homossexual (Sedgwick, 1985). Assim, a ofensa se faz, além de uma violência discursiva, como forma de socialização masculina nos estádios, por exemplo (Bandeira, 2010).

2.3 Heteronormatividade e “teoria *queer*”

A “teoria *queer*”, epistemologicamente, constitui-se a partir do encontro entre os estudos culturais americanos com o pós-estruturalismo francês e seu principal intento é o de questionar concepções convencionais de sujeito, agência, identidade e identificação, mas, principalmente, o trinômio sexo/gênero/sexualidade (Miskolci, 2009; 2012). Possui como antecedentes os estudos de Foucault (1985) sobre o dispositivo de sexualidade nas sociedades ocidentais modernas, assim como reflexões, que se seguiram ao filósofo, de autoras como Rubin (1993), (1995), Butler (1990), Sedgwick (1985) e De Lauretis (1991); sendo que o emprego do termo *queer* é creditado a esta última autora ao proferi-lo, no ano de 1990, em uma conferência norte-americana com o intuito de discriminá-lo dos então estudos *gays* e lésbicos (Miskolci, 2009).

Em perspectiva histórica, a “teoria *queer*” surge ao final da década de 1980 nos Estados Unidos (Miskolci, 2009), sublinhando “a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo hetero/homossexual para a organização da vida social contemporânea, dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença” (Miskolci, 2009, p. 154). Ademais, as coletâneas *Fear of a Queer Planet* (Warner, 1993) e *Queer Theory/Sociology* (Seidman, 1996) muito contribuem para legitimar os estudos *queer* como um proeminente

campo de estudos. “Vale lembrar que *queer* é um xingamento, é um palavrão em inglês. Em português, dá a impressão de algo inteiramente respeitável, mas é importante compreender que realmente é um palavrão, um xingamento, uma injúria”, registra Miskolci (2012, p. 24).

Voltando atrás, pode-se atribuir à publicação de Eve K. Sedgwick (1985) – “*Between Men*” – o impulso criador dos estudos *queer*, o que culminaria, mais tarde, na coletânea “*Fear of a Queer Planet*” (Warner, 1993); bem como, a relevante contribuição dada por Rubin (1993), ao apontar a necessidade de fazer oposição ao paradigma então corrente que se baseara no sistema sexo-gênero para investigação de populações *gays* e lésbicas. Deste modo, somados ao lançamento da coletânea dedicada aos estudos *queer* no ano de 1996 (Seidman, 1996), podem ser considerados a afirmação da abordagem *queer*, em que o léxico perde a sua conotação negativa, de desvio, para tornar-se a denominação de um campo do saber, dentro dos estudos subalternos, que questiona pressupostos normalizadores da sexualidade (Miskolci, 2009).

Em relação ao deslocamento paradigmático, Miskolci (2012) evidencia a razão pela qual se passou a advogar pela abordagem *queer* em pesquisas com dissidências de gênero e sexualidade:

Os estudos *gays*, em sua maior parte, eram estudos sobre homens que adotavam uma postura masculina, uma imagem de respeitabilidade social, a qual, hoje em dia encontramos na mídia, especialmente na voltada para este público, como um homem de classe média ou alta, branco, másculo, [...]. Focando nesse perfil de homossexualidade ou criando estudos sob sua perspectiva, os estudos *gays* deixaram de lado aqueles que eram xingados e maltratados por romperem normas de gênero (Miskolci, 2012, pp. 31-32).

Havia, pois, uma tentativa de mostrar que a sexualidade era construída, e que *gays* e lésbicas eram mais normais ou comuns do que se pensava, mas, contra seu próprio interesse, os estudos *gays* e lésbicos corroboravam a ideia de que a maioria das pessoas eram heterossexuais e que a homossexualidade era algo restrito a uma minoria de pessoas diferentes que a sociedade precisava aprender a conhecer e respeitar (Miskolci, 2012).

Também, é preciso lembrar que:

Os sociólogos, assim como demais cientistas sociais, frequentemente tomaram a sexualidade como um dado e partiram de modelos socialmente hegemônicos, o que resultou em pesquisas esclarecedoras sobre o comportamento sexual, as relações entre homens e mulheres, a construção social da masculinidade e feminilidade, mas que, por tomarem como ponto de partida formas normativas de relacionamento tendiam a reforçar o dispositivo de sexualidade denunciado por Foucault, além de fornecer um discurso que, muitas vezes, aproximava-se de uma sexologia atualizada (Miskolci, 2009, p. 168).

É relevante frisar ainda que a crítica da “teoria *queer*” à sociologia não se dá no sentido de subjugar seu valor, mas apenas atacar uma de suas áreas: a emergente sociologia da

sexualidade, que, por sua vez, perpassa estudos desta natureza guiados pelo pressuposto da “normalidade” (Miskolci, 2009). Neste aspecto, Souza e Carrieri (2010, p. 63) sugerem o que diferencia, de forma indissociada, a “teoria *queer*” dos estudos sociológicos e culturais: “a) crítica ao modelo sexual binário, seja ele biológico ou sociológico/cultural; b) fim das classificações em identidades sexuais, princípio que a fundamenta; c) combate à heteronormatividade; e d) desnaturalização do sexo”.

Miskolci (2012) sugere que *queer* é também uma postura que irrompe contra o processo de assimilação e que renuncia a qualquer norma e imposição cultural dominante, de modo que abarca as seguintes especificidades:

Primeiro, o pressuposto de que a maioria é heterossexual é altamente questionável porque se a homossexualidade é uma construção social, a heterossexualidade também é. Então, o binário hetero-homo é uma construção histórica que a gente tem que repensar. [...] O segundo aspecto é que foram feministas que criaram a Teoria *Queer*, feministas mulheres e homens. Enquanto a maior parte dos estudos *gays* eram feitos por homens que não liam as feministas, a Teoria *Queer* é uma vertente do feminismo. [...] A Teoria *Queer* lida com o gênero como algo cultural, assim, o masculino e o feminino estão em homens e mulheres, nos dois. Cada um de nós – homem ou mulher – tem gestuais, formais de fazer e pensar que a sociedade pode qualificar como masculinos ou femininos independentemente do nosso sexo biológico. No fundo, o gênero é relacionado a normas e convenções culturais que variam no tempo e de sociedade para sociedade (Miskolci, 2012, p. 31).

É importante frisar também que *queer* não é uma teoria, uma vez que desestabiliza a própria concepção teórica no que toca ao alinhamento gênero/sexualidade (Halperin, 2003; Souza, 2017; Souza & Carrieri, 2010). Na verdade seria uma analítica do poder (ou simplesmente estudos ou pensamento *queer*), dado que a vertente teórica não tende à homogeneização, tampouco afirma-se como teoria uniformizada.

Os estudos *queer*, compreendidos como escola de pensamento em oposição ao normal ou à normalização, utilizam-se de amplo arcabouço conceitual e metodológico, mas que não é único, tampouco sistemático, presos a um duplo movimento de contestar e produzir conhecimento, desafiando normas e encarando o futuro possível como paradoxalmente ortodoxo (Spargo, 2017). “Por isso, a teoria *queer* não pode ser vista como sendo uma escola, doutrina, teoria ou teorização particular da vida humana” (Souza, 2017, p. 311). Se a teoria *queer* busca problematizar teorias, não há como ela ser uma teoria também (Souza & Carrieri, 2010).

Cabe considerar também que, embora a “teoria *queer*” tenha uma forte relação com os estudos sobre identidades, principalmente aquelas desvalorizadas pela matriz de inteligibilidade contemporânea – mulheres, homossexuais, transgêneros e negros – pode levar a uma ideia equivocada acerca de identidade sexual ou simplesmente significando minorias (Souza, 2017).

Assim, o estudo apenas de populações específicas, tomando por base categorizações sexuais, são problematizados pela “teoria *queer*”, que presume que a população não possui identidade estável, isto é, a “teoria *queer*” considera os sujeitos sempre fragmentados e incompletos (Seidman, 1996).

O potencial da “teoria *queer*” é tal que ela transcende a questão da sexualidade/gênero, podendo ser utilizada em outros campos de estudo (Souza & Carrieri, 2010; Souza, 2017). No campo dos estudos organizacionais, por exemplo, seus pressupostos têm sido apropriados para estudar fenômenos organizacionais, como: amizade no ambiente de trabalho, liderança, subjetividade e identidade, beleza e *embodiment*, políticas de orientação sexual, gênero e performatividade, humor, temporalidade e espaço (Souza, 2017).

Com base nisso, é relevante advogar-se por uma analítica *queer* que não conforme a sua ideia em um corpo teórico unificado e coerente, mas algo que para ser efetivo em seu propósito, resista às forças que a querem estabilizar e normalizar (Souza, 2017; Souza & Carrieri, 2010). Ressalta-se que a denominação analítica *queer*, ou pensamento *queer*, não é algo generalizado entre tais autores, sendo, portanto, uma concepção tomada por Souza e Carrieri (2010), que considera-se frutífera em termos do presente escrito.

Nesse sentido, pode-se reconhecer que, embora Foucault (1985) não tenha dado origem aos estudos *queer*, a sua análise acerca das relações entre saber, poder e sexualidade consistiu no catalisador intelectual mais importante para tais estudos (Spargo, 2017). O ponto de partida do pensamento *queer* pode ser atribuído a Foucault, uma vez que ele passou a abordar o sexo em termos de história, significação e discurso, descartando o binômio sexo/natureza (Souza, 2017).

Miskolci (2009, p. 154) aponta o trecho do escrito de Foucault sobre a história da sexualidade que é considerado um dos fundamentos dos estudos *queer*:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos (Foucault, 1985, p. 29).

Apropriando-se das análises foucaultianas, Rubin (1993) propõe a tese das quatro formações ideológicas do pensamento sexual. A primeira é a da “negatividade sexual”, que inscreve o sexo na condição de sexo-pecado, redimido à intimidade e com fins de reprodução/matrimônio. A implicação é a de um assunto suspeito, privado. A segunda ideologia, denominada “falácia da escala mal posicionada” é o que sobrecarrega o sexo por um excesso de significância e que, em outras palavras, admite que atos sexuais nas sociedades

modernas são avaliados em “função de sistemas hierárquicos de valores sexuais” (no topo da pirâmide estão os heterossexuais maritais reprodutivos, enquanto na base da pirâmide se encontram travestis, transexuais, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo, modelos pornográficos e todos aqueles cujo erotismo transgride fronteiras geracionais). Esta hierarquia, por sua vez, é a terceira formação ideológica. A última das ideologias é a “teoria do dominó”, que preconiza que a abertura excessiva dos padrões vigentes pode tomar proporções negativas de forma ampla, levando a um pânico social (Rubin, 1993).

Rubin (1993) sublinha, em relação à última das ideologias, que a sociedade nutre um “pânico social”, estabelecido sob a fobia edificada a partir da suposição de uma “dominação homossexual”. De tal modo, a autora, eminentemente política, conduz a análise para a sistemática opressão e repressão contra *gays* e instituições *gays* por meio de campanhas políticas educacionais que promovem a pureza em relação ao corpo. Como meio de coerção, estes “dispositivos” buscavam eliminar tudo aquilo que era tomado como vício (Rubin, 1993).

Judith Butler (1990; 1993), uma das expoentes mais renomadas dos estudos *queer*, é quem tece considerações e críticas às questões de gênero e sexualidade, trabalhando diretamente com o conceito de ato performativo³⁰ de Austin (1990). O fundamento da teoria dos atos de fala (que também afirma-se como método de pesquisa em linguagem), é a compreensão do discurso tanto como ação como produtor de determinadas ações (Austin, 1990). Assim, considerando que certos enunciados formais são capazes de performar uma ação e exercer poder vinculante, na leitura de Butler (1990), o conceito adquire significado daquilo que descreve o gênero como produto do efeito de um regime regulador, o qual depende da repetição ritualizada de formas particulares de comportamento (Spargo, 2017). Gênero, pois, não é substantivo (ontologia), é verbo (ação, performativo, devir) (Salih, 2015).

Segundo Austin (1990), *a priori*, os atos de fala são produzidos por três atos simultâneos: “locucionários”, “ilocucionários” e “perlocucionários”, em que, respectivamente: o primeiro, remete à dimensão linguística da pronúncia de palavras e sentenças; o segundo, é central para o entendimento, pois são verbos implícitos ou explícitos que visam a ordenar, criticar, perguntar, convidar, ameaçar, e que possuem força locutória, isto é, ensejam ações, são performativos e; o último consiste na linguagem com o propósito de gerar consequências, tais como convencer, persuadir e assustar. Para ser ato performativo, possui ainda enquanto condições: “(1) ser enunciada pela pessoa designada para fazê-lo e num contexto apropriado;

³⁰ Tal pressuposto, para J. Austin (1990), permite deduzir que o ato performativo, deduzido como “dizer-fazer”, compreende sentenças, que por si ensejam atos performativos e, em breve análise, são atos de linguagem que incitam modos de ação por meio das palavras e discursos.

(2) observar determinadas convenções; (3) levar em conta a(s) intenção (intenções) do enunciador” (Salih, 2015, p. 127).

Para clarificar a noção de performatividade em Butler (1990; 1993), à luz dos enunciados de Austin (1990), Salih (2015), descartando os atos locucionários, propõe distinguir que enunciados são constatativos (perlocutórios) e quais são performativos (illocutórios). Deste modo, “fui às compras” ou “é um dia ensolarado”, nesse campo da linguagem, embora sejam afirmações, consistem em meros relatos de acontecimentos. Por sua vez, um escrivão de cartório ao proferir o enunciado “aceita esta mulher como esposa?” para um homem, enuncia consigo uma ação performativa (que qualifica um sujeito no interior da matriz heterossexual), funcionando como um modo de citar as normas sexuais e de gênero, que a repete e que a reforça (Butler, 1993; Salih, 2015).

Depreende-se disso que a citacionalidade, outra categoria relacionada ao quadro conceitual da performatividade, permite empreender a análise daquilo que proporciona força ao ato performativo. É, pois, um vínculo entre o signo citacional de Derrida (1991) e a interpelação ideológica de Althusser (1980), salienta Salih (2015). Tal citacionalidade se associa à performatividade na medida em que determinadas práticas subversivas de gênero (a paródia ou o *drag*), quando transpostos para determinados contextos revelam o fracasso intrínseco a certas performances de gênero, que passam a não fazer o menor sentido (Butler, 1993).

Ademais, Butler (1990) apropria-se além da ideia de ato performativo, da asserção foucaultiana sobre o dispositivo da sexualidade (1985) como analítica de poder, para defender que a performatividade é o que condiciona performances em matéria de gênero e sexualidade, por meio da hipótese repressiva, o que por sua vez condiciona ao sexo e ao gênero no interior dos discursos e das leis (Butler, 2003).

A implicação disto para a questão do homossexual, conforme apontou Eribon (2008) é que, baseado no pressuposto de que “dizer é fazer” (Austin, 1990), o homossexual é feito primeiro na linguagem injuriosa, para depois, quando não compreendido como homossexual, ser feito novamente como alguém de práticas sexuais reprováveis; pois, se o falar engendra o fazer, é desejável que ele permaneça sob segredo consigo mesmo (Eribon, 2008).

O segredo que se consolida no silêncio sobre si mesmo, estando oposto ao discurso, pode ser lido também como resultado da reprodução da violência simbólica (Bourdieu, 2002), que muitas vezes incorre em pretensões da ordem sexual vigente, inclusive entre os próprios homossexuais (Eribon, 2008). Dado o pressuposto do “dizer-fazer” (Austin, 1990), em que falar sobre si mesmo necessariamente implica no ato homoerótico, a homossexualidade se institui

principalmente como algo reprovável moralmente na sociedade (Eribon, 2008). Segundo atesta Eribon (2008, p. 131, grifos do autor): “como diz a linguagem de todos os dias, a homossexualidade não é *dizível* ou, o que não é muito diferente, com frequência, não é *dita*”.

Como já sublinhado, um dos principais argumentos adotados por Foucault (1985) foi o de que a sexualidade é produzida discursivamente. Nesse sentido, Butler (1990) amplia o argumento da produção de sujeitos pelos discursos para então incluir o gênero, reconhecendo que, em se tratando de historicidade, gênero terá sido sempre confundido com o sexo e vice-versa. Assim, para a autora, o gênero é como um efeito performativo experimentado pelo indivíduo como identidade natural, problematizando então a ontologia de identidade de gênero “mulher”, já que estas tentativas de empregar qualquer identidade sustentarão de forma inevitável, estruturas binárias normativas das atuais relações de sexo e gênero.

Resumidamente, gênero está na ordem do efeito e não da causa do discurso. Em termos de produção de subjetividade, não há um sujeito anterior ao discurso. No lugar, o sujeito, a identidade, agência e quem sabe até a subversão, são concebidas, na performatividade, a partir de oposições constantemente atribuídas a um raciocínio dialético-hegeliano³¹ (Salih, 2015).

Segundo Butler (1990),

o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (Butler, 1990, p. 25).

Nessa sistemática do gênero, o poder, como complemento à ideia central é derivado do modelo foucaultiano do poder, em que, nas palavras de Salih (2015), o poder é múltiplo, disperso, gerador de resistência. Ou seja, pode-se entender que o poder que constrói o submisso é o mesmo que produz as resistências.

Performance e performatividade podem ser confundidas quando se lê a obra de Butler, no entanto, são conceitos que tem distinções sublimes, mas relevantes do ponto de vista da compreensão do pensamento ali colocado (Salih, 2015). De tal maneira, é oportuno salientar uma tentativa de tentar diferenciar a performatividade da performance em si, com base na reiteração das normas que a precedem, segundo Butler (1993):

Em nenhum sentido pode-se concluir que a parte do gênero que é performada é, portanto, a ‘verdade’ do gênero; performance como ‘ato’ vinculado é distinguido de

³¹ A dialética, enquanto método de investigação associado ao filósofo Hegel é aquele no qual uma tese, depois que negada por sua antítese, é resolvida por meio de síntese. Entretanto, tal síntese não é absoluta; é, antes, um meio para se avançar à próxima tese, refazendo o mesmo processo tese-antítese-síntese (Salih, 2015). Em “*A fenomenologia do espírito*” (Hegel, 2014), a especificidade é a de que o reconhecimento de sujeito é engendrada por uma ação de negação/destruição do ser “eu” por um “outro” antagônico. Pela ressignificação da sujeição do eu, é que o próprio indivíduo, portanto, caminha rumo à consciência autônoma, um constante “devir”.

performatividade na medida em que esta última consiste em uma reiteração de normas as quais precedem, compelem, excedem o performador [executor da ação] e nesse sentido não pode ser tomado como fabricada pelo ‘desejo’ ou ‘escolha’ do performador; além disso, o que é ‘performativo’ funciona para esconder, se não repudiar, o que permanece opaco, inconsciente imperformável. A redução da performatividade para performance seria um erro (Butler, 1993, pp. 24).

Segundo Souza (2017, p. 316): “a performatividade constitui as possíveis performances que podem ser promulgadas em um contexto específico”. Já “performance não é um ato mimético ou uma (re)encenação, pois toda repetição é instável e abre a possibilidade de subversão da matriz de poder com sua lógica de inteligibilidade” (Souza, 2017, p. 317). Spargo (2017) comenta que a confusão entre performatividade e a performance, por vezes, se dá pela referência mais a uma questão de escolha do que como uma necessidade de ter uma identidade inteligível no que concerne ao atual sistema de gênero. Além disso, dentro da noção de performatividade é costumeiro entender a identificação não como um ato deliberado, fruto de uma escolha consciente. Performatividade, portanto, está no poder vinculado relacionado ao discurso, o que implica na repetição de um conjunto específico de práticas (ritualização). Tal conceito, como elucidada Souza (2017), é incorporado no âmbito dos estudos *queer* em uma categoria identitária específica, o gênero.

Em tal contexto, a “liberdade de escolha”, como tentativa de subversão, abarca a renúncia restrita no interior de uma estrutura maior, condicionante da possibilidade de agência:

uma vez que estamos vivendo dentro da lei ou no interior de uma dada cultura, não há possibilidade de nossa escolha ser inteiramente “livre”, e é bem provável que a “escolha” de nossas roupas metafóricas se ajuste às expectativas ou talvez às demandas de nossos amigos ou colegas de trabalho, mesmo sem nos darmos conta de que estamos fazendo isso. Além disso, o conjunto de roupas disponíveis será determinado por fatores tais como a nossa cultura, o nosso trabalho, o nosso rendimento ou o nosso *status* e origem social (Salih, 2015, pp. 72-73).

Compreendendo gênero como uma ficção fundacional – um construto discursivo, um fato não-natural –, Butler (1990) destaca a circunscrição dos sujeitos em uma matriz de produção da heterossexualidade compulsória³² (Rubin, 1993): “gênero poderia ser caracterizado como uma “estrutura”, um “molde” ou uma “grade” na qual (ou pela qual) o sujeito é “modelado” (...)” (Salih, 2015, p. 74).

Isso implica reconhecer que no pensamento da performatividade de gênero, é na cultura que os indivíduos são produzidos como sujeitos de gênero e o gênero é um elemento definidor

³² “O conceito de heterossexualidade compulsória foi elaborado por Gayle Rubin em *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo* (1993), de forma a enfatizar a não-naturalidade da heterossexualidade; isto é, se a heterossexualidade fosse algo biológico, genético e natural, não seria necessário o conjunto de leis, prescrições morais e valores culturais que reforçam o imperativo moral e social da heterossexualidade” (Feitosa, 2016, p. 304).

de inteligibilidade³³ em nossa cultura, não podendo se afirmar que os corpos tenham uma existência significável anterior ao gênero. Nesse sentido, gênero pode ser apreendido não como uma extensão conceitual ou cultural do sexo biológico, conforme foi preconizado nas leituras feministas convencionais, mas pode ser entendido como uma prática discursiva que, estruturada em torno da heterossexualidade compulsória, permita que se instale no gênero a produção de tabus contra a homossexualidade, numa marcada incoerência entre gêneros que aparentemente devem estar ligados de maneira correspondente aos sexos biológicos (Butler, 1990).

Assim, com base na perspectiva teórica de que o homem ou o masculino não é uma essência, sobretudo para o contexto de estudo do futebol, a performatividade é o que diferencia os sujeitos de gênero. “Ao invés de entender a identidade como descrição, o conceito de performatividade a entende como um “tornar-se”. Um enunciado performativo faz acontecer. A partir de uma performance repetida, é possível ler o gênero como um ato, como uma re-experimentação de significados” (Bandeira & Seffner, 2013, p. 250). Performatividade é, antes de tudo, repetição de normas identitárias de gênero e sexualidade (Butler, 1990).

Outro aspecto do pensamento *queer*, o regime da epistemologia do armário, carece de considerações. Sendo um regime no qual nenhum *gay* está permanentemente do lado de fora ou de dentro [do armário], e sim, em transição contínua, nas mais variadas situações da interação social (Sedgwick, 2007), é, pois, um segredo público – uma espécie de estrutura reguladora que, até para aquele que se encontra em *coming out*³⁴, em determinado momento retornará ao armário, sendo obrigado calar sobre si mesmo. A saída do armário não é unívoca, por assim dizer (Eribon, 2008).

No âmbito do futebol, pode-se recuperar a relação que tal conceito tem com outro já abordado na discussão teórica: *locker room culture* ou cultura do vestiário. Price (2000), tomando por objeto de estudo a homossexualidade no esporte, identificou que emergiu uma cultura do “*locker room*”, na qual os próprios treinadores dos times de rúgbi exerciam papel disciplinador ao recomendar aos jogadores homossexuais não fazer brincadeiras ou “expressões inadequadas” nos vestiários, de modo a não perturbar os demais jogadores. Isso implica transitar por discussões que têm asseverado que há mais do que uma só tônica de discriminação contra homossexuais nos esportes (Anderson, 2002).

O exercício da homofobia no esporte, em realidade, não seria tão somente ostensiva (envolvendo formas de violência como a agressão física e o assédio verbal), compreendendo-

³³ A inteligibilidade (de gênero ou sexualidade) pode ser designada como “aquilo que se produz como consequência do reconhecimento de acordo com as normas sociais vigentes” (Butler, 2006, p. 15).

³⁴ Expressão inglesa que significa “sair do armário”.

se que na contemporaneidade, a discriminação em função da orientação sexual dá-se em conformidade com a chamada segunda onda do preconceito no esporte, na qual a discriminação não é tão intensa a ponto de tornar-se a homossexualidade algo ininteligível. Pelo contrário, ela vem encontrando meios de ser perpetrada de maneira cada vez mais indireta (Anderson, 2002).

O estudo de Sedgwick (1985) trouxe contribuições ao que posteriormente seria denominado de heteronormatividade (Warner, 1993). Apontou a autora que a ordem social contemporânea não difere de uma ordem sexual. Ela estrutura-se no dualismo homo/hetero mas prioriza a heterossexualidade por meio do dispositivo que a normaliza, ao mesmo tempo em que torna-se compulsória. Sendo assim, a heteronormatividade “descreve a tendência do sistema sexo-gênero ocidental contemporâneo de enxergar as relações heterossexuais como a norma, e todas as outras formas de comportamento sexual como desvios dessa norma” (Spargo, 2017, p. 53).

Miskolci (2009, p. 156) afirma que “o dispositivo de sexualidade tão bem descrito por Foucault em sua gênese ganha, nas análises *queer*, um nome que esclarece tanto a que ele direciona à ordem social como seus procedimentos neste sentido”. Deste modo, é fundamental reconhecer o papel que a heteronormatividade exerce sobre a sociedade, através dos seus inúmeros mecanismos, instituições e discursos, para se empreender qualquer análise “*queer*”.

Vale tentar distingui-lo de outros dois conceitos, utilizando-se de Miskolci (2012, pp. 43-44, grifos do autor): “o *heterossexismo* é a pressuposição que todos são ou deveriam ser, heterossexuais”; “a *heterossexualidade compulsória* é a imposição como modelo dessas relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto”; “a *heteronormatividade* é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo”. Na perspectiva de Borrillo (2010), é útil ressaltar acerca do heterossexismo que ele consistiria mais na organização dos indivíduos na sociedade pautada pela segregação baseada na orientação sexual.

Todavia, o grande alvo da “teoria *queer*” foi e tem sido a própria concepção de heteronormatividade, uma vez que ela não se impõe apenas aos heterossexuais, também se impondo aos homossexuais. Disso resultam violências simbólicas inclusive entre os homossexuais (Miskolci, 2012; 2017).

Portanto, a concepção acerca de homofobia resultou em âmbito dos estudos *queer*, em uma expansão conceitual que concebe a heteronormatividade como a violência simbólica presente em uma ordem social (Warner, 1993), que é uma ordem de sexo/gênero (Rubin, 1993), empregando meios discursivos para isso (Costa & Nardi, 2015). Em síntese, a abordagem *queer* se liga às categorias da vergonha, do estigma e da discriminação, tornando visível todas essas

violências simbólicas. O espírito político se concentra na crítica à normalização, ao heterossexismo, à regulação social e à heteronormatividade (Miskolci, 2009; 2012).

Quer seja em um contexto sócio-político, quer seja em um contexto intelectual, “o *queer* busca tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das conversões culturais, violências e injustiças envolvidas tanto na criação dos “normais” quanto dos “anormais” (Miskolci, 2012, p. 26). A seguir discute-se o propósito dos estudos *queer* na ressignificação do movimento *gay*, para além da academia.

2.4 Movimento *gay*, subversão da injúria e política de resistência “*queer*”

Como foi compreendido, ao abordar-se a categoria homossexual, partindo de uma perspectiva do decurso de acontecimentos históricos, se identifica tal personagem como alvo de criminalização, patologização e discriminação/estigmatização. No entanto, esta seção tem como propósito sublinhar os mecanismos em que também defronta-se com possibilidades de resistência no seio das instituições que promovem ora a sua inclusão, ora a sua exclusão.

A injúria, como forma de construção social do homossexual, deve ser retomada por se perfazer no tipo específico de discurso com conotação ambivalente: é ela que também tem potencial de engendrar a forma de solidariedade e coletividade entre os homossexuais, sendo responsável pelos aspectos da subjetivação *gay* (Butler, 1997; Eribon, 2008). Nos termos de Eribon (2008), a “coletividade *gay*”, é vista como categoria constituinte da subjetividade *gay*. Uma vez que o regime de segredo tem como problema não necessariamente ser homossexual, mas falar acerca (*don't ask, don't tell*), a fala constitui-se em um importante mecanismo – central em termos de movimento –, já que é a partir do discurso, de transformar a vergonha e frustração em orgulho, que a solidariedade entre os estigmatizados pode promover novos laços estabelecidos sob a ideia de ressignificação de uma identidade compartilhada (Eribon, 2008).

Como elucidado por Butler (1997) e Eribon (2008), a linguagem é o que proporciona condição de resistência. Ao estudar discursos de ódio, Judith Butler (1997) questiona se o social dos indivíduos não é fundamentalmente dependente da possibilidade de ser o objeto da fala do outro. Além disso, no caso da injúria, ela seria apenas um caso de poder constitutivo e insultante por meio da linguagem (Butler, 1997; Eribon, 2008), pois “se somos formados na linguagem, então, esse poder formador precede e condiciona toda decisão que podemos ter a seu respeito, e ele nos insulta desde o início, por assim dizer, por esse poder anterior” (Butler, 1997, p. 5-6).

Conforme salientado por Louro (1997, p. 40), “a resistência – ou melhor, “a multiplicidade de pontos de resistência” – seria inerente ao exercício do poder”. Retomando Foucault (1985) e sua análise sobre a sexualidade como objeto de discurso, tem-se que o autor, ao realizar suas elaborações sobre as condições de sujeição propiciada pelos discursos sobre a sexualidade na sociedade ocidental moderna, não coloca como imperativa a impossibilidade de reconstituir agência. De fato, o filósofo afirma que o fato de tratar de sexo (discursivamente) é o que impele tal objeto de ser um mecanismo de simultânea produção e controle, no qual qualquer tentativa de subversão, ceticamente, pode ser assumida fora de lei. Porém, a resistência deve ocorrer no interior das estruturas discursivas existentes (Foucault, 1985; 1998), tal como propõe para o caso da homossexualidade, concebida como desviante:

Ora, o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso “de reação”: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade” e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico (Foucault, 1985, p. 95).

Cabe sublinhar que o conceito sociológico de agência, segundo Miskolci (2017, p. 189): “designa a forma como sujeitos negociam seus desejos com as normas e convenções morais em voga, portanto como algo situacional e dinâmico que pode preceder a ação”. Assim sendo, o caso da experiência de impossibilidade de viver a experiência de maneira livre e descompromissada com o julgamento dos demais é exemplificativo de uma situação de estigmatização que interfere na própria concepção de agência do indivíduo (Eribon, 2008).

Mas, por meio da mobilização e luta política, que busca rever a percepção e a definição que um grupo tem para com relação ao mundo em geral, emerge o propósito comum de resistir à violência simbólica e à hegemonia, perpetradas discursivamente. Isto implica dizer que a ação política, para o caso homossexual, é também exercida pela linguagem e as palavras (Butler, 1997; Eribon, 2008). Ou seja,

A mobilização política, a ação política, sempre são batalhas pela representação, pela linguagem e as palavras. São batalhas em torno da percepção do mundo. A questão em jogo ali é saber quem define a percepção e a definição de um grupo e a percepção e a definição do mundo em geral (Eribon, 2008, p. 96).

Nas palavras de Eribon (2008), sobre mobilização política, a luta, impulsionada pela vergonha, propicia um desafio à comunidade *gay* em encarar a transitoriedade da injúria:

A força da injúria e do estigma é tal que conduz o indivíduo a fazer tudo para não ser considerado um dos membros daquele “conjunto” designado e constituído pela injúria. E compreendemos que, por conseguinte, só a aceitação de si como membro

do “coletivo” visado e a solidariedade mínima como *gay* com os outros *gays* (e com as lésbicas) pode servir de ponto de apoio a uma resistência eficaz à injúria e ao processo de estigma dos homossexuais na sociedade. Essa luta não decorre apenas da mobilização política, nem mesmo da criação cultural. É uma transformação de si e do mundo que passa por cada gesto cumprido, por cada fala pronunciada para se libertar, tanto quanto possível, do peso da homofobia interiorizada (Eribon, 2008, pp. 94-95).

Assim, a solidariedade é um gesto, um ponto de apoio e resistência à injúria e estigmatização dos homossexuais na sociedade. Acrescenta-se que, por meio da visibilidade de si, se denuncia a ordem sexual vigente, tal como ela é e se constrói a coletividade necessária para a autonomia e liberdade individuais. Pois, na ótica de Eribon (2008), as violências simbólicas enfrentadas pelos homossexuais constituem a motivação para a solidariedade entre os próprios membros da população *gay*, sendo capaz de engendrar inúmeras formas de coletividade *gay*; tal solidariedade teria por papel ser uma motivação em transformar a vergonha em ser considerado inferior em motivo de orgulho e luta por reconhecimento (Eribon, 2008).

Assim, não é somente sobre uma ação combativa, mas sobre iniciar um primeiro confronto à própria vergonha que predestina o *gay* a sofrer com a homofobia interiorizada, de modo que o movimento torna-se a luta coletiva, tendo por base essa solidariedade que é comum.

Daí a importância da visibilidade coletiva. Daí também que, por outro lado, a necessidade, para todos aqueles que trabalham para perpetuar a ordem sexual tal como ela é de denunciar essa visibilidade (...) Por isso é que a autonomia individual, a liberdade individual, se constroem e se conquistam por batalhas que só podem ser coletivas e que estão sempre a recomeçar (Eribon, 2008, p. 95).

O homossexual é, pretensamente, um objeto de discurso pela injúria – que é apenas um caso particular do poder insultante da linguagem –, de modo que quando se pretende sujeito se torna alvo de violência simbólica, na medida em que a manifestação mais específica da ordem sexual vigente, como visto, não é a de ser, mas falar ou não falar sobre si. Pela lógica, se o heterossexual não precisa vir à cena dizer sobre si, o *gay* tampouco deveria (Eribon, 2008; Sedgwick, 2007). Sendo assim, a solidariedade seria o ponto de apoio e resistência à injúria e estigmatização dos homossexuais na sociedade, em que, a vergonha de si, uma vez ultrapassada, promoveria o alcance da coletividade necessária.

Em síntese, Eribon (2008) ao abordar a questão *gay* como coletividade, entende que:

construindo um “coletivo” consciente de si mesmo e do fato de que a autonomia pessoal nunca é dada, mas está sempre para ser conquistada, que uma verdadeira autonomia poderá ver o dia. E essa autonomia concreta deve ser conquistada primeiramente contra aqueles que fazem a apologia da autonomia abstrata para pedir aos *gays* e às lésbicas que continuem a aceitar a situação na qual toda a autonomia lhes é recusada e lhes é tornada impossível (Eribon, 2008, p. 99).

É necessário aqui também recuperar a historicidade que abarca o movimento homossexual. É emblemático reconhecer que “a homossexualidade surge como um desejo que deve ser produzido para permanecer reprimido” (Butler, 1990, p. 77). A heterossexualidade é o que predispõe à homossexualidade como inteligível e então a torna ininteligível, interditando-a (Butler, 1990; Salih, 2015). De tal modo é que as primeiras lutas em prol da liberação sexual *gay*, que visavam a sua descriminalização pela abolição de leis que reprimiam a prática sexual, ocorreram no começo do século XX em diferentes países europeus (Simões & Facchini, 2009).

Como salientado por Simões e Facchini (2009), por exemplo, o movimento homossexual, no quadro alemão especificamente, atraiu outros movimentos simpatizantes mas também promoveu, de certa maneira, uma dissidência interna, ao ter duas concepções vigentes distintas – uma prezando pela noção radical de que não se devia implorar por direitos e com forte conotação identitária masculina/bissexual e outro movimento mais pautado na igualdade de direitos entre os homossexuais e os seus pares heterossexuais³⁵.

Outrossim, para tal movimento, o pior ainda estava por vir na forma do regime nazista. Em decorrência de uma ideologia propagada na época que visava o combate direto às minorias, como os judeus, negros, entre outros, homossexuais também entraram no pacote desses ataques, que terminaram por promover retrocessos do ponto de vista legal (re-criminalização) e violência por meio de trabalho forçado, castração química, etc. (Simões & Facchini, 2009).

Já o movimento homossexual norte-americano, a partir das contribuições de Alfred Kinsey³⁶, no período do pós-guerra, esteve assentado na procura por respeitabilidade e dissipação da ideia de uma homossexualidade como sendo patológica, o que regeu muitos esforços nos anos que sucederam, no sentido de rever a postura médica em relação à homossexualidade, que a circunscrevia como condição de desvio. Já no contexto da década de 60 é que irrompe uma contestação mais radical, fruto de ideais políticos da época e de vários movimentos sociais que emergiam neste cenário norte-americano, como a contracultura *hippie* e movimentos feministas e de liberação sexual (Simões & Facchini, 2009).

³⁵ Por um lado clamava-se por uma ampla reforma sexual, que promoveria alterações na legislação, no seio de uma aliança maior, a de movimentos trabalhistas/socialistas, bem como inúmeros agrupamentos libertários. De outro, advogava-se por uma radical separação de gêneros, como meio de fortalecer a camaradagem masculina como fomentadora de liderança e heroísmo, chegando-se ao auge de defender uma noção de “hipervirilidade”, que não aceitaria o comportamento considerado afeminado para homens homossexuais.

³⁶ “Em 1948, Alfred Kinsey publicava o primeiro de seus famosos “relatórios” sobre comportamento sexual, no qual demonstrava que as experiências homossexuais (...) não estavam restritas a um segmento bem definido da população” (Simões & Facchini, p. 43), propondo a ideia de um *continuum* sexual, tendo como extremidades, de um lado, um comportamento exclusivamente heterossexual, e do outro, exclusivamente homossexual.

Por volta da década de 1960 e anos 1980, em sintonia com estes movimentos, pesquisadores começaram a desnaturalizar o sexo e a inseri-lo na esfera das relações de poder. É nesse contexto de “revolução sexual”, que os homossexuais buscam além de uma compreensão da sexualidade, do desejo e das possibilidades relacionais, a despatologização e descriminalização da homossexualidade, emergindo no contexto da sociedade norte-americana um autêntico “movimento homossexual” (Miskolci, 2009; 2012).

Porém, a pedra angular do movimento homossexual norte-americano, na busca por construção de um orgulho *gay*, foi a rebelião de *Stonewall*, entendido por Simões e Facchini (2009) como a virada do movimento homossexual.

Na cena homossexual, um evento explosivo passou a marcar essa virada. Na noite de 28 de junho de 1969, uma tentativa da polícia de Nova York de interditar o bar *Stonewall Inn*, situado na Christopher Street, movimentada rua da região boêmia freqüentada por homossexuais, deparou-se com a reação irritada dos próprios freqüentadores da área, que travaram uma batalha de pedras e garrafas com os policiais. Os protestos de *Stonewall* passaram a assinalar simbolicamente a emergência de um Poder Gay, e a data passou a ser posteriormente consagrada como o “Dia do Orgulho Gay e Lésbico”. [...] Os freqüentadores do *Stonewall* tendiam a ser jovens e não-brancos. Muitos eram drag queens, e muitos vinham do crescente gueto de foragidos que viviam do outro lado da cidade (Simões & Facchini, 2009, pp. 45-46).

Como comentam acerca do potencial deste episódio, Simões e Facchini (2009), reconhecem que a expressão “orgulho *gay*”, diferencia-se das concepções anteriores que circundavam o movimento, os denominados simplesmente como homossexuais. Esse suposto, da homossexualidade como minoria, desvio, passou a ser ainda mais contestado.

Ser *gay* – um estigma, um estereótipo –, no que se sucedeu, passou a ser também uma cultura e estilo de vida (Simões & Facchini, 2009). ““Ser *gay*” deveria ser completamente diferente de “ser homossexual”. Não dizia respeito a uma preferência ou orientação sexual determinada, mas equivalia, antes, a um modo de vida eroticamente subversivo” (Simões & Facchini, 2009, p. 45). A rebelião de *Stonewall* consiste em um movimento significativo, já que a vergonha em ser homossexual pelo discurso ofensivo, passa a ser uma questão de orgulho e se traduz como forma de mostrar que, agora, o movimento adquire uma nova faceta – a de um movimento anormal, excêntrico e estranho (*queer*) (Miskolci, 2012; Simões & Facchini, 2009).

Analisando a existência de subculturas *gays* no espaço das grandes cidades, Eribon (2008) reconstitui estes espaços tomando que “a existência de um “mundo *gay*” não surgiu repentinamente com a *revolta de Stonewall*, cuja celebração, desde o ano seguinte, ia se tornar o ponto nascimento do movimento contemporâneo do Orgulho *Gay*. É, ao contrário, porque essa subcultura já existia há muito tempo que tais revoltas foram possíveis (Eribon, 2008).

Assim, importa dizer que não há uma só maneira (historicamente ou geograficamente) de se fazer um movimento *gay* (Eribon, 2008). Inclusive porque, conforme reconheceu Miskolci (2012), o próprio movimento se subalternizara até mesmo à luta operária:

De forma muito simplificada, era como se a luta de trabalhadores contra o capital estivesse sendo apenas adaptada a um contexto em que novos sujeitos lutavam contra outras formas de opressão. A partir do final da década de 1980, com a disseminação do conceito de gênero e a incorporação das ideias de Foucault sobre uma análise do poder, a nova política de gênero começa a modificar essa forma de conceber a luta política e a apontar como é a cultura e suas normas que nos criam como sujeitos (Miskolci, 2012, p. 28).

Ou seja, se o movimento homossexual teve a oportunidade de sair da sombra do movimento operário, que se sobrepunha não somente aos direitos dos *gays* e *lésbicas*, mas também das causas feministas e raciais, houve também, a partir disto uma maior abertura à investigação das interseções que se estabelecem nos meandros das categorias (Miskolci, 2012).

O Movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, que hoje se faz designar pela sigla LGBT, é um protagonista importante nesse campo de lutas que incidem sobre a sexualidade, como dimensão abrangente e crucial, seja no plano da vida social ou da subjetividade, seja nos modos como nos reconhecemos e somos reconhecidos. Ao mesmo tempo, o movimento LGBT, assim como os sujeitos que pretende representar, carrega as ambivalências, os paradoxos e as tensões que constituem a sociedade e a cultura em que estão mergulhados (Simões & Facchini, 2009, p. 12).

O movimento homossexual, enquanto ativismo social, deve considerar que a autonomia não é dada e sim conquistada, de modo que só se pode conquistá-la indo contra aqueles que fazem apologia contra essa mesma autonomia (Eribon, 2008). Cabe considerar que as (re) definições no movimento *gay* o tornam complexo, já que “não passam de construções provisórias, frágeis e necessariamente contraditórias entre si” (Eribon, 2008, p. 96).

O próprio exemplo dessas permanentes redefinições está no acrônimo LGBT, que é uma sigla marcada por alterações, sobretudo, atualmente, como é o caso da agregação do Q e + de Queer (LGBTQ+) para abarcar outras identidades que não constam nessa sigla, como por exemplo é o caso dos *intersex*. No Brasil, pode-se atribuir à I Conferência Nacional, realizada em 2005, a deliberação pela utilização da sigla LGBT, em vez de GLBT (corrente à época) para designar o então “movimento homossexual” (Simões & Facchini, 2009).

Sobre a fragilidade das (re)definições do movimento *gay*, Eribon (2008) atesta que:

(...) não há, para os *gays*, ainda menos para os “*gays* e *lésbicas*”, uma só e única maneira de “se perceber”, o que faz toda a complexidade do movimento *gay* e *lésbico* e explica o fato, com tanta frequência sublinhado, de que as definições que ele pode dar de si mesmo não passam de construções provisórias, frágeis e necessariamente contraditórias entre si (Eribon, 2008, p. 96).

Porém, em termos de movimento, a pauta *queer* ignora a questão das demandas e reivindicação por assimilação, da parte do movimento *gay* ao longo das últimas décadas (Miskolci, 2012). A partir de Miskolci (2012) pode-se comparar a transição do movimento de orgulho *gay* para o movimento *queer*, considerando quatro elementos: regime de verdade, luta política, perspectiva e concepção de poder (Tabela 1).

Tabela 1: Comparação entre os movimentos *queer* e homossexual

	Homossexual	Queer
Regime de verdade	Binário hetero-homo	Normal-anormal
Luta política	Defesa da homossexualidade	Crítica aos regimes de normalização
Perspectiva	Diversidade	Diferença
Concepção de poder	Repressora	Disciplinar/controlado

Nota. Reproduzida a partir de Miskolci (2012, p. 27).

Miskolci (2012) sublinha a natureza do *queer*, alinhado desde um giro intelectual à ressignificação dos movimentos sociais, principalmente no que concerne às pautas feminista e homossexual a partir da década de 1960. No que toca ao movimento homossexual, a luta contra

o aparato médico-legal que os classificava como perigo social e psiquiátrico tinham em comum demandas que colocavam em xeque padrões morais. Assim, em termos políticos, o *queer* começa a surgir nesse espírito iconoclasta de alguns membros dos movimentos sociais expresso na luta por desvincular a sexualidade da reprodução, ressaltando a importância do prazer e a ampliação das possibilidades relacionais (Miskolci, 2012, p. 22).

Ainda, nas palavras do autor,

Essa mudança de eixo na luta política se fundamenta em duas concepções distintas com relação às dinâmicas das relações de poder: uma que as compreende a partir da visão do poder como algo que opera pela repressão, e outra que o concebe como mecanismos sociais disciplinadores. Na perspectiva do poder opressor, os sujeitos lutam contra o poder por liberdade, enquanto na do poder disciplinar, a luta é por desconstruir as normas e as convenções culturais que nos constituem como sujeitos (Miskolci, 2012, p. 27).

Em certa medida, ajustado ao giro pós-estruturalista dos estudos *queer*, se refletiu no campo da luta política e dos movimentos sociais. Apesar disso, a nova onda apenas ressignifica a anterior, pois “em comum, essa nova onda dos movimentos sociais problematiza a cultura e a imposição social de normas e convenções culturais que, de forma astuciosa e frequentemente invisível, nos formam como sujeitos, ou melhor, nos assujeitam” (Miskolci, 2012, p. 29).

Daí derivou uma nova tendência no ativismo homossexual, a qual se definiu em oposição ao que se chamava de ilusões e limites da política de direitos e de inclusão de minorias perseguida pelos movimentos convencionais de gays e lésbicas. Esse ativismo se denominou “*queer*”, palavra que cobre um amplo arco de significados em

inglês, incluindo a expressão chula e pejorativa dirigida a homossexuais e desviantes em geral. [...] Articulada em agrupamentos como o *Queer Nation*, fundado em 1990, essa tendência passou a se afirmar pelo elogio a certa marginalidade heróica e pela recusa ao fechamento das identidades sexuais e de gênero, que estariam potencialmente presentes nas vivências bissexuais, transexuais e intersexuais (Simões & Facchini, 2009, pp. 52-53).

“A ideia por trás do movimento *Queer Nation* era a de que parte da nação foi rejeitada, foi humilhada, considerada abjeta, motivo de desprezo e nojo, medo de contaminação. É assim que surge o *queer*, como reação e resistência a um novo momento biopolítico instaurado pela AIDS” (Miskolci, 2012, p. 24), já que ela reforçou a conexão da homossexualidade (principalmente masculina de gays “invisíveis”) com doença, reificando o estigma social que se visava até então combater e aos poucos ia se desfazendo. Dessa forma, o debate sobre as formas de sexualidade reascendeu, assim como o da prevenção de doenças (Simões & Facchini, 2009). “A questão da Aids era vista como outra fórmula pseudocientífica para oprimir os homossexuais, fazê-los retornar à margem” (Simões & Facchini, 2009, p. 129).

O *queer* também não é uma simples “defesa da homossexualidade”, alerta Miskolci (2012). “É a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo” (Miskolci, 2012, p. 25). Entretanto, tampouco o *queer* busca desqualificar a homossexualidade:

No que concerne aos movimentos sociais identitários, as análises *queer* apontam para o fato de que eles operam a partir das representações sociais vigentes e expressam a demanda de sujeitos por reconhecimento. Isto contrasta claramente com a proposta teórica *queer* de apontar as fraturas nos sujeitos, seu caráter efêmero e contextual, mas o papel do *queer* não é desqualificar os movimentos identitários, antes apontar as armadilhas do hegemônico em que se inserem e permitir alianças estratégicas entre os movimentos que apontem como objetivo comum a crítica e contestação dos regimes normalizadores que criam tanto as identidades quanto sua posição subordinada no social (Miskolci, 2009, p. 152).

Assim sendo, o antes “movimento *gay*”, a partir da década de 90, depara-se com uma ampla profusão de categorias dissidentes, que antes escapavam à inteligibilidade da própria comunidade, passando agora a ser denominado movimento LGBT.

Dessa outra perspectiva, *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais perturbam as convenções, normas e hierarquias estabelecidas em torno do sexo biológico, da identidade de gênero e da orientação sexual, convidando-nos a reavaliar a sexualidade como um arco mais amplo e diversificado de possibilidades (Simões & Facchini, 2009, p. 53).

Essa tendência é significativa na medida em que usa em comum a injúria “*queer*” como pretexto para se fazer ser reconhecido, inclusive dando abertura às identidades marginalizadas

no interior do próprio movimento *gay* norte-americano – afeminados, transexuais, etc., aprofundando essa reavaliação de propósitos que envolvem a sexualidade na sociedade (Eribon, 2008; Miskolci, 2009; Simões & Facchini, 2009).

Já para o caso brasileiro, Simões e Facchini (2009) retratam a dinâmica do movimento segundo três “ondas” (períodos): emergência da resistência homossexual (década de 70); luta contra o estigma do HIV/Aids associada à redemocratização política (década de 80) e; institucionalização do movimento LGBT, bem como proliferação de dissidências relacionadas a tal movimento (década de 90 em diante).

Segundo os autores, respectivamente, o primeiro momento marca um “contexto marcado pela contracultura à ditadura militar, por intensa atividade de grupos de esquerda e pelo surgimento e visibilidade das versões modernas do movimento feminista e negro” (Simões & Facchini, 2009, pp. 59-60); o segundo momento é devotado mais para “a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e a violência dirigidas aos homossexuais” (*ibid*), assim como levou “muitas lideranças a se voltarem para o seu combate, e o novo contexto da democratização, que não oferecia mais o “inimigo” externo que unificava todas(os) contra “o poder” (Simões & Facchini, 2009, p. 61); o último período é quando “o movimento multiplica as categorias de referência ao seu sujeito político” (*ibid*), ao mesmo tempo em que se identifica

a crescente aproximação dos grupos e associações homossexuais com o modelo ideal das organizações não-governamentais (ONGs), com a criação de estruturas formais de organização interna e preocupações com a elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos, bem como com a formação de quadros preparados para estabelecer relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e associações internacionais (Simões & Facchini, 2009, pp. 61-62).

Na crítica sobre as raízes do movimento homossexual brasileiro, Fry (1982) abordou o conflito e a dissidência que faz coexistirem dois modelos: um enfatizando a hierarquia de gênero e outro enfatizando a igualdade. Estes movimentos competem e convivem em variados contextos da sociedade brasileira, numa dinâmica de tensão (Simões & Facchini, 2009). Assim, ao passo que o movimento igualitário se difunde associado às camadas médias e altas das grandes metrópoles, o movimento da hierarquia de gênero incorporava na sua crítica os papéis de gênero convencionais, que prevaleceriam no universo tradicional (Fry, 1982).

Por fim, segundo Bento (2015b), não há um único movimento LGBT brasileiro, pois é preciso acionar a própria precariedade da noção de cultura e identidade nacional para entender a multiplicidade de reivindicações que habitam o espaço nacional. Contudo, na definição de Colling (2015, p. 22), ao passo que o movimento LGBT *mainstream* compreende aqueles coletivos que são mais acionados diretamente pelo estado, e que, em certa medida, rumam a

uma “globalização *gay*”, os coletivos ou ativismos *queer* são marcados pelas diferenças entre si e pelo vínculo (ou não) com a universidade.

3. DISCRIMINAÇÃO E RESISTÊNCIA GAY NAS INSTITUIÇÕES ESPORTIVAS

As interseções entre homossexualidade e esporte são evidenciadas pela academia ao longo das três últimas décadas do século XX. Adotando, principalmente, o contexto canadense e estadunidense, foram feitas incursões nas teorias dos estudos *gays* e da sexualidade, bem como examinando o contexto empírico envolvido na liberação sexual *gay* e lésbica (Pronger, 1992).

De acordo com Pronger (1992), a maioria dos *gays* e lésbicas sofria homofobia no esporte, mas houve progresso na busca pela liberação sexual de lésbicas e *gays*, sendo o esporte transformado por esta comunidade em veículo para liberar a sua expressão. Todavia, pouco se documentou desde então sobre como o esporte convencional poderia vir a ser um ambiente significativamente bem-vindo para estas minorias sexuais.

Em questão, a crítica posta é a de que o progresso significativo não passou de uma expressão irônica de baixas expectativas em uma sociedade de consciência profundamente homofóbica. Isso se evidencia pelo fato que no esporte não comercial – como é o esporte recreativo, por exemplo –, há certo nível de tolerância, a depender das forças de organizações relevantes, seja por meio políticas de não-discriminação, seja por práticas de fiscalização (quando existem). Outrossim, este quadro reflete que a “liberação sexual *gay*/lésbica” depende da boa vontade de uma cultura fortemente homofóbica (Pronger, 2000).

Pronger (2000) reconhece que houve progresso para as minorias sexuais na arena da atividade física – na forma de extensas redes de atividades esportivas lésbicas e *gays* –, ao comparar o cenário dos anos 1980 com o do final dos anos 1990/início dos anos 2000. Através desse avanço ao desenvolvimento de políticas culturais lésbicas e *gays* vigentes desde os anos 1950, o qual pôde proporcionar certo progresso na arena esportiva.

Todavia, o autor defende também que os esportes na comunidade *gay* e lésbica, embora criem ambientes amigáveis, não proporcionam plena liberação para transformar as relações sociais e interpessoais no esporte, de modo a continuamente reproduzir práticas esportivas dominantes, ao passo que as acessíveis, enfatizam uma agenda política liberal. Nesse aspecto, é como se fosse realizada a inclusão para continuar a se excluir tais sujeitos, o que é refletido pela conformidade de *gays* e lésbicas para com estas estruturas ditas inclusivas (Pronger, 2000).

Neste capítulo aborda-se, a partir de um levantamento bibliográfico realizado, como as instituições esportivas, espaços em que se exerce a masculinidade hegemônica, têm, por outro lado, se tornado espaços e locais de resistência à homofobia e à heteronormatividade. Tal levantamento é fruto de quatro buscas em base de dados – esclarecidas no quarto capítulo –, subdividindo-se em quatro seções, considerados pelo presente autor, como os principais eixos de investigação que não são subsistentes à temática, mas perpassam horizontalmente a ela.

A primeira seção, “**Práticas discursivas de inclusão do homossexual nos esportes convencionais**”, oportuniza percorrer análises que têm indicado que, embora o tópico venha contemplando satisfatória e crescentemente discursos por parte de múltiplos agentes em favor da aceitação ao *gay* no universo esportivo e do futebol, admite-se, por outro lado, que a tônica é a de expressiva tolerância quanto à homossexualidade, em vez de plena inclusão. As práticas discursivas são evidenciadas a partir de espaços, cenários, locais e até meios de comunicação, todos ligados ao esporte, confrontando frontalmente o imperativo da homossexualidade circunscrita ao papel de condição marginal de existência.

Na segunda seção, “**Práticas discursivas em competições LGBTs internacionais**”, explicitar-se-á o movimento LGBT no âmbito esportivo, por meio da iniciativa dos *gay games* e dos *outgames*. Trata-se de estudos versando sobre competições esportivas *gays*, na qual se aborda o fenômeno da proliferação de determinados discursos no esporte por meio de eventos como os *Gay Games* (GG) e os *World Outgames* (WOG), salientando ao fim outras expressões menores, análogas a tais competições no quadro nacional.

A questão *gay* no futebol, considerada a partir da constituição de clubes exclusivamente *gays* de futebol, é tratada na terceira seção, “**Formação de clubes de futebol gay**”. Nesse aspecto, a formação de tais clubes em diferentes países afora é algo a ser ressaltado, os seus discursos de resistência e a reificação de alguns discursos hegemônicos, que, do ponto de vista dos estigmatizados, insistem, por vezes, em colocá-los como perpetradores indiferentes à temática. Sob a perspectiva empírica, constata-se que a pesquisa envolvendo homossexualidade e futebol torna evidente a lacuna que comunica a importância deste estudo: não se tem pesquisado formações de clubes de futebol *gay*, em solo brasileiro, muito embora, internacionalmente, tais organizações forneçam alguns poucos insumos para investigação.

Por fim, na última seção, “**Homofobia, heteronormatividade e formas de resistência no futebol brasileiro**”, ofertar-se-á um panorama sobre a questão *gay* no futebol brasileiro. Aborda-se, portanto, formas de dissidência e discursos de resistência no futebol brasileiro, assim como os discursos homofóbicos e heteronormativos que têm sido proferidos no futebol.

Os estudos versam sobre a homofobia, ora sob uma perspectiva que a centraliza como violência produzida no âmbito do futebol, ora a abordando apenas de maneira transversal como uma característica de competições, esportes, de uma maneira mais ampla.

3.1 Práticas discursivas de inclusão do homossexual nos esportes convencionais

O esporte, nas sociedades ocidentais cumpre papel de reprodução das masculinidades, por meio da propagação de um ideal de masculinidade hegemônica e homofobia e heterossexismos com aquilo que não é considerado suficientemente masculino (Anderson, 2002; Connell, 1995; Connell & Messerschmidt, 2013; Pronger, 1992). A masculinidade inclusiva (Anderson, 2005; 2009) tem sido uma abordagem prevalente na literatura dedicada ao estudo da homofobia, heteronormatividade e resistência nas instituições esportivas, principalmente no futebol. Assim, pois, a cultura de inclusão no esporte tem sido objeto de investigação de diferentes estudos.

No estudo de Roberts, Anderson e Magrath (2017) foi possível atestar uma mudança na concepção de masculinidade, a partir do quadro da teoria da masculinidade inclusiva. Os autores entrevistaram 22 jogadores de futebol inglês e identificaram que a histeria em função das relações homosociais – isto é, as relações de cumplicidade masculina em associações masculinas – tem diminuído. Há uma aceitação de atitudes mais favoráveis à convivência com a homossexualidade. Porém, essas atitudes têm se mantido mais conservadoras, circunscrevendo limites à interação com atletas supostamente homossexuais. O quadro teórico do estudo também apreendeu os debates de Goffman (2012) e Bourdieu (2002).

Essa “atitude inclusiva” também é objeto de análise de Murray e White (2017). Contribuindo para a teoria das masculinidades inclusivas (Anderson, 2005; 2009), o estudo explora a experiência de doze atletas de diferentes esportes de contato no contexto australiano que enfatizam determinado ideal de masculinidade mais baseado na compreensão. Um dos reflexos é o sentimento “*gay-friendly*”³⁷, de forma a combater masculinidades agressivas e com restrição emocional (postura estoica), um paradigma vigente no esporte, que daria lugar a uma atitude mais tolerante e empática (Murray & White, 2017).

Magrath (2017) conduziu entrevistas com 17 jogadores de futebol cristãos de diferentes etnias no Reino Unido. Na sua análise, o autor constata que, em sentido de masculinidades mais inclusivas, para este grupo, permaneceram discursos conservadores, sendo a minoria tolerante

³⁷ Expressão inglesa que significa a convivência pacífica e amistosa, tendo algum nível de afinidade com *gays*.

à homossexualidade. O interesse de pesquisa se justificou na medida em que compreenderam as masculinidades de homens cristãos como outras formas de masculinidades subordinadas, ao passo que estimulam as discussões na interseção raça, religião e homofobia (Magrath, 2017).

Já a análise conduzida por Cleland, Magrath e Rian (2018), a partir do caso de *coming-out* do jogador alemão de futebol Thomas Hitzlsperger, indicou que os fãs do futebol, localizados no Reino Unido, atualmente possuem uma atitude mais inclusiva do que no contexto da década de 90 – contexto no qual o jogador de futebol Justin Fashanu foi alvo de intensos discursos homofóbicos devido à assunção da sua orientação sexual. Porém, há que se ressaltar que o estudo, que adota dados provenientes de mensagens de fãs na *Internet*, adota como arcabouço teórico a teoria das masculinidades inclusivas (Anderson, 2005; 2009).

Em relação ao caso do mesmo jogador, outro estudo, também ancorado em premissas da masculinidade inclusiva conduziu análise similar (Schallhorn & Hempel, 2017). No entanto, o estudo, dado no contexto alemão, indicou, a partir da análise de conteúdo de publicações de dois grandes veículos de imprensa do país, que apesar do frequente discurso em prol da aceitação do homossexual no esporte, ainda há dificuldade de romper com expectativas de hipermasculinidade vigentes não apenas em tais instituições, mas que permeiam a sociedade (Schallhorn & Hempel, 2017).

O estudo de Kian *et al.* (2011), um dos primeiros a se interessar pelo potencial da *Internet* em constituir amostras discursivas pró-inclusão dos homossexuais (ou mesmo de reforço à intolerância no esporte), sugeriu que as atitudes homofóbicas de homens heterossexuais vinha diminuindo no contexto norte-americano. Apesar disso, o estudo constatou também que concepções de masculinidade hegemônica, pautadas em homofobia e misoginia/sexismo, ainda são remanescentes. Isso pôde ser demonstrado com a constatação de que ao passo que a mídia *mainstream* exerce cada vez mais poder em direção à aceitação, proliferando discursos de maior tolerância ao homossexual no esporte, é por meio do anonimato que se fazem contínuas as práticas discursivas de masculinidades hegemônicas (Kian *et al.*, 2011). O estudo alinha-se ao quadro das masculinidades inclusivas de Anderson (2005; 2009).

Já o estudo de Cashmore e Cleland (2011), explorou, também partindo de amostras discursivas *on-line*, sob a perspectiva de fãs e profissionais ingleses do setor sobre jogadores *gays*, os impactos e a falha em se obter visibilidade no esporte. Embora os participantes se posicionem contrariamente à homofobia, eles compreenderam que o que se punha como homofobia, por vezes, poderia ser encarado apenas como expressões bem-humoradas. Também advogaram pelo olhar de aceitação baseado no critério da competitividade e da capacidade de

exercício em campo. De outro lado, os próprios participantes reconhecem pressionar os atletas para a manutenção de uma cultura do sigilo. Deste modo, os próprios fãs também concluíram que a invisibilidade de jogadores *gays* no esporte é o corolário para a manutenção dos níveis de preconceito (Cashmore & Cleland, 2011).

Então, nos idos de 2012, Cashmore e Cleland (2012) estudaram pontos de vista sobre jogadores de futebol *gay* a partir de uma amostra de internautas, tanto fãs como profissionais, relacionadas ao futebol profissional inglês. O estudo identificou evidências de uma homofobia decrescente, sugerindo mais força ao quadro da masculinidade inclusiva (Anderson, 2005; 2009). Ainda, de acordo com o estudo, a persistência da homofobia e heteronormatividade, se daria, segundo percepções, por conta da leniência das agências e clubes em se opor à cultura de segredo que envolve jogadores *gays*, de modo a proporcionar maior acolhimento para aqueles em processo de *coming-out* (Cashmore & Cleland, 2012).

Ainda no contexto da grande mídia, Cleland (2014) analisou publicações associadas à saída do armário do jogador de futebol sueco Anton Hysen. De acordo com o estudo, compreende-se que houve um avanço também em relação à década de 90, tomando por referência o que Justin Fashanu vivenciou. Desse modo, aos moldes da masculinidade inclusiva a autora aponta ainda que um número significativo de publicações enfatizou que os interessados no futebol (jogadores, torcedores, clubes, agentes, autoridades e mídia) aceitassem os jogadores *gays* (Cleland, 2014).

Outro estudo, conduzido por Cleland (2015), analisou postagens anônimas de fãs que discorriam sobre a presença de jogadores *gays* em clubes de futebol profissional no contexto inglês. O intuito foi o de identificar se eram prevalentes discursos que defendem masculinidades hegemônicas ou masculinidades mais inclusivas. Os achados foram de que, apesar da persistente heteronormatividade, os internautas mostravam-se mais adeptos a combater discursos homofóbicos. Nesse sentido, um discurso recorrente foi o de que o que deve ser valorizado é a própria capacidade de o atleta exercer o esporte (Cleland, 2015).

Outro caso de declaração da homossexualidade por parte de um atleta foi o retratado, no contexto norte-americano, por parte de Cassidy (2017). Nele, discute-se como foi realizada a cobertura da saída do armário de dois jogadores, um de basquete (Jason Collins) e o outro de futebol universitário (Michael Sam), apresentando que, perante uma análise sobre 248 artigos publicados acerca do acontecimento ao longo de 30 dias, evidências deram conta de uma cobertura além do básico, compreendendo inclusive os aspectos críticos e implicações de tal

decisão. Desta forma, o artigo tem em sua amplitude a discussão não apenas da homossexualidade no futebol, mas no quadro esportivo de maneira geral (Cassidy, 2017).

Em termos de estudos sobre como a inserção da homossexualidade é percebida no contexto esportivo, outro estudo que lançou mão de analisar veículos de imprensa foi a pesquisa de Luisi, Luisi e Geana (2016). Para tal, compararam, por meio de análise de conteúdo qualitativa as citações em jornais para os casos dos atletas Jason Collins (NBA) e Michael Sam (NFL), os quais anunciaram que são *gays*. Percebeu-se uma maior aceitação para o primeiro caso, do basquete. No entanto, os dados sugeriram maior resistência à presença de homossexuais para o caso da liga de futebol. A pesquisa contribuiu por evidenciar que mesmo com as referidas organizações ofertando suporte para os casos dos atletas, persistem obstáculos para o alcance da plena igualdade LGBT.

Nessa mesma linha, outro estudo considerou entrevistas com 10 jornalistas esportivos nos Estados Unidos, identificando as suas atitudes em relação a *gays* e lésbicas, com orientação sexual declarada ou não, nos esportes. Segundo estes entrevistados, embora os fãs de esportes masculinos possam ter uma maior aceitação em relação a atletas abertamente homossexuais, as próprias equipes podem ter maior dificuldade de tolerá-los nos vestiários, por exemplo. Mas, o estudo também relata que, mesmo quando se sabia da publicidade da orientação sexual de determinado atleta, os jornalistas se mostraram relutantes em abordar este aspecto da personalidade dos atletas em coberturas de jogos, por exemplo (Kian *et al.*, 2015).

Os cânticos homofóbicos de associações de torcedores de futebol inglês constituíram objeto do estudo de Magrath (2018). Na percepção de 30 torcedores entrevistados, apesar do reconhecimento do decréscimo da atitude homofóbica nas instituições de futebol, permanece uma leniência ao cântico homofóbico e o gatilho é facilitado pela natureza das competições esportivas e partidas envolvendo clubes rivais. Para os fãs, que proferem tais cânticos homofóbicos, os cânticos são interpretados como meios de beneficiar à própria equipe. O estudo reconhece como lacuna de pesquisa a investigação do que está entre as atitudes inclusivas dos torcedores e a prática discursiva homofóbica nos estádios de futebol (Magrath, 2018).

Outro estudo com fãs de futebol focou no preconceito dos mesmos (Lee & Cunningham, 2016), desta vez nos Estados Unidos. Baseando-se em diferentes perspectivas teóricas (e.g.: Herek, 2004; McCormack & Anderson, 2014), o estudo, de natureza quantitativa-comparativa, aplicou questionários com 150 estudantes, em sua maioria homens, e conforme as hipóteses do estudo, os achados foram de que há uma associação positiva com o futebol americano e uma

associação negativa com a patinação artística masculina. O estudo demonstrou que gênero e sexismo estavam significativamente mais associados ao preconceito sexual (Herek, 2004).

No contexto espanhol, Piedra (2015) recorreu ao discurso utilizado por um grupo de universitários para entender a maior presença de *gays* e lésbicas no esporte. O autor, ao entrevistar nove estudantes por meio de grupo focal, identificou nos discursos uma normalização, pelo menos a princípio, da inserção de *gays* e lésbicas nos esportes. Contudo, apontou que residem outras modalidades de homofobia: afetiva, cognitiva e comportamental, as quais respectivamente, se expressam: i) por meio de sentimentos de rechaço e incômodo; ii) pela representação social vigente no imaginário das pessoas sobre o que é homossexualidade, retroalimentando estereótipos e estigmas e; iii) embora em sentido decrescente dos últimos anos, indicam externalizações e violências que ocorrem por meio de agressão verbal ou física, tendo como princípio a intolerância à homossexualidade.

Cleland (2018) identificou que a associação e a atitude de pertencimento por parte de fãs no futebol gera como externalidades o sexismo e a homofobia. No entanto, é possível reconhecer uma atitude mais inclusiva somente a partir da década de 1990, a partir da análise dos discursos de jogadores e principalmente de torcedores, assim como de reação da mídia impressa e não-impressa, isto é, inclusive as discussões presentes em fóruns de *Internet*. Ainda que outros estudos contestem essa informação, tendo em vista a crescente que o discurso homofóbico passa a adquirir no contexto da *Internet* (e.g.: Cleland *et al.*, 2018).

Assim, em virtude de tal quadro, apreende-se um discurso hegemônico no esporte, pautado na inclusão, mas que, em sua abordagem, preconiza, em realidade, a tolerância ao homossexual, em vez da sua inserção completa, o que confirma o que fora tecido por Anderson (2002) sobre o futebol ser uma das arenas esportivas em que o discurso homofóbico mais prevalece. Porém, as análises não devem ser restringir a tais aspectos.

Diante destes resultados de pesquisas, é possível tecer alguns apontamentos preliminares. Primeiro, pesquisas envolvendo homossexuais nos esportes, frequentemente, tomam três caminhos: i) são derivadas de experiências de atletas que ainda se encontram (ou se encontravam) no armário; ii) ou então de atletas inseridos em times e clubes abertamente *gays*; iii) ou, de modo majoritário, tomando-se a opinião de indivíduos heterossexuais sobre como seria a percepção de ter um homossexual presente no time. O suposto da inclusão e tolerância ao homossexual no esporte reifica uma concepção de desvio e ininteligibilidade do *gay* nestes espaços. Afinal, a grande maioria tem estudado percepções de heterossexuais sobre homossexuais, fazendo notar a ausência de pesquisas especificamente **com** *gays*.

Segundo, percebe-se que clubes de futebol majoritariamente compostos por heterossexuais, se mostram como a principal barreira no aspecto do *coming out* de atletas homossexuais (Cashmore & Cleland, 2011), ainda que se defenda que vem ocorrendo uma decrescente homofobia no futebol e maior inclusão dos *gays* por meio de pesquisas do tipo levantamento feitas por Cashmore e Cleland (2012) e Pereira *et al.* (2014). Antes de se discorrer sobre a lacuna relativa ao futebol *gay*, cabe, na próxima seção, entender o lado da resistência proposta pelas competições LGBTs internacionais, salientando as suas principais práticas discursivas.

3.2 Práticas discursivas em competições LGBTs internacionais

Ao passo que nas décadas de 80 e 90 se compreendia que não havia espaço para o homossexual no esporte (Messner & Sabo, 1994), é, ao largo destas décadas, que insurgem os “jogos *gays*”. Os *Gay Games* (GG) – uma iniciativa ampla e talvez o maior evento do mundo esportivo amador voltado ao público *gay* (Krane, Barber, & McClung, 2002) –, possuem periodicidade quadrienal e ocorrem em diferentes cidades dos Estados Unidos, Canadá, Europa e Austrália desde o ano de 1982³⁸. O evento, que é organizado pela *Federation of Gay Games* (FGG)³⁹, busca maior inclusão no esporte no mundo, defendendo que lésbicas e *gays* devem ser bem-vindos seja em contextos atléticos, seja na sociedade como um todo (Davidson, 2007).

Como Davidson (2007, p. 100) reconhece: “os *gay games* funcionam como um importante evento de orgulho para muitos atletas *gays* e lésbicas, que de outra forma se comprometem em configurações heterossexuais. O mundo atlético convencional ainda é extremamente homofóbico”. A autora recupera que essa homofobia é manifesta, convencionalmente, por exemplo, quando existem treinadores lésbicas e *gays* de atletismo na faculdade são difamados por pais e potenciais atletas. Mas, o agravante volta-se para o caso dos atletas masculinos *gays*, que convivem com o temor por sua segurança física nestes contextos de equipe. Assim, Davidson (2007, p. 100) acredita que isso fortalece o papel dos *Gay Games*:

contra tal demonização e marginalização, as insistentes reiterações do orgulho homo atlético vieram quase definir os *gay games*. E essas manifestações explícitas de orgulho *gay* nos *gay games* são um alívio bem-vindo para muitos, não apenas uma necessidade psicologicamente motivada (Davidson, 2007, p. 100).

³⁸ Conforme apontam Camargo e Rial (2011, p. 982) a iniciativa dos *Gay Games* veio de Tom Waddell, atleta norte-americano, que “era engajado politicamente e defendia a prática do esporte como exercício político”.

³⁹ Organização não governamental que se institucionalizou em 1989 a partir dos esforços de amigos próximos a Waddell, os quais continuaram mantendo sua ideologia mesmo após sua morte (Camargo & Rial, 2011).

Além disso,

Os *gay games* são também um evento cultural, uma ênfase que os modernos *Olympic Games*⁴⁰ deixaram escapar nas últimas décadas. O programa cultural atrai muitos participantes e talvez mais espectadores do que os eventos reais de atletismo. Música, cinema, literatura, drama, arte, etc, todos celebrando a cultura *queer* são abundantes ao longo do evento (Davidson, 2007, p. 103).

Porém, o sucesso atribuído a tal iniciativa, em um primeiro olhar, esconde a própria resistência. É necessário retomá-la então. Por ter em sua gênese o nome de “*Gay olympics*”, o evento sofreu fortes manifestações contrárias do *United States Olympic Committee* (USOC), o qual requereu a proibição da associação do termo “*olympics*” a esta então emergente comunidade atlética *gay*, em um claro movimento de monopólio da palavra. A homofobia presente nesta ação tornou-se clara ao se perceber que outros eventos que adotaram o mesmo nome de “jogos olímpicos” não sofreram nenhuma objeção da forma que os então *Gay Olympics* sofreram (Camargo, 2016). Este episódio escancarou como a USOC considerava o grupo *gay* inadequado, temendo principalmente que a associação olímpica comprometesse o orçamento das olimpíadas oficiais previstas para Los Angeles em 1984 (Symons & Hemphill, 2006). Assim, acredita-se que os GG não tenham *status* de olimpíadas, muito por conta desta disputa judicial travada logo no seu início (Camargo, 2016).

Paralelamente, também tem ocorrido, desde o ano de 2006, o campeonato mundial *World OutGames* (WOG) também em calendário quadrienal, tornando-se outra alternativa para a participação dos LGBTs no cenário esportivo (Camargo & Rial, 2011). Segundo Camargo (2016, p. 1341), a diferença entre tais eventos é que os WOG têm se afirmado como meio para “celebração da cultura, da política e dos direitos humanos de pessoas socialmente excluídas”, enquanto os GG seriam mais voltados ao esporte-competição, tendo isso como marca registrada desde sua gênese. Além disso, o diferencial dos WOG está na realização de uma conferência de direitos humanos LGBT previamente à semana das disputas (Camargo, 2016).

Em termos numéricos, desde a quarta edição, os GG têm tido público consideravelmente alto em relação às primeiras edições, sempre ultrapassando o montante de 10.000 participantes. No caso dos WOG, embora não tenha uma tendência, em sua primeira versão em Montreal, em 2006, foram registrados mais de 16.000 participantes de cerca de 120 países (Camargo & Rial, 2011). Além disso, a emergência do evento mais recente esteve atrelada à proposta da recém criada *Gay and Lesbian International Sports Association* (GLISA), uma estrutura organizacional em nível global, a qual buscava atender as insatisfações provenientes da ampla

⁴⁰ Jogos olímpicos de verão e inverno.

dominação *gay* masculina nos GG – o que fazia dele um projeto excludente –, bem como, pela falta de discussão sobre grupos minoritários e excluídos do movimento esportivo, e até mesmo de direitos humanos, civis e políticos de grupos raciais-sociais, incluindo-se também pessoas não caucasianas e a questão dos gêneros dissidentes (Camargo & Rial, 2011)⁴¹.

Acerca dos benefícios do *Gay Games*, Krane, Barber e McClung (2002), ao entrevistarem 125 atletas lésbicas e bissexuais, sob o amparo da teoria de identidade social, identificaram em seu estudo que os jogos contribuem, na construção de uma identidade pessoal e social, para a estima individual. Para tais mulheres, a importância teria o significado de trabalhar em prol da mudança social, lançando mão dos canais disponíveis para conscientização e dissipação do preconceito (Krane *et al.*, 2002).

Davidson (2007) empreendeu um estudo analisando o caso dos *Gay Games*, assim como de outros eventos culturais que os envolvem e defendeu que houve certa vergonha das dissidências *queer* (sujeitos não atléticos, não viris e afeminados) por parte da comunidade *gay* masculina, ainda que isso fosse “necessário” para celebrar o orgulho *gay*. Sua análise, centrada nos discursos dos jogos olímpicos, examinou como o domínio psíquico daqueles envolvidos na realização dos jogos que atuam, se manifestam. Baseou-se, portanto, na psicanálise para desvendar como uma heteronormatividade, no limite, pode produzir o próprio orgulho *gay*. Sua questão principal era, pois, centrada em de que maneira o orgulho atrelado aos *gay games* poderia ser ligado à original vergonha.

Por isso, Davidson (2007) argumenta que os *Gay Games*, na verdade, deixam intacta a noção de esporte, contribuindo para mantê-lo em sua fronteira disciplinar convencional. Questiona então os discursos e construções para além do gênero e sexualidade, ou seja, provoca se através da estrutura organizada do evento os *gays* passam ao mundo a imagem de ajustamento e que são bem-sucedidos no esporte, tal como elucida: “é importante questionar como os Jogos usam essa noção naturalizada de esporte como um veículo transparente e bom para a emancipação política” (Davidson, 2007, p. 102).

No contexto dos *Gay Games* de Sidney em 2002, o ensaio de Waitt (2003) explorou como o evento é marcado pelo discurso da resistência LGBTI, com enfoque em romper a heteronormatividade nos esportes (Waitt, 2003). Especificamente no que toca a tais competições, a produção de conhecimento teórico-empírico mostra-se ainda escassa, porém, repleta de entrecruzamentos com outras questões. Pode-se destacar algumas: Burke e Symons

⁴¹ Os autores comparam que, em relação aos organizadores dos eventos, ao passo que “a FGG atua e tem grande influência em território estadunidense, a GLISA trata de angariar apoiadores em todas as partes do mundo, sobretudo em países pobres e em desenvolvimento” (Camargo & Rial, 2011, p. 984).

(2016) investigaram como os *Gay Games* desafiaram a política fundamentalista *antidoping*, a partir de práticas demandadas de dentro da comunidade, tais como o uso de esteroides para lidar com efeitos do HIV ou para a redesignação sexual, no caso transgênero/transsexual; Lee, Kim e Love (2014) examinaram como os *Gay Games* foram enquadrados na cobertura do jornal desde 1980 a 2012, voltando-se especificamente aos tipos de questões destacadas, as fontes de informação citadas e a maneira pela qual as narrativas episódicas ou temáticas foram empregadas, e revelaram que questões de identidade e otimismo foram mais comumente destacadas; Burns (2012) pesquisou como os *Gay Games* de Sydney em 2002 produziram um cidadão sexual idealizado, com base no discurso da liberdade, direito, escolhas e cosmopolitismo, destacando o consumo enquanto parâmetro de um mundo *queer* imaginado.

Apesar disso, foram localizados também estudos que estendem a abordagem das competições LGBTs para outras perspectivas (Camargo, 2014; Camargo & Rial, 2011). Camargo (2016) faz uma análise dos *Gay Games* enquanto prática esportiva dissonante⁴², apontando em seu ensaio o potencial disruptivo em relação a uma normalidade instituída, tendo como plano de fundo os movimentos sociais pós-1960 para o questionamento da ordem estabelecida.

Tendo por aporte também o conceito da performatividade de gênero no esporte, o autor denomina estas práticas esportivas dissonantes como: “manifestações atléticas que não se enquadrariam nos moldes de reprodutibilidade técnica dos gestos corporais do universo esportivo convencional e que, mesmo assim, obtêm resultados” (Camargo, 2016, p. 1339). Também nomina os conceitos de corpo dissonante e corpo normativo, os quais respectivamente seriam “aqueles que se colocam nos limites fronteiraços dos *corpos normativos*, considerados desviantes da “norma” ou “abjetos⁴³” (Camargo, 2016, p. 1339, grifos do autor).

Sua intenção com o estudo é elucidar corporalidades não normativas, aceitar ocorrências de práticas esportivas dissonantes e analisar o significado simbólico da realização de tais práticas. Seu entendimento final foi o de que práticas esportivas dissonantes são, em certo sentido, práticas *queer*. O autor destaca também a importância das festas associadas aos eventos esportivos como elementos de homossocialidade e integração, sendo importante considerar o

⁴² O que Camargo (2016) faz é discutir a questão não somente dos *gay games* mas também dos jogos paralímpicos, ambos como práticas dissonantes do esporte, na medida em que são produtores de práticas disruptivas.

⁴³ O abjeto, concebido por Júlia Kristeva (1982), pertence a uma esfera de não inteligibilidade, não está presente no discurso, pois dele não se tem como falar. Ademais, para Butler (1993), tal qual o gênero, o corpo, inaugurado na esfera do discurso, também responde à matriz discursiva que produz corpos inteligíveis/abjetos. Abjeção, tratar-se-ia, portanto, de um duplo conceitual, em função da inteligibilidade de determinados sujeitos (Salih, 2015).

fator coesão grupal, elencando contradições e fissuras e inter-relacionando tais elementos com outras práticas sociais (Camargo, 2016).

Camargo e Rial (2011) formularam a ideia dos *Gay Games* e *World OutGames* sob a ótica de guetos, analisando como estes são eventos construídos *de e para* a população LGBT dos iguais entre si, questionando principalmente como se pode considerar essas competições como “guetos sexualizados” itinerantes em escala global. A proposta consistiu em entender como o gueto estrutura-se enquanto um espaço abjeto em suas territorialidades marginais *queer* e suas paradoxalidades. Os autores utilizaram o conceito de gueto – proveniente da Escola de Chicago – para apresentar a questão dos jogos *gays* (GG e WOG). Nessa perspectiva, o conceito de gueto, segundo Camargo e Rial (2011, p. 987) pressupunha originalmente concentração institucional, área cultural, isolamento social e concentração residencial.

Na esteira dos *Gay Games*, é possível sublinhar algumas perspectivas críticas, que visam transcender a ideia da afirmação de uma identidade e subcultura *gay* por meio dos esportes. Um desses estudos é o de Davidson (2014). Neste ensaio, a autora indica que tal iniciativa é uma formação homonormativa que se vale de princípios de raça e classe como meio para contestar os impulsos discriminatórios nas instituições esportivas. A crítica se dá então em como os *gay games* tem se pautado por uma política assimilacionista, na qual se troca as posições de dominação, para que outras categorias (fora dos ideais de branquitude e classe alta/média) passem ao posto de subalternizadas (Davidson, 2014).

Outra crítica, advinda de outro estudo de Davidson (2013), é a de que os próprios movimentos emancipatórios terminam por reiterar o privilégio branco, ocidental e burguês por meio de suas intersecções. Na perspectiva da autora, um foco primário apenas na homofobia pode contribuir para outras potenciais formas de opressão, a exemplo de raça e classe. Nesse artigo, a autora analisou os casos dos *Gay Games* de 2002 e 2006 e os *World Outgames*, iniciados a partir do ano de 2006. Assim, a autora compreende que há um “homonacionalismo”, que contribui na produção de uma abjeção *queer* (Davidson, 2013).

Não somente em sentido das práticas despendidas para a inclusão, mas os próprios conceitos ofertados academicamente possuem o mérito de necessitar uma análise mais crítica. É nessa perspectiva que King (2008) analisa em que medida a inclusão de LGBTQs nos esportes possibilita transversalizar das políticas de inclusão dessa comunidade como um todo. O autor destaca a importância da visibilidade ligada ao poder e legitimidade, mas defende estudos *queer* que criticam e interrogam em vez de reproduzir o ideal de hegemonia branca burguesa. Para tal, assume como fundamentos teóricos da abordagem *queer* uma visão acerca do esporte para

evitar ser congruente com o discurso excludente, que é o que caracteriza o conceito de homonormatividade (King, 2008).

3.3 Formação de clubes de futebol *gay*

Esta seção contempla estudos interessados em abordar os clubes de futebol *gay* como tentativas de resistir às constantes investidas da homofobia e heteronormatividade. Poucos são os estudos dedicados ao tema dos clubes de futebol *gay*. Jones e McCarthy (2010), tomando por base o contexto inglês, defendem como via para participação dos *gays* no futebol o aumento dos clubes de futebol formados exclusivamente por jogadores *gays*.

Sinalizando para as evidências já existentes, os autores afirmam que as experiências de *gays* que jogam nestes clubes e que competem especificamente em ligas *gays* específicas promovem outra maneira de se jogar, na qual evitar a agressão e o excesso de hostilidade é um lema a ser adotado, em favor da inclusão e do espírito de jogo genuíno. De tal modo, os clubes *gays* consistem assim em uma alternativa tanto à “convencional” cultura *gay*, como para que os participantes possam expressar o sentimento de pertencimento a uma comunidade pelo futebol (Jones & McCarthy, 2010).

Segundo Jones e McCarthy (2010), longe dos riscos de rejeição e homofobia, cria-se um espaço seguro e abraça-se um conjunto de valores não associados anteriormente com o esporte competitivo. Os autores consideraram ainda que pouco se tem escrito sobre o futebol de *gays* quando comparado a times de futebol de lésbicas. Ademais, o futebol *gay* inglês cresceu enquanto entidade com várias equipes entrelaçadas em fortes laços comunitários, sendo uma delas a entidade *Gay Football Supporters Network (GFSN)*⁴⁴ (Jones & McCarthy, 2010).

De fato, o GFSN foi estabelecido em 1989, primeiramente como um meio de prover uma comunidade para os adeptos LGBT do futebol profissional. Isto permitiu-lhes assistir a jogos juntos e interagir em torno de seu interesse comum no futebol, embora reconhecendo sua sexualidade. Ao mesmo tempo, incentivou oportunidades para socializar e beber juntos depois de assistir aos jogos. Isso é algo que não poderia acontecer de outra forma em campos de futebol ou em clubes de outros torcedores, sem medo de discriminação ou mesmo agressão. Um número de clubes *gays* gradualmente cresceu fora desta rede e, portanto, o GFSN estabeleceu uma liga (Jones & McCarthy, 2010, p. 167).

Willis (2015), por seu turno, remete ao estudo de Jones e McCarthy (2010) como um dos únicos que, no contexto da Inglaterra e Irlanda, explorou os casos de futebolistas *gays* ao

⁴⁴ Segundo Jones e McCarthy (2010) essa rede é uma organização para fãs e jogadores de futebol que compartilham interesse pelo futebol e socializam, principalmente em *pubs* e especificamente como um corpo de campanha e anfitriões de uma liga especificamente para clubes *gays*.

nível amador e que, devido as semelhanças com tal estudo, reflete-se as tendências mais amplas entre equipes do Reino Unido e Irlanda. Assim, traz como recomendação a de observar outras equipes de clubes *gays* de futebol a partir de uma distribuição geográfica mais ampla.

No que concerne a políticas inclusivas para LGBTs no futebol, destaca-se o *Plano de Ação da Federação Inglesa de Futebol (FA)*, que visa combater o abuso homofóbico no futebol, tomando o caso dos clubes de futebol *gay* como mecanismo de visibilidade. Tal visibilidade, no entanto, pode ser descrita mais como um discurso institucional não performativo. Isto é, ao contrário do que sugere performatividade – não traz efeito ao que nomeia (Austin, 1990; Butler, 1990). É relevante compreender complexidades envolvidas no combate à homofobia em tal contexto, vislumbrando que o combate deve ir além do discurso formalizado (Bury, 2015).

O estudo de Bury (2015) apanhou o conceito do homonacionalismo como de auxílio no avanço da questão do combate à homofobia no contexto mais amplo do futebol global, pois segundo a autora é o que permitiria interrogar o que os atos de fala “fazem” e o que eles afetam em seus desdobramentos discursivos. Eles são, portanto, uma parte indispensável das interrogações sobre a não-performatividade dos atos de fala e as instituições que os manuseiam.

Dentro desse fenômeno, é válido destacar inclusive o caso pouco conhecido da inclusão de homens heterossexuais em clubes de futebol *gays*. O estudo de Jarvis (2015), realizado no Reino Unido, pôde explorar essa questão ao demonstrar um modelo mais versátil e flexível da masculinidade por meio de homosocialidade entre homens heterossexuais e homossexuais – uma relação de cumplicidade, intensa socialização e auto estigmatização dos prazeres entre tais indivíduos (Sedgwick, 1985). No entanto, o estudo finaliza com uma questão aberta, qual seja: até que ponto os homens heterossexuais podem trabalhar em conjunto e colaborar com clubes esportivos *gays* desafiando a opressão e a discriminação LGBT? De todo modo, ofertaram uma visão mais plural e inclusiva da masculinidade e sua participação pôde ser vista como um ato transgressivo (Jarvis, 2015).

Outro estudo, realizado no contexto da Islândia (Stasi & Evans, 2013), buscou compreender as “táticas de *bola de glitter*”, uma metáfora para compreender a política de identidade *gay* no futebol como forma de enfrentamento ao paradigma hegemônico de masculinidade. Para tal, realizaram o estudo de caso de um time *gay* de futebol islandês e apreenderam como o gênero se perspectiva em um discurso mais amplo de inclusão, tendo como implicação a ferramenta discursiva politizada nessa identidade *gay* masculina em um contexto de política neoliberal (Stasi & Evans, 2013).

3.4 Homofobia, heteronormatividade e formas de resistência no futebol brasileiro

O futebol brasileiro é mais do que um campo de práticas esportivas, de jogar e torcer (Damo 2002; 2008), perfazendo-se em determinado percurso da história brasileira. Representa também um conjunto de práticas sociais (e aqui depende de representações sociais, pois é uma construção social), que têm sua evidência por meio de determinadas práticas discursivas. Para jogadores de futebol, além da masculinidade portar-se como um valor condicional *per se*, exigir-se-á dos atletas não somente habilidades de jogo mas também qualificações que envolvem outros valores, tais como a coragem, o destemor, a ousadia, a honra, etc. (Damo, 2002). Rememorando Bandeira e Seffner (2013, p. 251), significa dizer que “é importante ser corajoso e masculino, destemido e masculino, ousado e masculino, honrado e masculino”.

Nesse aspecto, a positivação das masculinidades de jogadores de futebol passa necessariamente pelas construções dos sujeitos torcedores (Bandeira & Seffner, 2013). O futebol é uma instância sociocultural que reflete valores de uma sociedade heteronormativa. As masculinidades, geralmente, por sofrerem pressões da heteronorma, para que se afirmem em sua pura hegemonia, produzem, então, violências discursivas, simbólicas e até mesmo físicas, tendo a homofobia como um subproduto destas violências.

Porém, essas breves concepções atreladas ao futebol extrapolam o universo esportivo permeando outros cenários, como assim se exemplifica no seguinte excerto:

Já que foi colocado, como lastro, este juízo responde: futebol é jogo viril, varonil, não homossexual. Há hinos que consagram esta condição [...] Esta situação, incomum, do mundo moderno, precisa ser rebatida... [...] Não que um homossexual não possa jogar bola. Pois que jogue, querendo. Mas forme seu time e inicie uma Federação. Agende jogos com quem prefira pelear contra si. [...] O que não se mostra razoável é a aceitação de **homossexuais** no futebol brasileiro, porque prejudicariam a uniformidade de pensamento da equipe, o entrosamento, o equilíbrio, o ideal...[...] É assim que eu penso...e porque penso assim, na condição de Magistrado, digo!

Estes são fragmentos retirados de uma decisão judicial exarada por um juiz de direito em resposta a um pedido de ação penal⁴⁵. A motivação do processo veio após o vice-presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras (Palmeiras), em debate televisivo no ano de 2007, insinuar que o jogador Richarlyson, à época integrante do São Paulo Futebol Clube (São Paulo), seria homossexual, o que teria levado o jogador a ingressar com a ação. A decisão do juiz, além de

⁴⁵ Sentença completa disponível no endereço eletrônico: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/20070803-caso_richarlysson.pdf> Recuperado em 19/08/2018.

ser contrária ao atleta, determinava o arquivamento definitivo do processo⁴⁶ (Almeida & Soares, 2012; Bandeira & Seffner, 2013; Camargo, 2018).

No caso brasileiro, Trevisan (1986, p. 55) analisa que: “geralmente não se tolera uma homossexualidade vivida de maneira aberta e livre da imposição de papéis sexuais, conforme as pretensões do movimento homossexual americano. Isso teria relação como os inúmeros casos de violência contra os homossexuais”. Muito frequentemente, os palavrões objetivam “preconceitos contra bichas e mulheres, sempre considerados como passivos” (*ibid*).

No século XX,

Baseados na autoridade dos laudos psiquiátricos, cujas “análises científicas” descobrem deslumbrantes patologias e criam monstros inimagináveis, os juízes encontram muito material para justificar sentenças punitivas que mal disfarçam preconceitos dos mais arcaicos. Mas, como combater e controlar o homossexualismo é também resolver um problema social, acaba sendo inevitável o intercâmbio das ciências com o aparelho policial. De modo que, no Brasil, juntam-se contra a prática homossexual vários sistemas de controle e repressão, tornando tênue a fronteira entre a intervenção jurídico-psiquiátrica e a ação da polícia (...) (Trevisan, 1986, p. 116).

A derrota experimentada pelo jogador Richarlyson não se deu apenas na arena judicial. É preciso recapitular que sua batalha contra a homofobia inicia-se em meados de 2005, quando ao comemorar um gol com uma dança excêntrica, parte da torcida do São Paulo passou a considerá-lo como homossexual. Com o apoio da mídia, o caso ampliou-se, culminando na frequente suspeita sobre a sexualidade do atleta e no boicote das torcidas organizadas, que se recusavam terminantemente a gritar o nome do jogador durante as subseqüentes partidas do time (Camargo, 2018).

Este, porém, não foi o único caso de homofobia associada ao futebol brasileiro. Logo após o seu time vencer o campeonato brasileiro, no ano de 2013, o jogador do Sport Club Corinthians Paulista (Corinthians), Emerson Sheik, postou uma fotografia em rede social trocando um “selinho” com outro amigo e foi hostilizado desde as torcidas organizadas do Corinthians até torcidas de clubes rivais (Bandeira & Seffner, 2013).

Estes dois casos podem ser considerados, deveras, os mais emblemáticos acerca do que a homofobia no futebol brasileiro – o qual atua, na sua totalidade, como instituição reguladora de discursos, atos e práticas –, é capaz de ofertar àquele que se desvia da concepção hegemônica de masculinidade vigente em tal instituição (Bandeira & Seffner, 2013). Em ambos os casos, o que subjaz é um sistema de injúrias (Eribon, 2008), pelo qual o discurso da heteronormatividade

⁴⁶ Em resposta à sentença, o jogador Richarlyson entrou com representação no Conselho Nacional de Justiça acusando o juiz de homofobia. Em 2008, o juiz foi penalizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Extraído de reportagem disponível em: <https://www.conjur.com.br/2008-dez-16/juiz_punido_dizer_futebol_coisa_macho>. Recuperado em 19/08/2018.

opera afirmando que determinados espaços não foram feitos para os homossexuais ocuparem. O futebol seria um destes espaços, que os tornam ininteligíveis (Almeida & Soares, 2012).

Pode-se afirmar que os estádios de futebol brasileiros se constituíram, historicamente como espaços legitimados para a construção de masculinidades. Bandeira e Seffner (2013) entendem que a intensidade sexual é observada principalmente a partir dos diferentes cânticos das torcidas, em que práticas sexuais levam à hierarquização entre homens. Nesse ponto, o autor reconhece que é inferior aquele representado na prática do sexo anal na posição de penetrado. Apenas aqueles que no ato homoerótico ocupassem a posição de passividade teriam a sua masculinidade em risco. Ou seja, participar na condição de ativo em uma relação sexual não parece diminuir virilidade ou masculinidade dos sujeitos (Bandeira & Seffner, 2013).

Nesse contexto dos estádios e dos palavrões como uma dinâmica de homosocialidade, é possível recuperar que o palavrão possui diversas funções; não somente está para agredir, mas também tem sua função para a demonstração de afetos, o que Damo (2008) endenderá como “estética da honra, alteridade e masculinidade”. O futebol, nesse espaço, passa a ser um espetáculo: “um processo ritual, de homosociabilidade masculina, tão intensa e carregada de afetividade que a condição de heterossexuais dominadores tem de ser afirmada e reafirmada, a caminho e depois dentro do estádio; uma modalidade de afirmação dada pelo ângulo da aversão aos outros” (Damo, 2008, p. 395).

Na concepção de Bandeira e Seffner (2013), a masculinidade vigora como princípio para que a violência ocorra nos estádios de futebol, já que aparecerá como uma forma de socialização potencializada pela coletividade que auxilia ou incentiva as demonstrações violentas. Neste sentido, a violência pode mostrar-se inclusive de maneira simbólica, onde se constitui de atitudes verbais e/ou gestuais. Também, na perspectiva empregada pelos autores, nesse espaço, há a violência afetiva que é aquela em que os indivíduos demonstram seus sentimentos extravasando os mesmos em virtude da ansiedade causada pela expectativa do resultado. Como destacado, esse tipo de violência é muito expressa por gestos, gritos, canções e hinos, por exemplo (Bandeira & Seffner, 2013).

Ampliando o caráter da violência homofóbica, pode-se entender que encontra-se associada à violência estrutural, na qual formas de violência constituem e atravessam a intimidade dos indivíduos. Tais formas de violência, pela sua atuação constante, são tão naturalizadas, que passam a nem mesmo serem entendidas como práticas violentas. A violência, para Bandeira e Seffner (2013), constitui-se em um terreno cultural, em que diferentes significados lutam por significação.

Assim, é um sistema de injúrias que se impõe: se porventura o homossexual quiser jogar futebol, que seja em seu reduto, “forme o seu time”, separado dos ditos heterossexuais – determina o magistrado; se esse mesmo homossexual ‘mancha’ a imagem da instituição, “nós mandamos ele embora” – afirma a torcida do São Paulo acerca do jogador Richarlyson (Bandeira & Seffner, 2013, p. 260); se ele beijar outro homem, mesmo que seja fora do campo, “vamos fazer a vida dele um inferno” – ameaça a torcida do Corinthians, agora se referindo ao jogador Emerson Sheik (Bandeira & Seffner, 2013, p. 259).

Que potencial tem a homossexualidade de perturbar a heteronormatividade (e não só a masculinidade) estabelecida *pele* e *para* o futebol? Para além de uma pergunta retórica preliminar ao próprio problema de pesquisa que orientou este estudo, entende-se que a homossexualidade possui potencial suficiente não apenas para produzir um conflito do ponto de vista do indivíduo afetado pela instituição agressora, mas dele para consigo mesmo e com os valores que assimila enquanto parte daquela ordem – ordem esta heteronormativa.

Nos casos em questão é possível visualizar isto quando: Richarlyson, sendo heterossexual, se incomoda em ter sua sexualidade colocada sob suspeita por um membro de clube adversário, muito embora, a essa altura, tal opinião emitida se tratasse de mero reflexo das violências que ele já vinha sofrendo por parte da torcida (Camargo, 2018); e Emerson Sheik requer da sua torcida a checagem da sua rede social, a fim de validar a sua heterossexualidade, também posta sob suspeita, e, não obstante, menciona não ser “São Paulino”, numa clara referência ao jogador do primeiro caso, gerando assim outra injúria (Camargo, 2018).

Deslocando a análise da problemática da homofobia no futebol para os últimos anos, já é possível dizer que existem movimentos organizados com vistas a reagir a esta heteronormatividade e a tornar o futebol brasileiro cada vez mais “*queer*”. É o caso das torcidas organizadas por *gays* e mulheres e afins à causa, compostas por torcedores de diversos clubes, as denominadas “torcidas *queer*”. O movimento das torcidas *queer* começa após uma torcedora do Clube Atlético Mineiro ter ficado incomodada com o discurso homofóbico das torcidas do clube, criando então a página *Galo Queer* no *Facebook*. Rapidamente a ideia se espalhou pela rede, incentivando a criação de várias páginas de clubes de futebol defendendo tolerância às identidades sexuais e de gênero não heteronormativas nos estádios de Futebol. Algumas das torcidas criadas foram: Furacão – Sem Homofobia (Atlético Paranaense); EC Bahia Livre (Bahia); Coxa – Sem Homofobia (Coritiba); Grêmio Queer (Grêmio); Bambi Tricolor (São Paulo); dentre outras. Vale ressaltar que, à ocasião das pesquisas realizadas (2013), tais torcidas concentravam-se unicamente nos meios virtuais (Bandeira & Seffner, 2013).

Todavia, tais movimentos não se tratam de um fenômeno recente no Brasil. Pelo contrário. Os primeiros agrupamentos, sobretudo de homens *gays*, foram registrados pela primeira vez ao final da década de 1970 com a criação das torcidas “Coligay” (Grêmio) e “Fla-Gay” (Flamengo), as quais tinham como pauta central o ingresso nos estádios enquanto torcida organizada e reconhecida, sem ter de enfrentar episódios de preconceito e discriminação em função da sexualidade dos seus integrantes. Apesar do curto tempo de vida destas torcidas, pode-se dizer que figuram como a vanguarda do movimento que une homossexuais e futebol (Bandeira & Seffner, 2013).

Dessa forma, nos idos de 2013, novamente a comunidade de *gays* torcedores de futebol organizou-se em prol do mesmo ideal. Criada por um jornalista, o qual era porta-voz de cerca de 500 mil pessoas à procura de uma torcida do Corinthians que não fosse homofóbica, a “Gaivotas Fiéis” – em paródia à tradicional torcida corintiana “Gaviões da Fiel” –, gerou uma grande repercussão no futebol brasileiro, o que compreendeu desde reações positivas à iniciativa, até ameaças de morte ao fundador do movimento (Bandeira & Seffner, 2013).

Embora haja dificuldades na estruturação e articulação das torcidas *queer*, o fato de ampliar canais de crítica a um padrão normatizador, que cultua dado modelo de masculinidade, e estas estratégias empregadas na sua reafirmação, promove e dá visibilidade ao debate em torno das relações de homofobia e machismo no futebol. Isso leva a acreditar no potencial do reconhecimento da participação de mulheres e *gays* em práticas e lugares que dão sentido ao futebol (Bandeira & Seffner, 2013).

Assim, ao elaborar práticas discursivas que confrontam a heteronormatividade e a hegemonia masculina, as torcidas *queer* e livres vão na contramão daqueles exercem e reafirmam a dominação masculina. Essas torcidas reivindicam, portanto, que essas pessoas participem em lugares já legitimados nas práticas que dão sentido ao jogo de futebol, o que se faz um passo importante para a construção de uma sociedade igualitária, orientada pelo reconhecimento e respeito às múltiplas subjetividades (Bandeira & Seffner, 2013).

Em âmbito nacional, é relevante colher registros a respeito dos recentes *Jogos da Diversidade (Diversity Games)* (Camargo, 2016; Camargo & Rial, 2011), o qual consiste em um dos eventos que têm possibilitado a participação de clubes de futebol *Society* formados exclusivamente por jogadores *gays*. Enquanto um movimento de resistência à homofobia, os *Diversity Games*, que ocorrem anualmente na cidade de Florianópolis, geralmente a três dias antes da parada do orgulho *Gay* (Camargo, 2016), incluem diversos torneios como o futebol *Society* e vôlei, dentre outros. É promovido anualmente pelo Comitê Desportivo *Gay* (CDG).

Segundo Camargo e Rial (2011), têm ocorrido competições semelhantes também nas cidades de Porto Alegre (*Jogos Gays Gaúchos*) e outras iniciativas em Curitiba, Salvador e Brasília.

É paradigmática a promoção de práticas discursivas que ao passo em que engendram condições para o exercício de um ideário de masculinidade (hegemônica), visam também excluir o exercício do que perturba as condições de constante reprodução desse ideal, que estão na zona do considerado feminino, e, face à estigmatização por tal atributo, encontra-se a própria homossexualidade – ora no indizível ou na própria proliferação negativa injuriosa em mais variados cenários alinhados a esse campo de práticas, ao mesmo tempo, sociais e discursivas. Essa permanente ocultação, silenciamento e rejeição ao que é não-masculino, homossexual, é, por outro lado, o que permite sublinhar condições de resistência nas instituições esportivas; uma tentativa de ressignificar o esporte futebol.

Por último, alguns trabalhos acadêmicos brasileiros recentes como teses e dissertações também podem ser evidenciados. A tese de Bandeira (2017), que discorreu sobre o processo de elitização dos estádios abordando também a inserção da “Coligay” – uma torcida *queer* da década de 70 – nos estádios e as suas implicações para o currículo de masculinidades, isto é, as pedagogias do gênero masculino nestes espaços (Bandeira, 2010); a dissertação de Pinto (2017), que estudou grupos de torcedores cujas performances e discurso desestabilizam a masculinidade hegemônica, centrando sua atenção desde as torcidas *gays* da década de 70 até as mais recentes impulsionadas sobretudo pelas redes sociais e; a tese de Silva Júnior (2018), que também teve por propósito voltar-se ao discurso de torcedores *gays*, identificando-os como torcedores miméticos, alinhados ao futebol e portadores de uma identidade “supostamente comum”. Este último estudo é relevante por evidenciar que até mesmo torcedores *gays* mimetizam as formas de torcer nos estádios, para tentarem não sofrer sanções, chegando até mesmo a proferirem os mesmos insultos que os estigmatizam nestes ambientes. Ou seja, há uma apropriação discursiva como estratégia de resistência por parte da própria comunidade homossexual nestes espaços (Silva Júnior, 2018).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Caracterização geral da pesquisa

Sob perspectiva interdisciplinar, o estudo se edifica em contribuições provenientes de vários campos do conhecimento – Filosofia, Psicologia, Sociologia, Antropologia, Linguística,

História, Comunicação e Educação. Assim, alguns campos de estudos interdisciplinares são: Estudos Feministas, Estudos de Masculinidades, Estudos Gays e Lésbicos (considerando também paradigmas não necessariamente alinhados ao *queer*), Estudos *Queer* e Estudos sobre Educação Física, Esporte e Lazer, com incidência da temática sobre o gênero e a sexualidade.

De tal forma, a presente pesquisa é orientada pelo conjunto de estudos denominados pós-estruturalistas (e.g.: Austin, 1990; Butler, 1990; 1993; Foucault, 1985; 1998; 2001; Rubin, 1993; Sedgwick, 1985; 2007), uma vertente crítica que vem sendo inserida em estudos organizacionais críticos brasileiros e que se manifesta de maneira interdisciplinar; além de também buscar romper com a concepção estruturalista de pesquisa (Davel & Alcadipani, 2003; Souza, Souza, & Silva, 2013). Nesse sentido, em âmbito organizacional, o estudo alinha-se ao paradigma de análise humanista-radical, defendido por Burrell e Morgan (1979) como aquilo que se assenta na sociologia da mudança radical, ancorando-se em uma linguagem subjetivista.

Assim, ao estudar o futebol e a homossexualidade no contexto brasileiro sob uma vertente pós-estruturalista, este estudo converge com o acervo de estudos que se lança também em como o conceito de gênero, a partir de certos agrupamentos constrói-se socialmente em instituições esportivas (Bandeira, 2010; Bandeira & Seffner, 2013). Por outro lado, no presente escrito, não são consideradas apenas obras que remetem ao pós-estruturalismo, mas estudos que dedicam a compreender o regime de gênero/sexualidade e como se dá os enquadramentos e assujeitamentos dos indivíduos na cultura e sociedade (e.g.: Bourdieu, 2002; Connell, 1987a; Goffman, 2012; Herek, 2004).

Ainda, em termos de ontologia das organizações, o clube de futebol *gay*, enquanto unidade de análise maior, pode-se ancorar na perspectiva construcionista social que não as compreende somente como organizações, mas como processos de *organizing*, isto é, processos que consideram objetos, sentidos, significados, capazes de fornecerem a compreensão de que organizações podem ser estudadas a partir do esquema de corpos (*embodiment*), na qual realidades e verdades são socialmente construídas e não existem a *priori* ou pré-discursivamente (Souza, Costa, & Pereira, 2015).

De acordo com a proposição estabelecida para este estudo, busca-se recorrer não somente aos significados apreendidos pelos sujeitos, mas também às relações produzidas entre si. Logo, a pesquisa pode ser classificada como exploratória-descritiva e de abordagem qualitativa, tendo por referenciais, respectivamente, os problemas e objetivos designados para o estudo, bem como, os dados e técnicas de análise empregados (Creswell, 2010; Flick, 2009).

Quanto às abordagens qualitativas, Godoy (1995) indica que a utilidade está em se lidar com problemas pouco conhecidos, em que se admite um cunho exploratório. A autora também aponta como benéfica a referida abordagem para estudos que conferem caráter descritivo, em que se busca compreender o fenômeno em sua complexidade, inserindo as preocupações em questões que abordam a teia das relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações (Godoy, 1995).

Neste sentido, quatro aspectos acerca da abordagem qualitativa, que se aplicam ao processo de pesquisa atinente ao estudo em tela, podem ser retomados, com base em Godoy (1995). O primeiro é que o pesquisador é o próprio instrumento, fundamental, no processo de pesquisa, como se relata na seção “**Pesquisa de Campo**”, que compreendeu observação não-participante e entrevistas semiestruturadas. Segundo, a pesquisa qualitativa confere à escrita um fundamento central, de modo que sua dimensão mais primária é a descritiva, percorrendo sem a pretensão de reduzir os elementos contidos no contexto estudado a meras variáveis. Neste aspecto, em específico, o processo de se fazer pesquisador é tão importante como os próprios resultados. O terceiro aspecto indica que a fonte de dados da pesquisa qualitativa são as pessoas e como os significados por elas são conferidos às coisas à sua volta. Nesse sentido, faz-se uma preocupação essencial do pesquisador enquanto o próprio instrumento em capturar com precisão, relatar, descrever e confrontar as percepções com as de outros pesquisadores. O último aspecto da pesquisa qualitativa é o enfoque indutivo para a análise de dados, construindo o próprio quadro teórico, à medida que os coleta, examina e interpreta (Godoy, 1995).

Vale acrescentar que no processo de pesquisa qualitativa, é permitido ao pesquisador lançar mãos de várias formas de dados, como entrevistas, observações, documentos e informações audiovisuais, não com a intenção de generalizar os resultados para a população, mas estudar suas particularidades (Creswell, 2010).

Sendo assim, a pesquisa, que começou a tomar forma com o levantamento bibliográfico, foi concretizando-se a partir de outras duas técnicas de coleta de dados, a observação não-participante de práticas esportivas de dois clubes regionais de futebol *gay* e as entrevistas semiestruturadas com um grupo maior de jogadores de 24 times brasileiros de futebol *gay* que estiveram em Brasília por ocasião de um evento competitivo destinado à promoção do futebol *gay* no cenário esportivo brasileiro. Na sequência, são narradas as fases da pesquisa e a sua operacionalização.

4.2 Pesquisa bibliográfica

Além do cânone já declarado na seção anterior, este estudo recorreu a uma revisão da literatura específica acerca do assunto. Tal levantamento bibliográfico possibilitou confeccionar o terceiro capítulo da presente dissertação e foi realizado, *a priori*, em três bases de dados voltadas para publicações científicas (*Google Acadêmico*, *Periódicos Capes* e *Web of Science*) e uma voltada para publicações acadêmicas (*Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES*). A decisão por utilizar estes quatro mecanismos de busca se deu à medida em que se contemplou a interdisciplinaridade que a temática abrigara e as suas lacunas, bem como as limitações de ordem técnica enfrentadas no decorrer da investigação em cada base.

Na primeira busca (*Google Acadêmico*) utilizou-se, conjuntamente, os descritores “gays” “futebol” “homofobia” em Novembro de 2018, sem delimitação de corte temporal para os resultados e sem delimitação de área de conhecimento. A coleta dos estudos considerou a leitura preliminar do resumo para verificar pertinência à temática. Foram considerados apenas artigos científicos com o parâmetro Qualis-Capes igual ou maior do que B2 (Quadriênio 2013-2016) para área ou de Administração ou de Sociologia ou de Psicologia, ou, para o caso internacional, com indicador de fator de impacto maior do que 1,0, segundo a plataforma *Journal Citation Reports*®. Anais de eventos, teses, dissertações, capítulos de livros e resenhas não foram considerados neste levantamento.

Este primeiro conjunto de publicações coletadas, foi incorporado substancialmente no capítulo introdutório e no terceiro capítulo, teórico-empírico. Cabe salientar que uma segunda busca dentro dessa mesma base, modificou apenas um dos descritores empregados. Assim, trocou-se o descritor “futebol” por “esporte”, empregando no campo de busca a combinação “gays” “esporte” “homofobia”. Os demais parâmetros foram mantidos. Porém, a principal limitação enfrentada no acesso a este primeiro mecanismo de busca foi a dispersão de achados que não guardavam sequer qualquer relação com o propósito deste estudo, trazendo inúmeros resultados que não poderiam ser absorvidos. A partir do momento em que se percebeu a falta de interseção entre os assuntos *gays*, futebol e homofobia, isto é, saturação, esta busca foi interrompida e as publicações científicas coletadas.

O segundo levantamento, desta vez na plataforma *Periódicos Capes*, considerou estudos tanto nacionais como internacionais. A decisão por esse levantamento mais abrangente se deu após a percepção de que na plataforma anterior havia grande dispersão de resultados, ao passo que nesta, para os mesmos descritores anteriormente empregados e parâmetros fixados,

considerando-se somente o caso nacional, o número de achados foi mais concentrado: 15 artigos científicos. Porém, ao se realizar a busca internacional na plataforma *Periódicos Capes*, foi possível identificar também uma elevada quantidade de trabalhos que se distanciavam do tema de pesquisa deste estudo. Os artigos encontrados foram coletados.

Nesta segunda busca realizada na plataforma *Periódicos Capes* considerou-se, também conjuntamente, os descritores “gays” “futebol” “homofobia”, em Novembro de 2018, sem delimitação de corte temporal para os resultados e sem delimitação de área de conhecimento. A coleta dos estudos considerou a leitura preliminar do resumo para verificar pertinência à temática. Também se considerou apenas artigos científicos com o parâmetro Qualis-Capes igual ou maior do que B2 (Quadriênio 2013-2016) para as mesmas áreas anteriormente mencionadas, assim como fator de impacto maior do que 1,0 pelo *Journal Citation Reports* ®. A mesma busca foi reproduzida em inglês posteriormente e alterando-se o descritor “futebol” por “esporte”.

A terceira busca, utilizando as mesmas duas combinações de descritores, ocorreu na plataforma *Web of Science* ®. Parâmetros adotados foram idênticos às buscas anteriores. Desta forma, se buscou e selecionou poucas publicações acadêmicas, pois se considerou a dispersão da busca muito elevada, retornando inúmeros resultados fora da temática. Por fim, a última busca, considerando o tema principal da homofobia associada ao futebol, deu-se na plataforma *Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES)*, delimitada nacionalmente, e justificou-se em favor da incipiente quantidade de artigos científicos versando sobre o tema nas buscas precedentes.

A revisão de literatura busca atender ao que alertou Silverman (2009), sobre a mesma ser capaz de localizar o estudo dentro de um tópico específico, sinalizando métodos e teorias utilizados, assim como, proporcionar construir uma pesquisa a partir de pesquisas anteriores. Ademais, como o autor também trouxera, tal revisão concentra-se apenas nos estudos que são relevantes para definir o próprio problema de pesquisa.

Por último, vale salientar que tal levantamento não possuiu a pretensão de esgotamento da temática, tampouco caracterizou-se como estudo bibliométrico. O intuito foi o de construir uma revisão narrativa das principais categorias na literatura teórico-empírica que perpassam ao problema e aos objetivos formulados para a presente dissertação de mestrado.

4.3 Pesquisa de campo

Um dos primeiros esforços do pesquisador em tomar contato com o referido objeto de estudo consistiu em ir a “peladas semanais” (jogos informais, que não configuram

torneio/campeonato e são periódicos) que dois clubes *gays* de futebol situados no Distrito Federal (Brasil), vinham promovendo periodicamente, no início do ano de 2019. Destas idas aos jogos e torneios informais, estabeleceu-se contato primeiramente com os principais representantes de cada clube, visando esclarecer e obter a autorização para esta pesquisa. Foram informados o objetivo do trabalho e a metodologia a ser empregada em cada etapa.

No que se segue, o presente estudo passou por avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade de Brasília, tendo sido registrado na *Plataforma Brasil* (2018) e aprovado pelo referido comitê por meio de Parecer Consubstanciado (Anexo). Além do próprio projeto de pesquisa, foram submetidos, dentre outros documentos, a tal escrutínio, o instrumento de pesquisa – roteiro preliminar de entrevista semiestruturada (Apêndice I) –, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice II), Termo de Uso de Voz e Dados (Apêndice III) e o Aceite Institucional (Apêndice IV).

Após a autorização obtida, o passo seguinte foi a imersão do pesquisador nas peladas semanais envolvendo os dois clubes supramencionados, no Distrito Federal, na condição de observador não-participante, de modo a obter voluntários para as entrevistas. Acresce-se que, na pesquisa qualitativa, os estudos de observação têm sido fundamentais, conforme recupera Silverman (2009). Isso se constatou pois, foi por meio da observação que parte do roteiro de entrevista foi confeccionado e, posteriormente, gradativamente aperfeiçoado.

O pesquisador então tomou conhecimento da realização de evento esportivo promovido pela *Liga Nacional de Futebol Gay* (LGNF), a ocorrer ainda no fim do primeiro semestre de 2019 em Brasília. Tal evento foi o que possibilitou não só ingressar na dinâmica esportiva do futebol *gay*, com uma visão dinamizada, mas acessar uma quantidade maior de times, privilegiando entrevistas com jogadores *gays* de times de fora do Distrito Federal. Assim, as entrevistas locais ficaram, a princípio, para um segundo momento.

Em breve caracterização, A *Liga Nacional de Futebol Gay* (LGNF), criada no ano de 2017, é atualmente a federação criada para disseminar campeonatos de futebol *gay* em território nacional, realizando semestralmente o *Champions Ligay*. O evento consiste em uma paródia à *Champions League* – famoso campeonato europeu de futebol profissional (De Jesus, 2019). Contudo, os times afiliados à *Ligay* são compostos, em sua maioria, por clubes e jogadores amadores de futebol *Society* (Diário de Campo, 2019). Desde sua criação até a conclusão deste estudo, o campeonato já passou por cinco edições, sendo que a primeira, ocorrida no Rio de Janeiro, contou com a participação de apenas oito times (De Jesus, 2019), enquanto em Brasília a competição, em sua quarta edição, trouxe 24 clubes de futebol *gay* de diferentes regiões

(Diário de Campo, 2019). A Tabela 2 sumariza uma lista parcial dos times que estiveram presentes no evento que origina esta pesquisa, os quais dispuseram de membros voluntários para concessão de suas entrevistas. Ou seja, 19 de 24 clubes contribuíram com o estudo.

Tabela 2: Relação de equipes de futebol da 4ª *Champions Ligay* em Brasília – 2019

Time	Região	Time	Região
<i>Aligaytors</i>	Rio de Janeiro	<i>Magya</i>	Rio Grande do Sul
<i>Pampacats</i>	Rio Grande do Sul	<i>Barbies</i>	Goiás
<i>Bulls</i>	São Paulo	<i>Maragatos</i>	Rio Grande do Sul
<i>BeesCats SoccerBoys</i>	Rio de Janeiro	<i>Predadores</i>	Minas Gerais
<i>Taboa</i>	Paraná	<i>BallCats</i>	Amazonas
<i>Karyocas</i>	Rio de Janeiro	<i>Capixabas</i>	Espírito Santo
<i>Capivaras</i>	Paraná	<i>Afronte</i>	São Paulo
<i>Bharbixas</i>	Minas Gerais	<i>Lions*</i>	Distrito Federal
<i>Unicorns</i>	São Paulo	<i>Bravus</i>	Distrito Federal
<i>Diversus</i>	São Paulo	-	-

Nota. Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2019).

* Time não participou da edição da *Ligay*, no entanto, por ser da região do Distrito Federal, voluntariou-se a colaborar para o estudo.

Nessa ocasião, que objetivou analisar atos performativos corporais e discursivos envolvendo torcedores, adversários, técnicos, jogadores e árbitros, lançou-se mão da técnica de observação não-participante. Denomina-se não-participante pelo fato de o pesquisador, embora a essa altura já estivesse inserido dada subcultura, não tenha participado totalmente do que consiste a atividade principal a que o grupo se propõe – jogar futebol –, podendo no máximo torcer junto aos demais torcedores. Ou seja, nesta configuração, o pesquisador não tem influência considerável sobre o grupo e os processos, assinala Flick (2009). O pesquisador adotou como suporte um diário de campo tanto para tais observações como apoio para as entrevistas que sucederam, de modo que, o texto faz algumas menções a ele, quando cabível.

Para acesso e seleção dos participantes, o pesquisador informou na etapa de contato com o representante do evento que necessitava também aplicar entrevistas em formato semiestruturado com pelo menos um participante de cada um dos clubes presentes. No evento, o pesquisador entrevistou pessoalmente 17 jogadores *gays* que se dispuseram a colaborar com a pesquisa. O pesquisador os abordou por meio de um padrão: não deveria repetir clubes, a fim de obter o máximo de elementos possíveis de diferentes fontes de informação, uma vez que o evento ocorria em apenas dois dias na capital. Em um dia foram entrevistados 10 jogadores e

no outro mais sete. Outra condição era a de que o interlocutor estivesse atuando no momento como jogador participante do time em campo, do clube que estava representando, pois somente assim poderia conferir dados atualizados acerca de suas vivências em campo de futebol *gay*. Cada jogador foi abordado pessoalmente e, uma vez consolidado um contato positivo em função da entrevista, foi solicitada a assinatura prévia tanto do TCLE como do Termo de Uso de Voz. Dos jogadores entrevistados, nenhum ofertou recusa ante quaisquer das questões debatidas.

Concluído o evento, o pesquisador retomou o seu plano inicial de prosseguir com entrevistas com dois clubes localizados na região do Distrito Federal. Neles, o pesquisador participou ao todo de dez encontros, na condição de observador não-participante de peladas e treinos semanais, conforme já salientado, anotando no diário de campo elementos significativos para o estudo e obtendo assim mais cinco entrevistas. O estudo de campo encerrou, portanto, com 22 entrevistas realizadas, sendo que, das cinco posteriores entrevistas citadas, mais 3 foram realizadas em âmbito de um clube enquanto as outras duas noutro clube.

Portanto, o principal método de coleta adotado foi a entrevista semiestruturada. Na concepção de Silverman (2009), este método permite compreender a linguagem e a cultura dos respondentes, de modo que o pesquisador deve se apresentar, conquistar e manter confiança ao realizar questões mais delicadas e estabelecer um grau de confiança com os respondentes que o permita enxergar o mundo do seu ponto de vista, sem tornar-se um nativo.

Em relação ao número de entrevistados, pode-se dizer que esta pesquisa adotou a amostragem intencional ou por conveniência (Marshall, 1996). Ademais, o número de entrevistados seguiu as recomendações de Miles e Huberman (1994) acerca de quatro aspectos: i) o cenário, que trata-se de onde a pesquisa toma lugar, sendo neste caso, o futebol *gay*; ii) os atores (grupos de interesse – que podem ser concebidos assim os próprios jogadores); os eventos (momento em que o fenômeno ou condição se deu em um período de tempo maior); e o processo, que acena para a natureza evolutiva dos eventos pelos atores dentro do cenário.

A Tabela 3 reúne o conjunto final dos entrevistados, tanto na competição como na inserção do investigador em clubes da região do Distrito Federal. Cabe considerar que os dados relativos à identificação dos participantes foram ocultados, de modo a não comprometer o seu sigilo, conforme pactuado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice II). Assim sendo, os interlocutores são identificados, nos fragmentos discursivos, via códigos, que simbolizam o número atribuído a cada jogador. A ordem das entrevistas foi aleatorizada pelo pesquisador de modo a conferir ainda mais sigilo e privacidade aos interlocutores.

Tabela 3: Caracterização dos entrevistados

Jogador	Ocupação e idade	Jogador	Ocupação e idade
J1	Ex-técnico de time de futebol infantil. 28 anos.	J12	Advogado. 27 anos.
J2	Jornalista. 29 anos.	J13	Não divulgou profissão. 25 anos.
J3	Advogado. 27 anos.	J14	Corretor de imóveis. 31 anos.
J4	Administrador. 37 anos.	J15	Professor de Educação Física. 27 anos.
J5	Bancário. 27 anos.	J16	Médico. 30 anos.
J6	Não divulgou profissão. 31 anos.	J17	Vendedor externo. 23 anos.
J7	Representante comercial. 33 anos.	J18	Jornalista. 35 anos.
J8	Gerente financeiro. 32 anos.	J19	Servidor público. 36 anos.
J9	Publicitário. 31 anos.	J20	Engenheiro. 34 anos.
J10	Desenvolvedor de <i>software</i> . 29 anos.	J21	Estudante. 25 anos.
J11	Servidor público. 34 anos.	J22	Estudante. 18 anos.

Nota. Elaborada pelo autor a partir da pesquisa de campo (2019).

Em relação ao roteiro semiestruturado, pode-se dizer que ele possibilitou apreender as visões dos jogadores acerca de homofobia, heteronormatividade e a resistência não somente no contexto esportivo brasileiro, mas em outros cenários “além-campos de futebol”. Os dados de entrevista, conforme já colocado, estão suplementados de alguns trechos advindos da observação não-participante do investigador. Todavia, um dos limitantes foi a impossibilidade de entrevistar outros jogadores que não estivessem mais nos clubes (Diário de Campo, 2019).

Por conveniência do registro dos dados, o pesquisador adotou gravação de áudio junto a cada interlocutor, cuja autorização já havia sido formalizada (Apêndice III), bem como, após, transcreveu cada entrevista integralmente. Logo após uma interpretação superficial de todos os relatos, a primeira estratégia de organização dos resultados foi a de formar grupos de enunciados recorrentes, os quais, quando interligados entre si permitiram ao pesquisador formar a rede de categorias discursivas, tendo como parâmetro a análise do discurso – a ser comentada.

O substrato de dados mais significativo emergiu da análise das entrevistas, que, uma vez transcritas e tratadas preliminarmente, oportunizaram ao pesquisador o emprego de uma das técnicas de análise do discurso, a análise foucaultiana do discurso. Todavia, antes de discorrer sobre essa técnica, que consiste em uma ampla perspectiva interpretativa, cabe consolidar, genericamente, alguns pontos sobre a análise de discurso.

4.4 Análise do discurso

A noção de discurso vai além da linguagem falada. Ela amplia a linguagem de modo a considerar o contexto histórico, em seus aspectos ideológicos e políticos, que permeiam determinado interlocutor, para o qual são ofertadas determinadas práticas discursivas (Rodrigues & Dellagnelo, 2013). Porém, o discurso é, em si, um termo que, academicamente, abriga diferentes concepções, as quais nem sempre são congruentes entre si, tendo em vista a amplitude de escolas e disciplinas sobre análise do discurso⁴⁷ (Rodrigues & Dellagnelo, 2013).

Em primeiro lugar, o objeto da análise do discurso (AD) é não tão somente o discurso em si, mas como por meio dele se produz sentidos (Orlandi, 2002; Rodrigues & Dellagnelo, 2013). Conforme sublinha Silverman (2009, p. 217), “A AD estuda o discurso como textos e conversas nas práticas sociais; está particularmente preocupada com a retórica ou com a organização argumentativa” (Silverman, 2009, p. 217). Ou ainda, “descreve uma série heterogênea da pesquisa da ciência social baseada na análise de entrevistas e dos textos, além da conversa gravada” (Silverman, 2009, p. 205).

Como colocado por Potter (2004, p. 203), há “um compromisso analítico com o estudo do discurso como textos e conversas nas práticas sociais [...] o enfoque está [...] na linguagem como [...] o meio para a interação”. Por isso, é indispensável considerar o que a diferencia de outras técnicas qualitativas de análise. Como Potter (2004) também destaca, a despeito de sua heterogeneidade, se compreende a análise do discurso face a três pontos: i) antirrealismo (em que há o esforço em combater a suposição de que relatos são descrições neutras da realidade, reconhecendo neles visões de mundo e sociedade); ii) compromisso em desvelar as construções sociais dos participantes, de modo a se apreender se elas são realizadas, enfraquecidas ou mesmo contestadas e; iii) a reflexividade, como uma das suas fundantes, considerando textos como versões da realidade e sublinhando seletivamente coerências e incoerências.

Para Rodrigues e Dellagnelo (2013), toda análise do discurso carrega consigo pelo menos alguns destes elementos: ideologia, contexto social, história, tempo, poder e linguagem. Nesse rol, cabe salientar que foi com a emergência dos conceitos de formação e ordem discursiva (Foucault, 2003), que se visou eliminar as dificuldades inerentes à definição do objeto de estudo da análise do discurso, atentando para aquelas práticas discursivas que

⁴⁷ Existem ao menos duas escolas de análise do discurso: “É possível dizer que enquanto a linha francesa se importa com o modo como a materialidade enunciativa evidencia um sujeito reprodutor de formações discursivas, a linha inglesa se preocupa com categorizações inerentes a essa materialidade enunciativa com vistas a desvelar (e/ou desafiar) a enunciação propriamente dita” (Rodrigues & Dellagnelo, 2013, p. 628).

“condicionam, controlam e delimitam a forma de ver os fatos, de conceituar as coisas e as práticas sociais” (Rodrigues & Dellagnelo, 2013, p. 626).

Chega-se a um entendimento de que muito provavelmente o sujeito poderia ter pouco ou nenhum recurso para propor modificações no discurso ideológico vigente, porém, se retomadas as concepções de interdiscurso e intradiscurso, há, de alguma maneira, no processo de enunciação, a possibilidade de se encontrar deslizos e/ou deslocamentos discursivos. Estes deslizos é o que permitiram, dentro de uma ideia de estrutura e acontecimento, a emergência de elementos, destinados a criação do novo discurso, demonstrando o papel do sujeito no processo de ressignificação, por meio do discurso (Orlandi, 2002; Rodrigues & Dellagnelo, 2013).

Portanto, para esta pesquisa, a análise do discurso revela-se ferramenta particularmente profícua pois, coadunando com Orlandi (2002), enquanto as estratégias convencionais de pesquisa partem de um mundo social e então consultam aos participantes acerca desse significado para eles, na AD, a análise volta-se para a exploração de ideias e objetos socialmente produzidos, que foram criados e como eles tem sua manutenção ao longo do tempo. Ademais, para Rodrigues e Dellagnelo (2013, p. 627), a importância da AD é a de, por permitir “revelar as relações de poder subjacentes ao processo de construção da realidade, ao desnudar as concepções convencionalmente instauradas pela ideologia vigente, ocupa-se diretamente da crítica e da denúncia e, em alguns casos, das formas de emancipação”.

4.4.1 Considerações teórico-metodológicas sobre a análise foucaultiana do discurso

Tal como visto no capítulo teórico “**Homofobia, Heteronormatividade, Discursos e Resistência**”, a obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, permitiu a Foucault (1985) compreender que o poder, enquanto dispositivo, deve ser analisado em suas práticas e instituições mais regionais, nas suas práticas mais efetivas e reais, tendo lastro numa abordagem indutiva, ascendente e heterogênea, em vez de dedutiva, descendente e decididamente homogênea. Assim, a fim de justificar a escolha metodológica pela análise foucaultiana do discurso – centrada neste escrito no objeto homossexualidade masculina no futebol –, são recuperadas, na sequência, outras reflexões que antecederam ao dispositivo da sexualidade, mas que, por si só, permitirão compreender a relação entre práticas discursivas e práticas sociais.

Embora Michel Foucault tenha esboçado sua análise de discurso, concentrado nas grandes questões que ligam epistemologia, ciência e poder, mais nitidamente em obras como

Arqueologia do Saber (Foucault, 2008a)⁴⁸ e *A Ordem do Discurso* (Foucault, 1999a)⁴⁹, é relevante deslocar o olhar, nesta subseção para os seguintes movimentos de pensamento: um primeiro, em que há transição da arqueologia discursiva para o estudo da genealogia do poder⁵⁰. Depois, é tomado, em sentido inverso, um segundo momento, no qual, especificamente neste escrito, se retrocede da genealogia para arqueologia, em busca de capturar principais categorias discursivas elencadas pelo autor profícuas para esta pesquisa – sem pretensão de esgotá-las, tendo em vista o vasto campo que é a obra do autor.

No que compete ao momento da transição arqueologia-genealogia, é válido frisar que se encontra neste lugar o que remete à continuidade das reflexões metodológicas já esboçadas pelo autor acerca dos discursos (Foucault, 2008a; 1999a). A genealogia é apenas o que permite que se analise os dispositivos de poder, em seus aspectos ditos e não-ditos, por sua vez concebidos e evidenciados não só na *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (Foucault, 1985), mas também na *Microfísica do Poder* (Foucault, 1998)⁵¹, em *Vigiar e Punir* (Foucault, 1999b)⁵² e em *O nascimento da Biopolítica* (Foucault, 2008b).

Neste arco, há uma expansão das análises do filósofo da categoria prática discursiva para as práticas sociais, sendo que estas últimas, enquanto práticas de poder e, em certo nível, de resistência, aparecem delineadas sob a égide de dispositivos de poder. O que se pode dizer é que, com a análise dos dispositivos, não se negligencia o papel que os discursos exercem. Porém, o projeto genealógico adquire maior importância, até para apreender também como práticas discursivas, entre outras, encontram-se inscritas nas práticas sociais. As práticas sociais são tratadas no par poder/resistência, em um quadro analítico que insere práticas discursivas e sociais acerca da sexualidade obviamente em âmbito de poder em geral, mas que procura atentar sempre para a sua dinâmica descontínua, local, heterogênea e ascendente (Foucault, 1985).

O poder é uma categoria de análise permanentemente contestada na genealogia foucaultiana. Foucault (1985) rompe com análises de poder que concebem universais como Estado e o capitalismo, ao afirmar por “construir uma analítica do poder que não tome mais o direito como modelo e código” (Foucault, 1985, p. 86). É, como o filósofo complementa, em

⁴⁸ Publicado em sua primeira versão no ano de 1969, sob o título original *L'archéologie du Savoir*.

⁴⁹ Obra editada com base na aula inaugural enunciada pelo filósofo no *Collège de France*, em Dezembro de 1970, sob o título original *Lordre du discours*.

⁵⁰ Acadêmicos que revisitaram suas obras, como Revel (2005), usualmente, compreendem o pensamento foucaultiano segundo três estágios: *arqueologia do discurso* (década de 60 até final dos anos 70); *genealogia do poder* (mais evidente na década de 70) e; *genealogia do sujeito* (do final dos anos 70 em diante).

⁵¹ Obra originalmente editada no ano de 1979, evidenciando a analítica do poder de Michel Foucault, a partir de textos seus anteriores.

⁵² Publicado em sua primeira versão no ano de 1975, sob o título original *Surveiller et punir*.

termos de análise da sexualidade como objeto de estudo, “pensar ao mesmo tempo, o sexo sem a lei e o poder sem o rei” (Foucault, 1985, p. 87).

Cabe salientar novamente que a noção de dispositivo é também a de “um jogo estratégico envolvendo mudança de posições e funções” (Ferreira Neto & Leite, 2015, p. 417). O suposto é o de que um dispositivo, num contexto histórico geográfico preciso, visa antes responder a urgências, por meio do engendramento das inteligibilidades (Ferreira Neto & Leite, 2015). Logo, para compreender o dispositivo da sexualidade como uma analítica do poder, é necessário observar que

não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social. Estes formam, então, uma linha de força geral que atravessa os afrontamentos locais e os liga entre si; evidentemente, em troca, procedem a redistribuições, alinhamentos, homogeneizações, arranjos de série, convergências desses afrontamentos locais. As grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados pela intensidade de todos estes afrontamentos (Foucault, 1985, p. 89).

As colocações acima trazidas não implicam no não-reconhecimento dos postulados “ideologia” e “hegemonia”, por exemplo, mas um modo de deslocar o olhar para as práticas localizadas, a fim de compreender que o poder é descontínuo, regionalizado e micro político, por assim dizer (Ferreira Neto & Leite, 2015). Torna-se imperativa uma análise que permita superar uma leitura dualista de cunho maniqueísta. “A compreensão de que o real comporta estados híbridos cuja análise deve contemplar o escrutínio das tensões e tendências misturadas, de modo a permitir intervenções com alguma precisão” (Ferreira Neto & Leite, 2015, p. 417).

Assim, o próprio filósofo compreende que, em uma espécie de dialética poder-resistência, “não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível” (Foucault, 1985, p. 91). Como clarificam Ferreira Neto e Leite (2015, p. 414), no bojo da analítica foucaultiana de poder/resistência, “são as práticas, conjunto de maneiras de fazer mais ou menos regradas, pensadas e acabadas, concebidas ao mesmo tempo como modo de agir e de pensar, que permitem entender a constituição do sujeito e do objeto”.

Portanto, na concepção de Foucault (1998), o poder não está em um ponto central, encontra-se capilarizado; ele se exerce em nível atômico, continuamente, cotidianamente, portanto, em quaisquer que sejam as relações. Não há posição soberana de poder, tampouco de

resistência, que não escape à dinâmica do poder, decididamente inscrita em um emaranhado de instituições, que interligadas à uma ou mais configurações de saberes, destinam-se a cumprir uma vontade de verdade (Foucault, 1998; Rodrigues & Dellagnelo, 2013). Práticas sociais compõem campos sociais, institucionais e organizacionais, como assinalaram Monteiro e Teixeira (2018) e, portanto, o futebol tem sua prática, simultaneamente, discursiva e social. É nesse lugar que se encontram as ordens dos discursos (Monteiro & Teixeira, 2018).

Nesse sentido, importa para esta análise voltar-se àquilo que precede ao dispositivo da sexualidade: as **práticas discursivas**. É neste ponto que se faz o retrocesso há pouco comentado. Em primeiro lugar, considera-se que os termos práticas discursivas e práticas sociais figuram nesta obra como análogos ao entendimento de Foucault (1999a) sobre ordens do discurso e é o que as compreende e possibilita sentido no bojo da arqueologia discursiva, pois, se as práticas sociais englobarão todo o conjunto do dito e do não-dito, por assim ser, tal estrutura, englobará também os discursos e os silêncios no quadro social maior.

Assim, algumas categorias discursivas são relevantes de serem evidenciadas. Para Foucault (1999a), as condições do exercício da função enunciativa partem de um processo historicamente situado, em que regras definem os enunciados em determinada época e determinada área social (Rodrigues & Dellagnelo, 2013). Na teoria foucaultiana, discurso “não é só outra palavra para fala, mas uma prática material situada historicamente que produz relações de poder. Os discursos existem dentro das instituições e dos grupos sociais, dão suporte a eles, e estão ligados a saberes específicos” (Spargo, 2017, p. 52).

Foucault (1999a) reconhece no discurso uma forma de poder, e quando atinge o *status* de dominante – ordem do discurso – o mesmo discurso, por meio de mecanismos de exclusão é controlado, gerenciado e redistribuído por meio de procedimentos e normas, com vistas a assegurar acontecimentos. Há, assim, um controle por meio do discurso (Rodrigues & Dellagnelo, 2013). Esse controle, dado pela ordem do discurso, pode ser compreendido como aquilo que submete os sujeitos em uma dada sociedade. Essa ordem do discurso é afirmada a todo tempo por uma sociedade, que diz ao indivíduo sobre o seu *status*/posição dentro de um esquema de relações de poder, nas relações humanas (Foucault, 1999a).

A relação que Foucault faz entre sujeito e enunciado é a de que o sujeito não se constitui numa origem, numa gênese; ele é para Foucault um sujeito vazio, descentrado, em que diferentes sujeitos formulam uma posição e um enunciado. Os sujeitos ocuparão diversos lugares institucionais, que legitimarão seu discurso, conferindo a eles o *status* de enunciador – alguém que enuncia (Foucault, 1999a).

Nesse sentido, uma clássica citação que diz sobre a emergência do conceito de **prática discursiva**, em Foucault é: “essas relações caracterizam não a língua que utiliza o discurso, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática” (Foucault, 1999a, p. 61). Em Foucault, os discursos são conjuntos de práticas que sistematicamente têm formado os objetos sobre os quais procuram dizer algo (Monteiro & Teixeira, 2018).

Destas práticas discursivas, no quadro *foucaultiano*, podem ser definidos, a *priori*, quatro formações discursivas (Foucault, 1999a): formação de objetos, formação de modalidades enunciativas, formação de conceitos e formação de estratégias. Respectivamente: (1) *a formação de objetos* versa sobre o que constitui os objetos mas também os sujeitos sociais no interior dos discursos; (2) *a formação de modalidades enunciativas* é o que aponta como os indivíduos se encontram assujeitados a partir de enunciados, tal que o sujeito não existe fora e independente do discurso, sendo uma função dos enunciados; (3) *a formação de conceitos*, está para mostrar como se organiza o campo dos enunciados, suas mutações e transformação e; (4) *a formação de estratégias*, que aponta o *status* que determinado enunciado adquire em dado lugar e espaço particular.

Interessante pontuar que aqui não se volta a análise de enunciados científicos, como conjuntos de práticas discursivas, que, em certo percurso histórico, são compreendidas pelo filósofo como formações discursivas. Assim, em vez disso, neste escrito – valendo-se do arcabouço teórico metodológico de Michel Foucault – analisa-se a construção de determinados enunciados em campo de práticas sociais e discursivas que estão perpassando ao futebol, e como elas são reguladas, combatidas, reproduzidas pelos sujeitos homossexuais na tentativa de subversão e agência, frente às ordens dos discursos em tal cenário, que levam aos mais diferentes assujeitamentos, mas que também estão repletas de incoerências e contradições.

Clarificando, é importante compreender que no quadro foucaultiano de análise do discurso (Foucault, 1999a), a compreensão dada sobre a expressão formação discursiva está alinhada às tradicionais concepções acerca de ciência, teoria e disciplina (Rodrigues & Dellagnelo). Portanto, a noção de formação discursiva é o que atrela conjuntos de enunciados que visam a produzir um discurso sobre alguma coisa, e que na análise foucaultiana, era o saber, a ciência, a própria concepção de conhecimento (Foucault, 1999a).

O discurso, para Foucault, é o conjunto dos “grandes grupos de enunciados” (Salih, 2015, p. 69). É ele quem “compreende os enunciados como eventos reiteráveis que estão ligados por seus contextos históricos” e, ainda, “constituem formações discursivas, sem descartar como

influem nas “posições de sujeito pressupostas pelos enunciados e no modo como os sujeitos são discursivamente constituídos” (Salih, 2015, p. 69).

Logo, o que se percebeu foi que na *História da Sexualidade I*, a arqueologia discursiva não foi inteiramente abandonada. Apesar de ser caracterizada como projeto genealógico, a analítica do poder, dentro do dispositivo de sexualidade de Foucault não descarta o discurso, lhe englobando no quadro maior de práticas sociais. É comprobatória disto a seguinte passagem:

O que se diz sobre o sexo não deve ser analisado como a simples tela de projeção desses mecanismos de poder. É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. E, por essa mesma razão, deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função táctica não é uniforme nem estável. Mais precisamente, não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes (Foucault, 1985, p. 94).

Depreende-se de tal excerto que o filósofo, na verdade, está dando continuidade à sua analítica de poder, transitando para uma abordagem que permita analisar a sexualidade a partir do arcabouço que ele já vinha desenvolvendo. Exemplo disso é a própria retomada por ele do que seja o discurso admitido e o discurso excluído, entendendo que, por não serem hermeticamente isolados, ambos “podem entrar em estratégias diferentes” (Foucault, 1985, p. 94). Há também os silêncios, que assim como os discursos, “nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele” (Foucault, 1985, p. 94).

A noção de discurso de Foucault (1999a), portanto, o compreende como “um conjunto de enunciados que dependem da mesma formação discursiva”. A formação discursiva, por sua vez, para além de um conjunto de enunciados provindos de um mesmo sistema histórico de regras, oscilará desde uma concepção contrastante – na qual se opõe de modo autônomo a outro sistema de regras instituído –, até uma outra concepção interdiscursiva – na qual a formação se constitui e se mantém por meio dos interdiscursos. O estudo, portanto, apreende vasto domínio Foucaultiano, contemplando suas diferentes análises críticas, desde o projeto arqueológico da ciência, passando a atingir os elementos da genealogia do poder.

Portanto, a relevância da analítica foucaultiana do discurso e do poder é apropriada para o problema em questão, já que permite acessar práticas discursivas de resistência (e hegemônicas) referentes à homossexualidade que têm perpassado do nível das práticas sociais à instância micropolítica que compreende os clubes *gays* de futebol, possibilitando responder aos objetivos específicos estabelecidos para este estudo.

Assim, não existe um só método ou modelo foucaultiano de análise. Cada método deve ser escolhido, conforme cada caso, cada objeto de pesquisa contemplado. Isso implica dizer que

o método não é um *a priori*, mas algo que deve ser constantemente confrontado e se preciso retificado durante o curso de uma pesquisa (Ferreira Neto & Leite, 2015). Inclusive, há resistência por parte de Foucault em ofertar protocolos de pesquisa fixos, mas o filósofo não deixa de tecer diretrizes. Tampouco, desmerece a importância do processo de pesquisa. Pelo contrário, o que é ofertado são precauções e possibilidades de investigação (Foucault, 1985). Como Ferreira Neto e Leite (2015, p. 414) destacam, as escolhas metodológicas devem ser “submetidas à pertinência da construção de seu objeto dentro do processo de pesquisa”.

Portanto, pode-se dizer que a análise foucaultiana do discurso, que aqui foi discutida, enquanto procedimento de análise, pautou-se nas contribuições localizadas especificamente na fronteira foucaultiana arqueologia-genealogia (Foucault, 1985; 1998, 1999a; 2008a), quais sejam: i) discursos, enunciados, *status* de enunciadore, formações discursivas, interdições, procedimentos de inclusão e exclusão nos discursos, que confluem para o entendimento de ordens discursivas; ii) instituições, códigos morais, esquemas de percepção, ideologias (não em seu sentido lato), dicotomias de tomada de poder e de resistência, que, conjuntamente, podem remeter ao dispositivo de sexualidade.

Em outras palavras, é na transição de pensamento, que se encontrou o substrato para a análise do discurso aqui despendida, em que a todo instante buscou-se salientar tanto o dito (os discursos, seus enunciados, os *status* dos sujeitos, ordens do discurso; em suma, práticas discursivas) como o não-dito (práticas sociais e, no caso do futebol, práticas esportivas, que engendram, comunicam e simbolizam poder e resistência).

5. DISCURSOS DE RESISTÊNCIA NO FUTEBOL GAY BRASILEIRO: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quais são a(s) narrativa(s) do futebol *gay* brasileiro? Ou, retomando o problema de pesquisa que guia este estudo, “*considerando a organização de indivíduos gays em agrupamentos eminentemente masculinizados, tais como os clubes gays de futebol, quais são as práticas discursivas de resistência frente à homofobia e à heteronormatividade, vigentes no âmbito sociocultural desportivo brasileiro, que perpassam a tais contextos?*”

Esta seção detalha resultados e discussões concernentes à pesquisa de campo realizada pelo pesquisador junto a interlocutores de diferentes regiões brasileiras. Conforme esclarecido, os enunciados conjugam-se, na medida do possível, a elementos do não-dito, apreendidos por meio de observação não-participante. As interpretações são ancoradas no arcabouço

foucaultiano outrora clarificado, tomando como pano de fundo uma multiplicidade teórica – concepções sobre o que é ser masculino e o que é ser homossexual no futebol; resistências inscritas na dinâmica *queer*, que dedicam-se ao ideal de ressignificação da injúria; subsídios de solidariedade obtidos na forma dos coletivos *gays* de resistência; elementos de resistência e conformidade à homofobia/heteronormatividade, presentes em competições *gays*; entre outros.

Todos estes aspectos acima figuram indissociados, por se entender que assim são mais bem contemplados. Cabe, porém, para termos didáticos, efetuar-se a divisão deste capítulo em quatro seções, que foram estabelecidas de modo correspondente à unidade de análise do estudo (em seu conjunto): **práticas discursivas de resistência no futebol gay brasileiro**. É de se lembrar que tais práticas discursivas atuam em conformidade a uma ordem social superior, uma ordem discursiva, tendo nos enunciados a sua menor partícula, dotada de materialidade (Foucault, 1999a). Aqui no caso, os enunciados são fragmentos discursivos das entrevistas realizadas e a ordem do discurso, assim como o dispositivo, são os pressupostos por trás deles.

A primeira seção, intitulada “**O preconceito se aprende**”: **homofobia como prática pedagógica de masculinidades**, abarca enunciados que atestam a precedência da homofobia sobre as práticas futebolísticas – o jogar e o torcer (Damo, 2002; 2008). Enquanto prática pedagógica, é de esperar-se que sua perpetração seja mais forte no contexto escolar, e, sobretudo da educação física (Louro, 1997; Messner, 1992), por meio do exercício da interpelação moral dos sujeitos (Eribon, 2008; Miskolci, 2012). Contudo, as análises sugeriram que essa prática pedagógica, é mediada por outras práticas discursivas, continuamente exercidas por outros atores e instituições, tais como família, estádios e instituições esportivas e a mídia. Desvelam-se nesta seção, os implícitos dos primeiros indícios de resistência à ordem discursiva.

A segunda seção, intitulada “**Sempre joguei futebol, mas nunca podendo ser eu mesmo**”: **modos de objetivação e subjetivação no futebol**, apreende enunciados que confirmam quais práticas discursivas e não-discursivas engendram os modos de se fazer sujeito homossexual em âmbito do futebol, seja na condição de jogador, seja na de torcedor. A seção é matizada, centralmente, pela contribuição de Foucault (1998) acerca da polaridade objetivação/subjetivação da subjetividade, o que aponta para o sujeito como descontínuo, não-linear, sempre no engendramento da sua subjetividade. Desvela-se em tal seção que o homossexual lança mão de diferentes repertórios para enfrentar a estigmatização, o que remete a outra série de discursos envolvendo a resistência no nível individual. Ao fim, ressalta-se o papel dos clubes de futebol *gay* como forma de agência coletiva.

A terceira seção, denominada **“Vão achar que é uma piada, mas para nós é motivo de orgulho”**: **estratégias de contestação da injúria**, discorre, a partir de quatro grupos de enunciados encadeados, cada qual em uma rede de enunciações, tópicos relacionados à: i) construção da subjetividade *gay* em torno do futebol; ii) contestação e subversão da injúria por meio da adoção de nomes de clubes; iii) instituição de regras de regulação dos sujeitos nessa espécie de sub ordem discursiva e; iv) contestação da inclusão plena da outras identidades, sobretudo heterossexuais, vistos como entrave à afirmação *gay* no futebol.

A última seção versa sobre os limites que a resistência, por meio do futebol *gay*, tem suportado para afirmar a sua presença nas instituições esportivas, bem como na sociedade, de maneira genérica. É intitulada **“O importante é saber jogar futebol”**: **silenciamento e invisibilidade de clubes gays de futebol**. Assim, discorre principalmente sobre as relações de poder e resistência exercidas entre os clubes *gays* e outras esferas institucionais.

5.1 “O preconceito se aprende”: Homofobia como prática pedagógica de masculinidades

A homofobia é semelhante a qualquer outra forma de intolerância, no sentido de articular-se em torno de emoções (crenças e preconceitos), de condutas (atos e procedimentos) e de um dispositivo ideológico (teorias e representações coletivas) (Borrillo, 2010). (J13), um dos entrevistados foi solicitado a opinar sobre as razões da persistência da cultura do insulto homofóbico ao *gay* na sociedade. De modo categórico, ele assim enuncia: **“Porque a gente somos [sic] odiados por todos, né? É uma discriminação que só nós... só nós gays que sentimos”** (J13). Embora o enunciado seja sucinto e direto, o que ele apresenta é que a homofobia é um preconceito dotado de particularidade, ao ser comparada às demais formas de discriminação. Em primeira análise, tal excerto rememora o que foi destacado por Borrillo (2010) e Pocahy (2007), que identificam, na discriminação homofóbica, uma violência simbólica particular que se faz em um ódio comum que atravessa a toda a sociedade, não importando a raça, o gênero ou a origem de quem detrata o homossexual.

Na perspectiva de Pocahy (2007), considera-se que a homossexualidade é objeto de diferentes formas de violação, por ser aquilo que afronta direta e radicalmente as instituições e dinâmicas basilares da convivência em sociedade. O reflexo disso é tal que pouca importância tem sido dispensada a tal forma de preconceito, mesmo no espaço acadêmico, salienta o autor. Os estudos tomando por base a discriminação por orientação sexual são mais escassos, quando comparados aos estudos dos outros casos de preconceito – o que implica dizer que, em quadro

social e político é, portanto, uma das formas de violação da dignidade menos discutidas (Borrillo, 2010; Pochay, 2007).

Imanência do dispositivo da sexualidade, o discurso não tem sua faceta condicionada a apenas um surto discursivo, mas tem na interdição conceitual, tal como posto no século XIX, a própria imposição de quais conceitos serão capazes de circulação, de modo a subjetivar os indivíduos. É assim que se decide mais do que quais discursos proliferam, como eles o serão feitos (Foucault, 1985).

Com base nesses apontamentos, questiona-se: que práticas sociais têm possibilitado a disseminação e reprodução da homofobia? Como elas atravessaram aos jogadores de futebol *gay*? E de que lugares as ordens discursivas que conformam a homofobia têm partido? Uma das propostas de entendimento da dinâmica do preconceito homofóbico, que emergiu quando da ponderação do empírico, foi a de que o preconceito é decorrente de práticas culturais:

Cara, o preconceito se aprende. É uma questão de cultura e aprendizado. Acho que durante muitos anos as pessoas foram educadas dessa forma. Elas foram ensinadas dessa maneira e elas acabam considerando isso uma coisa normal, mas elas não enxergam que isso, na verdade, afeta o emocional, a parte sentimental de uma pessoa, que é, na verdade, LGBT, entendeu? Então eu acho que cumprir ter uma educação, uma orientação melhor para que isso acabe (J6).

O enunciado de (J6) sugere que o preconceito homofóbico é algo normal e por assim ser é algo que vem sendo continuamente aprendido e reforçado “durante muitos anos”. Como um elemento de “cultura e aprendizado”, impossibilita que as pessoas tenham a percepção de que se trata de concepções, crenças e atos negativos, que influem negativamente sobre um outrem que seja “LGBT”. Todavia, o interlocutor, para além destes aspectos, apreende também que a principal via de minimização é a educação, já que, primeiro parte-se de um processo no qual “durante muitos anos as pessoas foram educadas dessa forma”, para, ao fim, constatar-se que “cumprir ter uma educação, uma orientação melhor para que isso acabe”.

Inferre-se, portanto, que dado o preconceito contra homossexuais, inserido na ordem do discurso, e que o toma como fator de cultura e aprendizado – algo normal, corriqueiro –, somente o rompimento com este ciclo possibilitará às pessoas repensarem suas práticas negativas. De tal maneira, a educação, como forma de combate destacada pelo interlocutor, é o enunciado que encontra relação com outro, o de (J12), que assim expressa sua visão acerca da homofobia: **“É...falta de educação, falta de coerência, isso é uma mania, né? Que o brasileiro pegou, que o homofóbico pegou, que o brasileiro homofóbico pegou e está disseminada e tem se perpetuado ao longo do tempo” (J12).**

O enunciado de (J12) permite desvelar que, assim como (J6), a homofobia não só tem se disseminado, mas “perpetuado ao longo do tempo”. Isso ilustra uma forma de discriminação que se impõe de maneira quase absolutamente imanente e cíclica, denotando dificuldade com o seu rompimento. É relevante notar neste enunciado a gradação que o interlocutor atribui ao preconceito, que parece uma justaposição dos matizes “brasileiro” e “homofóbico”, atestando para uma ordem discursiva de semantização do preconceito que conflui para uma só identidade nacional – a do “brasileiro homofóbico”. Ademais, o interlocutor entende que esta falta de educação, está na ordem da incoerência (“uma mania”), algo que perpassa o domínio de representação cognitiva, sendo, portanto, da ordem cultural. Para o enunciador (J12), o preconceito, entendido como uma mania, um traço cultural negativo ou mesmo um hábito que se forma ao longo do tempo, possui suas raízes na falta de educação, o que termina por incidir em insultos frequentes em muitas instituições esportivas.

É possível destrinchar dos excertos que a cultura do preconceito homofóbico sinaliza ao mesmo tempo para a presença de certo conjunto de práticas culturais que vão sendo adquiridas e aprendidas pelos sujeitos, às custas da falta de educação, ou, como sugere Miskolci (2012), os indícios daquilo que se viria denominar de uma cultura precária, que possui nas suas raízes não só a própria educação precária, mas a desvalorização da diferença sexual e de gênero.

No quadro foucaultiano, é preciso considerar dessa estratégia de desvalorização da diferença que o reforço dos controles e das resistências encontram-se associados, a todo momento, promovendo desde uma incitação a um discurso de verdade sobre o que se espera da sexualidade, como permitindo sublinhar que o poder ligado à sexualidade é, ele, ao mesmo tempo, formador e efeito de determinados discursos que impõe concepções sobre qual o domínio da normalização sexual (Foucault, 1985).

Tomando como pressuposto o de que a cultura homofóbica pode ser combatida pela via da educação em respeito à diferença, antes de se concentrar a análise nos aspectos concernentes ao insulto homofóbico no futebol, questiona-se então quais são as instituições envolvidas nestes processos pedagógicos/educacionais? O enunciado de (J9) indica o papel preponderante que a instituição família exerce dentro neste quadro.

Olha, essa cultura ela vem de criança, porque você ouve o pai falando dessa maneira, você ouve um tio, os amigos, falando dessa maneira, e isso vem crescendo e crescendo, desde aquela brincadeira: “São Paulo, time de viado...não sei o quê”, “time de não sei o quê”, então isso é cultural. Enquanto não melhorar a educação da criança, isso não vai mudar (J9).

O enunciado de (J9) permite interpretar que o papel da família no combate ao preconceito é omissivo, já que a criança em questão “ouve o pai falando dessa maneira”, ou “um tio..., os amigos..., falando dessa maneira”. Deste modo, implica considerar que um repertório é concedido deste muito cedo ao sujeito, que assim não o compreende como sendo algo que mascare o preconceito, mas uma linguagem dentre quaisquer outras que o possibilita situar-se no mundo. Pelo trecho em que admite que “isso vem crescendo e crescendo”, percebe-se uma interlocução direta com os dois últimos enunciados discutidos anteriormente, de (J6) e (J12), no qual considera-se a homofobia como um processo, que vai se desencadeando pelos meandros da sociedade (Foucault, 1999a), proporcionando diferentes variantes da carreira moral de diferentes indivíduos, sejam eles estigmatizados ou não (Goffman, 2012).

Em breve apontamento, a carreira moral é a própria história de vida do indivíduo estigmatizado, que lhe permite elaborar retrospectivamente as experiências que explicam a origem das crenças e práticas que ele agora adota em relação aos seus iguais (estigmatizados) e aos “normais” (Goffman, 2012, p. 36). Assim, tal conceito aduz às formas de explicação de posições comumente tomadas em favor ou desfavor de alguém estigmatizado (Goffman, 2012).

O enunciado de (J9) indica, portanto, que o indivíduo cresce com o repertório cultural que lhe é adequado, ofendendo ao outro, já que essa “cultura ela vem de criança”, de modo não questionado, e que somente por meio de educação se combaterá a cultura homofóbica do preconceito (“Enquanto não melhorar a educação da criança, isso não vai mudar”) – em conformidade ao que já fora salientado por (J6): “cumpre ter uma educação, uma orientação melhor para que isso acabe”.

Segundo Louro (1997), piadas heterossexistas surgem na infância como forma de regular e disciplinar comportamentos de meninos e meninas, os quais aprendem pela via da piada e gozação que não se ajustam aos padrões de gênero e sexualidade inteligíveis para a cultura em que vivem. Nesse processo, que é de exclusão e regulação, disciplinadas no contexto escolar, complementa-se, com base em Miskolci (2012, p. 33), que “as pessoas aprendem sobre sexualidade ouvindo injúrias com relação a si próprias ou com relação aos outros”.

De tal modo, esse repertório homofóbico não se circunscreve apenas ao âmbito familiar e da infância. É na cena esportiva que ele virá à tona e se reproduzirá continuamente, conforme denota o seguinte fragmento do mesmo enunciado de (J9): “São Paulo, time de viado,... não sei o quê”. Conforme posto por Foucault (1985, p. 89), uma análise do engendramento dos dispositivos de poder deve supor que as correlações de força são múltiplas atuando em

instituições como família e determinadas instituições restritas. É isso que dará “suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social”.

No que se segue, essa política da ofensa é processada, sem deixar de remeter aos primórdios da infância dos homens e a eventos corriqueiros do próprio futebol brasileiro (estes amplamente cobertos pela mídia), não deixando-se de notar que tem sido característico das interações realizadas nos estádios a proliferação de séries de insultos, cânticos, enfim, injúrias com teor homofóbico (Bandeira, 2010; Bandeira & Seffner, 2013; Damo, 2002; 2008). A linguagem ofensiva não se detém no contexto nacional, podendo ser observadas também em outras zonas do globo, que terminam por denunciar a própria leniência por parte de clubes e instituições reguladoras do futebol. Para os fãs, que proferem tais cânticos homofóbicos, os cânticos são interpretados como meios de beneficiar à própria equipe (Magrath, 2018).

Neste sentido, (J4) enuncia: **“é uma situação totalmente ultrapassada mas que ainda existe no futebol. Você tem aqueles gritos quando um goleiro vai bater um tiro de meta: bicha!”** (J4). A análise desse enunciado requer a interpretação de outro enunciado, relacionado diretamente a esta problemática forma de torcer. (J3) é quem reconhece o que há por trás de tal dinâmica insultuosa, advogando inclusive por práticas mais amistosas:

Eu acredito que muitas pessoas reproduzem algo e elas...na verdade, elas nem pensam que estão ofendendo alguém ou propriamente os gays, mas ofendem né? Então, em vez de você gritar “bicha” no estádio, por exemplo, quando o goleiro chuta um tiro de meta, você poderia gritar apoiando o seu time, sabe? É uma agressão desnecessária, mas eu acho que é algo cultural. Muitas pessoas, por ignorância, acabam reproduzindo algo que elas ouvem desde sempre (J3).

A ponderação dos enunciados de (J3) e (J4) sugere o que já foi objeto de enunciação acerca do preconceito homofóbico por outros interlocutores (J6, J12 e J9): “é algo cultural”. Mas não se restringe a tal análise. No contexto dos estádios de futebol, que se perfazem, em uma dinâmica simbólica como representações coletivas de identificação dos torcedores com os clubes e, por conseguinte com os atletas (Damo, 2002; 2008), o caráter da injúria é sopesado pela reprodução inconsequente, por “nem pensar que estão ofendendo alguém”.

Logo, a análise do enunciado de (J3) permite constatar que a ofensa dá-se partindo de um mecanismo inconsciente, no qual o perpetrador das discriminações muitas vezes não se apercebe como preconceituoso (“muitas pessoas, por ignorância, acabam reproduzindo algo que elas ouvem desde sempre”). No caso da injúria, destinada especificamente aos goleiros, e capturada por ambos os enunciados (J3 e J4) rememora-se o que já fora destacado por Souza (1996), quando afirma que é usual à torcida atacar inclusive o próprio time para o qual torce,

em determinados episódios, imputando à figura do goleiro marcadores de afeminação. A injúria é tal que, conforme identifica (J3), a ideia de uma comunidade, enquanto grupo solidário (Damo, 2002; 2008), é ela própria subvertida, já que no lugar de gritar “apoiando o seu time” proferem ofensivamente o termo “bicha”, como ressaltou o enunciador.

Nesse aspecto, Bandeira (2010), ao investigar a dinâmica da produção das masculinidades sob a ótica da pedagogia do que é ou não “ser homem” no futebol, aponta que ela não consiste em processos educacionais formais, que colocariam o indivíduo em âmbito de uma “comunidade afetiva, em determinado grupo identitário, dentro de uma doutrina” (p. 345). O que ocorre é que, como salienta o autor, as torcidas de futebol vão além destes signos de pertencimento, que são as camisetas dos clubes e as marcas corporais. Os sujeitos entendem, em realidade, que necessitam adentrar um determinado discurso, dentro de um processo de contínua aprendizagem, que os permite exercerem um conjunto de práticas discursivas (já que o futebol vai além das práticas do jogar/torcer), que abarca no seu bojo algumas ofensas (Bandeira, 2010; Damo, 2002; 2008).

As enunciações trazem indícios do biopoder, que, figurando de modo associado ao dispositivo da sexualidade (Foucault, 1985), é o poder capaz de controlar as populações, de controlar a vida, de controlar os corpos – entendidos como espécies às quais, historicamente têm sido dispensadas práticas sociais de criação, agência e controle. Em suma, é sobre a categoria do corpo que se incita todo um controle social que o visa submeter (Louro, 1997).

Por outro lado, (J8) acrescenta que isso só ocorre porque há permissividade nos estádios:

O estádio em si é um lugar muito permissivo, onde as pessoas acham que elas podem fazer tudo e que elas não vão ofender ninguém, né? Chamando de “viado”, isso assim...afasta os gays, as mulheres dos estádios. As pessoas são machistas, os homens são machistas, né? (J8).

O enunciado de (J8) indica que a dinâmica do preconceito homofóbico só tem se intensificado e se materializado, em especial, nos estádios, devido à permissividade que ocorre em tal contexto. Ou seja, a negligência por parte de atores que regulam a dinâmica nos estádios (Magrath, 2018) e que não coíbem a manifestação preconceituosa, possibilita a naturalização do preconceito, uma vez que se pensa que tais pessoas “podem fazer tudo e que elas não vão ofender ninguém”. O reflexo dessa naturalização, dessa ordem discursiva fortemente estabelecida, é a impossibilidade de homens *gays* e mulheres permanecerem nesses espaços, sem apreciar uma degradação dos seus atributos individuais (Salvini *et al.*, 2012; Souza, 1996).

O que se pode compreender a partir de (J8) é que o machismo nos estádios é o principal fator a ser considerado sobre o motivo de mulheres, *gays* e demais indivíduos não acessarem

esses espaços e serem inclusive afastados de muitas manifestações esportivas. Dessa maneira, a violência simbólica, fruto da dominação masculina, no âmbito do futebol influi negativamente não só em homossexuais, mas ainda nas mulheres (Salvini *et al.*, 2012; Souza, 1996), já que “dois dos elementos constitutivos na construção social de masculinidades são o sexismo e a homofobia” (Kimmel, 1998, p. 105).

Contudo, diferente da mulher que se apresenta como um corpo que proporciona certa inteligibilidade social (Butler, 1990; 1993; 2006), no espaço do futebol, passando primeiro pela compreensão que ora a discrimina simplesmente tomando como inadequado ser do gênero feminino para quaisquer práticas (jogar/torcer) de futebol (Bandeira & Seffner, 2013; Franzini, 2005), ora pela suposição de uma orientação homossexual baseada em estereótipos de gênero (Salvini *et al.*, 2012), para o caso do *gay*, a violência simbólica se estabelece segundo outra lógica. “A imagem do homossexual é incongruente aos olhos dos espectadores que entendem o futebol como reduto da força física, como se a liberdade sexual estivesse ligada a ter ou não força, ter ou não virilidade” (Almeida & Soares, 2012, p. 314).

O enunciado de (J8) cabe ainda uma última consideração acerca da naturalização do preconceito – como Bourdieu (2002) afirmou, a violência simbólica é de tal forma, que mesmo naqueles conscientes da sua operação, a aceitação prevalece, o que normaliza atitudes como o desrespeito. Nesse sentido, (J2) visualiza o preconceito contra homossexualidade no futebol brasileiro enunciando o mesmo como uma marca inscrita já na cultura, que reforça ainda mais o padrão sociocultural de que o homem é dominador:

Eu acho que no futebol existe um culto à virilidade, sabe, à masculinidade, entende? Tu é um homem que pô...e tu joga futebol. Tu é uma estrela, entende? Tu é uma pessoa é...quase um mito, um herói, sabe? É o cara assim matador... Aí eu acho que daí a gente pode dar uma analisada, por que que o futebol feminino não é tão valorizado quanto o futebol masculino no Brasil hoje, entende? Porque é questão do masculino, entende? Do homem, do macho e tudo mais. Eu acho que acaba...por isso que há a questão do preconceito também. E isso existe contra mulheres, daí contra LGBT, tudo, tudo que foge ao que é o padrão do heteronormativo, entende? Vem de uma masculinidade machista, na verdade (J2).

A concepção de homem presente neste enunciado é a de que ele, enquanto jogador de futebol, é portador de atributos que o dignificam: é, ao mesmo tempo, “estrela”, “mito”, “herói”, “matador”, “alguém viril”. E pela desvalorização do feminino, o futebol masculino termina por reforçar o preconceito em função da orientação sexual. O interlocutor destaca ainda a heteronormatividade como um sinônimo da “masculinidade machista”.

O enunciador (J2) também denuncia que o espaço do futebol é território do masculino, o que termina por afastar as demais performances do esporte, não somente *gays*, *LGBTs*, mas as próprias mulheres. “Assim, nas sociedades profundamente marcadas pela dominação masculina, a homofobia organiza uma espécie de “vigilância do gênero”: porque a virilidade deve estruturar-se em função de dois aspectos: negação do feminino e rejeição da homossexualidade” (Borrillo, 2010, p. 26). O trecho em que admite que o preconceito vai “contra mulheres, daí contra *LGBT*, tudo, tudo ao que foge ao que é padrão do heteronormatividade” encontra eco em uma enunciação anterior, a de (J8), que discorreu sobre como a ofensa potencializa o afastamento de sujeitos que não se conformam a tal ordem, discursivamente construída em torno de componentes tidos como masculinos.

Connell (1987a; 1987b) elucida que a masculinidade hegemônica afirma-se pelo princípio do culto a uma só forma de masculinidade em determinada cultura. Mas, a masculinidade hegemônica, é apenas uma das formas de ser homem, que inclui ser fisicamente poderoso e exclusivamente heterossexual, mantendo a sua dominância pela supressão dos outros (Connell, 1995). Conforme Connell sintetiza (1995, p. 190), “a narrativa convencional adota uma das formas de masculinidade para definir a masculinidade em geral”.

Nessa linha, cabe recuperar que a virilidade é, antes, um elemento demandado. No ocidente, as masculinidades buscam refletir determinados valores – em detrimento a outros, considerados inferiores – para os homens, através das instituições (Connell, 1987a; 1995), como o esporte e “a validação da masculinidade, em muitos momentos, é proporcionada pelo esporte – em especial esportes de contato – onde elementos de virilidade frequentemente são trazidos à tona e reafirmados” (Salvini *et al.*, 2012, p. 405).

Nesse aspecto, a demanda por masculinidades hegemônicas deve romper com uma análise dicotômica acerca do machismo que se exerceria sobre outra polaridade – a feminina. Como posto por Connell (1987a; 1995), Bento (2015a) e Kimmel (1994; 1998), o padrão de masculinidade é um ideal sobre os quais muitos indivíduos do sexo masculino devem se conformar e aos quais são depositadas expectativas, sendo ilustrado no seguinte enunciado, de (J10): **“Ah, o futebol sempre foi um campo bem machista, né? Tem uma coisa: essa é minha, “eu sou macho”, “eu jogo futebol”, “olha como eu sou homem”. Existe essa necessidade de falar um para o outro que é mais macho, sabe?”** (J10).

O que (J10) enunciou foi uma exigência de conformidade, que encontra lastro, sobretudo nas instituições esportivas. Não é que a masculinidade hegemônica imponha-se somente no esporte e no futebol, mas principalmente porque encontra em uma ideologia do

masculino nas inúmeras esferas sociais, que adquire força. E daí a relação de masculinidades subalternas e hegemônicas, na qual os primeiros, principalmente, conformam-se às ordens discursivas vigentes (Foucault, 1999a) sobre o que é ser um jogador de futebol ou mesmo um torcedor do futebol, estruturando suas concepções sobre masculinidade no próprio medo de não ser considerado suficientemente masculino (Bento, 2015a).

De tal modo é, que (J18) assim discorre:

Quando o cara joga vôlei já é aquela coisa mais assim, né... Quando o cara joga vôlei é aquela coisa mais assim afeminada. Futebol não, futebol é...também tem a discriminação quando leva o futebol para o lado feminino. De mulher mesmo, de mulher, ainda mais gay...“Ah, gay não sabe jogar bola”, “o gay não sabe dar um drible” (J18).

O enunciado do interlocutor (J18) traz algumas concepções que tendem a conformar como ideal de masculinidade hegemônica é algo que encontra subsídio no futebol, mas que, para o caso do voleibol, por exemplo, já adquire outra significação – a de uma “coisa mais assim afeminada”, fragmento inclusive reforçado duas vezes pelo referido interlocutor, em tom de hesitação (Diário de Campo, 2019). Todavia, para o caso de futebol, o enunciador (J18) indica que o lado feminino não é tão bem aceito, podendo ser alvo de discriminação. Quando procede à figura homossexual, a sua denotação é a de uma intensificação da discriminação (“ainda mais gay...”), sendo mais explícito apreender-se algumas concepções vigentes no ideário coletivo de tanto “o gay não sabe jogar bola” como que “o gay não sabe dar o drible”.

Portanto, compreende-se que há um pressuposto na enunciação de que o vôlei é esporte de *gays*, e que quando o *gay* se propõe a jogar futebol há certa desconfiança, quanto à própria performance desportiva, já que o futebol é algo masculinizado, no que o *gay*, de pronto, não corresponderia. É possível inferir acerca do trecho acima que a demanda sociocultural não somente se retroalimenta pelo futebol, mas busca forjar a todo tempo um referencial de homem forte, agressivo, viril e competitivo (Damo, 2008; Oliven & Damo, 2001). Ainda, Lee e Cunningham (2016) indicam que o gênero, como fator de inteligibilidade, irá cambiar conforma a modalidade esportiva, a exemplo da patinação artística masculina ter menor preconceito contra os atletas *gays* quando comparado ao futebol profissional norte-americano (Lee & Cunningham, 2016). Ademais, em perspectiva foucaultiana, salienta-se que a sexualidade, ou melhor dizendo, os dispositivos são tais que interditam formas de existência na vida pública e agenciam processos de subjetivação (Nardi, 2007), como notar-se-á na próxima seção.

Outra classe de enunciados emergiu relacionada a tais discussões, porém, em sentido inverso, no qual o preconceito seria uma postura vinculada ao próprio futebol, quase como uma

regra do jogo, e que, sendo assim, não valeria a pena se importar com ele. É o caso de (J14), homossexual, que não atribui carga negativa a tais manifestações e de (J9), que, apesar de não atribuir carga negativa indica, por outro lado, conformidade com a questão:

Bom, eu acho que no futebol é mais calor do momento. É só a forma de tirar a concentração do time adversário. No futebol “hétero” eu não vejo como um preconceito, mas eu vejo como um xingamento bobo, inútil. Um xingamento bobo, inútil, sabe? Porque a intenção não é fazer o time de chacota. A intenção é tirar a concentração mesmo. Uma vez o [jogador famoso] até chamou o juiz de filho de uma puta, de não sei o quê. É só uma forma de tirar concentração (J14).

[Acerca de experiência em jogos de futebol convencionais] **Olha, assim, foi bem tranquila, porque eu sou bem na minha, cara. Então, eu joguei para a faculdade, para o colégio, eu nunca tive muito problema. Porém, via muitos problemas, muitos xingamentos, até mesmo de times adversários, tirando tudo. Porém, eu sempre via de uma maneira tranquila (J9).**

Na percepção de (J14), o emprego de xingamentos e injúrias visam não necessariamente subalternizar outros indivíduos. De certa forma, fazem parte do jogo, pois são empregados com intuito de desconcentrar aos times adversários, uma vez que a competitividade é alta. Também, permite inferir que é uma forma de descarregar adrenalina, já que menciona como “calor do momento”, ou seja, algo passageiro, uma marca da própria cultura esportiva do futebol masculino. Há, contida na fala do interlocutor, a estratégia discursiva persuasiva de que o preconceito contra homossexuais é apenas mais uma forma “boba”, “inútil” de se expressar no momento dos jogos, sendo que o enunciador chega a comparar com outros xingamentos também presentes nas competições que tomam outros sujeitos como alvos diretos.

O fragmento “tirar a concentração” que permeia tal enunciação é repetido por três vezes, o que permite corroborar o entendimento sobre o preconceito ser vivenciado e percebido de diferentes maneiras pelos próprios jogadores ou torcedores homossexuais, possíveis alvos de discriminação. Essa asserção encontra em Price (2000) o entendimento de que também a linguagem homofóbica no contexto esportivo é aceita enquanto parte do jogo e a sua implicação principal é a de que os próprios perpetradores tenderão a justificar tais discursos não como elementos pejorativos *per se* (pois assim não o percebem, algo já visto em J3, J6 e J9), mas porque entendem que é o principal meio para interagir, um código da interação. Nos termos de Damo (2002; 2008), o futebol tem, dentre as suas representações sociais, uma linguagem própria, que se preciso for, recorre à ofensa.

Da análise do enunciado de (J14) cabe inferir que a ofensa está além de um código de interação, tornando-se uma injúria carregada de significados, mas que, por eles mesmos, não

são tão percebidos cotidianamente, isto é, estão na ordem daquilo que seria naturalizado. Assim, a injúria seria mais do que uma ferramenta de “tirar a concentração”, tampouco um irrelevante “xingamento”. É sobre imputar ao outro o papel de subalterno, obtendo legitimidade e influência institucional, o que reflete um feixe e poder e um construcionismo histórico (Foucault, 1985).

Um estudo brasileiro conduzido por Silva Júnior (2018) indicou que até mesmo torcedores *gays* se perfazem como os demais torcedores, tornando-se assim torcedores “miméticos” – por imitarem os mesmos comportamentos e posturas, no que se incluía até proferir os mesmos palavrões –, como modo de participação em âmbito de torcidas oficiais de grandes clubes de futebol em uma metrópole brasileira. Deste modo, conjugada à estratégia de invisibilidade homossexual está a proliferação das práticas discursivas violentas, os cânticos homofóbicos e os palavrões, como meio de reforçar a adequabilidade ao que se espera enquanto torcedor.

Já o caso do enunciado de (J9) permite o seu cruzamento com o enunciado de (J14), na medida em que, a sua visão, enquanto atleta de futebol vem corroborar o problema da naturalização dos insultos. Por repetidamente falar que “via de forma tranquila” e, paradoxalmente, afirmar também que “não tinha muito problema”, mas “via muitos problemas”, a dinâmica reconhecida, para ambos os casos, é a da violência simbólica (Bourdieu, 2002). Ademais, o excerto “porque eu sou bem na minha”, encontra interlocução direta com o próximo tópico, discutido na segunda seção deste capítulo: modos de objetivação e subjetivação por jogadores/torcedores *gays*.

O enunciado de (J14) é elucidativo sobre como a violência simbólica, perpetrada, atinge sua eficácia, quando, opostamente, torna os insultados silentes perante as injúrias, o que faz tal naturalização parecer “parte do jogo” (Salvini *et al.*, 2012). Sendo assim, até mesmo homossexuais podem ter uma visão adversa àquela antes mencionada acerca do preconceito, a exemplo deste enunciador que o entende como meio de extravasar as emoções e de tantos outros, como se recupera também o enunciado de (J15):

Tem certos homossexuais que gostam de ser chamados, mas ah...é...gosto, desde que não sintam ofendidos. Porque eu tenho, eu tenho parentes meus, eu tenho uns que eles chamam o homossexual de “bicha”, mas levam tudo na brincadeira. Mas, a partir do momento que ele já estão naquela forma agressiva de falar, aí se torna já algo muito preconceituoso, já para o lado...leva para o lado pessoal (J15).

A enunciação de (J15) sugere alguns implícitos. Primeiro, o de que existem “homossexuais que gostam de ser chamados” [de maneira ofensiva]. A percepção que o enunciador tem é a de que o preconceito possui uma zona de tolerância e isso se afirma mais à frente quando ele propõe como condicionante “desde que não sintam ofendidos”. Nesse enunciado, essa zona de tolerância é exemplificada quando o interlocutor sugere que alguns parentes levam a questão na brincadeira, embora possa ser uma injúria. Todavia, o limite que ele enxerga está além disso: mostrar-se-á apenas em uma linguagem mais hostil ou na “forma agressiva de falar”, tal qual elabora o enunciador. Para ele, é neste ponto que o preconceito se iniciaria e não nos termos pejorativos que recorrem ao arcaísmo do humor, como é a figura da “bicha”, por exemplo, tomada como “brincadeira”.

Assim sendo, o preconceito, conforme colocou Anderson (2002), possui a sutileza também de ser um elemento que passa despercebido até mesmo pelos próprios *gays* no quadro das instituições esportivas. É pela conformidade em relação ao preconceito, experienciada antes em outros cenários e depositada na ordem do problema irrelevante, que torna-se tanto mais controversa a violência simbólica que o próprio homossexual vivencia em tais arenas.

Tomando Foucault (1999a), se reconhece nos três últimos enunciados que não há deslocamento discursivo. Há uma conformação à ordem discursiva. No dispositivo da sexualidade, a evocação da figura do homossexual continua a ser detida a um personagem: “nada do que é no total escapa à sua sexualidade. Ela por toda parte nele está presente: subjacente a todas as suas condutas por ser dele o princípio insidioso e indefinidamente ativo” (Foucault, 1985, p. 42).

Por fim, o enunciado de (J11) é como uma síntese do que vem sendo dito acerca do preconceito ser balizado pela sociedade e do insulto como componente das interações sociais em instituições esportivas:

O futebol é um pequeno reflexo da nossa sociedade em todos os aspectos, então os mesmos preconceitos que existem na sociedade existem no futebol, também porque o futebol está inserido neste contexto (...) existe uma certa cultura, entre aspas, desses xingamentos ‘e tal’, mas é algo que tem que ser combatido e se combate com educação, com inclusão (J11).

O enunciado de (J11) porta consigo vários dos problemas que foram salientados em enunciações anteriores. Quando reconhece que é um “pequeno reflexo da nossa sociedade em todos os aspectos”, o interlocutor aduz ao reconhecimento de que, dentro de uma dinâmica microfísica, local e relacional de poder (Foucault, 1998), o futebol é apenas um nicho em que são perpetradas diferentes formas de violências simbólicas e agressões, estabelecidas, em sua

maioria, em nível da palavra. Logo, é neste espaço que se encontram “os mesmos preconceitos que existem na sociedade”. De tal modo é, que até mesmo indivíduos estigmatizados podem introjetar tais preconceitos homofóbicos, na ordem do discurso (Foucault, 2003), apreendendo como práticas discursivas de si (“certos homossexuais gostam de ser chamados” ou “xingamento bobo, inútil”). Pode-se dizer então que o processo de discriminação no futebol é balizado pelo preconceito na sociedade em geral.

Por outro lado, assim como os enunciadores (J3), (J6), (J9) e (J12), é porque existe uma cultura do insulto homofóbico que o preconceito tem se reproduzido nos espaços esportivos do futebol, indicando que também como os enunciadores acima referidos, é “algo que tem que ser combatido e se combate com educação, com inclusão”.

Os clubes, assim como os estádios de futebol, podem ser consideradas legítimas formas de identificação masculina (Damo, 2002; 2008; Bandeira, 2010), constituindo-se, portanto, nas principais esferas em que se exerce um culto exacerbado à masculinidade do futebol (Bandeira & Seffner, 2013; Franzini, 2005; Salvini *et al.*, 2012). Embora a masculinidade não esteja em uma relação de determinismo para com o futebol, sendo, antes de tudo, uma função dos valores socioculturais, em que jogadores e torcedores constroem um “currículo de masculinidades”, ela se perfaz nela mesma uma pedagogia do que é ser homem (Bandeira, 2010).

Foram capturados enunciados que tomaram como relevante, além dos aspectos já postos para a masculinidade, o seu balizamento pelo sexismo, pela virilidade, pela imposição de papéis aos homens e a semantização do futebol, como esporte portador de performances masculinas e o engendramento da competitividade. Em síntese, a mudança a ocorrer é cultural, mas depende de uma condição pedagógica, de melhor educação, principalmente tendo por alvo o combate ao machismo e contestando pressupostos vigentes sobre a masculinidade.

5.2 “Sempre joguei futebol, mas nunca podendo ser eu mesmo”: modos de objetivação e subjetivação no futebol

Em perspectiva pós-estruturalista, guardadas as variações entre os diversos autores voltados à temática, pode-se afirmar que o sujeito “é sempre encarado como provisório, circunstancial e cindido” (Miskolci, 2009, p. 152), o que reflete em termos de apreensão da contestação de identidades sexuais fixas, por assim dizer (Souza & Carrieri, 2010; Souza, 2017). É, pois, contestada a existência do sujeito pré-discursivamente (Peters, 2000).

Na analítica foucaultiana, a subjetivação é o termo que permite o entendimento acerca das “formas como os sujeitos fazem a experiência de si em um determinado período histórico e na singularidade de cada sociedade” (Nardi, 2007, p. 71), emergindo a necessidade de se falar acerca dos modos como ele se perfaz em torno do poder insultante da linguagem, sobretudo no futebol.

Nesse sentido, o termo subjetivação pode ser apropriado para análises foucaultianas do discurso, salientando a sua dinâmica enquanto “um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade” (Revel, 2005, p. 84). Para Foucault (1998), ao se tratar de processo de subjetivação cabem-se duas tarefas analíticas: a primeira é a de reconhecer que modos de objetivação tem tornado humanos em sujeitos, de forma que estes são continuamente objetivados; e a outra é a de capturar também os modos como, por meio de técnicas, os indivíduos constituem-se sujeitos da sua própria existência (Foucault, 1998).

Esta seção sobre subjetividade vem após as discussões sobre preconceito e discriminação homofóbica, tendo sua justificativa pautada no que Eribon (2008, p. 75) expôs acerca da relação entre injúria e subjetividade *gay*: “essa linguagem os precedeu: o mundo de injúrias está ali antes deles, e deles se apodera antes mesmo que possam saber quem são”.

Neste aspecto, a discussão da presente seção intenta desvelar implícitos que denotem modos de objetivação tanto quanto outros meios de se fazer sujeitos fora dos meios de objetivação impostos. Argumenta-se que a masculinidade hegemônica, no campo esportivo pode ser considerada um dos modos de objetivação da subjetividade pelos quais um conjunto de valores da esfera cultural estão fortemente inculcados, tornando legítima, de um lado, a reprodução de valores superiores e, de outro, valores depreciativos (Anderson, 2005). (J4) e (J2) fornecem alguns indícios sobre como o futebol, para eles, engendrou determinados mecanismos que os objetivaram:

Olha, eu jogo futebol desde quando eu me entendo por gente. Então, eu sempre joguei futebol mas nunca podendo ser eu mesmo, né? O [menciona o próprio nome], que é *gay*, nunca podendo me assumir. Então sempre nas peladas, nos jogos, a gente ouvia, eu ouvia papo de mulheres e tal não sei o quê e eu nunca podia chegar e, ah falar de um namorado, e falar de alguma situação dentro do meio *gay*, que é o meu meio né? Então eu não era eu mesmo (J4).

Eu vou em estádio. Mas eu imagino assim que a situação que, por exemplo, “pô”, poderia, sei lá, levar um namorado no campeonato. Se eu fosse levar um namorado como é que seria? Eu não conseguiria levar, entende? Entrar de mãos dadas num estádio e beijar como um casal hétero faria dentro do estádio de futebol, para as câmeras inclusive da TV filmar, entende? Eu não conseguiria isso. E sem falar na questão dos gritos da torcida. Os cânticos, que são assim muito discriminatórios, para mim, é muito pesado. Eu vou em estádio mas não é

algo que eu vá sempre. Quando eu vou, sempre tem um canto discriminatório, isso seja na torcida da qual eu faço parte ou não (J2).

O primeiro enunciado indica como, para (J4), a experiência de fazer-se jogador de futebol passa pela interdição do atributo da homossexualidade, que, para a concepção deste indivíduo possui a implicação de renunciar a um marcador central de vida, correspondente a deixar de ser ele mesmo. Já que, em suas próprias palavras, joga futebol “desde que se entende por gente”, a renúncia é evidenciada pela fala reiterada dos trechos “sempre joguei futebol mas nunca podendo ser eu mesmo”, “nunca podia chegar e ah, falar de um namorado” e pela conclusão: “eu não era eu mesmo”. A interdição é retratada por meio da cena de interação social nas peladas e nos jogos – ambientes altamente heteronormativos e lugar por excelência das masculinidades hegemônicas –, possivelmente com outros pares no contexto do futebol, na qual o enunciatador (J4) recupera, sem antes, deixar de corrigir “a gente ouvia” por “eu ouvia”.

O segundo enunciado, do interlocutor (J2), já aponta para outra condição de interdição e, portanto, de objetivação da subjetividade no futebol: a de se fazer torcedor homossexual. Como refletido por Damo (2002; 2008), a torcida organizada é um modo de representação simbólica e compartilhada, que caracteriza um laço que vincula atletas e torcedores a um dado clube. Porém, dada a postura homofóbica dos demais torcedores, (J2) está condicionado a evitar levar o próprio namorado, ou, em circunstância hipotética em que esteja com o seu namorado presente, tem ciência que deve se policiar para não demonstrar afeto. Esse receio é reforçado pelo medo em ser filmado ao vivo beijando o namorado. Seu comentário ainda lança luz sobre a característica sistêmica da injúria (Eribon, 2008), que independe da torcida de futebol. Tal enunciação encontra interlocução com a de outro jogador, que chancela este receio em ir ao estádio com o namorado e manifestar afeto, e assim o diz: “[...] **beijaria. Eu beijaria com medo mas eu beijaria. Com certeza, eu teria [medo] porque eu sou assim temeroso mas eu beijaria sim**” (J22).

Uma das marcas da subjetivação *gay* é a impossibilidade de viver a experiência da própria orientação sexual, de maneira livre e descompromissada com o julgamento dos demais, o que interfere na própria concepção de agência do indivíduo (Eribon, 2008). É necessário rememorar a agência como a possibilidade de exercício do desejo, em contraponto à ordem maior, à estrutura imposta (Miskolci, 2017).

Conforme Eribon (2008) entende, a questão de esconder a própria sexualidade faz parte da própria categoria *gay*, tendo em vista que se a heterossexualidade não deve vir a público ser reivindicada, tampouco a homossexualidade deveria, ou seja, em termos literais, “aceita na

esfera íntima da vida privada, a homossexualidade torna-se insuportável ao reivindicar, publicamente, sua equivalência à heterossexualidade” (Borrillo, 2010, p. 17).

O que se interpõe nos enunciados supra mencionados é a obediência à ordem do dispositivo do armário, salientado por Sedgwick (2007) como o regime no qual mesmo para o indivíduo abertamente homossexual, a impossibilidade de estar inteiramente do lado de fora se impõe de modo atemporal, indicando que em vários momentos ele retrocederá a tal estrutura. A transição não é unívoca, por assim dizer. Como se percebe, tomando por exemplo (J4), apesar de se considerar de “dentro do meio *gay*”, a sua situação era a de nunca poder “falar de um namorado” ou sequer se “assumir”, corroborando com a força desse regime quando afirma que, receptiva e repetitivamente, “ouvira papo de mulheres”.

Em âmbito das ordens discursivas, a relação que Foucault faz entre sujeito e enunciado é a de que o sujeito não se constitui numa origem, numa gênese; ele é para Foucault, um sujeito vazio, descentrado, em que diferentes sujeitos formulam uma posição e um enunciado. Os sujeitos ocuparão diversos lugares institucionais, que legitimarão seu discurso, conferindo a eles o *status* de enunciador – alguém que enuncia (Foucault, 1999a).

Nesse sentido, uma das formas de manutenção da hegemonia masculina e heterossexual se constrói partindo de um sublime pacto sustentado entre *gays* não-assumidos e heterossexuais: mesmo sendo *gay*, não se deve fazer menção à sexualidade (Anderson, 2002; 2005). Nos termos de Eribon (2008), o esporte é o contexto no qual a identidade do homossexual torna-se “irrealizável”, já que expressões e performances mais afeminadas no futebol são conduzidas a um regime de silêncio. A situação de (J4) encontra eco na de (J8) que retrata, metaforicamente, ter ficado “dentro de um casulo” por não poder demonstrar que era *gay*; (J19) por sua vez indica em seu enunciado uma suposta pretensão de neutralidade que legitima tal discussão:

Ahh...assim, a gente fica dentro de um casulo porque você não pode..., primeiro porque você não pode demonstrar que você é *gay*, né? Então você tem mesmo que velado, um monte de regras assim, tipo...você tem que sair com mulher, você tem que....você não pode ter certos tipos de comportamento dentro daquele meio (J8).

Antes de eu ser assumido, eu jogava bola em futebol “hétero”. Nunca declarei que eu era hétero também, porque eu também nunca fui muito de fingir que pegava mulher. Mas, também, assim, era algo inconcebível eu falar que eu era *gay*, por causa que é um ambiente hostil ao homossexual (J19).

Os enunciadores (J8) e (J19) elencam, cada qual à sua maneira, modos para manter suas identidades legítimas perante os seus pares no contexto do futebol. Ou seja, em um quadro

foucaultiano ambos apreendem modos que conduzem à objetivação de suas subjetividades (Foucault, 1998). As táticas adotadas pelos interlocutores são meios para atender a anseios heteronormativos, reguladores da orientação sexual, respectivamente pelos seguintes trechos: “você tem que sair com mulher”, “você não pode ter certos tipos de comportamento dentro daquele meio” (J8); e “era algo inconcebível falar que eu era *gay*” (J19).

Além disso, nas falas “você tem que...” e “você não pode...”, é possível reconhecer a introjeção das próprias ordens do discurso da parte de (J8), que tornam patente a conformação a um ideal hegemônico de heteronormatividade. A citacionalidade, percorrida por Butler (1990), tem presença em tais enunciados ao indicar signos que citam (e incitam) ao gênero masculino: “sair com mulher”, “não ter certos comportamentos”. Mas, ao mencionar a palavra “velado” termina o enunciador por reconhecer que sua expressão como homossexual é, em realidade, regulada, por ordens que certamente não são proferidas abertamente, mas constituem um código subliminar sobre o qual também não se fala, apenas se age conforme.

Em relação ao enunciado proferido por (J19), desvela-se novamente a interdição da orientação sexual no enunciado de (J4), que coloca agora na ordem do dilema: ao passo que não há necessidade de declarar heterossexual, algo evidenciado pelo uso da expressão “nunca fui muito de fingir que pegava mulher”, em que salienta tal tática como denotada por hipocrisia, é, por outro lado, “inconcebível” tratar sobre a própria orientação no contexto do futebol. Porém, diferentemente, (J8) sugere uma imitação desse tipo de comportamento heterossexual. Ao apontar para a estratégia “sair com mulher”, o interlocutor (J8) indica um alinhamento não só às expectativas heteronormativas para o gênero masculino, mas a aquilo que condiciona a uma performance nos moldes de uma heterossexualidade compulsória, nos termos de Rubin (1993) – para evocar a heterossexualidade tida como não natural.

Ao atentar para a imitação da heterossexualidade por parte de atletas homossexuais, adotando-se a estratégia de dar a entender um relacionamento com alguém do sexo oposto, Anderson (2002) apreendeu que esta é uma tática frequente para que o homossexual nas arenas esportivas consiga conviver e participar, na medida em que se auto protege, desacreditando a própria homossexualidade e permanecendo em silêncio sobre si mesmo. Tática, portanto, de resistência. Esse silêncio como resistência é recorrente nos três enunciados evidenciados: “nunca podia chegar e falar de um namorado” (J4); “você não pode demonstrar certos tipos de comportamento” (J8); e “era algo inconcebível eu falar que eu era *gay*” (J19).

Ademais, a estratégia de homossexuais em tentar de algum modo participar dos assuntos relativos às mulheres, no quadro das instituições esportivas – seja segredando a si mesmo e

ouvindo tais assuntos receptivamente (J4), seja performando uma heterossexualidade compulsória (J8), ou mesmo depositando tal questão na esfera da invisibilidade, em que não se sugere nem heterossexualidade, tampouco homossexualidade (J19) –, é o que permite desacreditar a própria identidade de homossexual nos esportes, já que o silêncio marginaliza a homossexualidade a partir da própria contribuição do estigmatizado (Bourdieu, 2002).

Conforme atestou Eribon (2008), o que coloca em risco o laço homosocial masculino não é tanto o ato erótico em si mas a fala de que se é “*gay*”. Essa interpretação conflui para o que se entendeu como ato performativo de gênero (Butler, 1990), em que o simples ato de se auto proclamar *gay* implica na sua ação, sendo portanto um ato ilocutório – produtor de efeitos (Austin, 1990). Neste sentido, os sujeitos são encarados a todo instante como atores que citam regras de gênero, sexo e sexualidade dentro de uma matriz maior. Essa matriz discursiva permite dizer quais sujeitos são e quais não são inteligíveis segundo a ordem sexo/gênero/sexualidade, destinada a proporcionar uma pretensa conformidade entre estes marcadores (Butler, 1990; Rubin, 1993).

Essa matriz é também bastante frisada no contexto da abordagem *queer* como o corolário da própria heteronormatividade (Miskolci, 2009; 2012; Warner, 1993). Portanto, por exemplo, caso (J8) possa “ter certos tipos de comportamento dentro daquele meio” ou mesmo “demonstrar” que é *gay*, estará ele em desconformidade à ordem discursiva vigente do futebol, na qual, somente quem está alinhado a tal ordem se faz sujeito (Foucault, 1998). Além disso, ressalta-se que uma das maneiras pela qual as correlações de força se esboçam é pela via das hegemonias sociais (Foucault, 1985) – uma delas é a heteronormatividade (Warner, 1993).

Assim, o esporte, como um todo, compreendido como uma reconhecida instituição normativa, alcança eficácia por meio da violência discursiva, que visa “instaurar e reproduzir a distância intransponível não só entre a norma e a homossexualidade, mas também, por via de consequência, entre o homossexual e si mesmo” (Eribon, 2008, p. 144). Os relatos dos enunciadores (J2), (J4), (J8) e (J19) permitem frisar ainda aquilo que Goffman (2012) compreendeu como identidades desacreditáveis, qual seja, aquelas na qual a informação sobre o seu estigma social deve ser minorada, de forma a ficar oculta.

Esse gerenciamento de impressão, que é um mecanismo exercido de maneira deliberada, é o que lhes concede preservação em determinadas situações de interação social. A situação da homossexualidade coloca o risco de sempre se tornar tanto mais estigmatizante (Goffman, 2012), de tal modo que (J8), pode ser apercebido como objetivado quando acata “sair com mulher” e não demonstrar “certos tipos de comportamento”. Já (J4) apenas “ouvia papo de

mulheres” de modo receptivo, enquanto (J19) não estava interessado nem mesmo em fingir, porém prezava por não tornar tal identidade discutível, já que nunca declarou “que era hétero”.

Como Eribon (2008, p. 85) defende, “homossexuais costumam ser levados a desenvolver repertórios de comportamentos que serão utilizados alternativamente em função dos diferentes públicos diante dos quais se encontram, passando de um tipo de gestualidade ou de atitude a outro, conforme as exigências da situação”. A identidade *gay* desacreditável, assim, procura de todo modo guardar aquilo de que não se possa falar (Eribon, 2008; Goffman, 2012). Portanto, pode-se dizer, em primeira análise, que a questão do dizer ou não dizer pode ser atribuída a uma função do contexto de interação social em que o sujeito se encontra inserido (Eribon, 2008).

As análises evidenciadas até o momento na presente seção deram conta dos riscos e dos receios envolvidos na tarefa de se dizer, ou simplesmente fazer saber, que se é homossexual no quadro do futebol, seja na interação mais localizada possível – em que emerge os clubes de futebol ou equipes, que, deduzidas pelos relatos, são majoritariamente heterossexuais e consumidoras de masculinidades hegemônicas –, seja na interação mais difusa, que é o caso dos estádios de futebol, em que o insulto torna-se uma latente ameaça de estigmatização. Porém, passa-se a identificar outros modos de objetivação, aqueles no qual a identidade, aos termos de Goffman (2012) torna-se desacreditada, em função da informação pública acerca de tal atributo.

Assim, ao adentrar na dinâmica dos preconceitos perpetrados nas instituições esportivas, cabe recuperar-se a fala de (J15), que é professor de educação física para adolescentes (Diário de Campo, 2019), o qual discorre sobre a descoberta de sua orientação por terceiros a partir da informação de que ele atuava em um time de futebol *gay*. Assim, enuncia que foi alvo de ostracismo: “[eles] evitaram, evitaram contato, mas, normal, né? Vai levando a vida normal. Só que eles ficaram surpresos, né? Não pela ideia de não saber que eu era homossexual, mas que eu gostava do esporte, assim [risadas]” (J15).

O enunciado de (J15) traz à tona o pressuposto vigente de que o homem homossexual seria antagônico ao futebol. É possível explorar ainda na referida fala que a surpresa não está tão somente nessa identificação de (J15) como homossexual, mas no fato de exercer e instruir práticas esportivas, performando assim a própria condição masculina. Associando às formações discursivas sobre o esporte como um elemento que forja as masculinidades na sociedade brasileira (Miskolci, 2013), se tem que o relato reflete em como as instituições esportivas são mecanismos de controle das relações entre os homens, sendo (J15), um professor de educação física, ser posicionado assim (já que a informação parte de terceiros), como alguém que perturba

a ordem discursiva de tal instituição (Foucault, 1999a). Em Miskolci (2013), a função do esporte seria indispensável para a biopolítica brasileira, de modo a tornar corpos e populações produtivos, mesmo no ócio e no lazer, e a homossexualidade tensionaria esse dispositivo (Foucault, 1985).

Atentando para a dinâmica de resistência engendrada pelo interlocutor, cabe outra análise que é a de explorar como o ostracismo se impõe, de modo a conferir o aceite destes esquemas pelos estigmatizados (Bourdieu, 2002). Ao se observar os excertos “evitaram contato, mas normal...” e “vai levando a vida normal”, identifica-se que o preconceito em questão tem marcadores de uma discriminação velada, que não chega a ser qualificada nem como agressão verbal, nem portadora da máscara do bom-humor. Pelo contrário, é o preconceito que está inscrito no próprio silêncio, na ausência de linguagem, mas que, nem por isso divorciado de um discurso, que conduz ao isolamento, se traduzindo em mais um modo de objetivação das subjetividades (Foucault, 1998).

O enunciado do (J15) encontra interlocução no silêncio perante a homossexualidade nas instituições esportivas – “*locker room culture*” –, algo de alcance seguramente maior do que a equipe, técnicos e colegas de equipe, abrangendo a interdição discursiva (Foucault, 1998) pelas agências e clubes (Cashmore & Cleland, 2012; Magrath, 2018), pela mídia e imprensa (Kian *et al.*, 2011; 2015), pelos fãs (Cashmore & Cleland, 2011; 2012; Cleland, 2018; Cleland & Magrath, 2018) e até mesmo por sistemas de direito legalmente instituídos (Almeida & Soares, 2012; Bandeira & Seffner, 2013; Camargo, 2018).

Como Foucault (1985, p. 94) salienta no dispositivo da sexualidade, “não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes”. Ademais, pelo enquadramento enquanto “normal”, indica-se a imanente característica deste preconceito e a dificuldade em se resistir a ele, já que encontra-se na ordem discursiva do que não é contestável, um discurso corrente (Foucault, 1999a), que ganha conotação de ser tão natural a ponto de ser meramente imputado à ordem simbólica (Bourdieu, 2002). Sendo assim o silêncio corresponderia a outra estratégia discursiva de admitir certos discursos, à custa de outros.

Na identidade segmentada, o *gay*, que saiu do armário para os seus colegas de time, e é relativamente aceito e bem tratado, paradoxalmente, não é tratado com pleno reconhecimento, o que leva à compreensão de que a identidade *gay* após a assunção não necessariamente deixará de ser invisibilizada; pelo contrário, é daí que se começa a empurrar o indivíduo para o armário,

de forma não explícita, e não comunicada (Sedgwick, 1985). Mas o efeito, certamente, é este: vivenciar uma identidade segmentada, da qual não se quer falar e se busca a manutenção do segredo, desta vez com a colaboração dos pares (Anderson, 2002).

Essa política de interação com o *gay* será nominada “*don’t ask, don’t tell*”, uma expressão para a homofobia velada, na forma de uma falsa aceitação, que registra-se inicialmente no exército norte-americano contra homossexuais e bissexuais (Anderson, 2002; Eribon, 2008). Nas palavras de Anderson, seria “uma solução de compromisso que permite que os atletas homossexuais revelar a sua verdadeira orientação sexual (pelo menos uma vez), mas permite que os atletas heterossexuais fingir que nada mudou, negando assim a verdadeira identidade dos atletas *gays*” (Anderson, 2002, p. 870).

Outros interlocutores atestam a habilidade em lidar com o preconceito e a discriminação homofóbica no futebol, indicando que atributos individuais, como estereótipos associados ao feminino, nesse contexto, podem acentuar a estigmatização. É o que salientam (J2) e (J22):

Eu percebo que eu sou privilegiado num certo sentido. Ser branco, cis, entende? Tem características que alguém olha para mim e acha que eu não sou *gay*. Batendo o olho assim: “ah não é *gay*”, ou não deduz que eu seja, “não dá pinta”, digamos assim. Só que isso, para mim, acaba sendo um privilégio num sentido, não positivo, mas de que eu não seria um alvo direto de discriminação assim por simplesmente me olharem (J2).

Querendo ou não eu diria que eu sou privilegiado. Existe um estereótipo e eu acabei caindo fora dele pela minha natureza e pelo meu jeito de ser. Mas tem pessoas que...tem homossexuais que tendem mais a um lado feminino, tendo um lado mais “conectado” como o povo fala, que acabam sofrendo muito preconceito e não tem diferença nenhuma (J22).

Diferentemente das interlocuções anteriores que iniciaram esta seção (J4, J19, J8 e J15), a atuação destes sujeitos é, mais nitidamente, marcada pelo reconhecimento dos esquemas de apreensão da sua subjetividade, que condiz com um terceiro tipo de objetivações (Foucault, 1998), que é a resistência à estigmatização interseccional (Crenshaw, 2002). Compreendida como discriminação de carga múltipla, este tipo de estigmatização é tanto mais acentuada pela própria orientação sexual, indicando quais sujeitos estão permanentemente de fora da ordem discursiva (Foucault, 1999a), quais sejam, aqueles homossexuais que não são “branco, cis”, que “não dá pinta”, isto é, não possuem trejeitos, e, portanto não mesclam “um lado feminino”.

Nos enunciados de (J2) e (J22) é possível também aferir pelo vocábulo “privilégio/privilegiado”, que os indivíduos atuam em conformidade às ordens discursivas não de modo voluntário, mas por marcadores pessoais próprios que os posicionam na linha de *status*

superior. Entretanto, as implicações negativas de tal asserção são corroboradas pelos próprios interlocutores ao afirmarem, respectivamente, que “acaba sendo um privilégio não no sentido positivo” e que outros “acabam sofrendo muito preconceito e não tem diferença nenhuma”. O enunciado analisado também atesta para a própria condição de poder em Foucault (1985), qual seja aquela compreendida localmente, microfísica e relacionalmente de modo discursivo, sem a ideia de se expandir somente a partir de um polo superior irradiador de dominação.

A rede de enunciados formada até este momento sublinha como homossexuais têm resistido aos modos que os objetivam no quadro das instituições de futebol, encontrando-se no limite da discriminação, em que o preconceito é uma ameaça potencial. Todavia, são recuperados casos em que a discriminação torna-se mais nítida. É o caso de (J21), que, face aos imperativos homofóbicos, terminou por afastar-se do esporte, como assim o enuncia:

Durante um período eu pratiquei futebol na minha faculdade, tentei me inserir, eu me sentia de certa forma acolhido, de certa forma também não, porque eu sofria. Sofria preconceito de formas veladas. Em algumas oportunidades, nem tanto, mas em outras...veladas. Eu me lembro de já ter sido até alvo de apelidos pejorativos, várias vezes. Isso há cinco anos atrás. Piadas...me lembro disso também, mas eu imagino que as pessoas que diziam essas coisas não pensavam que para mim elas fossem ter um peso, que eu não fosse me sentir aceito (J21).

O enunciado de (J21) recorre a mais de um episódio de discriminação, que, além da discriminação velada, já discorrida em enunciados anteriores, lança luz detidamente sobre duas diferentes modalidades de injúria (Eribon, 2008): “apelidos pejorativos” e “piadas”. O que (J21) recupera acerca de episódio de discriminação velada, que além da própria exclusão, de ser deixado à margem ou prejudgado, sendo também alvo da piada homofóbica, algo recorrente no contexto do futebol e instituições esportivas de associação predominantemente masculina. Todavia, para este interlocutor, a principal motivação para os reiterados episódios de discriminação deu-se em função da falta de consciência dos perpetradores em compreender o peso que o preconceito traz para o outro, algo que tem interlocução com os enunciados da primeira seção deste capítulo (“O preconceito se aprende”). A injúria, no esporte, como colocado por Eribon (2008) é o que interdita a identidade homossexual. É por causa da sua presença que atletas *gays* compreendem o lugar do esporte como um não-lugar, um lugar que não é passível de ocupação pelo homossexual.

É ainda notável em relação aos excertos de (J21), que tal violência simbólica insere-se nas instituições escolares e sobretudo nos grupos de esporte, fazendo com que os sujeitos percebam a situação como decorrência de algum nível de inocência (“eu imagino que as pessoas

que diziam essas coisas não pensavam que para mim elas fossem ter um peso”). Como bem pontua Louro (1997, p. 68), em realidade, em tais esferas há uma estratégia: “o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma”. A ignorância (chamada, por alguns, de inocência) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos “bons” e confiáveis. Ademais, acrescenta-se ainda que “a negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens *gays* e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos” (*ibid*). Deste modo, busca-se suprimir as diferenças sexuais e de gênero na educação (Louro, 1997; Miskolci, 2012).

Nesse aspecto, o estudo de Piedra (2015) indicou, partindo de pesquisa com adolescentes no contexto espanhol, que a homofobia é perpetrada para aqueles que desviam-se das características esperadas para tais atletas, que seriam a de demonstrar virilidade, força e ter uma postura estoica quanto aos próprios sentimentos e emoções. Nesse aspecto, o *bullying* é uma especificidade que corresponde ao preconceito, recorrendo aos insultos contínuos e se disfarça de bom-humor, para impor uma ordem social inferior a grupos de estigmatizados. O *bullying* está inscrito na própria dinâmica de aprendizado do preconceito (Miskolci, 2012).

Já outro jogador indica que nem mesmo chegou a participar do futebol, passando a praticar a modalidade apenas após o ingresso em um clube especificamente de futebol *gay*. Suas razões para a distância do esporte em momentos passados de sua vida são assim abordadas: **“eu nunca gostei muito do futebol assim, eu sempre pratiquei outros esportes, nunca o futebol. Mas também o medo, né? Até de ir nos estádios, de briga, realmente um pouco...perigoso, né?”** (J16). Conforme atestado por Eribon (2008, p. 127), “a masculinidade se constrói e se afirma publicamente contra a homossexualidade, o que engendra um potencial de violência sempre prestes a se liberar, sobretudo quando os homens estão em grupo”.

Nesse sentido, o enunciado de (J18) possibilita distinguir o mecanismo de preconceito e discriminação por meio do humor – que é uma ferramenta para se perpetrar a exclusão dos *gays* no esporte. Ao se referir a experiências anteriores de futebol em clubes heteronormativos, o jogador reconhece que: **“qualquer vacilo assim, que você der no campo é piada. É a pior coisa assim, piadinha, “viadinho, ah, parece um viadinho”. Eu sou goleiro, né? De repente se eu estou pegando um gol contra, o cara vai ficar falando”** (J18).

Mas, o enunciado acima diz sobre conformismo. Miskolci (2012, p. 32), ao questionar se aqueles que assumem um perfil de gênero esperado e escondem os seus desejos por pessoas do mesmo sexo sofrem menos perseguição, também considera que “a sociedade incentiva essa

forma “comportada”, no fundo, reprimida e conformista, de lidar com o desejo, inclusive por meio da forma como persegue e maltrata aqueles que são cotidianamente humilhados sendo xingados de afeminados, bichas, viados (...)”. Trevisan (1986) também indica que, no caso da sociedade brasileira, a homofobia se faz cotidiana por meio de inúmeras tentativas de conformidade, mesmo que para isso lance mão de diferentes aparatos de intervenção.

Conforme constatou Anderson (2002), ao coletar a percepção de atletas homossexuais sobre tais discursos homofóbicos, o entendimento é o de que os seus pares heterossexuais não tenham a real dimensão dos significados imputados à expressões como “isso é algo tão *gay*” ou “esse tipo de coisa é *gay*”, e que, quando interpelados sobre a possível violência contra seus pares homossexuais, na verdade, o que é colocado e defendido é que essa é a maneira de estabelecer tratamentos jocosos e cômicos seria direcionada a outros heterossexuais, não visando, supostamente, atingir àqueles que são atletas homossexuais (Anderson, 2002).

O enunciado de (J18) é elucidativo também sobre outro aspecto: a intolerância à falha como subproduto da masculinidade hegemônica e que lastreia o futebol. Tão logo um jogador seja, como o próprio exemplo traz, incapaz de defender um gol, logo, pode ser julgado de modo negativo. Mas esse julgamento, se dá pela via da piada, assim como destacado em estudos anteriores. Nesse aspecto, a falha, para a masculinidade representa um desvio da concepção hegemônica do que é ser homem, ser masculino. Como colocou Bento (2015a, p. 88), “o discurso impulsionador das práticas dos homens tem como fundamento a competição, a busca insaciável pelo sucesso, pelo poder. E é neste ponto que a masculinidade deve ser provada e, tão logo isso ocorre, é questionando necessário que seja novamente provada”.

Como Bento (2015a) elucidou, a masculinidade opera de tal modo que se coloca sempre no medo de ser insuficientemente considerado homem, promovendo a própria competitividade. Anderson (2002) indica que a extensão da homofobia no esporte é tal que, ao homem, a dúvida sobre a sua heterossexualidade é uma constante, de modo que é posta como maneira de indicar a homossexualidade dentre os atributos inadmissíveis (Anderson, 2002).

(J21) e (J16) não puderam mais compactuar com a dinâmica preconceituosa que lhes era (seria) imputada, seja afastando-se (J21), seja nem mesmo atuando no futebol (J16). Assim, passa-se a questionar se a organização dos clubes *gays* se impõe como modo de ressignificar a objetivação das subjetividades (Foucault, 1998). Isto é, busca-se neste momento apreender quais são os outros repertórios adotados na dinâmica de se constituir como sujeito dentro dos esquemas de subjetividade já impostos, na tentativa de romper com as práticas sociais e as ordens discursivas. O enunciado de (J20) fornece alguns esclarecimentos nessa direção:

Eu me assumi com vinte e oito anos. Então depois que eu me assumi algumas coisas que antes eu deixava para lá eu passei a me incomodar mais e não aceitar tanto. Então esse incômodo começou a ficar maior até que chegou o momento em que eu falei: “cara...”. E aí, na verdade, me veio essa ideia de procurar outras pessoas para jogar. Porque eu pensei: “*Pô, tem tanta gente, com certeza eu vou encontrar algumas pessoas*”. E aí, na verdade, antes de entrar para o [nome do time], eu tinha decidido tentar criar um grupo de futebol com outros *gays*. Como eu não conhecia outros *gays* para jogar, eu resolvi criar perfis nos aplicativos de encontro. E aí queria chamar outras pessoas para jogar. E aí, eu sei que em uma semana eu consegui um grupo de umas quinze pessoas. E aí, eu fui e criei um grupo no *WhatsApp*. A gente começou a conversar, e aí nisso um deles comentou do [nome do time]: “*então, já tem um time aqui que faz isso*”. E aí fui pesquisar sobre, fiquei sabendo e resolvi um dia conhecer, e aí quando eu conheci, que eu vi que estava bem estruturado e tudo mais..., aí a ideia que eu tinha tido inicial acabei deixando de lado porque para eu mesmo organizar, assim uma dor de cabeça grande e o grupo de pessoas que eu tinha encontrado tinha muitas pessoas novas, então eu imaginava que talvez não tivessem uma vivência tão grande (J20).

Na narrativa de (J20) depara-se com os aspectos que podem condicionar à formação dos times *gays* de futebol. Primeiro, são sujeitos dispersos socialmente e geograficamente, carecendo de interação mútua, que não é derivada de nenhum cenário cotidiano, como escola, mercado de trabalho ou outro espaço de convivência, já que, conforme fora discorrido, em tais instituições o exercício do preconceito é sempre uma ameaça latente (Anderson, 2002; 2005; Bento, 2015a; Bourdieu, 2002; Goffman, 2012; Louro, 1997; Miskolci, 2012; Piedra, 2015; Souza & Pereira, 2013). Assim, tratam-se de indivíduos peculiares, no sentido de serem localizados em determinados territórios.

O segundo aspecto é a busca por essa interação, já que em times convencionais também pode ser difícil encontrá-los. (J20) aponta como uma ferramenta útil o uso dos aplicativos de paquera, que podem, dentro de um nicho maior de interesse, indicar possíveis jogadores interessados em uma sociabilidade *gay* por meio do futebol. Terceiro, ao deparar-se com um time formado, o interlocutor indica que é preferível integrar um time, do que formar um time novo já que demandaria exercer maior capacidade técnica em campo. Assim, pode-se dizer que este último aspecto é também um elemento do futebol convencional (Anderson, 2002; 2005).

Outra narrativa, desta vez de (J19), salienta dinâmica similar de ingresso no futebol *gay*:

Fiquei seis anos sem jogar bola. Eu jogava um ou outro futebol esporádico no ano, mas assim, eu não tinha futebol fixo. Aí quando eu descobri que estavam surgindo os times *gays* no Brasil, primeiro em São Paulo, aí eu fiquei curioso e fui ver na minha cidade. Aí eu descobri que tinha em [nome da cidade] o [nome do time], não tinha time começado ainda. Enrolei um pouco e eu falei assim: “*gente é uma vitrine isso aí. Eu sou assumido, mas será que eu sou tão assumido assim?*” Me peguei pensando até porque o meu ambiente de trabalho, ele é um pouco...ele é bem conservador. Eu titubeei um pouco, mas na primeira semana de 2018 eu decidi jogar bola porque eu queria outra forma de fazer amigos. Igual

eu fazia com héteros quando eu era jovem, eu conhecia as pessoas através do esporte e virava amigo de ir na casa, de ir para uma balada, essas coisas, eu queria a mesma coisa com gays, porque com gays a única oportunidade que eu tinha de conhecer as pessoas era em balada e uma ou outra pessoa que eu ficava com ela, tinha algum contato, vamos dizer, sexual ou amoroso. Eu achava isso muito limitador. Eu queria conhecer pessoas por outros tipos de afinidade, que é uma coisa que eu gosto muito, que é esportes (J19).

O enunciado de (J19) narra como foi seu processo de aproximação, em que ponderou, ponto a ponto, sobre as possíveis consequências de sua associação a uma iniciativa que carrega a marca de uma “vitrine gay”. Assim como (J20), é possível inferir que o interlocutor acima estava afastado do esporte em decorrência da impossibilidade de tornar-se “amigo de ir na casa, de ir para uma balada”, já que até então não era gay quando jovem, o que lhe ocasionou “seis anos sem jogar bola”. Outro ponto em comum estabelecido entre os enunciados (J20) e (J19) é a iniciativa em contestar a ordem que os conformava enquanto subjetividades objetivadas (Foucault, 1998) pela forma como o futebol convencional se institui.

Contudo, diferentemente de (J20), é necessário distinguir que (J19) apresentou receio em participar da iniciativa dos clubes de futebol gay. O receio é corroborado pelas contradições explanadas: “eu sou assumido, mas será que eu sou tão assumido assim?” e “eu titubeei um pouco, mas na primeira semana de 2018 eu decidi jogar bola”. O receio é sopesado ainda pela figura institucional do ambiente de trabalho, o que indica sobre até que ponto os indivíduos conseguem, na matriz de inteligibilidade de gênero/sexualidade (Butler, 1990; Rubin, 1993) empurrar os limites de uma ordem social previamente estabelecida (Foucault, 1999a).

(J20) salienta que o time de futebol gay funciona, antes de tudo, como uma espécie de grupo de afinidade, como desvelado no enunciado:

Eu acho que são pessoas que têm pensamentos similares, que têm gostos parecidos, e que também em função de serem gays. Além disso, eu acho que fazer parte desse projeto para mim também é muito importante no sentido de eu servir também um pouco de exemplo, de dar a cara a tapa para a gente falar: “olha esse espaço a gente também pode ocupar”. Então, assim, talvez se eu tivesse, na minha época, referências de pessoas gays que jogam bola, no time, talvez isso tivesse me dado uma consciência para eu poder ter me assumido mais cedo, entendido antes a minha (J20).

Assim, ao refletir sobre a própria experiência pessoal, (J20) sublinha a importância do grupo para o seu próprio estatuto de sujeito, o que pode ser relacionado aos excertos “pensamentos similares”, “gostos parecidos”, “referências de pessoas gays” e “consciência para eu poder ter me assumido”. Como o interlocutor também revela, é pela experiência coletiva de solidariedade que o grupo se afirma como apto a também “ocupar” o espaço do futebol. Essas

afirmações encontrarão eco na abordagem de Eribon (2008) acerca da injúria homofóbica, que introduz a coletividade *gay* como meio para os estigmatizados subverterem, pela via da solidariedade mútua, os discursos que o apreendem como sujeitos subalternos.

Nesse sentido, esta seção discorreu sobre como os jogadores e torcedores *gays* têm a sua experiência de fazer-se sujeito dentro de uma ordem discursiva, que vai além das instituições, mas encontra diferentes meios para conformar os seus *status*. Pôde-se perceber que o preconceito interfere no ingresso do homossexual no esporte e, que, quando é tornada pública tal informação, a discriminação nem sempre é perpetrada por vias diretas, antes se faz indireta por mecanismos como isolamento, ostracismo, injunção ao silêncio, piadas, apelidos pejorativos, o que remete ao amplo arcabouço linguístico da injúria homofobia (Borrillo, 2010; Eribon, 2008). Todavia, os últimos enunciados têm sugerido meios de se fazer sujeitos, supostamente pela tentativa de subversão dessa ordem. A próxima seção dedica-se a compreender o papel da resignificação da injúria no contexto do futebol *gay* brasileiro como estratégia principal de resistência.

5.3 “Vão achar que é uma piada, mas para nós é motivo de orgulho”: estratégias de contestação da injúria

Dentre as violências simbólicas no futebol, as produções discursivas encarregam-se de corroborar traços identitários desejados e de excluir aquelas que consistem em ameaças à produção do masculino neste espaço. Estabelecidas como uma pretensa coerência entre a sexualidade e a performance de gênero (em que o jogador ou torcedor, se associado à homossexualidade, estaria automaticamente associado também à uma condição afeminada), injúrias, palavrões, brincadeiras, cânticos ofensivos, na maior parte das disputas, dão o tom sobre o que mais se espera do futebol: que seja um lugar do culto à masculinidade (Bandeira, 2010; Bandeira & Seffner, 2013; Damo, 2002; 2008).

Assim sendo, a expressão mais violenta no contexto do futebol, depois da agressão física, é a agressão verbal, que se encontra em um estágio de naturalização como se fosse parte do jogo. Os discursos ofensivos são recorrentes e constituem as principais armas que regem toda a ordem da masculinidade. O efeito disso é que se tornou, ao longo do tempo, uma situação aceita não somente da parte daqueles que oprimem, mas também por aqueles que são oprimidos; aqui, aceita-se que se faz parte da própria lógica do jogo ofender e xingar. A violência simbólica encontra na fala um potente mecanismo para expressar a ordem masculina (Bourdieu, 2002).

A homossexualidade é a tempo todo objeto do discurso de um amplo espectro de sujeitos que convivem em tais espaços e adquire maior força até mesmo no quadro contemporâneo de uma sociedade estabelecida em redes sociais. Em suma, uma das marcas da homofobia e da heteronormatividade no futebol é o dispositivo do armário, que em franca atuação, diz sobre a homossexualidade ser um segredo de conhecimento amplo (segredo aberto e compartilhado), mas que, pela coerção social é demandada que este mesmo segredo fique ocultado (Sedgwick, 1985).

Em outras palavras, a homossexualidade, para o futebol, deve ficar no armário, e isso é evidenciado o tempo todo por meio de palavras e discursos ofensivos e injuriosos, conforme corroborado por estudos que se pautaram na análise das perturbações vivenciadas desde a inserção de um homossexual no ponto de vista de times convencionais de futebol até a percepção de torcedores que buscam mudar esta lógica no contexto brasileiro.

Quais os significados que a resistência coletiva adquire no futebol *gay* brasileiro? Na seção anterior, os enunciados de (J19) e de (J20) forneceram os primeiros indícios sobre os clubes de futebol *gay* enquanto alternativa para o engendramento da constituição individual como sujeito, ressignificando a experiência vivenciada negativamente em tais espaços. Nesse sentido, de que práticas discursivas se fala ao adentrar-se no interior da matriz discursiva elaborada pelos próprios sujeitos do futebol *gay*? Até que ponto a resistência coloca-se como externa às ordens discursivas do futebol até então hegemônicas? É o intento da presente seção discorrer sobre as construções discursivas, seus deslocamentos discursivos, coerências, incoerências, cenários, instituições e modos de objetivação/subjetivação na cena do futebol *gay*.

Segundo abordado por Foucault (1999a), um enunciado e um discurso não possuem sentido definido para sempre, de modo que ele age conforme as funções estratégicas da qual se ocupa. Foi salientado até aqui que o preconceito e a discriminação homofóbica engendram esquemas de subjetividade que fazem do homossexual alguém estigmatizado, no qual, em termos do esporte convencional, sua identidade é valorada de modo inferior. É ele, pois, ator principal da dinâmica simbólica de exclusão, não restando outro meio a não ser a elaboração de repertórios que implicam em invisibilização, silêncio e conformidade a determinadas ordens discursivas – em termos de Foucault (1998): objetivação das subjetividades.

Um dos interlocutores enunciou o seguinte: **“eu acho que ficamos tanto tempo guardados dentro do armário, que, tipo, parece que essa alegria ela se esbanja toda aqui, sabe? Momento guardado para isto”** (J17). Vale acrescentar que o lugar de onde o enunciadador fala é da própria edição da competição *gay*, sendo a sua primeira participação até então (Diário

de Campo, 2019). Ademais, a análise teórico-empírica revelou que a experiência de fazer parte de clubes de futebol especificamente *gays* proporciona a inclusão e o espírito de jogo genuíno, em prejuízo dos corriqueiros excessos de hostilidades e agressões (Jones & McCarthy, 2010).

Portanto, partindo destes tipos de experiências, o primeiro grupo de enunciados que emergiu da teia de discursos foi o que tem relacionado, no contexto dos clubes de futebol *gay*, o homossexual à alegria, à diversão e à felicidade, conforme enunciado por outros três interlocutores, (J14), (J16) e (J19):

A gente tem a liberdade para se expressar que no meio hétero não tem, mesmo que seja futebol feminino. O *gay* é tachado como engraçado, como um palhaço, na verdade, que eu acho que é um jeito mais fácil para a gente levar a vida para não ficar preocupando com o preconceito, com essas coisas (J14).

Eu acho que não é só o futebol, acho que o *gay* de maneira geral leva a vida mais leve, as equipes tendem a se interagir mais, não só como meio que uma competição, e sim como uma forma de fazer amizade, de querer que se estenda, além, de dentro da quadra, um convívio, né? A gente já é tão massacrado fora daqui que é isso: não vamos trazer esse ambiente hostil para cá, e sim demonstrar que a gente está unido e eu acho que é por isso. A gente também não veio só para jogar, veio para melhor se apoiar (J16).

Feliz, feliz, feliz demais. Então, assim, eu acho que é da natureza do *gay*. Ele ser mais folclórico, ele gostar de dançar. Ele gosta proporcionalmente (eu nunca vi uma pesquisa), mas dá para ver observando: ele gosta mais de artes do que os heterossexuais. Ele é mais expansivo por natureza. Acho que isso traz felicidade. Então, quando chega aqui, todo mundo tem uma semana difícil, trabalha muito. É um momento de lazer, então, “BLUFT”. Explode. Você explode purpurina para tudo que é lado, porque aqui é o momento de extravasar (J19).

Quando você faz um gol decisivo no futebol hétero, você provoca meio que um afronte, um pouco mais de vigor físico. No *gay*, quando ele faz alguma jogada que ele arrasa muito, ele imita Beyonce, ele dá alguns gritinhos, normal do meio *gay* assim, entendeu? Imita Beyonce, faz alguma dancinha. Tipo, num futebol hétero seria inadmissível um cara fazer um gol e sair rebolando comemorando. Fica parecendo que é um deboche enorme. A questão das piadas, é algo que ocorre no meio *gay* e é levado para o campo do futebol, sabe? “Toca, bicha!”, uns negócios assim (J19).

É possível constatar nos enunciados séries de construções discursivas, tomando por objeto a subjetividade *gay*, dando ensejo à sua ressignificação. (J14) identifica que sua liberdade antes era cerceada no “meio hétero”, entendendo que ele sendo “tachado” como “engraçado” ou “palhaço” é o que indicaria uma estratégia de confrontação aos meios que o objetivam, que o fazem “preocupado com o preconceito”. Para esse interlocutor seria um estratagema para se lidar diretamente com tais circunstâncias negativas; “um jeito mais fácil” de “levar a vida”. Portanto, (J14) entende o humor como uma espécie de signo que o *gay* porta consigo.

Esta busca por leveza é corroborada pelo enunciado de (J16), que salienta como algo natural a busca por fazer amizades, algo que encontra reforço quando indica que o objetivo não é só jogar, mas “melhor se apoiar”. Este interlocutor reconhece a representação e a extensão que o humor adquire no contexto das competições nacionais de futebol *gay*, que se tornam um meio de se afastar-se de toda a agressão e competitividade, considerando em perspectiva negativa, do futebol convencional, algo evidenciado nas expressões “ambiente hostil” e “massacrado fora”.

Já (J19) sugere como procede a inserção do humor nas partidas e momentos de maior vibração do time, indicando séries de resistências que se valem não somente da resignificação de injúrias, portanto, da via discursiva, mas também de resignificação de alguns atos corporais (Butler, 1990; 1993), que sugerem irreverência. Para tal interlocutor, que ressalta a felicidade (“feliz, feliz, feliz demais”) como um elemento da construção individual do *gay*, a natureza dele permite lançar mão de práticas corporais como “dançar”, “imitar a *Beyonce*” e “sair rebolando comemorando”; enquanto também irrompe com a dinâmica discursiva imposta, operando novas práticas discursivas, seja dando “alguns gritinhos”, seja proferindo “piadas” do “meio *gay*”, ou mesmo resignificando a própria injúria homofóbica sofrida, que ecoa em estádios e outras arenas esportivas. “Bicha!”, de agora em diante, adquire nova carga simbólica.

Segundo Eribon (2008), a resistência é o que permite dar nova significação a um enunciado ou a um discurso. Nas elaborações foucaultianas acerca de práticas discursivas, discursos reversos não conduzem a se falar necessariamente de outro discurso, mas pode remeter àquele mesmo discurso, que, agora, procedendo em conformidade com as mesmas categorias, o inverte ou transforma o que elas significam (Foucault, 1999a). A resignificação do poder, concebida por Butler (1997) é, pois, a reapropriação das significações que já se encontravam produzidas e intactas, revertendo o seu valor para conferir novos significados.

Na amostra discursiva em questão (J14, J16, J17, J19), outro aspecto a ser salientado é que as perspectivas da subjetivação *gay* recorreram ao uso da metáfora como meio de expansão dos significados imputados. “Palhaço” é sinônimo de alegria e, portanto, antagoniza com tristeza – algo que impediria um “jeito fácil” de “levar a vida” (J14); “folclórico”, que é algo mítico, traz consigo múltiplos indicadores salientados positivamente, tais como “gostar de dançar”, “de artes”, sendo “mais expansivo” (J19). Ademais, a onomatopeia “BLUFT”, indica a explosão que ocorre quando o homossexual entra nesta cena; o represamento de si mesmo explode em “purpurina” para todos os lados (J19), já que, como salientou (J17), tudo isso encontrava-se “guardado no armário”.

Alinhando às reflexões de Foucault (1998), a problemática da resistência implica o pensamento no qual tal ideia é a de luta em um campo estratégico que consiste na invenção dos próprios espaços de modo a se tentar escapar ao sistema de relações de poder, elaborando, conforme salienta Eribon (2008) e Butler (1997) a tática da fabricação do contra discurso. Essa produção de contra discursos é fundamentada no emprego do humor, conforme atesta (J2):

É uma forma que a gente utiliza, de uma forma desconstruída, inclusive, tipo ah...“e aí viado, não sei quê”, que, não é uma expressão que um hétero usando seria ofensiva, a gente usa e desconstrói ela de uma forma que para nós é uma brincadeira, um tratamento entre nós, entende? E não, obviamente, de tratar de uma forma ofensiva. Às vezes, é claro, tu vai no xingamento, tu vai usar “VIADO!” Tipo, não é o termo que carrega a ofensa (J2).

O enunciado de (J2) reforça o que discutem Foucault (1998; 1999a), Butler (1997) e Eribon (2008), em que o referido interlocutor sugere que o intuito de expressões bem-humoradas se apropriando da própria injúria está em usá-la em favor da própria interação e sociabilidade *gay*, tornando a mesma um componente de estima mútua, uma expressão não-pejorativa e desconstruída. Isso fica patente quando (J2) destaca na sequência que “não é o termo que carrega a ofensa”. Assim, depreende-se que a categoria discursiva, reempregada, em âmbito do futebol *gay* brasileiro, vem para contestar a forma como se procede com palavrões e gírias, marcados como negativos no futebol convencional (heteronormativo), conferindo novos significados.

Neste sentido, o segundo grupo de enunciados é o que engloba os nomes dos times como formas descontraídas de se comunicar a luta pelo reconhecimento e a identidade *gay* no futebol (Tabela 4). Uma análise preliminar indica que a marca bem-humorada tem a sua genealogia na própria nomenclatura que os times se apropriam para se auto denominarem, em sua maioria, tanto contrapondo e subvertendo léxicos heteronormativos como conjugando símbolos que remetem a trocadilhos, recorrendo ainda a aspectos eróticos e de força e resistência, o que é visualizado no uso recorrente de arquétipos de vários animais: lobo, raposa e felinos (gatos e leão), por exemplo, símbolos de força e astúcia. Sugerem também afronta, bravura e diversidade como princípios de resistência *gay* (Diário de Campo, 2019).

Tabela 4: Relação dos clubes participantes do estudo

<i>Afronte</i>	<i>Aligaytors</i>	<i>BallCats</i>	<i>Barbies</i>	<i>Bharbixas</i>
<i>BeesCats SoccerBoys</i>	<i>Bravus</i>	<i>Bulls</i>	<i>Capivaras</i>	<i>Capixabas</i>
<i>Diversus</i>	<i>Karyocas</i>	<i>Lions</i>	<i>Magya</i>	<i>Maragatos</i>

<i>Pampacats</i>	<i>Predadores</i>	<i>Taboa</i>	<i>Unicorns</i>	-
------------------	-------------------	--------------	-----------------	---

Nota. Considerando apenas os clubes que concederam as entrevistas (2019).

Como destacado por Eribon (2008), é por meio da subversão do discurso da injúria, que se perfaz um potencial para ressignificar violências vivenciadas, a começar pela declaração de si, sobre ser homossexual e rompendo com o regime do dispositivo do armário, edificado na lógica do silêncio acerca deste “segredo” (Sedgwick, 2007). Logo, se os times colocam à prova a própria denominação – elaborando nomes que extrapolam a zona do comum –, o que se busca é um “**afrote**” direto ao que lhes incomoda, a própria interdição da homossexualidade no futebol, por sucessivos mecanismos heteronormativos. Acerca disso, alguns enunciados de diversos interlocutores são retomados como significativos de análise.

(J10) indica que o humor e a piada são meios de afirmar a própria orientação sexual, conforme o enuncia: “**Ah, é afirmação! É se afirmar. Beleza, você me chama de viado? Eu sou viado mesmo! Vai fazer o quê? [tom de risada]. Vai me excluir por causa? [risadas]**” (J10). Ou como coloca (J20), “**Olha, quer chamar a gente de ‘viado’? A gente é mesmo. A gente é muito mais**”. Já (J12), salienta a simbologia por detrás dos nomes dos clubes, imputando como um significado de sobrevivência: “**É uma marca de sobrevivência. É um modo de nos mantermos vivos, presentes. Não dá para ir na força? vamos no humor. Eu acho que tem um pouco disso, né? Para mostrar que resistimos por meio da graça**” (J12).

Porém, os enunciados de (J10), (J12) e (J20) conferem outros dois aspectos de análise, para além do humor. O primeiro aspecto é a própria afronta, que na dimensão da linguagem, se lança a falar em um modo interpelativo e questionador tendo como alvo os seus supostos perpetradores, algo evidenciado em: “você me chama de viado?” “quer chamar a gente de viado?” (J10); “Quer chamar a gente de viado?” (J20) e “não dá para ir na força?” (J12). Todavia, a despeito do tom irônico conferido associado às falas destes enunciadore (Diário de Campo, 2019), a tônica é, em realidade, a de um confronto indireto, o que se apresenta, respectivamente, em: “Eu sou viado mesmo!” (J10); “A gente é mesmo. A gente é muito mais!” (J20); “vamos no humor” e “para mostrar que resistimos por meio da graça” (J12).

Outro aspecto é sobre o nível de alcance da subjetividade que a organização por meio de clubes de futebol *gay* adquire, ao se empregar a estratégia de resistência de conversão da injúria em bom-humor e desconstrução. Este aspecto é mais fortemente evidenciado em (J10) e (J12), respectivamente, pelo emprego dos léxicos “afirmação” e “sobrevivência”. Ademais, o fragmento discursivo reforça “um modo de nos mantermos vivos, presentes” não aduz apenas à própria linguagem bem-humorada, mas à possibilidade de fazer-se sujeito em tais espaços e

convívios, o que encontra interlocução em outro enunciado: o de (J13). Este interlocutor enuncia o sentimento de ser integrante de um time *gay* de futebol e como a prática esportiva, antes denotada negativamente, é ela própria ressignificada pela discursividade existente. Em sua visão, é simples: “Aqui a única coisa que muda é que dá mais vontade de jogar para mostrar para eles que não é assim. Não é assim que funcionam as coisas” (J13).

Nesse sentido, o humor, que se apropria das palavras depreciativas, é o que possibilita, em primeira análise, ressignificar a própria injúria (Eribon, 2008), e isso se reflete de maneira intensiva nos times pesquisados, como já visto, cabendo ainda recuperar outros enunciados que indicam propostas de compreensão dos supostos discursos por detrás destes estratagemas:

Eu acho que num primeiro momento é uma questão até de chamar a atenção e mostrar que a gente não precisa colocar o nome heteronormativo, no nome do time para ser um time de futebol. É mostrar que realmente usando um time que as outras pessoas, os héteros, ou outras pessoas, vão achar que é uma piada, para nós não: é um motivo de orgulho (J7).

Eu acho que a palavra *gay* já diz tudo, né? É ser feliz, né? Então eu acho que a gente consegue através dos nomes, a gente consegue isso, expor isso, sabe? A alegria que a gente tem. Essa forma de tratar a vida de forma mais leve. Apesar de ter sofrido muito, a gente ainda faz as coisas de forma leve. E acho que isso tem muito a ver com os nomes das equipes, né? (J8).

Eu acredito que quando foram criados esses times, talvez eles nem tinham a proporção de tudo que ia se tornar. Então, foi uma diversão entre amigos, “*ah, vou criar um time divertido com uns amigos*”, e hoje a proporção é bem maior e eu acho que veio um nome engraçado, dois nomes, e aí foi seguindo uma linha, então eu acho que também segue a sua característica, cada time segue a sua característica (J9).

Ah, eu acho que, na verdade, esse humor faz parte da nossa vivência não só no futebol, mas fora também. O nosso humor, a nossa ironia, a nossa provocação, o nosso jeito de ser, isso se reflete no futebol, então isso reflete nos nomes e tudo mais. Isso faz parte. O futebol é uma parte da nossa sociedade, reflete um contexto, então, a nossa a nossa vivência LGBT tem isso: da provocação, da brincadeira, do bom-humor. Então isso é do futebol também. Faz parte (J11).

A amostra discursiva (J7, J8, J9, J11) possibilita diversos apontamentos. Em primeiro lugar, coloca-se o nome como a primeira marca, aquilo que dará visibilidade, promovida propositalmente de modo a comunicar a mensagem, “chamar a atenção” (J7). Tal excerto encontra interlocução com o que pontuou categoricamente (J10): o humor no nome dos times é necessário, porque a “afirmação” é necessária para a problemática em contexto. “Colocar o nome heteronormativo” (J7), nestas circunstâncias, é enfraquecer a estratégia discursiva adotada, análise que se reforça pela interlocução com os nomes dos times adotados como o

arquétipo humor-bicho-erotismo. Ainda que a primeira percepção seja de uma brincadeira, algo que não é sério, portanto, “uma piada”, a injunção é a do time ser “motivo de orgulho” (J7).

O enunciado de (J8) faz interlocução com as discussões sobre a objetivação e a subjetivação *gay* do início desta seção, que remetem à alegria, felicidade e comicidade. No olhar do enunciador (J9), há uma genealogia da criação dos nomes, dada em função da criação de times ano após ano com essa marca do humor diretamente associada aos nomes. Ademais, o interlocutor (J9) aduz à peculiaridade de cada time, que busca seus próprios marcadores imputados na concepção de nome do clube.

Cabe retomar que o futebol *gay* tem despontado desde o ano de 2017, sendo, portanto, algo recém-estabelecido, segundo afirmou um dos representantes da liga nacional no percurso de pesquisa (Diário de Campo, 2019). Neste aspecto, é de se recobrar que ligas de futebol *gay*, a exemplo daquela estabelecida no Reino Unido, têm a sua devida importância na indução de outros clubes *gays* que se propõem lançar às mesmas formas de contestação e resistência que aqui são tratadas (Jones & McCarthy, 2010).

(J11) indica que o humor depositado aos nomes dos clubes só é possível por conta da própria “linguagem *gay*”, em que “provocação” e “ironia” são duas modalidades discursivas notadamente dispensadas, seja no contexto social mais amplo, como o interlocutor coloca (“faz parte da nossa vivência”), seja em função de transmitir uma mensagem bem-humorada, uma vez que o “futebol faz parte da sociedade” e “reflete um contexto” – interlocução direta com a primeira seção deste capítulo, que discorreu sobre práticas sociais e pedagógicas que engendram o preconceito e a discriminação homofóbica.

Como pontuou Foucault, novamente, “não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes” (Foucault, 1985, p. 94). Em face disso, (J6) tem visão adversa à da amostra discursiva apresentada acima, sugerindo que tais estratégias de humor poderiam ser bem mais comedidos, como assim expressa:

Ai, eu acho que o humor ele é válido, mas eu acredito que algumas coisas podem ser ponderadas. Eu acho que, por exemplo, até para a gente ter uma recepção, assim da família, de assumir que não seja dessa comunidade, eu acho que tem que ter uma certa ponderação. Eu acho que alguns tipos de nome poderiam ser evitados, até para poder atrair as pessoas que não são dessa comunidade (J6).

O enunciado de (J6) indica que o interlocutor, embora reconheça como legítima a estratégia de resistência pela linguagem do humor, seja ela em razão da comunicação da

mensagem via nomes dos clubes, seja via o exercício, em nível da palavra, de figuras de linguagem e outros elementos como a “ironia”, o “deboche”, as “piadas” e os “gritinhos” – vide enunciações anteriores – no âmbito das disputas, peladas informais e torneios competitivos, a sua percepção é a de regulação, conforme sugere a repetição do vocábulo “ponderadas/ponderação”. Na causa, estaria a necessidade de obter maior “recepção” em outros cenários, para além dos campos de futebol *gay* – representado pela instituição “família” e vigente na expressão “atrair as pessoas que não são dessa comunidade”.

Ao entenderem que a afirmação da homossexualidade representa um assunto que não deve ser discutido no contexto esportivo, os próprios homossexuais concordam com seus pares heterossexuais sobre a orientação sexual representar um atributo marginalizado e inferir, com algum nível de ininteligibilidade. Isso comunica mais do que apenas uma cultura de silêncio. Representa em si mesma a dominância da hegemonia heterossexual, pois, se comunicar a heterossexualidade, por meio de inúmeras formas, repetidamente, não representa nenhum embaraço, quando comparada à questão da homossexualidade, a mensagem transmitida é a de não fazer o mesmo, nem minimamente, colocando a homossexualidade na esfera de assuntos indisputáveis, indizíveis, um segredo aberto, como enunciaria Sedgwick (2007) e, no quadro esportivo, Anderson (2005; 2009). Portanto, na compreensão de (J6) para que a própria causa do futebol LGBT ganhe credibilidade da família, por exemplo, o humor precisaria ser repensado, “ponderado”, de modo que pudesse inclusive atrair membros de fora da comunidade (LGBT) para os jogos de futebol *gay*.

Um terceiro grupo de enunciados é o das regras do jogo de futebol *gay* – para além dos campos esportivos. Existem algumas regras do jogo para fazer parte de clubes de futebol *gay*. Uma delas é relacionada às próprias ofensas e condutas que envolvem expressões pejorativas. (J12), quando perguntado sobre como a mudança se dá por meio da resignificação da prática discursiva, apresenta, em tom enfático (Diário de Campo, 2019), tal mudança de perspectiva ao tratar do futebol *gay*:

Muda tudo! A gente não permite isso. É claro que entre amigos um chama o outro de *gay*, de bicha, de viado. São brincadeiras. A gente sabe o tom. Mas, não é permitido; é, aliás, absolutamente proibido, ofensas, homofobia ou qualquer outro tipo de agressão. Atletas assim, times que vêm com essa consciência, são filtrados e, se não se adequam, são excluídos (J12).

O que emerge na superfície da enunciação de (J12) é o mecanismo de regulação da própria injúria, já que, dependendo da conotação que ela carregar, no contexto de tais competições esportivas, pode retornar aos próprios problemas que a originam: o preconceito

homofóbico e a heteronormatividade. Esta inferência encontra suporte em “a gente sabe o tom”, como meio de recuperar a zona de inflexão que enseja o insulto homofóbico. A implicação de tal mecanismo de regulação é a filtragem, a qual, em circunstância de desrespeito pode até mesmo levar à exclusão de outros times, que ainda não tenham atingido os níveis de “consciência” esperados.

De tal modo, uma das ferramentas indicadas, que visam coibir o preconceito e a discriminação no próprio contexto do futebol *gay*, é abordada por (J9): **“a gente não pode falar de uma maneira agressiva a outro colega. Na verdade, é um contrato de time quando vai participar da *Ligay*. Então existem umas regras, no qual a gente não pode ofender, não pode umas coisas, então uma delas é essa”** (J9). Ou seja, infere-se, em primeira análise, que há maior preocupação em coibir agressões e desrespeito no próprio futebol *gay* se comparado ao futebol convencional, considerando-se que nem todos os clubes terão os mesmos níveis de conscientização, como fora reconhecido por (J12).

Nesse sentido, é possível salientar, em realidade, que nem mesmo o futebol *gay* é intacto do preconceito das demais instituições e, por conseguinte, da sociedade. (J20) indica que mesmo no ambiente do futebol *gay* episódios de preconceito podem ocorrer, já que o machismo é algo que permeia a própria comunidade *gay*, tal como o interlocutor assim reconhece:

A gente tem muitos *gays* que são mais heteronormativos, do tipo de não estar tão bem, na minha opinião, tão bem resolvido com a sexualidade. Então, assim, acho que a gente mesmo sendo *gay*, a gente ainda vive nesse ambiente que é mais machista. Então esse preconceito acaba sendo repetido mesmo dentro do próprio grupo. É o tipo de questão que para a gente, assim internamente, às vezes é uma questão que eu particularmente até às vezes fico reclamando porque muitas vezes acontece de nosso grupo de *WhatsApp*, alguém pegar alguma piada dessa e jogar lá no grupo. E aí, eu particularmente me incomodo com o fato de você pegar uma brincadeira que tem esse fundo homofóbico e dentro do grupo *gay* a pessoa manda uma piada falando que “*são paulino é gay*” por exemplo (J20).

Ou seja, apesar de revelar a desconstrução existente do que é ser *gay*, quando se profere como sendo algo negativo e ressignificado, mostra-se um fator de orgulho, (J20) indica que a desconstrução deve passar também pelo próprio agrupamento *gay*, em suas inter-relações que, vez ou outra, parece recorrer aos mesmos esquemas de discriminação de uma cultura homofóbica e heteronormativa. (J20) apresenta como causa o preconceito internalizado (Herek, 1984; 2004), de modo que, no contexto de um ambiente machista como é considerado o futebol, acaba repercutindo no futebol *gay* no sentido de reproduzir preconceitos externos junto a outros *gays*. Em relação às piadas, (J20) aponta, portanto, que há uma vigilância interna para não permitir que o preconceito seja reproduzido internamente ao grupo.

Como pontuado por Foucault (1985), um dos elementos vigentes na concepção de poder é a substituição do privilégio da interdição pelo da eficácia tática. Porém, é de se atentar ao que Foucault (1985, p. 96) abordou sobre o exercício do poder, o qual se dá em “um campo múltiplo e móvel de correlações de força, onde se produzem efeitos globais mas nunca estáveis, de dominação”. E se assim procede o poder, a resistência como parte integrante dessa dualidade, não se afirmaria, pois, absolutamente sempre estável. Exemplo disso é o que (J11) salienta que mesmo no futebol *gay* ocorrem episódios de discriminação, que, segundo ele, são fundados na intolerância a outras identidades diferenciadas, presentes nos eventos esportivos:

Olha, em geral existe o respeito. Houve situações aqui dentro e em outras competições LGBT que eu já participei também que não foram bacanas. Ocorreram certos xingamentos homofóbicos, machistas, inclusive, porque há mulheres que participam do evento. Então a gente acaba presenciando ainda mesmo aqui dentro. Inclusive o nosso último jogo ocorreu uma certa atitude homofóbica de um jogador adversário. Então são coisas que a gente vê inclusive aqui e têm que ser combatidas, né? (J11).

(J11) salienta que mesmo nas competições *gays* persiste certo resquício do machismo que é encontrado nas demais instituições esportivas e ressalta a necessidade de se combater atitudes discriminatórias como a mencionada por ele no relato. O futebol *gay*, assim como os demais futebóis, ainda é atravessado pela contradição de vestir a camisa da inclusão do esporte, mas, falhar no combate à heteronormatividade entre os próprios jogadores. “A homofobia e a hierarquização das relações entre homens e mulheres, também denominadas de sexismo, são fruto de uma sexualidade binária que cria um espaço social sexualizado, espaço que atua como sinalizador dos possíveis lugares a serem ocupados” (Souza & Carrieri, 2010, p. 54).

Ora, se o dispositivo de poder está em um determinado contexto geográfico preciso, a resistência, tal como sua outra polaridade, visa dentro de um contexto histórico preciso engendrar determinadas inteligibilidades. Como salientado por Foucault (1985, p. 89): “as grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados pela intensidade de afrontamentos locais” (Foucault, 1985, p. 89). Ou seja, não desrespeitar os pares pode ser considerada uma estratégia de resistência dispensada endogenamente, *sine qua non*, como forma de assegurar coerência em relação aos princípios que o futebol *gay* diz afirmar.

No campo exógeno, porém, também têm sido dispensadas outras estratégias de resistência. Na sequência, aborda-se atitudes mais tempestivas ante às tentativas de participação de heterossexuais nos clubes, que caracterizaria a subversão da afirmação que se está fazendo, uma vez que conduziria à ideia de que “todos são iguais” – uma narrativa que certamente

prejudicaria a visibilidade e afirmação dos próprios clubes *gays* de futebol. Tomando tal ideia é que se reúne o quarto grupo de enunciados, mais heterogêneo, que, no objeto dos seus discursos assevera quais são os limites da inclusão nos clubes de futebol *gay*:

Uma vez um amigo meu virou para mim e falou assim: “é, mas como é que é um futebol inclusivo, se só aceita o gay?”. Concordo, mas, a princípio nós precisamos mostrar que o *gay* tem espaço no futebol. Por isso, que a gente tem que ter esse futebol *gay*. Mas eu acredito que daqui a uns dez anos isso vai acabar. E o *gay* assumido vai jogar com o hétero, o hétero vai estar jogando aqui com a gente e não vai ter mais essa: “ah, o time é *gay*”, “ah, o time é hétero”. É um time de futebol que tem *gays* e tem hétero jogando e todos se respeitando (J4).

Esse é o nosso local de fala, vamos dizer assim, o nosso ponto de resistência. As meninas, elas já têm muito futebol por aí. É normal você ver futebol de meninas. Os héteros, poxa? O que não falta. Olha aqui ao redor! É o que mais tem é a pelada hétero. Então ela é nossa, sabe? Pode vir, jogar, é importante, mas assim, você não faz parte do grupo, você é só um convidado que a gente gosta (J19).

Viam a gente jogando, ficavam sabendo da gente de alguma forma. É impressionante isso porque a gente começou a tirar pessoas do armário. E eu acho que esse é o fenômeno mais positivo da experiência. No mais a gente nunca se recusou. Pelo contrário, a gente permite a participação de heterossexuais, de times heteronormativos. Quer dizer, a gente se permite jogar com times heteronormativos, a gente permite a participação dos jogadores héteros né? (J21).

O enunciado de (J4) permite discorrer sobre o princípio do futebol *gay*, que é a promoção de um grupo em comum, como forma de escapar às investidas da estigmatização. Nesse sentido, a inclusão é colocada pelo seu interpelador como uma medida equivalente, na qual o ingresso de alguém heterossexual não deveria experienciar resistência por parte dos jogadores *gays*. Pela forma como elucidada, (J4) atesta certo otimismo, em relação à inclusão plena do homossexual no esporte, a qual, apesar de não ser significativa na contemporaneidade, pode, em um curto espaço de tempo, atingir maiores níveis nessa direção, desde que os times se auto afirmem.

Ou seja, por identificar na atual situação dos clubes *gays* como “**algo passageiro**”, o interlocutor compreende que a organização dos clubes em times específicos para *gays* é uma estratégia momentânea para lidar com a forma como o preconceito está arraigada na sociedade. Todavia, esquece-se que a estigmatização do homossexual, não somente no esporte, é uma pedagogia e que está inserida em um dispositivo histórico, que interdita determinados personagens, garantindo a sua imutabilidade (Foucault, 1985).

Já o enunciado de (J19), que é enfático na sua asserção (Diário de Campo, 2019), enseja alta resistência quanto à possibilidade de outros sujeitos que escapem ao estabelecido – a

participação somente de homens *gays*. Por acionar a expressão “lugar de fala”, pode-se deduzir que o clube de futebol *gay* se perfaz em um nicho muito específico, dentro de uma ordem maior de sujeitos, mas que não necessariamente buscaria mesclar os sujeitos externos no seu interior. Já (J21) destaca a importância da inclusão inclusive atestando que, acerca de pessoas não-LGBTs, o time é, para os integrantes, fonte de solidariedade. Ademais, o time serviu como fonte de referência, já que indivíduos supostamente heterossexuais passaram a “sair do armário”, indicando o que já fora discorrido ao final da seção anterior sobre o futebol ser a alternativa para tentativas da experiência de subjetivação de jogadores *gays*.

Outro interlocutor afirma que o potencial de tal estratégia é passageiro: **“Eu acho que é a saída, né? para que futuras gerações vivam coisas diferentes. O que a gente está fazendo aqui hoje é muito importante para as próximas gerações”** (J11). Ou seja, há uma expectativa depositada de que pelo próprio estabelecimento de clubes de futebol *gay*, ainda que contestados, seja uma alternativa para os enfrentamentos de preconceitos vivenciados por tais indivíduos. Atualmente, pode-se dizer, com base na literatura, que é quase inexistente o registro da presença de jogadores heterossexuais em jogos *gays*. O estudo de Jarvis (2015), é um dos poucos a se interessar pelo ingresso de jogadores heterossexuais, enquanto minorias, em times majoritariamente *gays* no contexto europeu.

Nesse aspecto, cabe retomar Eribon (2008) quando este afirma, com base em análises das experiências dos *Gay Games*, que “os normais”, ao recriminarem estes tipos de associações desportivas alegando que são separatistas, na verdade, portam um discurso de que o esporte não deveria ser nem homossexual nem heterossexual, todavia, “esquece-se ou ignora-se que ele é profundamente heterossexual e que um *gay* que se declarasse como tal teria muita dificuldade de continuar a ser admitido numa equipe” (Eribon, 2008, p. 145).

Historicamente, em decorrência dos processos discursivos sobre a homossexualidade, consolidou-se um discurso de reação: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade” e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada (...)” (Foucault, 1985, p. 95).

Os enunciados pressupõem a multiplicidade do poder debatida por Foucault (1985, pp. 88-89), onde se apresentam “correlações de força imanentes do domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização: jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte (...)”. Ou seja, essas correlações de força podem encadear-se umas nas outras formando daí sistemas e cadeias ainda maiores ou defasagens e contradições que repercutirão no isolamento (Foucault, 1985).

Ademais, “sempre é a dissimetria que está em ação: o heterossexual sempre tem um privilégio sobre o homossexual. É ele quem decide a atitude a ser adotada e o sentido que vai dar aos gestos e às faces do homossexual” (Eribon, 2008, p. 74). Por isso mesmo, complementa o autor, o prazer está em ser autenticamente *gay* no quadro destas competições e associações específicas, sem deixar de considerar que são abertas tanto aos heterossexuais e bissexuais como a outras dissidências e indivíduos de diferentes faixas etárias (Eribon, 2008).

A implicação, em termos de especificidades do futebol *gay*, está em considerá-lo como um espaço menos rígido do que o futebol convencional, os quais, estes últimos, não se detém a mecanismos de bom-humor, mas carregam consigo um repertório homofóbico fortemente estabelecido, que indica pouca margem para se empurrar os limites das ordens discursivas vigentes (Foucault, 1999a). Pode-se inferir ainda que, partindo dos enunciados e da Tabela 4, os nomes dos times, em primeira análise, visam a uma reação cômica, no entanto, é algo que reflete um ideal mais amplo, de orgulho sentido pelos seus participantes em fazer parte de tal iniciativa e meio para afirmação.

Ademais, não é que o humor se configure como única estratégia de resistência. Pelos próprios nomes dos clubes é possível notar também a ideia de confronto à heteronormatividade e à homofobia – o que estaria em paralelismo com o humor, por sua vez, denotado como estratégia também indireta, mas alternativa de contestação às ordens discursivas presentes nas instituições esportivas. De tal maneira, estas linguagens se traduzem nas principais estratégias de resistência. Contudo, a resistência também tem sido pautada de outra maneira no interior dos clubes: regras tem sido impostas endogenamente assim como de maneira exógena, de modo a frisar coerência em relação à narrativa que o futebol *gay* tem acionado.

5.4 “Ele está indo jogar bola contra um time”: silenciamento e invisibilidade de clubes gays de futebol

Como compreendeu Foucault (1998), o poder não deve ser analisado como estável; é de se supor que o seu exercício seja realizado pelos sujeitos, tendo reflexos sobre as suas ações, de tal modo que esses mesmos sujeitos sejam até mesmo capazes de resistir. Esta asserção é corroborada pela enunciação do filósofo: “lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (Foucault, 1985, p. 90). Deste modo, busca-se tecer considerações sobre até que ponto a resistência dos clubes de futebol *gay* se mantém em exterioridade às ordens discursivas.

A linguagem exercida nem sempre é aceita de modo tácito por outros jogadores que não sejam pertencentes aos clubes, e portanto, supostamente e potencialmente heteronormativos ou homofóbicos. É o que sublinham (J18) e (J19), em enunciados que discorrem sobre a fraternidade para além do léxico comum, mostrando que a resistência supõe sutis formas de invisibilização e silenciamento, sobre as quais abordar-se-á na sequência.

Nós somos irmãos, digamos assim. Aí no meio do campo, com os héteros, a gente começa a brincar. Tem o nosso linguajar. Tem o nosso vocabulário de “bicha”, digamos assim. E aí eles começam a ficar assim olhando para você, assim com soberba né, fica desconfiado...“*Esses caras aí acho que são viadinho*”. Aí que começam as piadinhas. Tem uns que comentam. Vão ali para um grupinho ali. Fica uns três, quatro. Tem uns que respeitam. Tem cara ali que já sabia que nós somos gays. Mas tem uns que são meio preconceituosos e acabam formando um grupo de dois, três para comentar: “*ó, os caras ali parece que é frutinha, é viadinho*”, “*...é gay e tal*”. É pior ainda quando alguém do nosso time começa a paquerar (J18).

Hoje eu tenho orgulho de falar que eu jogo bola num time gay. Quando eu vejo que eu estou toda quinta-feira jogando bola com os meus amigos gays, que vem gente de shortinho, num lugar que é extremamente hétero, que, em tese, não era um local que a gente...está aqui, conquistou este espaço, as pessoas respeitam a gente. Não estou nem dizendo que elas gostam, eu não estou nem pedindo para elas gostarem, mas elas respeitam, que é o que eu quero (J19).

O enunciado de (J19) aponta para a centralidade do orgulho em ser integrante de um time *gay*, ainda que defenda que a aceitação não é plena, uma vez que jogadores de times convencionais devem respeitá-los na medida da boa convivência, mas que, podem, talvez, não gostar do fator do time “**ser gay**”. Assim sendo, a análise desse enunciado compatibiliza-se com o que fora abordado por Eribon (2008, p. 74): “é um paradoxo insuperável: o *gay* que decide *se dizer*, expõe ao comentário irônico ou condescendente e, às vezes, à má acolhida, e aquele que prefere calar-se coloca-se numa situação falsa e, ao menos, dependente”.

Outro fator a ser sublinhado é que alguns times buscam fazer resistência pela habilidade elevada em jogar futebol, visando até mesmo coibir possíveis críticas quanto à falta de masculinidade, como entende (J18): [sobre possíveis questionamentos de terceiros acerca da habilidades em jogar futebol] **Não, pelo contrário. Eu convido qualquer um que ‘ouvir’ essa pesquisa aqui, sei lá que acessar pesquisa, que vier assistir um jogo aqui com a gente, pessoal joga beleza!** (J18). Quanto à performance dos times, (J18) sinaliza que é preciso jogar bem (“pessoal joga beleza!”), indicando que o time se propõe a dismantelar alguns enunciados recorrentes na sociedade acerca da relação entre o homossexual e o esporte, mais

especificamente o futebol, já que o espaço para o *gay* seria no vôlei (interlocução com enunciado de J18 na primeira seção do capítulo).

Conforme Bourdieu (2002, p. 16) atestou: “sob esse ponto de vista, que liga sexualidade a poder, a pior humilhação, para um homem, consiste em ser transformado em mulher”. A feminilização do homem dá-se pela humilhação com deboches a respeito de sua virilidade, acusação de homossexualidade ou se portando com outro homem como se fossem mulheres.

Acerca das peculiaridades do jogo de futebol *gay*, (J11) sintetiza que não há diferença em campo, mas que para o nível da subjetividade, enfrentar em campo um time convencional pode ser determinante das posturas a serem adotados, influenciando diretamente na acolhida, e, portanto, na experiência pessoal: **“Olha, o futebol em si é o mesmo, tanto *gay* quanto hétero. Dentro de campo é igual, entende? Mas é claro, a questão de jogar contra o hétero, a gente tem, digamos, menos liberdade de ser quem a gente é, né? Mas, dentro de campo é normal”** (J11).

Porém, (J19) e (J20) acreditam que, nas relações com times convencionais (clubes de futebol “hétero”), não há margem para preconceito, embora considerem que eles não conheçam muito sobre a iniciativa:

Tem clube que não está nem aí se a gente é *gay*. O importante é saber jogar futebol. Tem clube que eles estão interessados em jogar bola. Tem clube que já fica meio assim: “a gente não pode perder para os *gays*”. E quando eles começam a perder, eles começam a fazer muita falta, porque eu acho que eles podem se sentir ou diminuídos ou inferiorizados. Alguma coisa do tipo. Mas nunca chegou assim a ter vias de fato. Eu não me lembro de provocações diretas, alguma coisa do tipo. Mas varia assim. Tem time que não está nem aí. Ele não está indo jogar bola nem contra um time *gay*, nem contra um time hétero. Ele está indo jogar bola contra um time. E já tem outros times que falam: “ah, é o time dos *gays*, não vamos perder essa não, se não a gente vai ser o time que perdeu para o time dos *gays*” (J19).

Quando eles ficaram sabendo do nosso time, eles apoiaram. A gente sentiu esse acolhimento por parte deles e quando a gente foi jogar os jogos a gente não teve nenhum tipo de problema com relação aos outros times, de eles tratarem mal, de eles fazerem nenhum tipo de.... pelo menos não diretamente com a gente. Pelo menos a gente não ouviu piada. A gente não foi desrespeitado. Eu acho que isso tem muito a ver também com o distanciamento assim. Então assim, eu acho que para eles, [ficaram] um pouco mais assustados, mas depois que a gente começou a jogar que eles viram que, tipo, são pessoas jogando futebol também e que tecnicamente a gente não devendo muito...Talvez eles estivessem numa expectativa de que a gente não fosse jogar de igual para igual com eles assim, sabe? Então, acho que isso fez com que a gente fosse respeitado (J20).

Do enunciado de (J19) sobressai o fato de provar uma alta performance esportiva. Ou seja, pode ser *gay* mas “tem que jogar bem”, tal como debatido por Anderson (2005). Da fala

de (J19) é possível destacar ainda duas atitudes, provenientes dos times convencionais, em relação aos times de futebol *gay*. A primeira é uma relação centrada no jogo, em que não importa a sexualidade dos oponentes. Por outro lado, a segunda atitude, contradiz a primeira, por comunicar que jogar contra um time *gay* e sofrer uma derrota, é o que denota um time fraco, uma vez que, conforme salientado anteriormente, é vigente a expectativa de que o *gay* não saberia jogar bem futebol, fora a questão da masculinidade, salientada outrora. Além disso, (J19) afirma que, na ocasião de disputas contra times convencionais, há certa resistência por parte de outros times quando mencionado que o confronto se dará envolvendo um time *gay*.

As contradições trazidas por (J19) são assim evidenciadas: apesar de não estarem “nem aí”, os clubes convencionais não admitem “perder para os *gays*”; embora estejam apenas “interessados em jogar bola”, o que comunica a mensagem de que o que importa é o espírito esportivo. Contudo, a derrota não seria admissível, por imputar aos times convencionais valores que os fariam “diminuídos” ou “inferiorizados” – a estética da competição e honra, mencionada por Damo (2002; 2008) como elemento de masculinidade. Ademais, as táticas para induzir à vitória, por parte dos jogadores de times convencionais podem até mesmo valer-se de práticas corporais mais agressivas, a exemplo de quando “começam a fazer muita falta” (J19).

O relato se assimila ao constatado no estudo etnográfico de Price (2000) junto a um time *gay* inglês de rúgbi, o qual identificou que, se por um lado, quando os atletas saem do armário as atitudes dos heterossexuais mudam no sentido de maior aceitação, por outro lado, tal aceitação é revestida de tolerância, pois há a demanda por parte dos times em apresentar uma imagem de respeitabilidade e adaptação, isto é, transmitindo a ideia de que se é igual aos demais jogadores heterossexuais (Price, 2000). Todavia, o pressuposto da tolerância é o de que ela seja seguida, geralmente, de um limite, indicando qual é a zona sob a partir da qual a experiência de aceitação e respeito pode subverter-se em experiência negativa.

Ao referir-se à questão da homossexualidade nos esportes, Anderson (2002) indica outro ponto: que os *gays* só são tolerados face às expectativas e constatações de elevado desempenho. Indica até que há uma quase ausência de homofobia, na sua forma de violência física ou verbal. Todavia, isso se dá por que *gays* abertamente assumidos são valiosos para alimentar um sistema de competição – um mantra valioso no esporte masculino –, independentemente de sexualidade, que coloca força, vigor físico e performance até mesmo sobre outras questões (Anderson, 2002).

Como colocou Anderson (2002), a visão que o heterossexual possui da atuação de alguém homossexual no esporte está no âmbito da obtenção de maior capital masculino possível, dada pela própria prática do esporte em si com alta performance. A homofobia se

revestiria de tal mecanismo como meio de resistência à intrusão do homossexual no ambiente esportivo, mantendo as aparências de uma rígida masculinidade estabelecida (Anderson, 2002).

Nesse aspecto, é uma forma de regular a própria homossexualidade no esporte, pois, caso contrário, a sujeição ao discurso homofóbico, represálias e até mesmo ataques, pode vir à tona. Assim, aparentemente, o homossexual é tolerado nas instituições esportivas, que o aceitem, mas em conformidade com a manutenção da virilidade da masculinidade hegemônica (Anderson, 2002). Em suma, não há que se afirmar que há compatibilidade de homossexual com o esporte, mas técnicas que os apreendem e os mantêm marginalizados num contexto de capital masculino e masculinidade ortodoxa.

Apesar disso, a relação com times convencionais, como sublinha o enunciado de (J20), é pautada no aspecto da política de boa vizinhança, entretanto, isso pode ser considerado válido, até certo ponto, uma vez que o interlocutor assinala que foi após a performance em campo que o time *gay* conseguiu lograr maior reconhecimento em relação ao outro time convencional. Isto é, o interlocutor busca atribuir a boa receptividade obtida pelo time (em momento de enfrentar um time convencional), à própria competência técnica de que o time auferiu, o que deixa como resquício a interpretação de que se o time não fosse tão competente, talvez desse margem para uma possível depreciação da própria qualidade do time, já que o atributo competitividade é salutar para as interações em campo, e daí que se obtém o devido reconhecimento enquanto grupo ou entidade.

O atributo da homossexualidade de *gays* no esporte termina por descaracterizá-los e refletir em nível dos times *gays*. Conforme entende Anderson (2005), o corolário para a condição do homossexual assumido nos esportes é recorrer ao uso intensivo do capital masculino, que lhe preconiza a exigência de uma performance atlética sempre de nível superior. Logo, a máxima da inserção do homossexual no esporte dá-se, tanto quanto possível, pelo uso de uma masculinidade ortodoxa, na qual, paradoxalmente, a própria questão homossexual tende a ir tornando-se escamoteada.

O autor considera, assim, o fato de homossexuais se tornarem de excelente nível do esporte, derrubando a máxima estabelecida sobre a qual *gays* não são adequados para determinados tipos de esporte. Assim sendo, a homofobia emerge tanto como uma forma de resistir à subcultura *gay* no esporte, como visa manter a masculinidade hegemônica e ortodoxa no topo da dominação no esporte (Anderson, 2005).

Porém, é necessário colocar também que esse silêncio acerca sexualidade pode advir de dois medos, tal como coloca Anderson (2002), não circunscrevendo-se apenas ao medo de

represálias. Pode ser também uma forma de manter intacta a sua própria performance – no sentido da prática esportiva – evitando assim questionamentos que imputem qualquer comportamento em função da sua própria sexualidade, o que implica na colaboração para a narrativa que entende o esporte como lugar inapropriado para discussão de sexualidade ou levante de bandeiras (Anderson, 2002).

Os enunciados de (J19) e (J20) encontram, ainda, elo em práticas discursivas contemporâneas sobre inclusão do homossexual que permeiam ao futebol no contexto internacional (Cleland *et al.*, 2018; Murray & White, 2017; Roberts *et al.*, 2017; Schallhorn & Hempel, 2017). Mas, é de se recobrar que o discurso *gay-friendly* tem como uma de suas nuances a de justamente valorizar tão somente a capacidade atlética de tais sujeitos perante o esporte (Cashmore & Cleland, 2011; Cleland, 2015). Embora a mídia prolifere discursos de aceitação em favor dos *gays*, jornalistas e fãs, por exemplo ainda possuem alto grau de dificuldade em lidar com tal informação (Cashmore & Cleland, 2011; Kian *et al.*, 2015).

No contexto local, percebe-se que os times *gays* têm operado na quase invisibilidade. Apesar dos times se portarem como uma resistência autêntica no futebol *gay*, alguns sequer são vistos como times *gays*. Nesse sentido, outros times também dão indícios dessa invisibilidade e silêncio, tal como (J18) enuncia:

Não tem como saber. Só se perguntar mesmo. Só se perguntar por que... Vamos falar que é igual ditado popular mesmo. Algumas pessoas são afeminadas no nosso time. Algumas. Sem discriminação, né. De primeira visão assim, primeira mão, não dá para saber se é um time *gay*. Porque a sociedade vê um cara jogando bola, é homem né. [...] Você não vai encontrar ali um – desculpe a palavra aqui –, um ‘viadinho’, um ‘gayzinho’, na visão deles. Mas eles olham assim (J18).

O excerto acima apresentado propicia uma análise sobre como a dinâmica de visibilidade dos times *gays* é marcada por mais uma contradição. (J18) admite que o time joga bola bem, mas ainda tem dificuldades para se posicionar como um time *gay*. Segundo o interlocutor, é a sociedade que se nutre do enunciado que quando se “vê um cara jogando bola, é homem”. Porém, os próprios times ainda não exercem resistência no sentido de comunicar a própria identidade de time *gay*, enfrentando assim a ordem discursiva; uma vez que, para apreendê-lo como tal, seria necessário ou perguntar ou inferir a partir das performances pouco convencionais, e desalinhadas à performatividade, aos atos performativos dos sujeitos, demandados pela sociedade, sobre quem seria ou quem não seria *gay* (Butler, 1990), e, por extensão, entender o time de futebol como um reduto de convivência de homens *gays* (Almeida & Soares, 2012; Bandeira & Seffner, 2013; Camargo, 2018).

Assim, entende-se que o preconceito ainda é um entrave para aqueles que participam de clubes *gays* mas que não abordam no seu cotidiano acerca da iniciativa. Ademais, os enunciados sugerem que, apesar da visibilidade ser importante, a própria marca da orientação sexual *gay* não precisa vir à tona para se realizar a afirmação no contexto do futebol *gay*. Para Foucault (1985, p. 95), “é preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta”.

A compreensão pode ser vinculada ao que se discute acerca do estereótipo da afeminação se construir enquanto uma pretensa coerência (Sedgwick, 1991), que busca afastar a homossexualidade, a partir de concepções que alinham sexualidade à performatividade de gênero (Butler, 1990). Assim, há um paradoxo: “aqueles homens que se afastam da forma de masculinidade hegemônica são considerados diferentes, são representados como o outro e, usualmente, experimentam práticas de discriminação ou subordinação” (Louro, 1997, p. 48).

Como Foucault (1985) pontua acerca do poder, os seus efeitos, apesar de globais, nunca são totalmente estáveis, de dominação. Ademais, para a amostra discursiva analisada cabe a asserção de que os silêncios, assim como os discursos, “nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem opostos a ele” (Foucault, 1985, p. 94).

É importante salientar que Foucault (1985; 1998) não coloca como imperativa a impossibilidade reconstituir agência. Pelo contrário, é o próprio fato de poder se tratar de sexo discursivamente, o que o impede ante qualquer tentativa de subversão, já que a máxima é a de ele ser mecanismo de simultânea produção e controle, dadas no interior da lei.

Porém, como Foucault (1985, p. 29) já expunha, o discurso também tem como uma dimensão, uma parte integrante, os silêncios como estratégias.

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discríção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos (Foucault, 1985, p. 29).

Nessa dinâmica peculiar de resistência, ao passo que o discurso homofóbico e heteronormativo se apodera inclusive da própria causa e contestação que os clubes *gays* trazem para o esporte, em outra medida, vigora e permanece inquestionado o silenciamento *gay* dentro das próprias instituições esportivas. Acerca de um episódio de preconceito, (J18) recupera no enunciado à frente um evento ocorrido em partida realizada adjacente a outra partida convencional em determinado clube:

Tinham vários caras jogando bola lá. E aí coincidentemente tinha um cara que me conhecia. Só que ele não sabe de mim. Eu trabalhava na loja dele como locutor, e aí no dia seguinte quando fui trabalhar na loja dele, ele me jogou uma piada. Ele começou a falar, falar...(Porque ele vê em mim a figura de um homem, mas porque também eu sou radialista. Só pela minha voz dá para perceber. Eu trabalho com rádio e tal. Só que eu tenho a minha orientação, meu momento...). Como eu te falei: aí eu fui trabalhar na loja dele. Não vou citar aqui a loja. E aí ele começou a falar: “*tu joga bola lá, todo domingo né?*”. [J18 respondendo] “*Às vezes joga bola lá e tal*”. Aí ele respondeu: “*pô aqueles teus amigos lá, parece que eles são meio lá e meio cá*”; mas não perguntou sobre a minha a minha orientação (J18).

A cena de interação trazida por (J18) é congruente com o que Goffman (2012) entendeu por contatos mistos. São assim definidos aqueles encontros decorrentes de uma mesma situação social, que engloba situações triviais entre o grupo dos “normais” e dos estigmatizados. Dessa forma, é na iminência destes contatos que, tanto para o estigmatizado como para o normal, se mostra uma ansiedade em decorrência da reorganização de interação social que se aproxima. Goffman (2012) constata que o visualmente estigmatizado é, muitas vezes, abordado por estranhos nos contatos mistos, os quais, embora sejam simpáticos na sua abordagem, frequentemente deixam aquele verdadeiramente embaraçado ante à sua própria condição.

A forma de violência, simbólica (Bourdieu, 2002), está na esfera da linguagem ofensiva, injuriosa e irônica – presente há muito nos estádios de futebol e agora também nas redes sociais (Bandeira & Seffner, 2013). “O homossexual que fala da vida “privada” rompe com a situação “normal”, já que esta é definida como tal pelo fato de que, “normalmente”, como diz a linguagem de todos os dias, a homossexualidade não é *dizível* ou, o que não é muito diferente, com frequência, não é *dita*” (Eribon, 2008, p. 131) – vide o emprego do trecho “**são meio lá e meio cá**” (J18), uma evidente interpelação do regime binário sexo/gênero (Butler, 1990).

(J19) considera que, mesmo em hipótese de o time de futebol *gay* ser alvo de piadas escamoteadas, isso não parece lhe incomodar, conforme assim enuncia:

A gente é extremamente bem tratado. Vez ou outra que você vai andando e você ouve algumas piadas de canto: “*Ah o futebol dos viados, ali ó; ó que eu vou te levar para você jogar bola com os seus amigos*”. Assim, você ouve eles conversarem entre eles. Não é afrontando a gente. Quando você vai ouvindo tem uma conversa dos caras assim. Como se, ou seja, como se quisesse dizer que o amigo dele, da pelada dele, hétero, é *gay*. De forma alguma, a gente nunca sofreu uma represália aqui e os funcionários do local. Eles gostam muito da gente. Eles nos presentearam com um colete com o nome do [nome do time], e de um dos jogadores. Eles sempre vêm perguntando se está tudo bem. Eles tratam a gente muito bem. Eles gostam muito. Além da relação cliente, que somos bons clientes, bons pagadores e tudo mais, a gente se dá muito bem, porque eles ficam impressionados pelo fato da gente jogar bem. Eles acharam que a gente ia ser tudo uns *gay* [sic] de salto alto que não soubesse jogar bola (J19).

Primeiro, o enunciado de (J19) confere interlocução com vários tópicos já abordados, que atravessam alguns dos seus fragmentos discursivos: “não é afrontando a gente”, indica a discriminação indireta que é alçada aos mecanismos ainda mais sutis da linguagem por meio de clubes convencionais de futebol; “eles ficam impressionados pelo fato da gente jogar bem”, mostra que nas relações externas os clubes de futebol *gay* ainda têm que atuar em conformidade às expectativas, já que elas por si mesmas são ancoradas em pressuposições como a de achar que seriam “uns *gay* [sic] de salto alto que não soubesse jogar bola”.

Nesse aspecto, cabe retomar Pronger (2000), que entende relações assim estabelecidas como uma expressão irônica de baixas expectativas de uma sociedade de consciência profundamente homofóbica; sendo possível relacionar às conclusões de Anderson (2005), que indicou que os *gays* são tolerados nos clubes de futebol heteronormativos, desde que não abordem as questões sobre a homossexualidade e tenham um desempenho atlético considerado de nível superior à média.

Conforme salientado por Foucault (1985, p. 95), “o discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras”. É preciso salientar que o enunciado é congruente com a política do *don't ask, don't tell*, nos esportes e também outras instituições (Eribon, 2008), a qual inclusive vem à tona entre os próprios homossexuais, como um modo de transmitir um senso de conformidade às práticas esportivas adotadas (Anderson, 2002). Como discursos homofóbicos e tentativas de normalização no esporte silenciam os discursos transformadores de *gays* nos esportes, indica-se que há um potencial transformador de comportamentos e discursos mas que se encontra emudecido. O silêncio, todavia, só ocorre porque os próprios indivíduos homossexuais coadunam com a perspectiva da orientação sexual como algo a manter oculto (Anderson, 2005).

(J21), por sua vez, indica que a intolerância também é perpetrada no contexto virtual, no qual internautas reproduzem comentários preconceituosos face à constatação da iniciativa:

No começo eu me lembro que quando eu anunciava a equipe...eu comprei alguns anúncios nas redes sociais, no *Instagram*. Comecei sofrendo vários ataques homofóbicos na página, pessoas marcavam os amigos para debochar e eu precisava banir essas pessoas da página. Já teve uma ocasião também no começo que uma pessoa usou um xingamento para se referir a nós. Desde então, quando eu anuncio a equipe nas redes sociais, infelizmente eu tenho que conviver com esse tipo de pessoa indo até o nosso perfil desdenhar da nossa iniciativa (J21).

Como salientado no capítulo de levantamento teórico-empírico, há uma retroalimentação acadêmica sobre a pressuposição de que o discurso homofóbico na arena esportiva tem declinado nas últimas duas décadas, principalmente. No lugar, têm sido privilegiados discursos mais inclusivos em relação à afirmação da orientação sexual no esporte, sendo que a maior evidência vem do contexto inglês (Cashmore & Cleland, 2011; 2012; Cleland, 2011; 2012; 2018; Cleland *et al.*, 2018; Murray & White, 2017; Roberts *et al.*, 2017).

Todavia, não é o caso do enunciado por (J21) no qual a dinâmica do preconceito se perfaz com “ataques homofóbicos” diretos à página, “deboches” e a “desdenha” ante à iniciativa. A forma de resistência encontrada por (J21) é a de banir tais pessoas. Ademais, o interlocutor confidenciou que a importância de se estar nas redes sociais é a de disseminar a ideia do clube de futebol *gay*, de modo a atrair mais indivíduos não-heterossexuais que sejam adeptos à prática esportiva do futebol em sua região (Diário de Campo, 2019). Nesse aspecto, é de se dizer que o silêncio se impõe mesmo no contexto da interação virtual, uma vez que leva ao rebaixamento público dos referidos clubes. Neste aspecto, se os comentários depreciativos proliferam na rede de interações virtuais é porque a possibilidade de atitudes mais tempestivas e punições esbarra diretamente no anonimato dos seus autores (Kian *et al.*, 2011).

Na dinâmica de invisibilização, o último grupo de enunciados que emergiu compreende os entraves que dificultam a sustentabilidade dos clubes, isto é, a sobrevivência e permanência dos times com esta proposta inclusiva em campo. (J15), (J18), (J19) e (J22) ponderaram sobre diferentes dificuldades:

[Comentando sobre a viagem do seu time para a *Ligay* em Brasília] Nós não viemos com uma delegação grande porque o poder público não nos ajudaram [sic], mas depois que viram, que foram [sic] de muita repercussão entraram em contato com o nosso presidente que é jornalista e está aqui. Nós entramos em contato com a prefeitura, com a [órgão da cidade] de lá, eles mandaram nós esperar [sic], que ia dar tudo certo (“*espera que ainda não deu certo*”), aí quando estávamos viajando para cá, topamos com o prefeito lá no aeroporto e aí nos apresentamos na prefeitura de [capital brasileira]. Ele [prefeito] falou: “*não, vamos ajudar no ano que vem e tal*” e nós ganhamos o patrocínio agora (J15).

A gente sente esse certo preconceito das empresas, né? A gente coloca alguns papéis na mesa, eles não querem nos dar credibilidade, entendeu? E aí isso, ajuda com que o esporte na comunidade LGBT fique mais fraco. Então tem que ter esse incentivo, né? Das grandes empresas, do poder público, entendeu? Talvez até competições assim que a esfera do governo possa...patrocinar. Ou divulgar, né? Uma grande competição em nível LGBT. Assim, vai dar mais visibilidade para a gente. Nós fazemos parte da comunidade. Parece que o pessoal não quer patrocinar a gente. Eles têm desconfiança do nosso trabalho. Queremos visibilidade e quebrar esse protocolo, que hoje ainda infelizmente tem na sociedade, de pensar que *gay* não sabe jogar futebol. A gente está pegando o

espaço público. Privado a gente ainda não tem condição de estar pagando todo mês (J18).

Então a gente está tentando deixar a pelada mais forte, para ter mais jogadores. A gente já vem pensando em fazer algumas ações. Só que a gente está com pouco dinheiro. Por exemplo, nosso primeiro passo é conseguir mais pessoas, então a gente está querendo começar a fazer *folder* para distribuir em balada, para ter mais gente. Aí a gente anda tentando buscar novos jogadores. Saíram muitas pessoas para os outros times. Então, se a gente não estiver preocupado com isso e estiver jogando força por outros lados, às vezes a gente não tem nem pessoas mais. É o básico, né? (J19).

Eu tenho certeza de que a indústria do futebol ela não tem os olhos tão bons para a homossexualidade. Então eu tenho esperança de que os jogadores profissionais e amadores possam expressar sua sexualidade de forma livre. Eu acho que talvez daqui a uns 10 anos, talvez cinco, a gente possa ver dois, ver dois, sei lá...se beijando...profissionais, na vida deles, pessoais, e todo mundo estar “cagando e andando para isso” (J22).

O enunciado de (J15) aduz à limitação em se levar times com elevado número de jogadores para eventos do gênero, e atribui à falta de apoio tal dificuldade. O que se infere acerca do relato é que o time dependia do recurso fornecido pelo poder público para que pudesse participar do evento. Acerca da dificuldade de obtenção de apoio, (J18) atribui tal limitação à falta de credibilidade em relação aos projetos apresentados, sendo que além do ente poder público, no caso do seu time, é a iniciativa privada que não demonstra confiança na proposta. Tais dificuldades refletem, deste modo, na forma como são conduzidas as peladas semanais. O entrevistado (J18) menciona inclusive um dos motivos de alguns times ainda atuarem em campos públicos, em uma fachada supostamente heterossexual. Há sempre um policiamento para que não sejam descobertos, temendo represálias, ou simplesmente temor por não conseguir formar uma boa equipe para jogar contra nas quadras públicas (Diário de Campo, 2019).

A questão do fundo e dos recursos para a sobrevivência dos times é revelada por (J19), a qual se encontra inscrita dentro de uma dinâmica de fazer ativismo por meio dos clubes. Como em outros casos, o foco está mais direcionado à sobrevivência, de modo a manter um número de membros e fazendo algumas ações que busquem promover e alavancar o próprio time, conforme enunciador coloca.

Já o enunciado de (J22) expressa otimismo quanto a uma futura inclusão do LGBT no futebol, utilizando faixa temporal semelhante à de outro interlocutor, (J8), quando falara sobre a possibilidade dos clubes *gays* passarem a ser algo tão natural, a ponto de não haver necessidade de constituir tal agrupamento “segregacionista”. Outrossim, ao mencionar a indústria, o enunciado permite recuperar o que constatou Anderson (2005), sobre a supremacia

da linguagem homofóbica nos esportes como um todo, sendo que, em decorrência disso, muitos atletas tenham a tendência a permanecerem no armário para serem bem-sucedidos. Pode-se inferir que há consciência de que é momentânea a formação e de que essas barreiras são impostas. Pode ser algo vencido no futuro, entretanto, persistem hoje desafios aos times *gays*.

Portanto, infere-se que apesar da ampla proliferação de clubes *gays*, decorrida nos últimos dois anos (De Jesus, 2019), esses times sobrevivem de maneiras diferentes. Enquanto uns sequer conseguem recursos mínimos (que variam de chuteiras, artefatos, campo pago para o treino etc.) para a realização de peladas semanais; outros, mais auto suficientes, já tem se esforçado, de alguma maneira, para conectarem-se também às demais pautas políticas da população LGBT (Diário de Campo, 2019). Assim, é nestes aspectos que também se encontram latentes a injunção ao silêncio e à invisibilidade enfrentadas pelos clubes em seu contexto institucional.

Considera-se que, “em todo caso, a resistência não pode nunca ser “exterior” às relações de poder e está, portanto, sempre situada, é sempre contextual” (Eribon, 2008, p. 378-379). “A ação sempre é tomada numa configuração estratégica na qual pode se deslocar segundo as transformações pelas quais em parte é responsável, mas nunca pode escapar a esse jogo móvel e flutuante, e sempre relacional, das relações de força” (Eribon, 2008, p. 379).

6. REFLEXÕES FINAIS

O futebol é um elemento sociocultural preponderante no caso brasileiro, ao ponto de se perfazer mais do que uma prática esportiva, uma forma de representação social, que prescreve um ideal de nação, união e coesão, seja nos agrupamentos mais adjacentes ao esporte (clubes de futebol e torcidas organizadas), até as camadas mais dispersas da sociedade, se encontrando assim em um amplo domínio da compreensão.

Porém, outra forma de representação vigente no imaginário social é a de que o futebol, devido aos seus elementos de virilidade, força e agressividade, constitui-se em um espaço que privilegia determinados atributos de uma masculinidade hegemônica, dentre eles o suposto de que a homossexualidade está (e deve permanecer) fora do futebol. Essa lógica, advinda de uma demanda sociocultural heteronormativa, prescreve a ideologia da masculinidade heterossexual através do futebol, e se pauta por manifestações violentas, simbólica e até fisicamente, ante qualquer indício de homossexualidade perturbador da performatividade masculina.

A homofobia e a heteronormatividade são termos caros ao trabalho e que podem ser compreendidas como maneiras de se conferir violência simbólica a qualquer outrem que se afasta dessa ideologia heterossexual masculina encontradas em diferentes contextos institucionais e circunstâncias nas mais variadas sociedades, clássicas, modernas e pós-modernas. Para tal, se apoiam em práticas e formações discursivas de diferentes espécies. Constam em enunciados, interpelações, interações cotidianas, ofensas e discursos médicos, patológicos e formativos/educacionais. Pode-se dizer que o discurso homofóbico é uma forma de poder, por perseguir uma tentativa de verdade sobre o homossexual, inscrita na ordem do desvio moral (Foucault, 1988). A resistência, como forma de transpor as condições de sujeição, a homofobia e a heteronormatividade, se perfaz numa tentativa de escapar à ação que exclui e construir a partir de um ideário ressignificado uma forma que leve à emancipação e ao respeito.

O preconceito nas instituições esportivas não se restringe à orientação sexual, mas também alcança raça e classe, a exemplo do que demonstrou-se pelo próprio caso introdutório da inserção do futebol na linguagem popular brasileira. Foi um processo paulatino, encontrando discursos e formas de exclusão, mas também resistências. Tal preconceito nos aduz pensar que há algo maior que abarca tal situação. Pode-se falar sobre o medo do outro, da dificuldade em conviver com o diferente e a homofobia é apenas uma das expressões – expressão de medo. A análise, de modo algum, restringe-se, em um primeiro momento, em tal consideração.

Foi partindo de considerações como essas que a presente dissertação de mestrado teve por objetivo **“analisar práticas discursivas que permeiam clubes brasileiros de futebol gay, no sentido de resistir à homofobia e à heteronormatividade vigentes nas instâncias sociocultural e institucional/desportiva”**. Seus objetivos específicos foram: i) identificar as peculiaridades dos clubes de futebol *gay* em relação ao contexto institucional/desportivo; ii) explicitar a coocorrência de modalidades discursivas hegemônicas e subversivas nos referidos clubes, em termos de homofobia e heteronormatividade e; iii) refletir sobre as estratégias que a resistência tem adquirido no contexto do futebol *gay* brasileiro.

Em sua etapa teórica, o estudo apropriou-se de reflexões dedicadas à sexualidade e gênero, abarcando, sobretudo, desde abordagens alinhadas à hegemonia e estratificação do masculino nas sociedades – inclusive no cenário esportivo –, até a influência contemporânea da analítica *queer*, como forma de problematização acadêmica e política do trinômio que envolve sexo, sexualidade e masculinidade. Já em sua etapa de levantamento bibliográfico sumarizou quais têm sido as práticas discursivas de resistência à heteronormatividade e à homofobia nas instituições esportivas.

A análise da literatura teórico-empírica precedente indicou que, embora o tópico venha contemplando satisfatória e crescentemente discursos por parte de múltiplos agentes em favor da aceitação ao *gay* no universo esportivo e do futebol, a tônica é a de tolerância quanto à homossexualidade, em vez de plena inclusão. A partir daí, a análise também permitiu reconhecer formas contemporâneas de resistência como possíveis lacunas acadêmicas, reforçando a importância do presente debate, a saber: a) a ascensão das competições esportivas *gays* internacionais; b) a formação, também internacional, de clubes de futebol especificamente *gays*; e c) as formas de resistência à homofobia e à heteronormatividade no futebol brasileiro.

Como apresentado no levantamento bibliográfico, o futebol tem sido um lugar mais recente em que se procura romper com concepções heteronormativas e a dominação masculina no esporte, tornando-se uma nova frente de luta por respeito. Para o futebol, a identidade homossexual é uma identidade abjeta, o que nos permite dizer que há uma descaracterização e desvalorização acentuada desse tipo de identidade, tendo em vista que a ideologia da masculinidade é presente de modo a tornar inteligível a presença do *gay*, sobretudo nos lugares de interação, como os estádios e suas torcidas organizadas.

Em sentido metodológico, o pesquisador empregou a estratégia de análise foucaultiana do discurso, um arcabouço amplo, que conferiu importância para os objetivos do presente estudo. Assim sendo, resumidamente, o estudo apreendeu como bases de sua análise, no seu menor nível, o enunciado – para se dizer acerca de quem fala, enuncia, inscrito numa matriz discursiva/social –, em nível maior, a(s) ordem(ns) do discurso (conjuntos de discursos que são hegemônicos e por si influem em que enuncia), e a prática discursiva (qualquer discurso que coloca em ação objetos de análise, como no caso do futebol), aquilo que confere mediação entre as ordens do discurso e os enunciados circulantes. A análise englobou também elementos do não-dito, para atestar como os dispositivos de poder, e no caso, preferencialmente, o da sexualidade, são constantemente engendrados.

Nesse sentido, cabe sublinhar que, em relação à análise foucaultiana do discurso, dada a multiplicidade de abordagens, esquemas analíticos e contribuições provenientes do filósofo, logrou êxito interpretar os fragmentos discursivos a partir do eixo de transição que compreende dois momentos sucessivos do seu pensamento: a constituição de enunciados e práticas discursivas (arqueologia discursiva) e a constatação do dispositivo de sexualidade (genealogia do poder).

Os resultados da pesquisa foram estruturados e apresentados de acordo com uma complexa rede de enunciados, que encadeados, foram paulatinamente sendo analisados, tendo

como premissa a pergunta: *qual é o discurso hegemônico tanto no futebol tradicional quanto no futebol gay?*. Nesse sentido, a primeira seção, intitulada **“O preconceito se aprende”**: **homofobia como prática pedagógica de masculinidades**, possibilitou a compreensão de que não é só o futebol que é uma prática pedagógica de masculinidade, mas sobrelevada pelo preconceito, que assim também pode ser encarado. Em termos institucionais e dinâmica de poder múltiplo, a prática pedagógica do preconceito homofóbico vem sendo mediada por séries de práticas discursivas, continuamente exercidas por outros atores e instituições, tais como família, estádios e instituições esportivas e a mídia.

Os discursos convergiram para relatos de preconceito e discriminação (potencial ou real) na sociedade, família, escola (preconceito simbólico, interiorizado também) e nas instituições esportivas, indicando uma dinâmica de produção e reprodução do preconceito a partir de diversos espaços, sendo que a instituição esportiva não pode ser caracterizada como um polo irradiador por excelência, mas que, exerce um papel significativo dentro de um sistema pedagógico maior que impõe a homofobia como natural. Logo, foi possível constatar nos enunciados, a perspectiva de que o preconceito por homofobia no Brasil é decorrente da falta de educação, se perfazendo como um componente cultural. Há, nos enunciados, a noção comum de que o preconceito contra homossexuais é motivado pela falta de educação.

A segunda seção, intitulada **“Sempre joguei futebol, mas nunca podendo ser eu mesmo”**, apreendeu enunciados que confirmam quais práticas discursivas e não-discursivas engendram os modos de se fazer sujeito homossexual em âmbito do futebol, seja na condição de jogador, seja na de torcedor. A seção foi matizada, centralmente, pelas contribuições de Foucault (1998) acerca da polaridade objetivação/subjetivação da subjetividade, o que aponta para o sujeito como descontínuo, não-linear, sempre no limite do engendramento da sua subjetividade.

Já a terceira seção, denominada **“Vão achar que é uma piada, mas para nós é motivo de orgulho”**: **ferramentas de contestação da injúria**, abarcou quatro grupos de enunciados encadeados, cada qual segundo uma rede própria de enunciações, tendo tópicos relacionados à: i) construção da subjetividade *gay* em torno do futebol; ii) contestação e subversão da injúria por meio da adoção de nomes de clubes; iii) instituição de regras de regulação dos sujeitos nessa espécie de sub ordem discursiva e; iv) contestação da inclusão plena das outras identidades, sobretudo heterossexuais, vistos como entrave à afirmação *gay* no futebol.

A última seção dos resultados (**“O importante é saber jogar futebol”**: **silenciamento e invisibilidade de clubes gays de futebol**) versou sobre os limites que a resistência, por meio

do futebol *gay*, tem suportado para afirmar a sua presença nas instituições esportivas, bem como na sociedade, de maneira genérica. A análise dos discursos dos jogadores possibilitou compreender que, embora o futebol *gay* brasileiro tenha buscado diferenciar-se em relação a vários elementos do futebol convencional, sobretudo no clamor por maior inclusão e respeito, combatendo a homofobia; o mesmo futebol *gay* experimenta alguns entraves para se posicionar como frente autêntica de resistência face ao futebol hegemônico, tendo dificuldade, por exemplo, em interferir na própria dinâmica e ficando silenciado e marginalizado – territorialmente, virtualmente, politicamente e economicamente.

Apesar disso, o combate se dá pela via discursiva com o emprego do humor, o que possibilita dismantelar a noção do futebol masculinizado, seja por meio de performances inusitadas, seja por meio da (re)invenção de um código de interação já existente antes baseado no preconceito e no insulto. Ainda, não é possível indicar que a heteronormatividade, ou mesmo a homofobia, deixem de fazer parte destes espaços, uma vez que os sujeitos apreendem, por vezes, os mesmos esquemas discursivos que os oprimem, reproduzindo a dinâmica do preconceito e até mesmo silenciamento.

Portanto, a análise permitiu inferir que o futebol tem sido um âmbito que engendra práticas discursivas, um campo em que, de modo interdiscursivo, há propagação de uma ideologia masculina/heterossexual nos esportes por meio da linguagem. Além disso, mesmo no futebol *gay*, que propaga uma suposta resistência, concomitantemente, práticas discursivas tem sido retomadas e subvertidas (na tentativa de agência) ou então reiteradas (referenciando no indivíduo *gay*, um ideário de masculinidade no futebol).

Além disso, argumenta-se que o discurso foi construído a partir de um outro discurso (contra discursos), a partir de sistemas de poder que levaram a se institucionalizar um modo de comportamento social. As estratégias discursivas utilizadas permitiram criar o futebol *gay* como um sistema de resistências que possam incluir o *gay* no esporte e diminuir a influência da heteronormatividade, muito embora, seja nesse mesmo discurso que se encontre os elementos que na verdade mantêm certos níveis de homofobia e de heteronormatividade.

Este estudo traz como implicação principal a de que as linguagens que o futebol tem engendrado no contexto brasileiro são múltiplas. Entre suas dimensões talvez a própria prática desportiva seja a mais reconhecida. No entanto, reconhecendo-se também as suas dimensões institucionais e simbólicas, de representação compartilhada. Diante disso, pode-se inferir que o futebol *gay* é mais do que prática desportiva dotada de singularidade identitária e cultural, é o que se permite ser prática de resistência ante aos discursos engendrados de homofobia [e

heteronormatividade], e, assim o sendo, é prática discursiva também. É, neste sentido, que o título deste trabalho remete não a somente um discurso de resistência, mas a “discursos” – no plural –, que denotam formações discursivas, arranjos de práticas discursivas que possibilitam operar práticas que são, na verdade, reflexos de determinadas práticas sociais maiores. Tais discursos são, ao mesmo tempo, enunciados performativos que tensionam um quadro político e modos de organizar (*organizing*) (Souza & Pereira, 2013).

Em um quadro político nacional, pode-se recuperar que, na contemporaneidade, a reivindicação de questões que sensibilizam a todo o grupo LGBT, no caso brasileiro, se inscreve em uma lógica de descompasso entre a atuação das esferas que compõem o poder público e são alvos da pressões exercidas pela sociedade civil organizada (agremiações, associações, organizações não-governamentais, movimentos sociais, por assim dizer).

Na atmosfera jurídico-esportiva brasileira, lentamente alguns passos vêm sendo dados: o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) tem discutido, de maneira corrente no ano de 2019, a possibilidade de punição⁵³ para ofensas com conotação homofóbica em âmbito dos estádios de futebol. Assim, caso um clube entoar cânticos homofóbicos, por exemplo, figura como atitude disciplinar a perda dos pontos adquiridos pelo clube. É preciso sublinhar que tais mecanismos são também meios de resistência, segundo a ordem política vigente no momento.

Não se pode deixar de reconhecer o papel das diversas formas de associação e luta por reconhecimento nos parcos avanços possibilitados. Mas, a mudança cultural, necessariamente, passaria por uma alteração que inclui camadas institucionais, políticas, educacionais e de valores. É preciso cooptar também diversos lugares proibidos à participação LGBT; lugares heteronormativos, por excelência, como as instituições esportivas, as forças armadas, e as entidades e agrupamentos religiosos; que compõem formas radicais e alternativas de se subverter, por algum modo, mesmo que pelo iminente conflito, uma lógica de exclusão pelo menos em nível cultural.

O presente estudo contribui, em primeiro lugar, ao se constatar a praticamente inexistente pesquisa em âmbito brasileiro acerca de clubes de futebol formados exclusivamente e especificamente por jogadores *gays*. Assim, ao confeccionar este estudo foi possível explorar as especificidades em torno destes clubes de futebol. Estudos anteriores, em nível internacional, que trataram sobre a temática se debruçaram sobre a relação entre homofobia e futebol, ou mesmo homofobia e esportes, de maneira ampla, adotando um referencial teórico que versa sobre masculinidades hegemônicas e subordinadas e violências decorrentes disto. No presente

⁵³ Artigo 243-G do Código Brasileiro de Justiça Desportiva.

estudo, não se desconsidera esse quadro de análise, mas se agrega a ele a dimensão de análise das práticas discursivas e práticas sociais, por meio enunciados de jogadores de clubes de futebol *gay* estabelecidos no Brasil. Assim, perante todas as considerações, pode-se afirmar que o estudo possibilitou alcançar os seus objetivos previamente estabelecidos.

Sob o aspecto metodológico, uma possível limitação do presente estudo: analisou-se, por meio de entrevistas o discurso apenas dos jogadores de futebol *gay* acerca da homofobia, heteronormatividade e resistência vigentes no contexto sociocultural brasileiro que transpassa as instituições esportivas. Nesse sentido, cabe reconhecer e considerar a necessidade de estudos futuros, dedicados à compreensão do fenômeno, a relevância que a conversação em campo possui, analisando-se as interações no decurso da própria interação verbal entre os jogadores, torcedores, e demais adeptos às práticas esportivas aqui tratadas. Ou seja, estimula-se o uso da etnografia discursiva, pois, só assim, pode-se apreender a tomada do discurso em ação, no próprio *lôcus* de ocorrência da atividade.

Outra limitação do processo metodológico do estudo foi não ter conseguido apreender a percepção de ex-jogadores dos referidos clubes, devido à impossibilidade de acesso a tais sujeitos no decorrer dos encontros. Outra recomendação de pesquisa futura, no que tange ao tópico aqui abordado, é entender o lado de quem profere a injúria e os discursos nestes contextos. Abordou-se extensivamente enunciados que colocam a perpetração da homofobia sob a ótica dos próprios insultados. Mas e quanto a essa massa hegemônica? Reflete-se se essa não seria uma massa acrílica, em que seus desejos não podem esperar. Uma massa dotada de sentimentos de invulnerabilidade, de fortaleza, mas que se esvaziam quando cada indivíduo volta para a sua solidão, frequentemente frustrado seja pela derrota de seu time, seja porque depois da festa da vitória, a vida não consegue atender às suas necessidades “dionísicas”. É notória uma oportunidade de investigação nessa direção.

Por fim, a reflexão que se coloca é a de que só sair do armário e dizer que é homossexual no esporte, não é suficiente. Mesmo que se reconheça que, tomando por base o contexto ocidental, isso se trate de uma grande forma de contestação da hegemonia masculina e da heteronormatividade, a discriminação e o preconceito por orientação sexual encontram novas formas de marginalizar e estigmatizar os indivíduos que supostamente estariam incluídos por grupos, instituições e locais de interação – ditos inclusivos e tolerantes à diferença.

O estudo contribui para o campo dos estudos organizacionais críticos, ao sublinhar a necessidade de práticas políticas e práticas organizativas em contextos institucionais permeados por práticas discursivas que são elas mesmas, concomitantemente, indícios de poder e de

agência/resistência. Conclui-se que é possível reconhecer o futebol para além da sua dimensão desportiva; como um fenómeno da linguagem, que intersecciona discursos (conjuntos de enunciados e de práticas discursivas) e práticas sociais (ordens do discurso e dispositivos). Por fim, o estudo incentiva, em âmbito de estudos organizacionais críticos, análises pautadas na resistência como fenómeno de natureza organizacional, tomando como relevante a faceta discursiva no mundo do futebol.

REFERÊNCIAS

- Alcadipani, R. (2010). Violência e masculinidade nas relações de trabalho: imagens do campo em pesquisa etnográfica. *Cadernos Ebape.BR*, 8(1), 92-110.
- Almeida, M. B., & Soares, A. d. (2012). O futebol no banco dos réus: caso da homofobia. *Movimento*, 18(1), 301-321.
- Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Lisboa: Presença.
- Anderson, E. (2002). Openly gay athletes: contesting hegemonic masculinity in a homophobic environment. *Gender & Society*, 16(6), 860-877.
- Anderson, E. (2005). *In the game: gay athletes and the cult of masculinity*. New York: State University of New York Press.
- Anderson, E. (2009). *Inclusive masculinity: the changing nature of masculinities*. New York: Routledge.
- Anderson, E., & McCormack, M. (2016). Inclusive masculinity theory: overview, reflection and refinement. *Journal of Gender Studies*, 27(5), 547-561.
- Andrade, L. S., Macedo, A. d., & Oliveira, M. S. (2014). A produção científica em gênero no Brasil: um panorama dos grupos de pesquisa de administração. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(6), 48-75.
- Austin, J. L. (1990). *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Bandeira, G. A. (2010). Um currículo de masculinidades nos estádios de futebol. *Revista Brasileira de Educação*, 44, 342-410.
- Bandeira, G. A. (2017). *Do olímpico à arena: um novo estádio e a reconfiguração de um currículo de masculinidades nos estádios de futebol*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Bandeira, G. A., & Seffner, F. (2013). Futebol, gênero, masculinidade e homofobia: Um jogo dentro do jogo. *Revista Espaço Plural*, 14(29), 246-270.
- Beauvoir, S. d. (1970). *O segundo sexo*. (4ª ed.). (S. Milliet, Trad.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Bellos, A. (2014). *Futebol: o Brasil em campo* (2ª ed.). (J. Castro, Trad.) Londres: Zahar.
- Bento, B. (2015a). *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas* (2ª ed.). Natal, RN: EDUFRRN.
- Bento, B. (2015b). Prefácio. In: Colling, L., *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina* (2ª ed.). (M. H. Kühner, Trad.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Burke, M., & Symons, C. (2016). Anti-doping policies and the gay games: Morgan's treatment-enhancement distinction in action. *Journal of the Philosophy of Sport*, 43(2), 267-280.

- Burns, K. (2012). Cosmopolitan sexual citizenship and the project of queer world-making at the Sydney 2002 gay games. *Sexualities*, 15(3-4), 314-335.
- Burrell, G., Morgan, G. (1979). *Sociological paradigms and organisational analysis*. London: Heinemann.
- Bury, J. (2015). Non-performing inclusion: a critique of the english football association's action plan on homophobia in football. *International Review for the Sociology of Sport*, 50(2), 211-226.
- Butler, J. (1990). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (R. Aguiar, Trad.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge.
- Butler, J. (1997). *Excitable Speech: a politics of the performative*. New York: Routledge.
- Butler, J. (2003). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, 21, 219-260.
- Butler, J. (2006). *Deshacer el género*. (P. Soley-Beltran, Trad.) Barcelona: Paidós.
- Camargo, W. X. (2014). Considerações antropológicas sobre sexualidades e masculinidades no esporte. *Revista de @ntropologia da UFSCar*, 6(1), 41-62.
- Camargo, W. X. (2016). Dilemas insurgentes no esporte: as práticas esportivas dissonantes. *Movimento*, 22(4), 1337-1350.
- Camargo, W. X. (2018). O armário da sexualidade no mundo esportivo. *Estudos Feministas*, 26(1), 1-18.

- Camargo, W. X., & Kessler, C. S. (2017). Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. *Horizontes Antropológicos*, 23(47), 191-225.
- Camargo, W. X., & Rial, C. M. (2011). Competições esportivas mundiais LGBT: guetos sexualizados em escala global? *Estudos Feministas*, 977-1003.
- Carrieri, A. D. P., Diniz, A. P. R., Souza, E. M. D., & Menezes, R. S. S. (2013). Gender and work: representations of femininities and masculinities in the view of women Brazilian executives. *BAR-Brazilian Administration Review*, 10(3), 281-303.
- Cashmore, E., & Cleland, J. (2011). Glasswing butterflies: gay professional football players and their culture. *Journal of Sport and Social Issues*, 35(4), 420-436.
- Cashmore, E., & Cleland, J. (2012). Fans, homophobia and masculinities in association football: evidence of a more inclusive environment. *The British Journal of Sociology*, 63(2), 370-387.
- Cassidy, W. P. (2017). Inching away from the toy department: daily newspaper sports coverage of Jason Collins' and Michael Sam's coming out. *Communication & Sport*, 5(5), 534-553.
- Caudwell, J. (2008). *Sport, Sexualities and Queer/Theory*. London/New York: Routledge.
- Caudwell, J. (2011) 'Does your boyfriend know you're here?' the spatiality of homophobia in men's football culture in the UK. *Leisure Studies*, 30(2), 123-138.
- Cleland, J. (2014) Association football and the representation of homosexuality by the print media: a case study of Anton Hysén. *Journal of Homosexuality*, 61(9), 1269-1287.
- Cleland, J. (2015). Discussing homosexuality on association football fan message boards: a changing cultural context. *International Review for the Sociology of Sport*, 50(2), 125-140.

- Cleland, J. (2018). Sexuality, masculinity and homophobia in association football: an empirical overview of a changing cultural context. *International Review for the Sociology of Sport*, 53(4), 411-423.
- Cleland, J., Magrath, R., & Kian, E. (2018). The internet as a site of decreasing cultural homophobia in association football: an online response by fans to the coming out of Thomas Hitzlsperger. *Men and Masculinities*, 21(1), 91-111.
- Colling, L. (2015). *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA.
- Colling, L., & Nogueira, G. (2014). Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. *Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação*, 171-184.
- Connell, R. W. (1987a). *Gender and power: society, the person and sexual politics*. Polity Press.
- Connell, R. W. (1987b). *Masculinities*. Berkeley: University of Califórnia Press.
- Connell, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, 20(2), 185-206.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, 21(1), 241-282.
- Costa, Â. B., & Nardi, H. C. (2015). Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. *Temas em Psicologia*, 23(3), 715-726.
- Costa, J. F. (1995). *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171.

- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3ª ed.). (M. Lopes, Trad.) Porto Alegre: Artmed.
- DaMatta, R. (1982). Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. Em R. DaMatta, *Universo do Futebol* (pp. 19-41). Rio de Janeiro: Pinakothke.
- Damo, A. S. (2002). *Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS).
- Damo, A. S. (2008). *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo: Hucitec: Anpocs.
- Dantas, M. (2012). Introdução: Masculino, Feminino, Plural. In: Freitas, M. E. D., & Dantas, M., *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning.
- Davel, E., & Alcadipani, R. (2003). Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. *Revista de Administração de Empresas*, 43(4), 72-85.
- Davidson, J. (2007). Homophobia, fundamentalism, and canadian tolerance: enabling gay games III in Vancouver. *International Journal of Canadian Studies*, 35, 151–175.
- Davidson, J. (2013). Sporting homonationalisms: sexual exceptionalism, queer privilege, and the 21st century international lesbian and gay sport movement. *Sociology of Sport Journal*, 30(1), 57-82.
- Davidson, J. (2014). Racism against the abnormal? the twentieth century gay games, biopower and the emergence of homonational sport. *Leisure Studies*, 33(4), 357-378.
- De Jesus, D. S. V. (2018). “Futebol é coisa para mano, mana e mona”? a ligay nacional de futebol society do Brasil. *Revista Periódicus*, 1(10), 343-372.
- De Lauretis, T. (1991). *Queer theory: lesbian and gay sexualities*. Indiana University Press.

- Derrida, J. (1991). *Assinatura, acontecimento, contexto*. in: Margens da filosofia.
- Eccel, C. S., & Grisci, C. L. I. (2011). Trabalho e gênero: a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres. *Cadernos EBAPE. BR*, 9(1), 57-78.
- Edwards, T. (2004). Queering the pitch? Gay masculinities. In M. S. Kimmel, J. Hearn, & R. W. Connell, *Handbook of studies on men & masculinities*. California: Sage Publications.
- Elias, N., & Dunning, E. (1992). *A busca da excitação*. (M. M. Almeida e Silva, Trad.) Lisboa: Memória e Sociedade.
- Eribon, D. (2008). *Reflexões sobre a questão gay*. (J. Nazar, Ed., & P. Abreu, Trad.) Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Feitosa, C. (2016). As diversas faces da homofobia: diagnóstico dos desafios da promoção de direitos humanos LGBT. *Revista Periódicus*, 1(5), 300-320.
- Ferreira Neto, F., & Leite, J. (2015). Pesquisa e metodologia em Michel Foucault. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(3), 411-420.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.). (J. E. Costa, Trad.) Porto Alegre: Artmed.
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade I*. (M. d. Albuquerque, & J. G. Albuquerque, Trads.) Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.
- Foucault, M. (1998). *Microfísica do poder*. (R. Machado, Trad.) Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal.
- Foucault, M. (1999a). *A ordem do discurso* (5ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.

- Foucault, M. (1999b). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (20ª ed.). (R. Ramallete, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2001). *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. (E. Brandão, Trad.) São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008a). *A arqueologia do saber* (7ª ed.). (L. F. B. Neves, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008b). *O nascimento da biopolítica*. (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Franzini, F. (2005). Futebol é "coisa para macho"? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*, 25(50), 315-328.
- Fry, P. (1982). *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Fry, P., & McRae, E. (1985). *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense.
- Godoy, A. S. (1995). A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. *Revista de Administração de Empresas*, 35(4), 65-71.
- Goffman, E. (2012). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4ª ed.). (M. B. Nunes, Trad.) Rio de Janeiro: LTC.
- Gramsci, A. (1971). *Selections from the prison notebooks*. New York: International Publishers.
- Green, J. N. (2000). *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. (C. Fino, & C. Leite, Trans.) São Paulo: Editora UNESP.
- Halperin, D. M. (2003). The normalization of queer theory. *Journal of Homosexuality*, 45(2-4), 339-343.

- Hegel, G. W. (2014). *Fenomenologia do Espírito*. (P. Meneses, Trad.) Petrópolis: Vozes.
- Herek, G. (1984). Beyond “homophobia”: a social psychological perspective on attitudes toward lesbians and gay men. *Journal of Homosexuality*, 10(1-2), 1-21.
- Herek, G. (2004). Beyond “homophobia”: thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. *Sexuality Research & Social Policy*, 1(2), 06-24.
- Jarvis, N. (2015). The inclusive masculinities of heterosexual men within UK gay sport clubs. *International Review for the Sociology of Sport*, 50(3), 283-300.
- Jones, L., & McCarthy, M. (2010). Mapping the landscape of gay men's football. *Leisure Studies*, 29(2), 161-173.
- Kian, E. M., Clavio, G., Vincent, J., & Shaw, S. D. (2011). Homophobic and sexist yet uncontested: examining football fan postings on internet message boards. *Journal of Homosexuality*, 58(1), 680-699.
- Kimmel, M. S. (1994). Masculinity as homophobia: fear, shame, and silence in the construction of gender identity. Em H. Brod, & M. Kaufman, *Theorizing masculinities* (pp. 119-141). New York: Sage Production Editor.
- Kimmel, M. S. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, 4(9), 103-117.
- King, S. (2008). What’s queer about (queer) sport sociology now? A review essay. *Sociology of Sport Journal*, 25(4), 419-442.
- Krane, V., Barber H., & McClung, L. R. (2002). Social psychological benefits of gay games participation: a social identity theory explanation. *Journal of Applied Sport Psychology*, 14(1), 27-42.

- Kristeva, J. (1982). *Powers of horror: an essay on abjection*. New York: Columbia University Press.
- Lee, W., & Cunningham, G. B. (2016). Gender, sexism, sexual prejudice, and identification with US football and men's figure skating. *Sex Roles*, 74(9-10), 464-471.
- Lee, S., Kim, S., & Love, A. (2014). Coverage of the gay games from 1980–2012 in US newspapers: an analysis of newspaper article framing. *Journal of Sport Management*, 28(2), 176-188.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Luisi, M. L., Luisi, T., & Geana, M. V. (2016). Homosexuality and the heartbeat of a locker room: an analysis of quotations in the context of hegemonic and inclusive masculinity theories. *Journal of Homosexuality*, 63(10), 1314-1338.
- Machado, I. J. (2000). Futebol, clãs e nação. *Dados*, 43(1).
- Magrath, R. (2017). The intersection of race, religion and homophobia in British football. *International Review for the Sociology of Sport*, 52(4), 411-429.
- Magrath, R., Anderson, E., & Roberts, S. (2015). On the door-step of equality: attitudes toward gay athletes among academy-level footballers. *International Review for the Sociology of Sport*, 50(7), 804-821.
- Marshall, M. N. (1996). Sampling for qualitative research. *Family practice*, 13(6), 522-526.
- McCormack, M., & Anderson, E. (2014). Homohysteria: definitions, context and intersectionality. *Sex Roles*, 71(3-4), 152-158.

- Messner, M. (1992). Boyhood, organized sports, and the construction of masculinities. In Kimmel, M. e Messner, M. (org.). *Men's lives* (2a. ed). Nova York: MacMillan Publishing Co.
- Messner, M. A., & Sabo, D. F. (1994). *Sex, violence & power in sports: rethinking masculinity*. Freedom, CA: The Crossing Press.
- Miles, M. B., & Huberman, M. (1994). *Qualitative data analysis: a sourcebook of new methods*. (2nd Edition). Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social—reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, 28, 101-128.
- Miskolci, R. (2009). A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, 11(21), 150-182.
- Miskolci, R. (2012). *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto.
- Miskolci, R. (2013). *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume.
- Monteiro, L. A., & Teixeira, A. C. C. (2018). “Terra à Vista!”: explorando outras possibilidades em análise do discurso em estudos organizacionais. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 13(1), 69-85.
- Murray, A., & White, A. (2017). Twelve not so angry men: inclusive masculinities in Australian contact sports. *International Review for the Sociology of Sport*, 52(5), 536-550.
- Nardi, H. C. (2007). Nas tramas do humano: quando a sexualidade interdita o trabalho. In Pocahy, F. *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Nuances, 71-80.

- Oliven, R., & Damo, A. (2001). *Futebol y cultura*. Bogotá: Grupo Editorial Norma.
- Orlandi, E. (2002). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- Parker, M. (2001). Fucking management: queer, theory and reflexivity. *Ephemera*, 1(1), 36-53.
- Pereira, A. S., Alfaia, A. B., Souza, L. C., & Lima, T. S. (2014). Preconceito contra homossexuais no contexto do futebol. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 737-745.
- Peters, M. (2000). *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução*. (T. T. Silva, Trad.) Belo Horizonte: Autêntica.
- Piedra, J. (2015). Gays y lesbianas en el deporte: discurso de jóvenes universitarios españoles en torno a su aceptación. *Movimento*, 4, 1067-1081.
- Pinto, M. R. (2017). *Pelo direito de torcer: das torcidas gays aos movimentos de torcedores contrários ao machismo e à homofobia no futebol*. Dissertação (Mestrado em Ciências), Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, São Paulo.
- Piscitelli, A. (2002). Re-criando a (categoria) mulher? *Textos didáticos*, 48, 7-42.
- Pocahy, F. (2007). *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação*. Porto Alegre: Nuances.
- Pompeu, S. E., & Souza, E. M. (2018). A produção científica sobre sexualidade nos estudos organizacionais: uma análise das publicações realizadas entre 2005 e 2014. *Organizações & Sociedade*, 25(84), 50-67.
- Price, M. (2000). *Rugby as a gay men's game*. PhD diss., University of Warwick.
- Pronger, B. (1992). *The arena of masculinity: sports, homosexuality, and the meaning of sex*. Macmillan.

- Pronger, B. (2000). Homosexuality and sport: who's winning? In: J. McKay, M. Messner, & D. Sabo, *Masculinities and sport*. London: Sage.
- Revel, J. (2005). *Michel Foucault: conceitos essenciais*. (M. d. R. Gregolin, Trad.). São Carlos: Claraluz.
- Roberts, S., Anderson, E., & Magrath, R. (2017). Continuity, change and complexity in the performance of masculinity among elite young footballers in England. *The British journal of Sociology*, 68(2), 336-357.
- Rodrigues, M. S., & Dellagnelo, E. H. L. (2013). Do discurso e de sua análise: reflexões sobre limites e possibilidades na Ciência da Administração. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(4), 621-635.
- Rubin, G. (1993). Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. Em H. Abelove, M. Barale, & D. Halperin, *The Lesbian and Gay Studies Reader* (pp. 03-44). Routledge.
- Salih, S. (2015). *Judith Butler e a teoria queer* (1ª ed.). (G. L. Louro, Trad.) Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Salvini, L., Souza, J. d., & Marchi Júnior, W. (2012). A violência simbólica e a dominação masculina no campo esportivo: algumas notas e digressões teóricas. *Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte*, 26(3), 401-410.
- Schallhorn, C., & Hempel, A. (2017). Media coverage of Thomas Hitzlsperger's coming-out in German newspapers. *Journalism Studies*, 18(9), 1187-1205.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 20(2), 133-184.

- Sedgwick, E. K. (1985). *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire*. New York: Columbia University Press.
- Sedgwick, E. K. (1991). How to bring your kids up gay. *Social Text*, 29, 18-27.
- Sedgwick, E. K. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, 19-54.
- Seidman, S. (1996). *Queer theory/sociology*. Cambridge/Oxford: Blackwell Publishers.
- Silva Júnior, J. A. (2018). *Pedagogia do armário: identidade, pertencimento e apropriação do futebol por torcedores homossexuais*. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer), Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Doutorado Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte.
- Silverman, D. (2009). *Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações*. Porto Alegre: Bookman Editora.
- Simões, J. A., & Facchini, R. (2009). *Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Souza, E. M. d. (2017). A teoria queer e os estudos organizacionais: revisando conceitos sobre identidade. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(3), 308-326.
- Souza, E. M. d., & Carrieri, A. d. (2010). A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(3), 46-70.
- Souza, E. M., d., Costa, A. D. S. M. d., & Pereira, S. J. N. (2015). A organização (in) corporada: ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(4), 727-742.
- Souza, E. M. d., Moraes, M. P., Duarte, P. P., & Higashi, R. (2012). A produção científica sobre masculinidade na administração: análise dos trabalhos publicados no decênio 2001-2010. *Gestão e Sociedade*, 6(14), 199-218.

- Souza, E. M. d., & Pereira, S. J. N. (2013). (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. *Revista de Administração Mackenzie*, 14(4), 76-105.
- Souza, E. M. d., Souza, S. P., & Silva, A. R. L. d. (2013). O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 17(2), 198-217.
- Souza, J. d. (2018). A linhagem culturalista da sociologia do futebol brasileiro. *Lua Nova*, (103), 103-134.
- Souza, M. A. (1996). Gênero e raça: a nação construída pelo futebol brasileiro. *Cadernos Pagu*, 00(6-7), 109-152.
- Spargo, T. (2017). *Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares* (1ª ed.). (H. R. Candiani, Trad.) Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Stasi, M., & Evans, A. (2013). Glitter(foot)ball tactics: negotiating mainstream gender equality in iceland. *Men and Masculinities*, 16(5), 560-578.
- Symons, C., & Hemphill, D. (2006). Transgendering sex and sport in the gay games. In J. Caudwell (Ed.), *Sport, sexualities and queer/theory* (pp. 109–128). London: Routledge.
- Temple, G. C. (2013). *Acontecimento, poder e resistência em Michel Foucault*. Cruz das Almas: UFRB.
- Toledo, L. H. (2000). *No país do futebol*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Trevisan, J. S. (1986). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2ª ed.). Max Limonad.

Waitt, G. (2003). Gay games: performing 'community' out from the closet of the locker room. *Social & Cultural Geography*, 4(2), 167-183.

Warner, M. (1993). *Fear of a queer planet*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Weinberg, G. (1972). *Society and the Healthy Homosexual*. New York: St. Martin's.

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482.

Willis, T. (2015). Kicking down barriers: gay footballers, challenging stereotypes and changing attitudes in amateur league play. *Soccer & Society*, 16(2-3), 377-392.

Anexo: Parecer consubstanciado do CEP

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Levando a homofobia na esportiva: uma análise do performar, organizar e politizar por meio de clubes queer de futebol do Distrito Federal

Pesquisador: MARCUS VINÍCIUS SOARES SIQUEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 11934118.6.0000.5540

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Administração

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.359.269

Apresentação do Projeto:

O referido estudo, uma dissertação de mestrado, tem por objetivo analisar, sob uma perspectiva pós-estruturalista, como clubes queer de futebol, formados exclusivamente por jogadores gays do Distrito Federal, têm se posicionado enquanto movimento político de resistência frente à homofobia vigente no contexto sociocultural brasileiro. Busca agregar a estudos anteriores as dimensões da performance, do organizar-se (como um processo), e do movimento político pelo reconhecimento, compreendendo, portanto que os estudos queer, se apresentam como uma perspectiva de análise profícua para o pós-estruturalismo em estudos organizacionais. A pesquisa será realizada por meio de observação não-participante com a realização posterior de entrevistas individuais semiestruturadas com 10 jogadores de futebol de clubes formados exclusivamente por homossexuais.

Objetivo da Pesquisa:

- Contextualizar, com base em uma perspectiva histórica e interdisciplinar, como tem ocorrido a inserção e a resistência de subjetividades LGBTs nas instituições desportivas, sobretudo, no futebol;
- Apresentar, sob os signos da performance e da performatividade de gênero, de que modo jogadores gays podem, ora 'tomar queer', ora reproduzir, de dentro da comunidade LGBT, práticas heteronormativas associadas ao futebol;

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3167-1592 E-mail: cep_che@unb.br

Continuação do Parecer: 1.359.169

- Compreender o clube de futebol formado por jogadores gays a partir de uma interface que mescla traços de um movimento político de resistência com os de uma estrutura organizacional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Reconhece os riscos de invasão da sua privacidade; exposição de questões sensíveis vividas no contexto institucional do futebol ou mesmo na sua vida pessoal, tais como atos ilegais, violências sofridas, dificuldades de relacionamento ou outros aspectos da vida pessoal; sofrer discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados confidenciais e a possibilidade de tomar o tempo do sujeito ao responder as entrevistas previstas (menciona, nessa versão, os instrumentos para conformar estes riscos). Como benefícios da pesquisa acredita-se permitir uma maior compreensão do pesquisado em relação à sua atuação no futebol; a possibilidade de desenvolver políticas públicas voltadas para a questão do reconhecimento do homossexual no esporte; repensar as práticas organizacionais de clubes de forma a minimizar o preconceito e a discriminação decorrentes das masculinidades hegemônicas e a homofobia vigentes não somente no futebol, mas na sociedade de uma forma ampla.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem estruturada e clara.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão de acordo com as Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e complementares.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem inadequações e pendências. O projeto foi aprovado pelo CEP/CHS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1261133.pdf	13/05/2019 17:24:25		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEAtualizadoTelefonesMalo2019.pdf	13/05/2019 17:24:07	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito
Outros	TermoUsoDeVozMalo2019.pdf	10/05/2019 20:42:05	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 031 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3167-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

Continuação do Parecer: 1.359.769

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEAtualizadoMalo2019.pdf	16/05/2019 20:41:18	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito
Outros	TermosdeAceitadosClubes.pdf	27/03/2019 14:37:33	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito
Outros	RoteiroDeEntrevistaVersao6CmtEtica.pdf	27/03/2019 14:36:50	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito
Outros	cartadeencaminhamento1612.pdf	16/12/2018 11:54:30	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito
Outros	cartarevisaoetica1612.pdf	16/12/2018 11:53:43	MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA	Aceito
Outros	LattesGustavoHenriqueCarvalhodeCastro.pdf	23/11/2018 12:57:25	GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO DE CASTRO	Aceito
Outros	LattesMarcusViniciusSoaresSiqueira.pdf	23/11/2018 12:56:49	GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO DE CASTRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/11/2018 12:55:56	GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO DE CASTRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhadoInvestigador.pdf	23/11/2018 12:55:22	GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO DE CASTRO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Pesquisador.pdf	23/11/2018 12:54:56	GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO DE CASTRO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Anuenciainstitulcao.pdf	23/11/2018 12:54:32	GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO DE CASTRO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	23/11/2018 12:54:10	GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO DE CASTRO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	23/11/2018 12:53:48	GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO DE CASTRO	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA 8T 031 (Ao lado da Direção)
 Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-000
 UF: DF Município: BRASÍLIA
 Telefone: (61)3107-1502 E-mail: csp_cfs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 1.354.369

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 30 de Maio de 2019

Assinado por:
Érica Guinaglia Silva
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASILIA
Telefone: (61)3107-1532 E-mail: cep_cha@unb.br

Apêndice I: Instrumento semiestruturado para entrevistas

Questões
1. Comente sobre si mesmo e sua relação com o futebol. Se já tiver atuado em clubes de futebol convencionais comente sua experiência.
2. Possui um motivo que o levou a criar o [nome do clube]? Qual? Nesse processo de criação quais foram os empecilhos enfrentados? *Questão aplicável somente ao representante
3. Quais são as razões para participar de um time em que os jogadores são declaradamente <i>gays</i> ? Mesmo que não participe atualmente de outro time convencional (questão 1), se tivesse a oportunidade, atuaria? Por quê?
4. Na sua opinião, o que destaca o [nome do clube] tanto dos demais clubes esportivos convencionais como de outros clubes inclusivos de futebol? Se já tiver participado anteriormente (ou participa) de outros clubes inclusivos poderia comentar também acerca da experiência?
5. Como se encontra definida a atuação em campo de cada um dos integrantes nos jogos e torneios? Qual a relevância da sua atuação no [nome do clube]? E fora de campo? as equipes possuem tarefas pré-estabelecidas em relação ao [nome do clube]?
6. Como você avalia a questão da dominação do feminino pelo masculino nos esportes?
7. E homens heterossexuais? Em caso positivo, como você avalia a inclusão destes indivíduos? Em caso negativo, o que você considera que pode ser um entrave à participação dos mesmos?
8. Travestis/transsexuais, já chegaram a participar do clube (ou participar e abandonar)?
9. A brincadeira, a gozação a provocação, em termos de gênero e sexualidade – elementos marcantes dos eventos de futebol – com o adversário (ou até entre vocês mesmos) é algo recorrente? Como isso se manifesta? Nesse aspecto, qual o limite entre o que é ofensivo e o que não é ofensivo dentro do [nome do clube]? Caso aconteça também em âmbito de times <i>gays</i> tem algo que lhe incomoda?
10. Ao fazer parte do [nome do clube], o que mudou na questão do falar sobre sua própria orientação sexual no cotidiano? Quais os aspectos e impactos em termos da afirmação da sua orientação sexual? E que reações você enfrenta ao decidir expor a questão? De que forma isso ocorre e como você gerencia sua identidade?
11. Como é a interação do [nome do clube] com outros grupos que lutam pelos direitos políticos da população LGBT (por exemplo, ONG's, movimentos sociais, ativismos nas paradas LGBTs etc.)?
12. Como o [nome do clube] se posiciona em eventos esportivos de caráter mais genéricos (exemplo: disputas com times regionais não inclusivos)? Como é o relacionamento do [nome do clube] com outros times convencionais de futebol? Por fazer parte do clube, já vivenciou discriminação direta?
13. Como você lida individualmente com a homofobia no futebol? E como reage coletivamente? Em sua opinião, a que se deve tanta discriminação, homofobia, exclusão e estigmatização do homossexual no esporte?
14. Você é esperançoso quanto à inclusão do LGBT no esporte? Mesmo com a iniciativa dos clubes <i>gays</i> de futebol, o que você considera que ainda falta em termos de inclusão LGBT no esporte?
15. Há percepção da parte dos integrantes do time em estarem exercendo um papel político de contestar coletivamente a heteronormatividade?

Apêndice II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1. Informações do Participante da Pesquisa

Nome:		
Documento de Identidade (tipo):	Nº.:	Sexo: () M () F
Local de Nascimento:	Data de Nascimento: / /	
Endereço:	Nº.:	
Complementos:	Bairro:	
Cidade:	Estado:	
CEP:	Telefones:	

2. Título do Projeto de Pesquisa

Levando a homofobia na esportiva: uma análise do performar, organizar e politizar por meio de clubes queer de futebol do Distrito Federal

3. Duração da Pesquisa

Dezembro de 2018 a Fevereiro de 2020

4. Nome do Pesquisador Responsável

Marcus Vinicius Soares Siqueira	
Cargo/ Função: Professor Associado da Universidade de Brasília/Programa de Pós-Graduação em Administração	Nº de registro do Conselho Regional:

5. Nome do Pesquisador Integrante

Gustavo Henrique Carvalho de Castro	
Cargo/ Função: Acadêmico mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração/Universidade de Brasília	Nº de registro do Conselho Regional:

6. Instituição/Instituições

Universidade de Brasília

O (a) Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “Levando a homofobia na esportiva: uma análise do performar, organizar e politizar por meio de clubes *queer* de futebol do Distrito Federal”. Neste estudo temos o objetivo de analisar, conforme uma perspectiva pós-estruturalista, como clubes *queer* de futebol, formados exclusivamente por jogadores gays do Distrito Federal, têm se colocado enquanto movimento político de resistência frente à homofobia vigente no contexto sociocultural brasileiro.

O presente estudo se justifica, em primeiro lugar, ao se constatar a praticamente inexistente pesquisa em âmbito brasileiro acerca de clubes de futebol formados exclusivamente e especificamente por jogadores gays. Assim, ao confeccionar este estudo será possível explorar as especificidades em torno destes clubes de futebol. Porém, considera-se como contribuição central deste estudo para a literatura que versa sobre o assunto, a adoção de uma perspectiva pós-estruturalista de análise em estudos organizacionais.

Estudos anteriores, em nível internacional, que trataram sobre a temática se debruçaram sobre a relação entre homofobia e futebol, ou mesmo homofobia e esportes, de maneira ampla, adotando um referencial teórico que versa sobre masculinidades hegemônicas e subordinadas e violências decorrentes disto. No presente estudo, não se desconsidera esse quadro de análise, mas se agrega a ele as dimensões da performance, do organizar-se (como um processo), e do movimento político pelo reconhecimento, compreendendo, portanto que os estudos *queer*, se apresentam como uma perspectiva de análise profícua para o pós-estruturalismo em estudos organizacionais.

Metodologicamente, para este estudo, será realizada tanto a observação não-participante – que se dará por meio da imersão do pesquisador nas partidas de futebol de modo a obter dados preliminares que integrarão diário de campo – quanto entrevistas semiestruturadas com os jogadores dos referidos clubes de futebol. As entrevistas terão por suporte roteiro de pesquisa que conjugue questões provenientes do levantamento teórico, assim como, as análises preliminares decorrentes do diário de campo utilizado na etapa de observação não-participante.

De modo a registrar os dados provenientes das entrevistas se lançará mão de gravação de áudio por meio de dispositivo de gravação, e sob o ateste do uso do conteúdo gravado apenas para fins de pesquisa (vide anexo termo de uso de voz). Já no caso da observação não-participante, o pesquisador inserido nas partidas constituirá um caderno de campo, no qual elementos significativos para a pesquisa poderão ser registrados.

Reconhecemos os riscos de invasão da sua privacidade; exposição de questões sensíveis vividas no contexto institucional do futebol ou mesmo na sua vida pessoal, tais como atos ilegais, violências sofridas, dificuldades de relacionamento ou outros aspectos da vida pessoal; sofrer discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados confidenciais e a possibilidade de tomar o tempo do sujeito ao responder as entrevistas previstas.

Assim, de forma a contornar os riscos de invasão de privacidade, exposição de questões sensíveis no contexto apontado e no decorrer da trajetória pessoal, bem como aqueles possíveis riscos em função do conteúdo posteriormente apresentado e de dados confidenciais, o pesquisador se propõe a se referir à identidade de todos os entrevistados com padrões profissionais de sigilo, omitindo ou, pelo menos em parte, possíveis informações que designem especificamente tal indivíduo, como outros lugares que frequenta, vínculos empregatícios, parceiros e colaboradores, dentre outros aspectos que nitidamente configurem menção à identidade do mesmo. No que toca ao tempo de concessão para as entrevistas, o pesquisador se compromete a esclarecer ao início de cada interação do tipo, o tempo que será despendido para que o entrevistado colabore para a pesquisa.

Como benefícios, acredita-se que tal pesquisa trará uma maior compreensão do pesquisado em relação à sua atuação no futebol; a possibilidade de desenvolver políticas públicas voltadas para a questão do reconhecimento do homossexual no esporte; repensar as práticas organizacionais de clubes de forma a minimizar o preconceito e a discriminação decorrentes das masculinidades hegemônicas e a homofobia vigentes não somente no futebol, mas na sociedade em geral.

A participação neste estudo não terá nenhum custo, reembolso ou qualquer vantagem financeira para o participante entrevistado. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na Universidade de Brasília e a outra será fornecida a você.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “Levando a homofobia na esportiva: uma análise do performar, organizar e politizar por meio de clubes queer de futebol do Distrito Federal”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Brasília, _____ de _____ de 2019.

Nome:

Assinatura do participante:

Brasília, ____/ __/ ____

Nome: Marcus Vinícius Soares Siqueira

Assinatura pesquisador Coordenador:

Brasília, / /
Telefone: (61) 3107-0759

Nome: Gustavo Henrique Carvalho de Castro

Assinatura pesquisador Participante:

Brasília, / /
Telefone: (61) 99407-8304

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:
Universidade de Brasília (UnB) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Telefone: (61)3107-1592 - E-mail: cep_chs@unb.br
Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Faculdade de Direito - Sala BT 03/1 Bairro: Asa Norte
– CEP: 70910-900

Apêndice III: Termo de Uso de Voz e Dados

Eu, _____, autorizo a utilização do meu som de voz, na qualidade de participante/entrevistado no projeto de pesquisa intitulado “Levando a homofobia na esportiva: uma análise do performar, organizar e politizar por meio de clubes queer de futebol do Distrito Federal”, sob responsabilidade de Gustavo Henrique Carvalho de Castro, orientado pelo prof. Dr. Marcus Vinícius Soares Siqueira, vinculado ao Programa de Pós-Graduação (PPGA) em Administração da Universidade de Brasília.

Meu som de voz pode ser utilizado apenas para análise por parte da equipe de pesquisa e tenho ciência de que não haverá divulgação do meu som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto na atividades vinculada à pesquisa explicitada acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação ao som de voz são de responsabilidade do pesquisador responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, do meu som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com o participante.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

Brasília, ____ de _____ de 2019

Apêndice IV: Aceite Institucional

O Sr. _____ do _____, está de acordo com a realização da pesquisa “LEVANDO A HOMOFOBIA NA ESPORTIVA: UMA ANÁLISE DO PERFORMAR, ORGANIZAR E POLITIZAR POR MEIO DE CLUBES DE *QUEER* DE FUTEBOL DO DISTRITO FEDERAL”, de responsabilidade do pesquisador GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO DE CASTRO aluno de mestrado no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília (PPGA/UnB), realizado sob orientação do professor DR. MARCUS VINÍCIUS SOARES SIQUEIRA, após revisão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH.

O estudo envolve a realização de OBSERVAÇÃO NÃO-PARTICIPANTE e ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE COM ROTEIRO SEMIESTRUTURADO COM LÍDERES E ATLETAS relacionados ao referido clube de futebol. A pesquisa terá a duração de dois meses, com previsão de início em 05/2019 e término em 07/2019.

Eu, _____, do _____, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília, _____ de Junho de 2019 .

Nome do(a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição